

THE UNITED STATES OF AMERICA
IN GOD WE TRUST



ISSN 1682-1106
9 771682 110004

29

Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture

IC

RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition 29

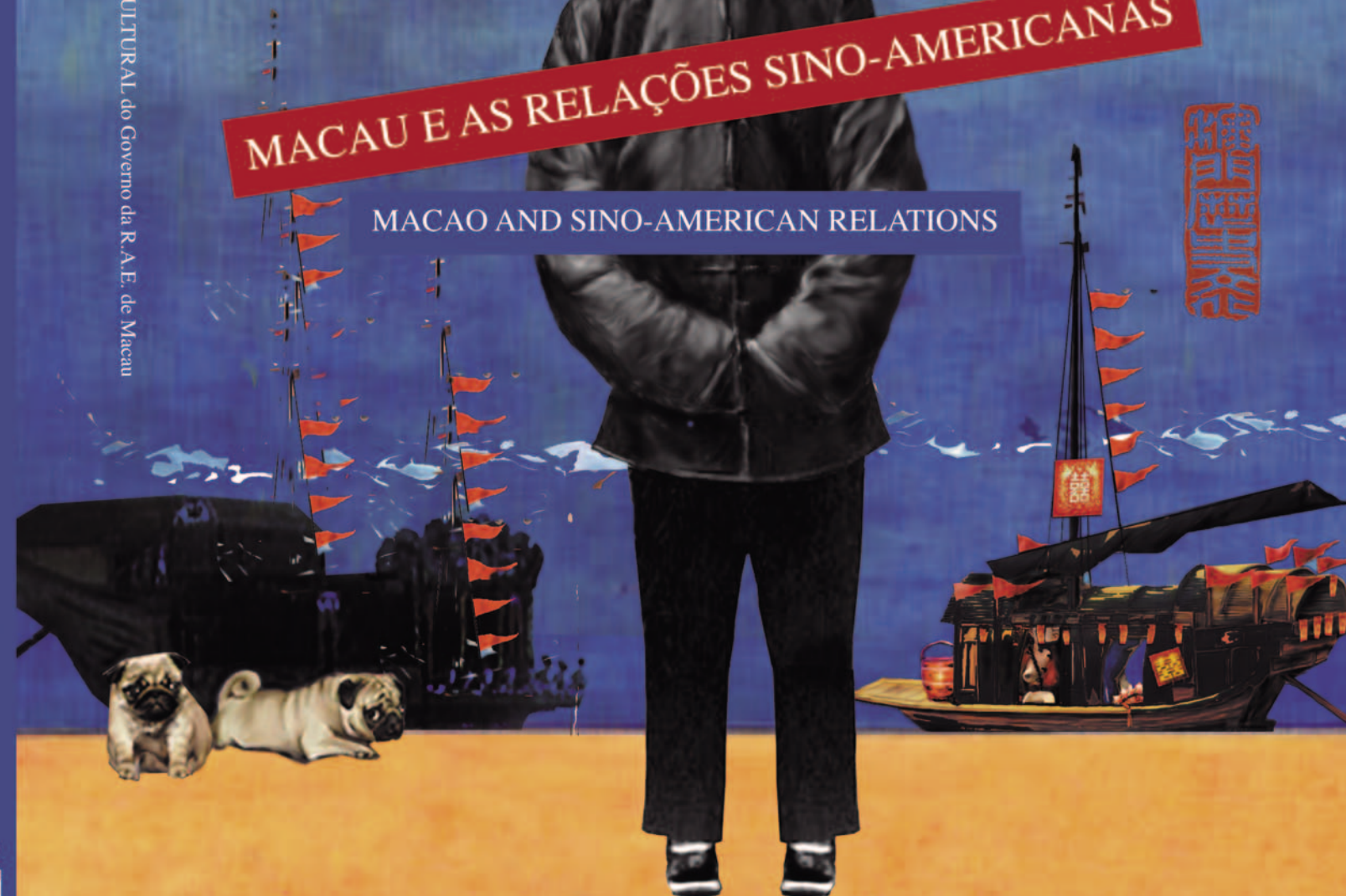
Edição Internacional 29 Janeiro/January 2009



INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS



EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Charles Lam,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
1500

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996322
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a
Revista de Cultura
Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A Revista de Cultura é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996322

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 29, IIIª Série, 1.º Trimestre 2009

RC, no. 29, IIIrd Series, 1st Quarter 2009

TEXTO

Texts

Alfredo Gomes Dias
 Claire Williams
 George Wei
 Gustavo Infante
 Jin Guo Ping
 Jorge de Abreu Arrimar
 Madalena Ribeiro
 Manel Ollé Rodríguez
 Maria Teresa Lopes da Silva
 Paul A. Van Dyke
 Wu Zhiliang

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global,
 Lda. (Espanhol-Inglês)

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
 Luís Ferreira (Português),
 T. Rex Wilson (Inglês)

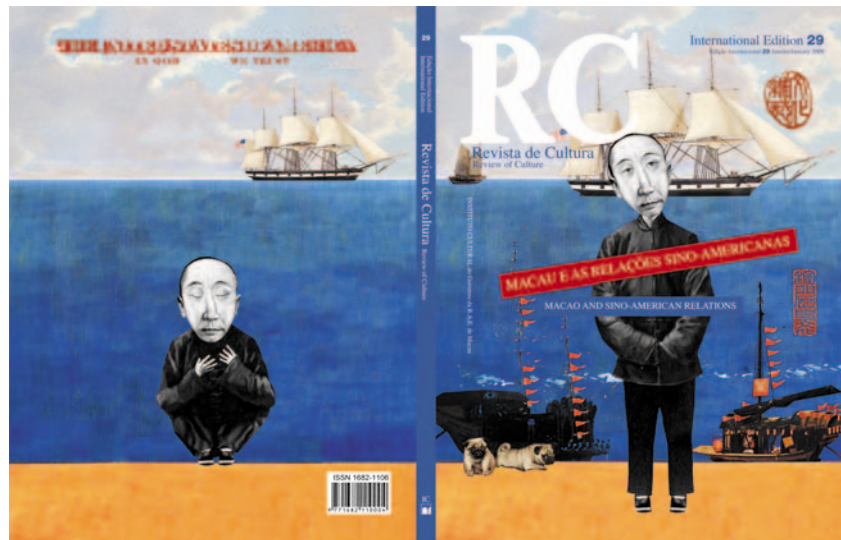
AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Dutch Nationaal Archief, Haia
 Kungliga Biblioteket, Estocolmo
 Martyn Gregory Gallery, Londres
 Österreichische Nationalbibliothek, Viena

Errata

Por falha não foram referidos na ficha técnica da edição n.º 28 os respectivos consultores: Rui Manuel Loureiro e Arie Pos. Pelo lapso apresentamos as nossas desculpas aos dois investigadores e aos leitores.
The names of the consultants to issue no. 28, Rui Manuel Loureiro and Arie Pos, were mistakenly omitted from the credits. We apologise.



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

A presença americana em Macau – hoje em dia muito visível pela sua intervenção na indústria do jogo local – remete para um período histórico crítico, na sequência do assassinato do governador Ferreira do Amaral. É precisamente este acontecimento que leva os EUA a intervir em defesa do estatuto de Macau. O interesse americano na China e o entendimento de Macau como plataforma estratégica do Ocidente é formalmente reconhecido com a assinatura do primeiro tratado sino-americano em 1844, nos jardins do templo de Kun Iam. A partir daí, um novo actor ocidental entrava em cena na Ásia Oriental, contribuindo para a construção de novas imagens e percepções da China no Ocidente e vice-versa. Neste número de *Revista de Cultura* abordamos o papel de Macau no tráfico de cules para a América e a consequente crise diplomática Washington-Lisboa. Ainda nesta edição apresentamos novos dados sobre a “certidão de nascimento” do nome de Macau, uma visão panorâmica sobre as “potencialidades e limitações” da sua actividade mercantil nos séculos XVIII e XIX e, a fechar, dois ensaios sobre autoras que escreveram sobre Macau: uma, natural da cidade (Deolinda da Conceição), outra, que aqui viveu (Maria Ondina Braga).

OUR COVER

The American presence in Macao, currently highly visible thanks to their involvement in the gaming sector, dates back to a significant period in history following the assassination of Governor Ferreira do Amaral. It was precisely this event that led the US to intervene in defense of Macao's status. American interest in China, and its understanding of Macao as a strategic platform for the West, was formally acknowledged with the signing of the first Sino-American treaty in 1844 in Kun Iam temple gardens. From that point on, a new actor entered the East Asian stage, making its own contribution to building new images and perceptions of China in the West, and vice-versa. In this issue of *Review of Culture*, we look at Macao's role in the coolie trade to America, and the resulting diplomatic standoff between Washington and Lisbon. In this issue we also present new data on the origins of Macao's name, an overview of the potential and limitations of its trading activities in the 18th and 19th centuries and, to close, two essays on female authors working in Macao: one born in the city (Deolinda da Conceição), the other who lived here (Maria Ondina Braga).

SUMÁRIO

Index



ATRIUM

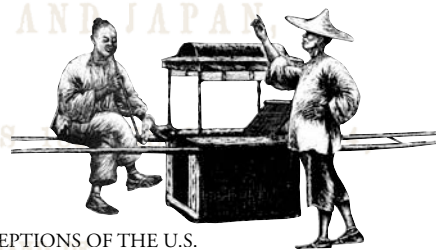


MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS *

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

- 6 THE AMERICAN PRESENCE IN MACAO: SOME CHINESE PERCEPTIONS OF THE U.S.

美国在澳门：中国人对美国的印象
George Wei



- 17 MACAU E OS CULES NA POLÍTICA DOS EUA (1844-1874)

美国政治中的澳门及其苦力 (1844-1874)
Maria Teresa Lopes da Silva



- 31 BALL E PERRY: UMA IDEIA DE MACAU (1850-1854)

巴尔与贝利：一种澳门观念 (1850-1854)
Alfredo Gomes Dias



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 46 A CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO NOME DE MACAU

澳门名称诞生的证明
Jin Guoping e Wu Zhiliang

- 60 MACAU, EMPÓRIO MERCANTIL. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES (SÉCULOS XVIII-XIX)

澳门作为商贸中心之潜力与局限 (18-19 世纪)
Jorge de Abreu Arrimar



- 78 OS JESUÍTAS E A NOBREZA CRISTÃ DO SUL DO JAPÃO

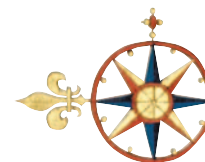
耶稣会士与日本南方的贵族基督徒
Madalena Ribeiro

- 90 MANILA IN THE ZHENG CLAN MARITIME NETWORKS

郑氏家族海事网络中的马尼拉
Manel Ollé Rodríguez

- 104 WEAVER SUCKIN AND THE CANTON SILK TRADE 1750-1781

Weaver Suckin 与 1750-1781 年间的广州丝绸贸易
Paul A. Van Dyke



LITERATURA * LITERATURE

- 120 RE-EXPLORING THE EMPIRE: MARIA ONDINA BRAGA'S JOURNEYS TO MACAO AND OTHER PLACES

帝国重探：昂迪娜·布拉加的澳门与别国之旅
Claire Williams

- 125 STATIC MACAO AND MACAO IN TRANSITION IN THE SHORT STORIES OF A MACANESE WOMAN

一位土生葡人女作家笔下的静态与变迁中的澳门
Gustavo Infante



- 133 RESUMOS

- 135 ABSTRACTS

- 137 ÍNDICE DE AUTORES N.ºS 25-28

AUTHORS INDEX NOS. 25-28



The American Garden (detail). Chinese unknown artist, c. 1845.
(Peabody Essex Museum).
From *Views of the Pearl River Delta: Macau, Canton and Hong Kong*.
Hong Kong: Urban Council of Hong Kong, 1996.





The American Presence in Macao

Some Chinese Perceptions of the U.S.

GEORGE WEI*



As we all know, before the First Opium War and Hong Kong's takeover by the British, Macao served as the key bridge for economic and cultural exchanges between China and the rest of the world—especially the European countries, including Portugal, Netherlands, France, Great Britain, etc.—but also India, Japan, Southeast Asia, Africa, Latin America, and the United States. The topic of Macao's role in the history of Sino-European relations has attracted many Chinese and Western scholars, who have done extensive research on the subject. Yet, for the obvious reason that the United States was a latecomer among the imperialist powers in the 18th and 19th centuries and was a much less influential power in early Sino-Western relations, scholars have not paid enough attention to the impact of the United States on China through Macao and the perception of Americans among the Chinese of Macao during that period. This situation, however, has significantly changed since the handover of Macao from Portugal to China. As giant American enterprises such as Wynn Resorts, Las Vegas Sands and Venetian Macao have successfully joined the casino business and have established a strong foothold in Macao, we can no longer ignore the issue of the American impact on Macao's economy, possibly on Macao's social and political development as well, and the role of Macao

in Sino-American relations. Nor can we ignore the image of the U.S. in Macao which has developed from the past. Focusing on this last point, the present paper addresses the above issues by describing some highlights of the perceptions of Americans among the Chinese in Macao, both past and present.

The earliest Chinese encounter with Americans occurred when John Green, captain of an American ship called *The Empress of China* that set out from New York on 22 February 1784, dropped anchor at Macao on 23 August 1784. 'The Chinese were intrigued by the strange combination of stars and red and white stripes' on 'the newly made American flag' flying on the ship.¹ One of the passengers on board was Major Samuel Shaw, who carried a commission signed by President George Washington to serve as consul for the United States of America in Canton. In the spring of 1790, Major Shaw sold his own vessel, the *Massachusetts*, to the Danish Asiatic Company in Canton for \$65,000 dollars. This ship became a symbolic image of Americans in Macao, as it represented advanced ocean power and modern technology. Like most American ships, which were called 'The China Clippers,' it was not only small, handsome and handy, but also much faster than others.²

Indeed, the number of American ships coming to China via Macao to trade their large cargoes of cotton and ginseng for tea and Nankeen quickly increased to five in 1786, 15 in 1789, and 42 in 1821.³ In 1796, U.S. dollars were introduced into the U.S.-China trade. By the early 19th century, the United States became the number two trader with China and

* Professor and chair of the Department of History at the University of Macau. Guest Professor at the Institute of History Research of the Shanghai Academy of Social Science, China.

Professor e director do Departamento de História da Universidade de Macau. Professor convidado do Instituto de Investigação Histórica da Academia de Ciências Sociais de Xangai, China.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

the most competitive business rival of the British.⁴ While exchanging their cargoes with Americans and counting American payments in U.S. dollars, Chinese businessmen could not help but study the American national coin, which was stamped with the head of General Washington and fifteen stars on the front, and the motto of 'liberty' and an eagle surrounded by laurels on the reverse. What these Chinese merchants were thinking upon seeing this American motto of 'liberty' we cannot say, but the image of Americans among the Chinese in Macao—at least among these Chinese merchants—was certainly associated with these American coins and the 'liberty' motto.

The increase of the Sino-American trade at Canton brought American people and missionaries to Macao as well. In 1802, there were only two American citizens residing at Macao, but the number of American residents in Macao increased to twenty in 1826. In addition, large numbers of American citizens at Canton often paid visits to Macao at the height of the trading season.⁵ On 7 September 1807, the American ship *Trident* brought Robert Morrison, the first Western Protestant missionary to China, who came to Macao in the spring of 1808. The first American Protestant missionary, Elijah Coleman Bridgman, however, did not come to China until 1830; the first American medical missionary, Peter Parker did not arrive until February 1834; and the first American Presbyterian missionary to Macao, Thomas McBryde did not appear there until December 1841. McBryde left Macao the following year due to health problems, but Walter M. Lowrie, who came to Macao in 1842, replaced McBryde, and seven more American Presbyterian missionaries joined Lowrie between 1843 and 1846.⁶ In February 1844, David B. McCartee and Richard Cole brought printing presses with matrices for both Chinese characters and English letters to Macao, and they began to print reading materials for missionaries. For instance, on 7 September 1844, they printed 13,000 copies of the Gospels in one single day. In May 1845, the Presbyterian missionaries at Macao established a boys' school with an enrollment of about 30 students, and the Chinese students were very interested in courses on religion and science.⁷ These American missionaries and their activities in Macao would impact significantly the society of Macao and influence the image of Americans in Macao. Yet this 'spiritual' image of Americans built up by the work of these missionaries may have been offset and tarnished

by the other, more materialistic, Americans who were involved in the opium trade. In 1816, the crew of the American ship *Wabash*, which was carrying a cargo of opium, was murdered by a boatload of Chinese men pretending to offer them services. All the opium on the ship was plundered.⁸

The Chinese view of Americans inevitably developed in comparison with their views of other foreigners, particularly prior to the First Opium War. In the case of Terranova, an Italian sailor on an American ship, the *Emily*, who accidentally killed a boatwoman in a sampan on the Whampoa River in October 1821, the American captain Copeland firmly refused to surrender his sailor to the Chinese authorities without their pledge that the man would be returned after the trial. But in the event, the Americans could do nothing, for the Chinese judge held the trial on board the ship and later Terranova surrendered himself, as 1,000 Chinese soldiers stayed aboard the ship and warships surrounded it for a few days. Eventually, Terranova was sentenced to death by strangulation. In a similar case, however, the British Superintendent Charles Elliott not only refused to meet the demand, issued by Lin Zexu 林则徐, to hand over to the Chinese authorities the British sailors who destroyed a temple near Kowloon in July 1839 and killed a Chinese man named Lin Weixi; he also seized Hong Kong island in August 1839, which was a step toward the outbreak of the First Opium War. The Qing Government realized that among foreign powers the British were the most dangerous and cunning, the French the next, and the Americans 'respectful and obedient.'⁹ Lin Zexu believed that the Americans were honest and trustworthy.¹⁰ The report from the Grand Council for Military Affairs stated on 22 March 1844 that 'Americans have always traded quietly, and have never challenged China, nor caused any trouble...'¹¹

The Chinese view of Americans could be influenced by other foreigners' views of Americans as well. In the trade competition of the early 19th century between the British, who were the fierce rival of the Portuguese, and the Americans, who were the newcomers, the Portuguese of Macao seemed to be on the American side. During the American War of 1812 and the Embargo Act of England, the Portuguese did not only allow at least one American ship to trade under the Portuguese national flag, but also vigorously protested against the British action of seizing the

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

American cargo ship *Hunter* in April 1814, which was flying its own national flag in Chinese waters near Macao.¹² It seems that the local Portuguese at Macao considered the Americans to be the one power of the time that could resist Great Britain. Indeed, the Americans did attempt to fight the East India Company's monopoly on trade. In defiance of the *Co-hong* and the East India Company, who were anxious to confine all foreign trade to themselves, American merchants managed to develop the practice of doing business with small Chinese merchants outside of the *Co-hong*.¹³ We may imagine that small Chinese merchants would welcome the opportunity to conduct business with American merchants, and viewed them as friendly, flexible and courageous people. At the same time, the *Co-hong* merchants, even though they resented the Americans for their violation of the exclusive privilege of the *Co-hong*, could be impressed as well by their shrewdness, persistence and willingness to take risks.

Historical records have not preserved an enormous amount of information on Chinese views of Americans from their early encounters, but there are a few records that may indirectly reflect some possible Chinese perceptions of America. For instance, similar to the positive Portuguese view of Americans, some Chinese officials concluded that in comparison with other foreign traders, the Americans 'had quietly conducted their trade...and had no conflict with or intention to challenge China.'¹⁴ *The Canton Register* (1827-44), the first publication in a foreign language edited in mainland China, was established by a young American, William W. Wood. Every week it published commercial and social information about foreigners in China, half of the year in Canton and the other half in Macao. Due to the paper's attacks on the East India Company and the fact that it was financed by Jardine and Matheson, the biggest private British company, Wood soon lost his job at *The Canton Register*. Later, working for Russell & Co., William Wood started his own publication, *The Chinese Courier and Canton Gazette*, on 28 July 1831 (the title was changed to *The Chinese Courier* in April 1832), but the publication was stopped in Macao on 23 September 1833.¹⁵ The above publications, along with two other important journals related to Macao—*The Canton Press* (called *The Macau Press* in Chinese 澳门新闻纸) and *The Chinese Repository*)—played a key role in importing

Western and American ideas into China. The *Haiguo Tuzhi* 海国图志 (Illustrated Treatise on the Maritime Kingdoms) by Wei Yuan 魏源 included much content from *The Chinese Repository* (1832-52), which was mainly edited by the American missionary Elijah Coleman Bridgman. *The Canton Press* was established by Edmund Moller in 1835, and was printed in Macao beginning in July 1839. Lin Zexu paid great attention to this journal and ordered his assistants to collect and translate all the information from *The Canton Press* on current affairs related to foreign countries, such as opium production, the international response to China's ban on opium trade and smoking, and the activities of Westerners in China's neighboring states. The effort to collect information from *The Canton Press*, which continued from July 1838 to November 1840 when Lin was removed from his official position, resulted in six handwritten volumes. Lin's keen interest in the information on the West, especially America, was attested by his decision to order Liang Jinde 梁进德 to translate Hugh Murray's *Cyclopedia of Geography*, which dedicated one-fifth of its total space to America. Learning from all these publications, Lin found out that 'Among foreign countries England is the strongest; only America and France can still compete against it....It seems that the way to deal with the situation is to use foreigners to balance against foreigners.'¹⁶

Lin's positive view of Americans might also come from the fact that he was, through his own personal experience, much impressed by the medical achievements of the American missionary Peter Parker. Parker came to Macao in 1834 and opened his clinic in the 'Thirteen Factories' in Canton the following year and in 1835, Parker treated more than 2,000 patients, including Lin himself. From July to October 1838, Parker opened his clinic in Macao, where he treated 700 patients. Lin had been troubled by hernias and secretly sought Parker's help. In response, Parker not only successfully cured Lin's hernia, but also provided him with a piece of good advice on how to ease opium smokers' withdrawal from opium addiction. As a result, Lin praised Parker on many public occasions.¹⁷ During the First Opium War, Lin's trust in Americans was further tested. On 26 April 1840, the Americans at the 'Thirteen Factories' sent Lin a warning message that a large British fleet would come to China in June to blockade Canton port. Upon reviewing this message, Lin and his assistants had a discussion about whether

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS



Kun Iam Temple in Macao.

the Americans' word could be trusted; they concluded that the Americans were honest, for they had shed their blood fighting England for their independence just 75 years previously.¹⁸

Peter Parker's medical activities in Canton and Macao also resulted in the development of a positive view of Americans among the Chinese officials who stayed in Macao to negotiate the Treaty of Wanghsia. These included Chi Ying 耆英, Chief Negotiator of the Treaty of Wanghsia and High Commissioner and Governor of Guangdong and Guangxi; Huang Entong 黄恩彤, assistant to Chi Ying for negotiation; and Pan Shicheng 潘仕成, China's representative to the negotiation, all of whom were in charge of

negotiating the Treaty of Wanghsia, which was signed at Kun Iam Temple in Macao on 3 July 1844. The parents of both Chi Ying and Pan Shicheng had been treated successfully by Parker. Grateful to Parker, Chi Ying gave him two wooden tablets inscribed with his own calligraphy: 'Miraculous Hands Bring the Dying Back to Life' and 'Longevity and Relief for Patients.' Huang Entong had also come to know Parker well due to Parker's medical successes. He was so impressed by the American missionary that during the negotiations he suggested a clause (item 17) stating that Americans shall have the right to build churches in China's treaty ports, which was eventually included in the final version of the Treaty of Wanghsia.¹⁹

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

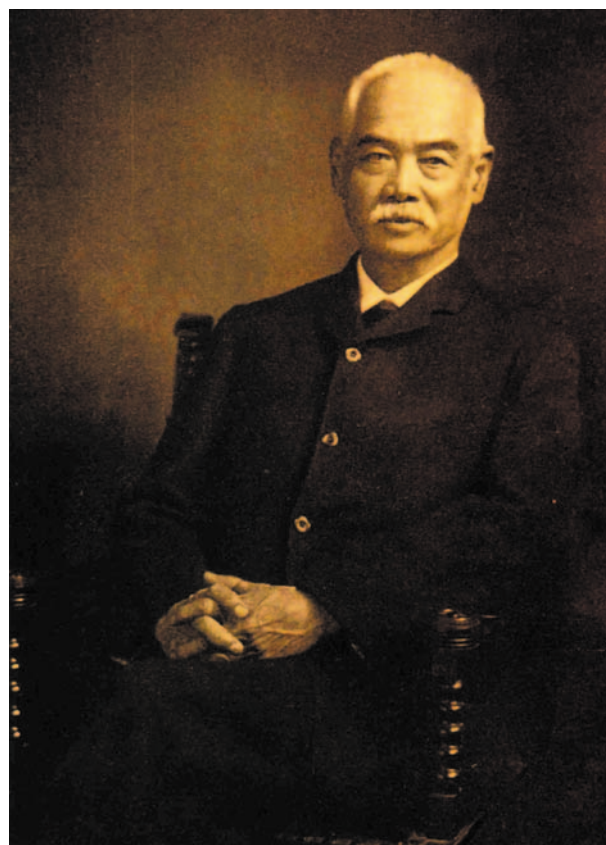
In tracing the image of Americans in Macao, one cannot ignore the views of some students who had studied in the U.S., among whom the most influential were Yung Wing (Rong Hong 容闳) and Wong Shing (Huang Sheng 黄胜). Yung Wing was born on 17 November 1828 at Nam Ping (South Screen) on Pedro Island, about four miles to the west of Macao. At age seven, Yung Wing began attending the school established by a British woman, Mrs. Gutzlaff, wife of Rev. Charles Gutzlaff, in Macao. On 23 February 1839, Rev. Samuel Robbins Brown, a self-styled 'Maker of the New Orient' and an 1838 graduate of Yale University, came to Macao, and in November of that year established the Morrison School. He took Yung Wing, Wong Shing and Wong Foon (Huang Kuang 黄宽) to America to further their education. They boarded Captain Gillespie's *Huntress*, which departed from Whampoa Port in Canton on 4 January 1847, and arrived in New York on 12 April.²⁰ These Chinese boys first stayed at the home of Samuel Robbins Brown's wife, Mrs. Elizabeth Brown, and later were well treated by Rev. Shubael Bartlett and his wife Mrs. Bartlett, the parents of Mrs. Brown. At Monson Academy, Miss Rebekah Brown taught Yung Wing courses on physiology and psychological philosophy. Ms. Brown was a kind, peaceful and gentle lady with a great heart. She and her husband, Dr. A. S. McClean of Springfield, Massachusetts, were a great help to Yung Wing during his studies at Yale. Mrs. Phoebe H. Brown, Rebekah Brown's mother, took good care of the Chinese boys. She was an optimistic woman who possessed great moral strength and merit, even though she had encountered many difficult days in her life. For that, she won great respect from Yung Wing. That is also why Yung Wing made Springfield the headquarters for the first group of 120 Chinese students studying in America under his supervision.²¹

Yung Wing thought highly of the Americans. He appreciated the goodness of some Americans and was so grateful to the Brown family that he named his first son Morrison Brown Yung and his second son Bartlett G. Yung in honor of Robert Morrison, Samuel Brown and the Bartlett family. During the Civil War, Yung Wing demonstrated his love for his second homeland, America, by volunteering his services to Brigadier-General Barnes of Springfield, the father of his Yale schoolmate.²² In 1875, Yung Wing married Mary Kellogg (1851-86) from Avon, Massachusetts, which

was one of the two dreams that, he wrote, 'I wished to become true.'²³ The young Yung Wing considered the American missionaries he met to be 'open-minded,' and relied heavily upon some Americans in his pursuit of a college education in America. On 15 April 1849, he wrote to Samuel Wells Williams, an American missionary, asking him to find a job for his brother Yung Asum and to persuade his father, Yung Ming Cheong, to let him stay in America in order to finish his Liberal Education there. 'They could not observe things as you and other open-minded people do,' Yung Wing said.²⁴ On 25 December 1850, he wrote Williams another long letter, saying that 'the old Yale campus is surrounded by an atmosphere of inspiration... My mind has never been so shocked and I am really enjoying being influenced.'²⁵

Inspired and influenced by his own educational experience in America, Yung Wing was determined to put his understanding of America's success to use in reforming China by sending more Chinese students to America. Due to his efforts, 120 Chinese students went

Rong Hong 1828-1912.



官商潔士儒術通人
心殷救世志左成真

大埔張振勳敬題

垂簾塞兌抱一守中
欲鑄神劍徧訪仙翁
高要梁應綿敬題

待鶴山人七十歲小影

剛方正直不合時宜
志在救世公爾忘私
勇於為善勞怨勿辭
清廉自矢中外咸知
卓哉此公知音其誰

注縣吳廣霽拜題



MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

to the U.S. in the summer of 1872 to pursue higher education, many of whom later became important statesmen, industrial leaders, top economic managers, military officers, etc. Moreover, Yung Wing advocated studying the U.S. banking system, and using the capital and talent of American businessmen to build China's railroads.²⁶ In the 1870s, Yung Wing played a critical role in investigating the exploitation and torture of Chinese coolies in Peru and negotiating with Spain and Peru to stop the coolie trade. Beginning in the 1840s, Macao became a notorious place for exporting Chinese coolies to Latin American countries. Living in Macao, Zheng Guanying 郑观应 wrote many articles criticizing the coolie trade centered in Macao.²⁷ Interestingly enough, although the United States was one of the countries that had imported Chinese coolies, the U.S. government was viewed by many Chinese as a reliable international force against the abuse of Chinese coolies and for human rights. From 1859 to 1868, Chinese coolies repeatedly wrote to American officials in charge of commerce or U.S. ministers to Peru to complain about their suffering and ask for help.²⁸ The U.S. government did respond to the Chinese call to stop torturing coolies and Frederick Low, U.S. Minister to China, sent the Qing government a memorandum outlining some ideas on how to stop the coolie trade on 15 June 1872.²⁹ In the ensuing 1873 negotiations with the representative of the Peru government on resolving the coolie issue, Li Hongzhang 李鸿章, the Chinese chief negotiator, called on Yung Wing to participate. Familiar with both American and international law, Yung Wing used American cases as precedents to turn down the Peruvian request to continue the coolie trade and keep the contracts signed by Chinese coolies.³⁰ The American actions against the coolie trade at Macao and Yung Wing's reliance on American laws to fight the coolie trade doubtlessly cast a profoundly positive image of the United States among the people of Macao.

Another student from Macao who went to America with Samuel Robbins Brown was Wong Shing (1827-1902). Wong Shing returned to China in 1848 because of illness. However, his short stay in America had already influenced Wong Shing's view of America and the world. In 1871, he and Wang Tao bought the printing office of the London Missionary Association,

with which they established the *Zhonghua Yinwu Zongju* 中华印务总局 (Chinese General Printing Office) thus initiating China's modern publishing industry. In 1873, Wong Shing took the second group of Chinese students to study in America. In 1874, he supported Wang Tao's bid to transform the Chinese General Printing Office into the *Xunhuan Ribao* 循环日报 (Daily Circulation), which became the first newspaper advocating reform in modern China, the first Chinese newspaper to include political commentary, and the most successful of all Chinese published newspapers. He translated many Western books and wrote several articles together with Wang Tao on military technology for reformers.³¹ Obviously, Wong Shing shared much of Yung Wing's view of America.

If Yung Wing's and Wong Shing's views of America only represented two Macao individuals' perceptions of the United States, and their actions influenced by American values were mostly taken outside Macao, *Zhi Xin Bao* 知新报 (Learning the New), established by Kang Youwei 康有为 and Liang Qichao 梁启超 was an indigenous product and a very popular newspaper both locally and nationally. *Zhi Xin Bao* was financially supported by a Macao businessman and Kang's student He Huitian 何惠田, also He Tingguang 何廷光. Under Xu Qin's 徐勤 editorship, the newspaper published its first issue on 22 February 1897, producing one issue every five days at first, then every ten days starting with the twentieth issue; it stopped publication on 20 January 1901.³² From the first several issues of *Zhi Xin Bao*, readers can see the image of the U.S. in Macao as well as in the minds of the reformers. 'In just over one hundred years since its independence,' an editorial pointed out, 'America has become such a prosperous and powerful nation.' 'A dozen small countries in South America,' the article continued, 'have had no wars because of American leadership... The United States rules with no admonitions.... In about one hundred years, good knowledge developed competitively. From various and remote nations emerged Washington, who established democracy. Napoleon arose but monarchism declined.... From the era of monarchism to the time of democracy is the third change.' 'Thus,' the article concluded, 'Asia contains the old habits of the world; Europe opened up the new path of the earth, and America has achieved the great law of the universe.'³³ Clearly, in the view of the editor and the

Zheng Guanying.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

reformers of Macao, the U.S. was a powerful democratic nation and represented the great path that the rest of the world should follow.

Among all the reformers in Macao the most important was Sun Yat-sen. Sun was not born in Macao, but he was once a Macao resident. Sun's father was a shoemaker who lived in Macao during his early years and it was from Macao that Sun departed for America at age 12. In his five years of studying and living in Honolulu, Sun was enormously influenced by American and European cultures, education and democratic ideas. In 1883, it was again from Macao that Sun departed for Hong Kong to continue his education. During his college years, Sun frequently traveled between Hong Kong and Macao. In 1892, Sun graduated from the College of Medicine for Chinese in Hong Kong, headed by the famous American Dr. John Kerr, and moved to Macao, where he stayed for several years until 1897. Initially, Sun worked at the Kiang Wu hospital, and later he opened his own private clinic and pharmacy. He cooperated with a Macanese, Francisco Hermenegildo Fernandes, to publish the first bilingual weekly newspaper in Macao, the *Echo Macanese* (Chinese section entitled *Ching-Hai Tsung Bao* or *Shing-hai Tsung Pao*, 1893-5), which published several articles introducing Sun's ideas and political actions.³⁴ It is believed that it was during this period in Macao that Sun developed his republican ideals and goals, which were undoubtedly influenced by his education and life in America, his supporters from the United States, and his stay in the house of an American Protestant minister in Canton after his political failure in 1895. Thus, as a Macao resident, Sun's political ideals reflected the most notable image of the U.S. in Macao in the late 19th century: that of a democratic, prosperous, progressive and powerful nation.

One century later, one may find that this historical image of the U.S. in Macao has remained, and even strengthened, into the twenty-first century. Meanwhile, however, some negative perceptions of the U.S. have developed among the Chinese in Macao after the 2003 Iraq War. Before the war, the people of Macao in general had a favorable view of the United States. For instance, many Macao residents and scholars acclaimed the passage of the United States-Macao Policy Act of 2000, which they believed would elevate the international status of Macao and promote the U.S.-Macao trade, foreign investment in Macao, business opportunities

for Macao businessmen and educational opportunities for Macao students.³⁵ They believed that 'Americans pay great attention to the contractual spirit, trust and honor, and like to do everything through legal papers.'³⁶

After the Iraq War broke out, and especially with the opening of American casinos in Macao, however, local people's view of the U.S. changed and negative opinions began to increase. Most Macao people still welcomed or held a positive view of American people and American culture and products. They greatly appreciated American culture, as represented (for example) by the musical drama 'Chicago,' they were enormously touched and lightened by the American arts and theater, and they liked to promote the American model of 'general education' in Macao. Many Macao youth were eager to study in America and learn English, in the belief that they could find a better job at American casinos if they were proficient in English. Some scholars pointed out that Macao was not well known in the world before the American casino corporations arrived, and that many people thought Macao was a small area belonging to Hong Kong. However, it was the American casino corporations—all of which were world famous enterprises—that made Macao a truly global city known to most people in the world and that, in business circles, generated a lot of interest in investing in Macao.³⁷ Nevertheless, a negative view began to develop among the majority of Macao people. For instance, many people believed that the real purpose behind the U.S war in Iraq was not to transplant the American model of 'democratic freedom' to Iraq under the name of anti-terrorism, but actually to gain control of the natural resources in the Middle East.³⁸ Some Macao people even began to worry that the American anti-terrorist activities might result in the penetration of terrorists into Macao and terrorist attacks on American businesses in Macao, and that at the very least would bring to Macao the hegemonic and bossy style of the U.S. This apprehension was combined with the fear that once Macao conferred the rights to run casinos to American corporations and opened its doors to the inflow of American capital, the influence of the U.S. in Macao would significantly increase and the simple and laid-back life style of Macao people would be crushed by the alien but powerful American culture.³⁹ Thus, some opposed the idea of copying the Las Vegas model in Macao, and believed that the U.S. was attempting to use Christian culture and values to reform the rest

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

of the world and unify the world culturally.⁴⁰ Indeed, Macao people were greatly shocked when the decision was made to fire 160 Chinese employees of the Las Vegas Sands and when the U.S. government put Banco Delta Asia S.A.R.L. on its list of money launderers—actions which were seen by Macao people as evidence of a policy of American hegemonism that judged everything only from the perspective and interests of America.⁴¹ They began to fear that the globalization of Macao would turn Macao into a dreamlike Macao Las Vegas or Macao Disney World, and that the Macao Venetian would become the new cultural symbol of the city.⁴² Because the American-run casinos would hire more than 30,000 employees and pay the taxes that would provide a large proportion of Macao government revenue, some people worried that American capital would gain power over the political discourse and would influence Macao politics, turning Macao into a bridgehead for a ‘color revolution’ in mainland China.⁴³

Due to the constraints on time and available source materials, the author has only been able to analytically highlight here the Chinese people’s images of the U.S. in Macao during certain points in history and at the present time—which, interestingly enough, happened to be at

both ends of the time spectrum. Although it is too soon to draw any conclusions from these observations, the analytical lines of this paper describe the development of Sino-American relations in general and Chinese views of Americans in Macao in particular. These two realms are different domains and cannot necessarily be equated with each other, but they are certainly closely related and do reflect upon each other. In the early days of China’s encounter with Americans, when Americans had limited contact with mainland China and most people in mainland China had no idea who the Americans were, the Chinese perception of the U.S. in Macao was both significant and representative, and worthy of study. A closer comparative study of the image of Americans among the Chinese in Macao from the outset up to the present time will help provide a better understanding of the nature and evolution of Sino-American relations, and of Macao’s role in the history of China’s foreign relations. **RC**

Author’s Note: A different version of this article is to be included in *Macao and U.S.-China Relations*, edited by Yufan Hao and Jianwei Wang, and to be published by Lexington.

NOTES

- 1 José Maria Braga, *With the Flowery Banner: Some Comments on the Americans in Macao and South China*. Macao: Fernandes & Filhos, 1940, open page and page 12.
- 2 Tereza Sena, ‘Historical Background of Macau with Particular Focus on the First Americans in China,’ in *Macau—Cultural Dialogue Towards A New Millennium, Proceedings of A Symposium*, edited by Iêda Siqueira Wiarda and Lucy M. Cohen. Philadelphia: Xlibris, 2004, pp. 61-3; José Maria Braga, *With the Flowery Banner*, pp. 12-14, 19-20.
- 3 José Maria Braga, *With the Flowery Banner*, pp. 14-15, 37; Tereza Sena, ‘Historical Background of Macau with Particular Focus on the First Americans in China,’ pp. 37-8.
- 4 Kenneth S. Latourette, *History of Early Relations Between the United States and China (1784-1844)*. New Haven: Yale University Press, 1919, p. 11.
- 5 José Maria Braga, *With the Flowery Banner*, pp. 17, 44.
- 6 These seven American Presbyterian missionaries were: James C. Hepburn (1843), Richard Cole (1844), Divie B. McCartee (1844), Robert Q. Way (1844), Andrew P. Happer (1844), John Lloyd (1844), M.S. Culbertson (1844), A. Ward Loomis (1844), John Booth French (1846), W.M. Speer (1846) and John W. Quarterman (1846). See Tang Kaijian 汤开健 and Yan Xiaohua 颜小华, ‘Meiguo Zhanlaoahui chuanjiaoshi zaoqi Aomen huodong shulue’ 美国长

- 老会传教士早期澳门活动述略 (A Brief Account of the Early Activities of American Presbyterian Missionaries in Macao). *Aomen Lishi Yanjiu* 澳门历史研究 (Research on Macao History), no. 3, December 2004), pp. 99-101. See also Tereza Sena, ‘Historical Background of Macau with Particular Focus on the First Americans in China,’ pp. 66-73.
- 7 Tang Kaijian and Yan Xiaohua, ‘Meiguo Zhanlaoahui chuanjiaoshi zaoqi Aomen huodong shulue,’ pp. 106-7.
- 8 José Maria Braga, *With the Flowery Banner*, pp. 23-4.
- 9 *Chouban yiwu shimo, Daoguang chao* 《筹办夷务始末》道光朝 (The Whole Story of Planning to Deal with the Barbarians-Related Business, Daoguang Period), vol. 6. Zhonghua Press, 1964, p. 3119.
- 10 Dominic Shi Fong Lee 多米尼克·士风·李, *Wangqing hua yanglu: Meiguo chuanjiaoshi, mandaren he lijia de gushi* 晚清华洋录: 美国传教士, 满大人和李家的故事 (The American Missionaries, the Mandarins, and the Opium War). Transl. Li Shifeng Yi 李士风. Shanghai: Shanghai Renmin Chubanshe, 2004, pp. 64-5.
- 11 *Xiangshan Ming Qing dangan jilu* 香山明清档案辑录 (The Selected Archives on Xiangshan from Ming and Qing), edited by Zhongshan Archives 中山市档案局 (館) and Zhongguo diyi lishi danganguan 中国第一历史档案馆 (The First Historical Archives of China). Shanghai: Shanghai Ancient Books Press, 2006, pp. 518-19.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

- 12 José Maria Braga, *With the Flowery Banner*, pp. 22-3.
- 13 Ibid., pp. 43-5.
- 14 The Defensive and Administrative Governor of Guangdong and Guangxi, Cheng Juecai: 'Memo on the Process in Stopping through Persuasion the Demand from the American Minister for Visiting Beijing,' March 22, 1844. *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (The Compilation of the Archives and Literature Related to Macao Issues from Ming and Qing), vol. 2, edited by the Zhongguo diyi lishi danganguan 中国第一历史档案馆 (The First Historical Archives of China), Aomen Jijinhui 澳门基金会 (Macao Foundation), and Jinan Daxue 暨南大学 (Institute of Classical Studies of Jinan University). Beijing: Renmin Chubanshe, 1999, p. 514.
- 15 Tereza Sena, 'Historical Background of Macau with Particular Focus on the First Americans in China,' p. 74.
- 16 Zhao Deyu 赵德宇, *Xixue Dongjian yu Zhong Ri Langguo de Duiying—Zhong Ri xixue bijiao yanjiu* 西学东渐与中日两国的对应—中日西学比较研究 (Western Knowledge Coming to the East and the Responses from China and Japan. A Comparative Study of the Western Learning in China and Japan). Beijing: Zhishi Chubanshe, 2001, pp. 220-2.
- 17 Dominic Shi Fong Lee, *Wanqing hua yanglu: Meiguo chuanjiaoshi, mandaren he lijia de gushi*, pp. 34-5; *The Chinese Repository*, vol. 13, pp. 302-3; Edward V. Gulick, *Peter Parker and the Opening of China*, pp. 117-18. Cambridge: Harvard University Press, 1973; Zhang Wenqin 章文钦, *Aomen yu Zhonghua Lishi Wenhua* 澳门与中华历史文化 (Macao and Chinese History and Culture). Macao: Macao Foundation, 1995, p. 38.
- 18 Dominic Shi Fong Lee, *Wanqing hua yanglu: Meiguo chuanjiaoshi, mandaren he lijia de gushi*, pp. 64-5.
- 19 Zhang Wenqin, *Aomen yu Zhonghua Lishi Wenhua*, pp. 38, 46.
- 20 Yung Wing 容闳, *Xixue Gongjian Ji* 西学东渐记 (My Life in China and America). Transl. Xu Fengshi 徐凤石, Yun Tieqiao 恽铁樵. Changsha: Hunan Renmin Chubanshe, 1981, pp. 1-12, 23-5.
- 21 Ibid., pp. 13-18, 94.
- 22 Ibid., pp. 79-80.
- 23 Ibid., p. 12.
- 24 April 15, 1849; December 25, 1850, Yung Wing to S.W. Williams, Unpublished Missionary English Correspondence, Yale Sterling Memorial Library (YSML), Yale University; Gao Zonglu 高宗鲁, 'Rong Hong yu Zhongguo youtong liu Mei' 容闳与中国幼童留美 (Yung Wing and Chinese Young Students in America). In *Rong Hong yu Zhongguo jindaihua* 容闳与中国近代化 (*Yung Wing and China's Modernization*), edited by Wu Wencai 吴文策, Gao Demin 高德民 and Liang Zhenxing 梁振兴编. Zhuhai: Zhuhai Chubanshe, 1999, pp. 424-66.
- 25 Liang Baihua 梁伯华, 'Yung Wing yu xixue dongjian de jingyan ji dui xiandai zhongxi wenhua jiaolin de qishi' 容闳与西学东渐的经验及对现代中西文化交流的启示 (Yung Wing's 'Western Learning' and China's Modernization). In *Rong Hong yu Zhongguo jindaihua*, p. 312.
- 26 Yung Wing, *Xixue Gongjian Ji*, pp. 119-21; Gao Zonglu, 'Rong Hong yu Zhongguo youtong liu Mei'; Xiao Yiting 肖一亭, 'Rong Hong de Weixin Zhongguo Huodong' 容闳的维新中国活动 (Yung Wing's Activities to Reform China). In *Rong Hong yu Zhongguo jindaihua*, p. 409.
- 27 *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 6, pp. 698-710.
- 28 Wei Qingyuan 韦庆远, *Aomenshi Lungao* 澳门史论稿 (An Annotated History of Macao). Canton: Guangdong renmin chubanshe, 2005, p. 238; *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 3, pp. 25-6; vol. 5, p. 651.
- 29 *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 3, pp. 37-40.
- 30 Wei Qingyuan, *Aomenshi Lungao*, pp. 247-58.
- 31 Liu Shengyi 刘圣宜, '容闳及其师友对中国近代化事业的贡献' (The Contributions of Yung Wing and His Schoolmates to the Cause of China's Modernization). In *Rong Hong yu Zhongguo jindaihua*, pp. 343-56.
- 32 Jin Shulun 靳书伦, *Aomen Yishi* 澳门轶事 (Anecdotes of Macao). Beijing: Zhongyang wenxian chubanshe, 1999, pp. 150-4; Lu Juan 卢娟, 'Wan Qing Aomen Zhixinbao de chuangan' 晚清澳门知新报的创办 (The Establishment of *Learning the New* in Macao in the Late Qing). *Aomen Lishi Yanjiu*, no. 5, November 2006, pp. 69-77.
- 33 'Diqu dashi gonglun zongxu' 地球大勢公論總序 (A Public and Comprehensive View of the Global Trend). *Zhi Xin Bao* 知新報 (*Learning the New*) no. 2 and no. 4, 26 January and 6 February (lunar month), 1897.
- 34 Jin Shulun, *Aomen Yishi*, pp. 167-72; Tereza Sena, 'Historical Background of Macau with Particular Focus on the First Americans in China,' pp. 88-90.
- 35 'Mei queren diwei xianshi zeng xinxin' 美确认地位显示增信心 (The Fact that the United States Recognizes Macao's Status Shows Its Increased Confidence in Macao). *Macao Daily News* 澳门日报 4 January 2001.
- 36 'Huangjin diduan hualuo shuijia?' 黄金地段花落谁家? (Into Whose Hands Will the Golden Flower Fall?). *Macao Daily News*, 31 May 2002.
- 37 Yin Hongwei 尹鸿伟, 'Shijie diyi ducheng?' 世界第一赌城? (The Number One Gambling City in the World?). *Nanfengchuang* 南风窗 (The Window of South Wind), the First Issue of December 2006.
- 38 Chen Yuan 陈远, 'Dangjin ganzhi: Yinyueju 'zhijiage' guanhou' 当今感知: 音乐剧 '芝加哥' 观后 (The Feeling and Recognition of Nowadays—On Watching the Musical Drama 'Chicago'). *Macao Daily News*, 8 November 2004; 'Macao News' by Yi Lin 艺林. *Macao Daily News*, 20 December 2004; 'Tigao Yingwen shuiping ji zishen weilai jingzhengli: xuesheng liu Mei quzeng wang ruzhi Meizi gongs' 提高英文水平及自身未来竞争力: 学生留美趋增望入职美资公司 (Improve English Capacity and Competitive Strength for Future: The Number of Students Who Plan to Study in America and Work in American Firms Increased). *Macao Daily News*, 20 February 2006; 'Aoren lengjin fanzhan' 澳人冷静反战 (People of Macao Are Calmly Anti-War). *Cheng Bao* 成报, 12 April 2003; Bi Yu 笔愚. 'Duanzhang xieyi' 断章写义 (Quotes Out of Context). *Macao Daily News*, 13 July 2004.
- 39 Wu Wen 吴闻, 'Duanzhang xieyi' 断章写义 (Quotes Out of Context). *Macao Daily News*, 27 June 2004; Bi Yu, 'Duanzhang xieyi'.
- 40 Li Yan 立言, 'Lianfeng juanyu' 莲峰隽语 (Meaningful Words on Lotus Mountain). *Xun Bao* 讯报, 12 November 2004; 'Economy.' *Macao Daily News*, 12 December 2004; Huang Hongzhao 黄鸿钊, 'Aomen wenhua qianshuo' 澳门文化浅说 (A Simply Analysis of Macao Culture). *Macao Daily News*, 18 June 2006.
- 41 Yong Yi 永逸, 'Hua Ao renyu' 华澳人语 (Words from Chinese People of Macao). *San Wa Ou* 新港澳, 8 November 2006; Yu Ding 愚丁, 'Haojiang Dianping' 濠江点评 (Commentary from Macao). *Shimin Ribao* 市民日报, 21 March 2007.
- 42 Song Weixiong 宋伟雄, 'Aomen chenggong beihou: Chaoji ducheng vs. shehui fazhan' 澳门成功背后: 超级赌城 vs. 社会发展 (Behind Macao's Success: The Super Casino City vs. Social Development). *San Wa Ou*, 27 September 2007.
- 43 Yong Yi, 'Hua Ao renyu'.

Macau e os Cules na Política dos EUA (1844-1874)

MARIA TERESA LOPES DA SILVA*



PRIMEIRO TRATADO SINO-AMERICANO NEGOCIADO EM MACAU

O primeiro conflito sino-britânico, que decorreu entre 1839 e 1842, conhecido por Guerra do Ópio, acelerou o processo de transformações políticas e económicas que já se faziam sentir no Extremo Oriente, pelo menos desde finais do século XVIII.¹

Até ao final da guerra, a cidade de Macau era o ponto obrigatório de passagem dos ocidentais que pretendiam entrar na China. A Grã-Bretanha conseguiu romper o tradicional isolamento do Celeste Império ao assinar em Nanquim, no ano 1842, o tratado que pôs fim ao conflito. A cedência da ilha de Hong Kong e a abertura de cinco portos ao comércio internacional² foram os pontos mais marcantes da nova era que começou a estruturar-se nesta região do globo.

Ao contrário da Grã-Bretanha, o interesse dos Estados Unidos pela China era recente. Na década de 1840, a política e a opinião pública americanas eram contra o tráfico do ópio. No entanto, os navios americanos, sobretudo da *Russel & Co.*, eram

frequentemente afretados por empresas britânicas para o transporte desta mercadoria, facto que suscitava tanto a competitividade como a contestação.³ A concessão do estatuto de nação mais favorecida à Grã-Bretanha, atribuído pela China com o tratado de Nanquim, deixava os comerciantes e o governo americanos em situação de inferioridade.

Contudo, além da política de transporte, os norte-americanos ambicionavam também ter acesso a novos centros consumidores e fornecedores de matérias-primas e procuravam mão-de-obra barata para a sua agricultura, indústria e obras públicas, que se encontravam em franca expansão.

É neste sentido que se compreende que, em Dezembro de 1842, o presidente americano tenha dirigido uma mensagem ao Congresso na qual referiu a necessidade dos EUA alcançarem também as vantagens concedidas à Grã-Bretanha. Para chefiar uma missão diplomática com este objectivo foi escolhido Caleb Cushing, antigo parlamentar americano, que foi investido na categoria de ministro plenipotenciário com plenos poderes.⁴ Cushing chegou a Macau no dia 24 de Fevereiro de 1844, acompanhado por um numeroso séquito.

Caleb Cushing levava uma carta do presidente Tayler e apregoava que só iria negociar em Pequim. O receio de que ele cumprisse a ameaça levou Qi Ying 耆英, comissário imperial e vice-rei dos Dois Guang, a deslocar-se a Macau e a reabrir neste território o processo negocial com o Ocidente, que a China já tinha considerado encerrado. Como resultado deste labor negocial, no dia 3 de Julho de 1844 foi assinado em Macau o primeiro tratado sino-americano. Conforme

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em História do século XIX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde prepara o seu doutoramento. É autora de mais de uma dezena de estudos sobre Macau, entre os quais se destaca *A Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853)*. O Governo de Ferreira do Amaral (Lisboa: Fundação Oriente, 2002).

Graduate in History from Lisbon University's Faculty of Arts. She holds a M.A. in the History of the 20th Century from the Faculty of Social and Human Sciences in Lisbon's Universidade Nova, where she is currently preparing her Ph.D. She has published several studies on Macao, namely A Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853). O Governo de Ferreira do Amaral (Lisbon: Fundação Oriente, 2002).

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

o desejado, além das vantagens comerciais semelhantes à Grã-Bretanha, o novo convénio alargou também aos EUA a cláusula de nação mais favorecida. Este tratado serviu também de protótipo ao que foi celebrado em Macau, em Outubro do mesmo ano, entre a França e a China.

EUA NÃO RECONHECEM A SOBERANIA PORTUGUESA EM MACAU

A realização destes eventos, e a exclusão de Portugal, reforçou nas autoridades americanas, à semelhança do que já acontecia com as britânicas, o princípio de que Macau era território chinês. Efectivamente, um *Acto* aprovado pelo Congresso dos EUA, em 11 de Agosto de 1849, defendia, à semelhança de uma Ordenação publicada em 1845 pelo governo de Hong Kong, que os cônsules e ministros americanos tinham poderes suficientes para julgar os crimes cometidos pelos seus cidadãos em qualquer parte do império chinês, incluindo o território de Macau.

O problema colocou-se com maior acuidade em Dezembro de 1848, quando Robert Silver pediu autorização ao governador João Ferreira do Amaral para exercer as funções de cônsul americano no Estabelecimento. Ao ser informado da existência do referido *Acto*, o governador enviou rapidamente para Lisboa a documentação que possuía sobre o assunto e manifestou também os seus próprios receios sobre as eventuais consequências desta ordem.⁵

Quando recebeu este ofício, no mês de Março, o ministro da Marinha e Ultramar remeteu-o ao seu homólogo dos Negócios Estrangeiros. Entretanto, em Macau, como a decisão da Metrópole tardava em chegar, o governador decidiu antecipar-se uma vez mais ao governo de Lisboa e permitiu que Robert Silver exercesse as funções consulares no território, com a condição expressa de não fazer uso do *Acto* supra mencionado.

O silêncio do governo da Metrópole sobre esta matéria manteve-se ainda durante mais algum tempo. Enquanto isso, em Junho de 1849, os marinheiros britânicos resgataram da cadeia de Macau um dos seus concidadãos que se encontrava preso nesta instituição, facto que ficou conhecido como o caso Keppel. Estes acontecimentos levaram o governo de Lisboa a reconhecer a urgência de encontrar novos apoios para sustentar a presença portuguesa em Macau. Foi por este motivo que, em Setembro de 1849, o ministro Gomes

de Castro decidiu atribuir o *exequatur* a Robert Silver e a outros cônsules. Apesar da relevância política desta decisão, o problema de fundo permanecia por resolver. Efectivamente, foi só no dia 20 de Setembro de 1850 que o Congresso americano aprovou um novo *Acto*, que revogava o anterior, o que muito provavelmente se ficou a dever às pressões exercidas pela diplomacia portuguesa junto do governo de Washington.⁶

EUA PARTICIPAM NA COLIGAÇÃO QUE DEFENDEU MACAU APÓS O ASSASSINATO DO GOVERNADOR FERREIRA DO AMARAL

A política do facto consumado, usada por Ferreira do Amaral para impor com mão férrea a soberania portuguesa em Macau, resultou no seu próprio assassinato, no dia 22 de Agosto de 1849.⁷

Na noite da tragédia reuniu-se o Conselho do Governo que tomou a seu cargo a administração do Estabelecimento. Por convite deste órgão, estiveram também presentes na reunião os representantes estrangeiros, entre eles John W. Davis, comissário dos EUA, o barão Alexandre Forth-Rouen, plenipotenciário da França, e Sinibaldo de Mas, ministro de Espanha. Em conjunto com as autoridades portuguesas, estes diplomatas assinaram um protesto que foi dirigido ao vice-rei Xu Guangjin 徐广缙. Não quer isto dizer que os países ocidentais passaram subitamente a reconhecer a soberania portuguesa em Macau. Ao invés, eles decidiram apoiar o governo do Estabelecimento com receio de que o assassinato do governador pudesse dar ânimo aos chineses para planearem uma qualquer acção contra os seus interesses e porque consideravam vantajoso que Macau não regressasse ao domínio da China. Para concretizar este plano destinado a assegurar a defesa e a ordem, os três representantes estrangeiros, e também as autoridades britânicas, fizeram chegar ao território vários meios humanos e militares que possuíam na região. Um dos mais rápidos e significativos reforços foi o que os americanos fizeram deslocar de Huangpu para Macau, que consistia nos navios *Dolphin* e *Plymouth*, incluindo as respectivas tripulações.

Posteriormente, todos os delegados estrangeiros, incluindo John W. Davis, enviaram notas de protesto ao vice-rei, “notas essas cheias de termos enérgicos e transparecendo uma tal indignação que davam a

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

impressão de uma iminente coligação contra nós”, disse Xu Guangjin.⁸ Só quando este se certificou de que as potências não iriam coligar-se militarmente contra a China é que anunciou a descoberta da cabeça e mão do finado governador, levadas pelos assassinos na altura do crime.

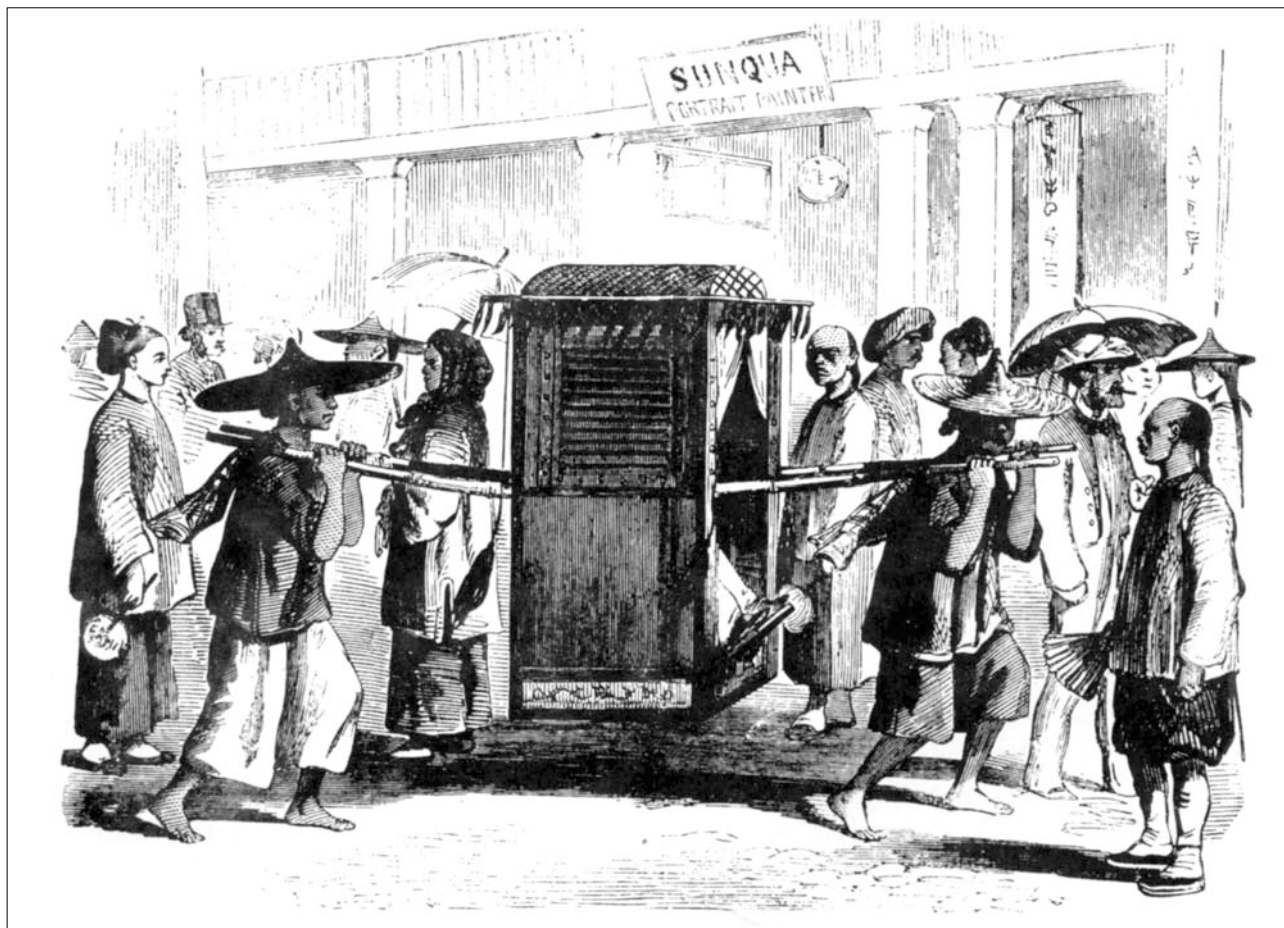
PORTUGAL SOLICITA APOIO AOS EUA PARA NEGOCIAR E RATIFICAR O PRIMEIRO TRATADO LUSO-CHINÊS

Ultrapassada a crise que motivou a solidariedade internacional, Macau regressou progressivamente à normalidade. Seguiram-se os governos de Pedro Alexandrino da Cunha e de Francisco Gonçalves Cardoso, que tiveram duração efémera e não introduziram alterações estruturais, nem ao nível político nem económico.

No início da década de 1850, a revolta dos Taiping (1850-1864)⁹ e as guerras do ópio (1856-1860)¹⁰ obrigaram muitos chineses a refugiarem-se no território. Este acréscimo populacional revitalizou o comércio e os valores das arrematações dos monopólios, nomeadamente do jogo, cresceram de um modo significativo. Sendo assim, as finanças públicas e privadas de Macau começaram gradualmente a melhorar. A partir de 1851, com o início da emigração chinesa com contrato para Cuba e para o Peru, iniciou-se um novo ciclo económico que constituiu, até ao início de 1874, a base do sustento dos cidadãos e da Fazenda Pública.¹¹

Entretanto, permanecia por resolver a questão das negociações entre Portugal e a China, que depois do tratado de Nanquim tinha levado o Estabelecimento a perder muitos privilégios em relação às potências ocidentais. Para ultrapassar este problema, em Junho

Cules transportando um passageiro numa liteira de varais. In John Warner (comp.), *The Hong Kong Illustrated - Views and News, 1840-1890*. Hong Kong: J. Warner Publications, 1981.



MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS



MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

de 1853, o governador Isidoro Francisco Guimarães foi investido no cargo de ministro plenipotenciário de Portugal na China e recebeu plenos poderes para negociar e ratificar um tratado com o Celeste Império. No entanto, a necessidade de as autoridades chinesas resolverem os seus conflitos internos e externos, mantinha-as ocupadas e impedia o início das negociações luso-chinesas.

A neutralidade assumida por Portugal nas guerras do ópio inviabilizou o apoio britânico nos futuros acordos de paz. Sendo assim, as importantes vantagens de que os EUA usufruíam no Celeste Império levaram o governo de Lisboa a solicitar-lhe apoio para celebrar também um tratado com a China. O primeiro pedido de auxílio nesse sentido foi apresentado no verão de 1857, por Figaníere e Mourão, ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, e a resposta foi positiva.¹²

Enquanto isso, no mês de Junho de 1858, o governo chinês assinou em Tianjin os tratados de paz com a Grã-Bretanha, França, EUA e Rússia. Com o fim do conflito, que ainda teve novos desenvolvimentos até 1860, devido a vários problemas com a ratificação dos tratados, Macau ficou em pior situação do que estava antes da guerra. Os novos convénios só se aplicavam aos países que já anteriormente tinham assinado tratados com a China, pelo que o Estabelecimento sob administração portuguesa não podia beneficiar das vantagens alcançadas pelos signatários dos novos acordos.

Isidoro Guimarães não conseguiu participar nas negociações de paz em simultâneo com os restantes países ocidentais porque, além da oposição da Grã-Bretanha, faltavam-lhe as instruções da Metrópole, que só foram lavradas em Setembro de 1858. Ficou, assim, perdida a possibilidade de Portugal desfrutar do apoio americano. Resta saber até que ponto esta promessa de auxílio poderia ter alterado o rumo dos acontecimentos. A julgar pelos factos posteriores, como veremos, dificilmente a História teria sido diferente.

Apesar destas contrariedades, o primeiro tratado luso-chinês acabou por ser celebrado em Tianjin no dia 13 de Agosto de 1862. A troca das ratificações deveria realizar-se no prazo de dois anos. Contudo, as dificuldades que surgiram neste âmbito, devido às



divergências em relação aos artigos 2.º e 9.º, referentes à soberania portuguesa e ao estatuto do representante chinês no território, levaram Portugal a solicitar novamente a colaboração do governo de Washington.

Esta ambição foi expressa pela primeira vez pelo novo plenipotenciário e governador de Macau, José Rodrigues Coelho do Amaral, que, no dia 18 de Junho de 1864, enviou ao seu homólogo americano e, em simultâneo aos, representantes da França, Grã-Bretanha e Rússia, um firme protesto pelo facto de as autoridades de Pequim se recusarem a ratificar o tratado.¹³ A ausência imediata de uma resposta levou o governo de Lisboa, no final de 1865, a solicitar directamente a intervenção dos EUA.¹⁴

Na sequência das diligências que realizou, em Fevereiro do ano seguinte, Figaníere e Mourão garantiu que as autoridades de Washington se mostravam dispostas a ajudar Portugal nas negociações com o Celeste Império.¹⁵

¹² “Como é que a América trata os Chineses? O Norte não gosta, o Sul sim!”
Ilustrações da imprensa americana do século XIX. Reproduzido de *Encontro de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, n.º 5 (2000).

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

Apesar de estas informações só terem chegado a Lisboa no mês Setembro de 1866, a insistência da China em não aceitar a versão portuguesa do Tratado e a celebração do convénio sino-franco-britânico sobre a emigração chinesa, em Março do mesmo ano, levou o ministro Casal Ribeiro a dirigir-se novamente a Figanière e Mourão. Efectivamente, o chefe da diplomacia portuguesa ainda mantinha viva a esperança de que, com a ajuda externa, fosse possível “aproveitar algum ensejo favorável para obter do governo chinês a solução das questões relativas à ratificação do nosso tratado de um modo mais favorável para Portugal, isto é, no sentido das expressões consignadas no texto português do referido tratado”.¹⁶

A este repetido pedido auxílio respondeu prontamente o experiente plenipotenciário português em Washington que, “depois de madura consideração, desnecessário me parece tornar a pedir a este governo o que ele já concedeu tão recentemente, dando as ditas ordens, que não caducaram, mas ainda vigoram, ao referido ministro na China, que ali só pode ter chegado em meados deste ano”.¹⁷

*A política do facto consumado,
usada por Ferreira do Amaral
para impor com mão férrea
a soberania portuguesa
em Macau, resultou no seu
próprio assassinato, no dia 22
de Agosto de 1849.*

Sem novos apoios, coube ao plenipotenciário e governador José Maria da Ponte e Horta, de acordo com as instruções que recebeu de Lisboa, fazer novas tentativas para resolver as questões pendentes. Mostrou-se disposto, por exemplo, a aceitar mudanças nos pontos em litígio, desde que as mesmas não desvirtuassem o sentido do Tratado, e manifestou o desejo de aderir à Convenção sino-franco-britânica sobre emigração, realizada no ano 1866. No entanto, os apoios externos não se concretizaram e as diligências realizadas não produziram os efeitos desejados.

O novo governador e plenipotenciário de Portugal na China, António Sérgio de Sousa, ainda fez uma derradeira tentativa para ratificar o tratado de 1862 mas, sem o auxílio efectivo das potências ocidentais, todos os seus esforços nesse sentido acabaram por ser em vão. A partir desta altura, a possibilidade de desfrutar do apoio americano, e mesmo dos restantes países, foi-se esvaziando lentamente. Somente no ano de 1887, noutro contexto internacional, foi possível celebrar um novo tratado entre Portugal e a China, que firmou em bases mais sólidas a presença portuguesa em Macau.

CIDADÃOS AMERICANOS ENVOLVIDOS
NO TRÁFICO DE CULES ATRAVÉS
DE MACAU

A partir dos primeiros anos da década de 1860, além da ratificação do tratado luso-chinês, os representantes de Portugal e dos Estados Unidos passaram a discutir também a temática da emigração chinesa. Antes de este assunto merecer a atenção de ambos os países, a Legação portuguesa em Washington serviu de local de encontro para a realização do primeiro tratado luso-peruano e para a criação dos consulados em Callao de Lima e em Havana, no ano de 1853, necessários para organizar a emigração que chegava de Macau.

Os contactos entre Portugal e os Estados Unidos da América sobre a emigração chinesa integram-se no âmbito mais vasto das relações que os dois países mantinham entre si e, sobretudo, dos negócios que ambos possuíam no Extremo Oriente.

Os cidadãos americanos participaram desde o início dos anos 50 no processo de contratação, transporte e emprego de emigrantes chineses. A maior parte destes cules engajou-se e partiu directamente dos portos chineses, embora muitos tenham sido levados também para Macau, a fim de assinarem os respectivos contratos e embarcarem longe dos representantes do poder imperial. Entre 1857 e 1862 zarparam de Macau quinze navios americanos com emigrantes chineses.¹⁸ A tendência ascendente deste fenómeno era evidente, pois só em 1860 saíram do território sete embarcações com a bandeira dos EUA hasteada.

A necessidade de organizar este negócio levou muitos agentes e comerciantes de diversas nacionalidades a fixarem a sua residência em Macau. Na década de 1860, por exemplo, além dos que se alojavam nos dois

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS



Cules à espera da partida.

hotéis da Praia Grande, existiam 65 fogos arrendados a estrangeiros, embora apenas três pertencessem a americanos.¹⁹

Desde 1855 que a Grã-Bretanha tinha começado a associar a emigração chinesa através de Macau ao tráfico de escravos. No entanto, nesta altura não existiam quaisquer problemas entre as autoridades portuguesas, americanas e chinesas sobre esta matéria. O primeiro incidente aconteceu em 1860 com os navios *Messenger* e *Meili*. De facto, foi no início deste ano que Lao Chong Guang 劳崇光, governador-geral do Guangdong e Guangxi, decidiu agir contra os transgressores do regulamento da emigração sino-franco-britânico, elaborado neste ano em Cantão, e que centralizava todo o processo de contratação e de embarque nas agências e nos inspectores destas três nacionalidades.

Para servir de exemplo foi escolhido o navio americano *Messenger* que, ignorando as disposições do regulamento, se preparava para sair com cules do porto de Huangpu. Perante a recusa do capitão do navio em permitir que se procedesse à respectiva vistoria, e negando-se também a seguir para Cantão, parte dos colonos foram transferidos para bordo do vapor americano *Meili*, que de imediato rumou para

Macau. Devido à ausência do governador Isidoro Guimarães, o Conselho do Governo mandou recolher estes chineses num barracão da cidade. Este problema só foi solucionado dois meses mais tarde, quando o governador ordenou o regresso dos referidos cules a Xianshan e os colocou à disposição do vice-rei.²⁰

As autoridades de Washington afastaram-se desde o início deste tipo de polémicas, para poderem continuar a receber cules no seu território, e chegaram inclusivamente a estabelecer uma aliança preferencial com o Celeste Império. É neste sentido que se percebe que na Convenção

Adicional ao tratado sino-americano, celebrada em 28 de Julho de 1858, tenha sido introduzido um artigo que reconhece o direito mútuo à emigração livre e, em simultâneo, é condenada a que é praticada por meios violentos.²¹ Este princípio foi transporto para a legislação americana no dia 19 de Fevereiro de 1862, data em que o Senado e o Congresso promulgaram “*An act to prohibit the ‘coolie trade’ by American citizens in American vessels*”, sob pena de confisco dos navios e prisão dos cidadãos envolvidos.²² A partir desta altura, o governo dos Estados Unidos da América assumiu-se oficialmente contra o chamado tráfico de cules.

Todavia, na prática, os cidadãos e os navios norte-americanos continuaram a participar activamente neste negócio através do porto de Macau. Alguns chineses que partiram nestes barcos foram levados para os Estados Unidos, mas a maioria ficou em Cuba.

Foi neste contexto que, em 1864, o árbitro português na Comissão Mista no cabo da Boa Esperança denunciou a chegada a Table Bay dos navios *Camões* e *Luizita*, procedentes de Macau, com cules para Havana, mas que navegavam com falsa bandeira portuguesa.²³ Apesar do controle destas embarcações pertencer ao consulado de Portugal no Cabo, a cargo de um cidadão inglês, o árbitro

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

português da Comissão Mista decidiu passar revista ao navio *Camões* e, como explicou posteriormente ao ministro dos Negócios Estrangeiros, “grande foi o meu espanto tendo subido a bordo, só encontrei cidadãos americanos, à excepção de um pobre macaísta que bem embaraçado me disse ser o capitão”. Pelo diálogo que travou com este macaense, o árbitro Eduardo de Carvalho foi informado de que o dono do navio, de nacionalidade americana, lhe pagava um salário mensal e garantia a viagem de regresso, caso o navio não voltasse ao Estabelecimento. Perante estas informações, e sabendo o referido árbitro que a legislação portuguesa determinava que os navios só podem ter passaporte e bandeira nacional se o comandante e dois terços da tripulação forem portugueses, dirigiu-se à alfândega a fim de obter esclarecimentos. A ausência de respostas levou-o a comunicar estes factos ao governo da metrópole. As suspeitas de que estes barcos transportavam também mais emigrantes do que o permitido, levaram-no a pedir os regulamentos de Macau e um exemplar do código comercial português.²⁴

Um mês depois de ter feito estas denúncias, Eduardo de Carvalho testemunhou a passagem pelo cabo da Boa Esperança de mais dois navios nas mesmas circunstâncias: o *Maria da Glória* e o *Afonso de Albuquerque*. Pelos tripulantes desta última embarcação, o árbitro português foi informado de que a documentação para poderem usar o pavilhão português lhes tinha custado 500 dólares em Macau.²⁵

Alfred Duprat, cônsul de Portugal no Cabo, ao saber que Eduardo de Carvalho tinha transmitido estas informações para a metrópole apressou-se a desmentir-las. Nas duas exposições que enviou, Duprat referiu que os ditos navios foram afretados por empresas cubanas, os papéis tinham sido visados pelo consulado espanhol, selados pelo governador de Macau, e os comandantes eram portugueses, pelo que não existiam indícios de irregularidades.²⁶ Em ambos os ofícios Duprat transmitiu ao ministro dos negócios estrangeiros a ideia de que o árbitro “interferiu em negócios que não eram da sua competência [...] levantando assim suspeitas infundadas.”²⁷

Quando recebeu esta documentação, o ministro dos Negócios Estrangeiros, o duque de Loulé, enviou-a para o seu homólogo do Ultramar. Enquanto responsável pela diplomacia portuguesa o seu objectivo era evitar o desencadear de novas polémicas sobre a emigração

chinesa. Foi por este motivo que ele lembrou a Eduardo de Carvalho “a conveniência de não suscitar conflitos entre empregados do mesmo país, principalmente quando exercem funções distintas e quando pelo seu carácter são completamente independentes” e reiterou-lhe ainda que “nenhuma ingerência pode ter no desempenho nas funções do consulado”.²⁸ O ministro do Ultramar, Mendes Leal, preferiu não emitir qualquer opinião e enviou o processo para Macau, por suspeita de falso embandeiramento.²⁹

*Os cidadãos americanos
participaram desde o início
dos anos 50 no processo
de contratação, transporte
e emprego de emigrantes
chineses.*

Em resposta a este ofício, o governador Coelho do Amaral confirmou que no espaço de seis meses os negociantes de Macau apresentaram-lhe sete propostas de registo de navios comprados a cidadãos americanos e cujas escrituras de venda se tinham realizado no consulado dos EUA na cidade.³⁰ O governador não suspeitou que as compras eram fraudulentas, por desconhecer a existência de cláusulas nos respectivos contratos a favor de estrangeiros e, sendo assim, emitiu as respectivas licenças. Como condição foi-lhes apenas imposta a obrigatoriedade de levarem o chamado capitão de bandeira, pois estavam dispensados de apresentar tripulação portuguesa, por ser impossível encontrá-la no território.

Entretanto, já tinham chegado a Cuba e aos EUA os primeiros navios que saíram de Macau nestas condições. Um deles, o *Afonso de Albuquerque*, antes designado *Carrington*, ancorou em Nova Iorque, sob o comando de um capitão de bandeira português, e com um número significativo de chineses a bordo. O cônsul geral de Portugal em Nova Iorque, chamado a tratar das formalidades do desembarque, exigiu o pagamento da fiança, procedimento habitual nestas circunstâncias. A recusa do proprietário em cumprir esta obrigação levou-o a recorrer a Figanière e Mourão, plenipotenciário

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

de Portugal em Washington. Este, por seu lado, recusou-se a fazer quaisquer diligências por considerar que as autoridades de Macau deixaram de exigir este pagamento, ao contrário do que era a sua obrigação.³¹ Estes factos permitiam a F. Mourão concluir que “se não houvesse traficância nesta troca de bandeiras como é que o senhor Marques veio na qualidade de capitão de bandeira e não de capitão na forma usual de um navio português?”.³² A gravidade dos factos levou o plenipotenciário português a comunicá-los de imediato ao ministro dos Negócios Estrangeiros.³³

Apesar destas suspeitas, o responsável pela diplomacia portuguesa decidiu validar as informações que tinha recebido do governador de Macau e do ministro do Ultramar e reiterou ao árbitro Eduardo de Carvalho que “não tem havido falso embandeiramento”.³⁴

Descontente com esta resposta, Eduardo de Carvalho voltou a escrever ao governo da Metrópole sobre o assunto. Os seus argumentos permitem-nos conhecer a forma como estas operações se desenrolavam. Embora mais cauteloso nas afirmações, o árbitro português afirmou ter indícios de que “posteriormente ao contrato apresentado a Sua Exa. o governador, um outro teria sido feito, transferindo a propriedade desses navios ao seu antigo dono, logo que terminasse a viagem ou a especulação”.³⁵ O facto de alguns capitães de bandeira passarem pelo cabo no seu regresso a Macau, permitia, no entender deste funcionário, consolidar as suas suspeitas. Eduardo de Carvalho aproveitou ainda a ocasião para comunicar ao governo de Lisboa que tinham passado por Table Bay mais navios nas mesmas circunstâncias, como o *Passaporte Real* e o *Ema*, tendo este último pertencido até há pouco tempo à praça de Nova Iorque.

As informações sobre estes dois navios foram corroboradas por Watson, o novo vice-cônsul português na cidade do Cabo, que transmitiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a sua estranheza pelo facto de o *Ema* ter oficialmente um capitão português, mas as suas funções serem desempenhadas por um cidadão americano, com o argumento de que o verdadeiro capitão era insubordinado.³⁶

Apesar de os ministros do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros terem conhecimento de todos estes factos, não consta que tenham tomado quaisquer medidas para impedir a sua continuação. O plenipotenciário dos Estados Unidos em Lisboa também não emitiu

qualquer opinião sobre o assunto. Sendo assim, tudo leva a crer que os cidadãos americanos continuaram durante vários anos a participar activamente no tráfico de cules, apesar de esta actividade lhes estar vedada pela legislação do seu país.

Três razões explicam a decisão do governo de Lisboa de não assumir uma posição crítica sobre este assunto. Em primeiro lugar, Portugal precisava do apoio do governo de Washington para ratificar o tratado luso-chinês. Segundo, era urgente travar a campanha orquestrada pela Grã-Bretanha contra a emigração chinesa a partir de Macau. Por último, a continuação deste negócio no Estabelecimento estava cada vez mais dependente dos apoios internacionais que se conseguisse alcançar.

Num ofício confidencial, idêntico ao que enviou para Paris e Londres, o ministro dos Negócios Estrangeiros explicou detalhadamente a Figanière e Mourão a situação política e económica de Macau, revelando, no entanto, grande desconhecimento em relação à política de emigração seguida pela administração norte americana. Neste ofício, pode ler-se que “a principal fonte de rendimento e de prosperidade da colónia de Macau é [...] a exportação dos cules”. Sendo assim, “o ponto mais urgente é eliminar os obstáculos que desde já se opõem, e que de futuro poderão ainda opor-se em maior escala ao comércio da exportação dos cules pelo porto de Macau”.³⁷ Para ultrapassar este obstáculo, Casal Ribeiro manifestou a intenção de Portugal aderir ao referido convénio sobre emigração, devendo o novo governador procurar que a China nomeie um comissário que venha residir em Macau e que seja “especial e exclusivamente encarregado de vigiar pelo fiel cumprimento dos regulamentos”.³⁸

A resposta avisada de Figanière e Mourão não tardou a chegar: “quanto ao comércio dos cules cumpre-me dizer a V. Exa. que este governo não só desaprova esse comércio, [...] mas pelo Acto do Congresso de 19 de Fevereiro de 1862, é ele proibido a navios e a cidadãos americanos e [...] seria incongruente, solicitarmos deste governo auxílio para nos favorecer num tráfico que ele repudia”.³⁹

Depois da morte de Figanière e Mourão sucedeu-lhe, em Abril de 1868, Miguel Martins Dantas.⁴⁰ A partir de Novembro de 1869 foi a vez de António Maria Sotto Mayor assumir durante um longo período a chefia da Legação. Foi sobretudo através das informações destes dois últimos plenipotenciários que o governo de

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

Lisboa ficou a conhecer com maior detalhe a posição da elite política e da sociedade americanas acerca da emigração chinesa.

Neste âmbito, os factos eram antagónicos e as opiniões tinham a particularidade de serem provenientes de um país repleto de contrastes. Por um lado, os EUA pretendiam fortalecer as relações com o *Zongli Yamen* 总理衙门 – organismo equivalente aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros no Ocidente –, contestavam o tráfico e discutiam a possibilidade de atribuírem direitos civis aos chineses. Por outro, havia cidadãos americanos envolvidos ilegalmente no tráfico de cules, empregavam-nos nos seus campos, fábricas e obras públicas, muitas vezes em condições desumanas.

Num dos primeiros relatórios que enviou para Lisboa, Miguel Martins Dantas referiu-se à chegada a Washington de uma embaixada chinesa, chefiada por Burlingame, ex-ministro americano na China, que tinha como objectivo celebrar um novo tratado entre o Celeste Império e os EUA e visitar de seguida os países europeus com os quais a China tinha assinado e ratificado convénios.⁴¹ O facto de esta missão ser liderada por um americano, ter início em Washington, e se destinar a celebrar mais um tratado entre os dois Estados, era um sinal claro do relacionamento cordial que existia entre ambos. O desejo de incrementar estas relações tornou-se ainda mais evidente quando, em 1870, o Senado começou a trabalhar activamente no projecto de um telégrafo submarino que deveria ligar ambos os países.⁴²

IMPACTO DA EMIGRAÇÃO CHINESA NOS EUA

O número de chineses cresceu significativamente nos EUA a partir da década de 1860. Vários factores explicam este facto. Durante a Guerra da Secessão (1861-1865), o Sul foi gradualmente invadido e ocupado pelos exércitos do Norte. Este conflito causou mais de 600 000 vítimas, provocou a destruição do Sul, ainda que, em simultâneo, tenha estimulado a industrialização do Norte. Após o conflito, uma das principais alterações introduzidas pelo Congresso foi a declaração de igualdade civil entre brancos e negros. Os trabalhadores chineses representavam assim uma alternativa para compensar a falta de mão-de-obra que se fazia sentir após a abolição da escravatura africana. Os fazendeiros do Sul dos EUA conheciam os resultados

das actividades desenvolvidas pelos cules no Peru e nas colónias da Grã-Bretanha, França e Espanha. Não admira, pois, que muitos chineses tenham chegado a estes territórios, não apenas vindos da China, mas também das Filipinas, Cuba, Nova Iorque, Filadélfia, Califórnia, etc. Os cules residentes nos Estados do Oeste vinham sobretudo da China, da província do Guangdong, alguns dos quais, como vimos, embarcados em Macau.

O aumento do número de chineses nos EUA fez crescer também a preocupação com as condições em que desempenhavam o seu trabalho e com o estatuto social a que estavam confinados. Este sentimento levou Ulysses Grant a manifestar a intenção, em Dezembro de 1869, de criar uma lei para defender os chineses de um sistema de quase escravidão. Em simultâneo, Grant solicitou o cumprimento da proibição imposta aos navios americanos de transportarem cules a partir dos portos que insistiam em tolerar este tráfico.⁴³ No seguimento desta política, o plenipotenciário português em Washington asseverou que devido às proporções que a emigração chinesa estava a assumir na Califórnia, os legisladores começavam a preparar legislação para proibir a entrada de emigrantes do sexo feminino que, na sua maioria, se destinavam à prostituição.⁴⁴ Apesar do elevado número de chineses residentes nos EUA, que no Norte ascendia a mais de 70 000, em meados de 1870 o Senado recusou, por maioria, atribuir-lhes direitos civis.

Em Junho de 1870, Sotto-Mayor, ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, antecipava do seguinte modo o choque que a emigração chinesa se preparava para provocar na economia e na sociedade americanas:

“no Sul, os cules não farão mais do que obrigar os negros a aceitar as condições impostas pelos seus antigos senhores, concorrendo talvez para que os descendentes da raça africana, por natureza indolentes,⁴⁵ se sujeitem ao trabalho, e à sua legítima recompensa. No Norte do país o efeito será diferente – o operário verá descer o salário que há muito recebia – e não poderá resistir ao desequilíbrio entre as despesas estabelecidas e os lucros cerceados”.⁴⁶

Neste contexto, Sotto-Mayor considerava que a emigração asiática “pode em poucos anos produzir uma completa revolução nas classes operárias dos Estados Unidos”.⁴⁷ Não admira, assim, que tenha continuado

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

a ser muito discutido pela elite política e pela opinião pública americanas a introdução de mais cules no país, bem como o tipo de contratos que eles celebravam.⁴⁸

CONTRIBUTO DOS EUA PARA A EXTINÇÃO DA EMIGRAÇÃO CHINESA ATRAVÉS DE MACAU

A necessidade crescente de mão de mão-de-obra e a procura de novos mercados intensificou a disputa entre as autoridades americanas, britânicas e francesas pelo lugar de potência mais influente junto do Celeste Império. Não admira, pois, que a diplomacia americana, à semelhança do Foreign Office, tenha começado a denunciar as sublevações e a elevada mortalidade a bordo dos navios que transportavam cules, assim como os procedimentos agressivos usados contra eles nos territórios de acolhimento.

Foi também com este objectivo que, em 1869, Ross Brown, ministro americano em Pequim, enviou para o *Zongli Yamen* um memorial escrito pelos trabalhadores chineses no Peru, no qual estes se queixavam dos maus-tratos infligidos pelos seus patrões.⁴⁹ Este facto reavivou certamente na memória de Yi Xin 奕欣, o príncipe Gong 恭亲王, as denúncias que tinham surgido nas páginas da imprensa peruana e que levaram o governador de Macau a suspender temporariamente a emigração para Callao de Lima. Gong agradeceu o aviso e pediu a Ross Brown que, através do representante do EUA no Peru, o ajudasse a resolver o problema.

Esta estratégia de denegrir a emigração chinesa para o Peru foi repetida por Wei, o novo embaixador americano em Pequim, no dia 8 de Junho de 1871. Com efeito, foi nesta data que Wei entregou no *Zongli Yamen* um novo protesto, baseado numa comunicação feita pelo seu homólogo em Lima, segundo a qual os chineses no Peru continuavam a ser maltratados. Em anexo a esta reclamação seguia também um abaixo-assinado em que os chineses pediam ao vice-rei de Guangdong que publicasse editais para avisar os seus compatriotas para não se engajarem para o Peru.⁵⁰

Além de desacreditar a emigração para este país do Pacífico, as autoridades americanas preocupavam-se sobretudo em extinguir a que se dirigia para Cuba. A fertilidade desta ilha, a sua importância comercial e, sobretudo, estratégica, levou o governo de Washington a tentar comprá-la e inclusivamente a apoiar os movimentos

independentistas. É neste sentido que se compreende que os relatos de motins, naufrágios e revoltas a bordo tenham ocupado um espaço destacado nas páginas da imprensa americana entre 1869 e 1871.

O primeiro motim e a elevada mortalidade durante a viagem que teve grandes repercussões nos EUA foi a que ocorreu a bordo do navio francês *Tamaris*, no final de 1869, que transportava cules para Havana.⁵¹ Na sequência deste incidente, em Janeiro do ano seguinte, Sotto-Mayor alertou o governo de Lisboa para “os deploráveis resultados que se dão, em consequência, do tráfico que existe em Macau com os denominados cules, que vêm do interior da China e são ali embarcados para o estrangeiro!” No seu entender, este assunto poderá, “mais cedo ou mais tarde, produzir efeitos desagradáveis”.⁵²

Em Janeiro de 1871, Sotto-Mayor voltou a relatar novos desastres, desta vez com os navios *Nouvelle Penélope* e *Uncouvach*. Estas tragédias levaram-no a prevenir o governo de Lisboa de que era voz-corrente em Washington que “há em Macau bandos de indivíduos que se matriculam como pilotos, intérpretes, carpinteiros e cozinheiros, e que uma vez sobre o mar, aliciam os emigrantes para se revoltarem”.⁵³ O ministro Andrade Corvo, que recebeu este ofício, limitou-se a responder que “não sendo infelizmente possível impedir que os emigrados chineses perpetrem crimes no alto mar, a bordo dos navios em que são levados para os seus destinos. [...]” nenhuma medida podia tomar para impedir estas tragédias.⁵⁴

No entanto, poucos meses depois, Andrade Corvo voltou a receber uma nova comunicação de Sotto-Mayor informando-o que a imprensa americana tinha começado a descrever a forma como os negociantes de cules escapavam ao rigor das leis inglesas e americanas que proibiam este tráfico nos navios das respectivas nações. No mesmo ofício alertava também o ministro para o facto de as repúblicas da América do Sul, onde os referidos negociantes legalizavam e embandeiravam os seus barcos, terem começado a adoptar a legislação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, pelo que o futuro deste tipo de emigração estava comprometido.⁵⁵

A morte de cerca de 500 cules que tinham embarcado em Macau no navio *D. Juan* e a repercussão que este acontecimento teve na imprensa e na sociedade americanas levaram o plenipotenciário português a insistir que “os poderes públicos estão a aperceber-se dos horrores deste tráfico e devem tomar medidas”.⁵⁶

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

O avolumar destas denúncias levou inclusivamente Sotto-Mayor, na semana seguinte, a alertar mais uma vez o governo de Lisboa para as proporções que a polémica estava a assumir.⁵⁷ No mês de Agosto este ministro enviou até para o Ministério dos Negócios Estrangeiros vários recortes de jornais americanos em que a emigração chinesa através de Macau era apelidada “escravatura branca”.⁵⁸

No entanto, o governo dos EUA nunca chegou a apresentar qualquer protesto formal contra a emigração chinesa através de Macau, nem na Legação de Portugal em Washington, nem através da sua representação diplomática em Lisboa.

Estes últimos ofícios enviados por Sotto-Mayor, embora longe da agressividade da documentação britânica, contribuíram para o governo de Lisboa dar um novo rumo à temática da emigração chinesa. Na opinião de Andrade Corvo, que na altura acumulava as funções de ministro do ultramar e dos negócios estrangeiros, as

“providências repetidas, variadas e sempre infrutíferas, tomadas pelo governo de Macau contra os abusos da emigração contratada, é suficiente para provar quanto aquela emigração está profundamente inquinada de vícios que se não podem extirpar”.⁵⁹

As autoridades portuguesas, ao sancionarem este tipo de emigração, estavam a comprometer a dignidade nacional e arriscavam-se ao isolamento internacional. A estratégia britânica de envolver outros países nesta campanha tinha produzido os resultados esperados.

A portaria que extinguiu a emigração chinesa foi publicada no dia 20 de Dezembro de 1873 e entrou em vigor a 27 de Março do ano seguinte. A partir desta data não voltaram a sair emigrantes chineses com contrato pelo porto de Macau. No entanto, os EUA continuaram a receber colonos chineses, oriundos sobretudo da China, embora alguns tenham chegado também do Peru e das colónias que pertenciam aos países ocidentais. **RC**

NOTAS

- 2 Sobre este assunto vide Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio* e Maria Teresa Lopes da Silva, *Transição de Macau para a Modernidade. Ferreira do Amaral e a Construção da Soberania Portuguesa, 1841-1853*, pp. 25-65.
- 3 Os portos abertos ao exterior foram: Amoi, Fuzhou, Ningbo, Xangai e Cantão.
- 4 J. K. Fairbank, *Trade and Diplomacy on the China Coast*, p.1 37.
- 5 Earl Swisher, “The treaty of Wanghia”, in *Early Sino-American Relation, 1841-1912*.
- 6 Ofício n.º 299, do governador Ferreira do Amaral ao Ministério da Marinha e do Ultramar, de 27.12.1848 (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Correspondência recebida de Macau, cx. 16).
- 7 Procurámos, em vão, no Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), referência a este assunto na correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington.
- 8 Sobre o governo de Ferreira do Amaral vide Maria Teresa Lopes da Silva, *ob. cit.*
- 9 Autobiografia de Xu Guangjin in António Vasconcelos de Saldanha, *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*, p. 293.
- 10 Em 1853 Xangai caiu em poder dos Taipings, mas a tentativa fracassada de tomar Pequim, dois anos mais tarde, enfraqueceu este movimento contestatário do poder imperial.
- 11 Acerca deste assunto é útil a consulta da obra de Alfredo Gomes Dias, *Sob o Signo da Transição. Macau no Século XIX*.
- 12 Entre 1851 e 1874 partiram de Macau para o Peru cerca de 200 000 chineses.
- 13 Ofício n.º 7, do ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Loulé, a Figanière Mourão, plenipotenciário de Portugal nos EUA, de 1.7.1858 (AHD, Correspondência expedida pela Secretaria de Estado

- dos Negócios Estrangeiros (SENE) para a Legação de Portugal nos EUA, livro 8, fls. 106-106v). Não encontramos o documento em que Figanière e Mourão se refere ao apoio dos EUA. A referência a este facto surge no ofício n.º 12, do ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Loulé, a Figanière e Mourão, de 12.10.1858, *ibidem*, fl. 109.
- 14 Ofício de Coelho do Amaral, plenipotenciário de Portugal na China, ao plenipotenciário dos EUA na China, de 18.6.1864 (António Vasconcelos de Saldanha, coord., *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações Luso-Chinesas*, vol. II, pp. 382-384).
- 15 Ofício n.º 19, do MNE, para o plenipotenciário de Portugal nos EUA, de 30.12.1865 (AHD, Livros de registo de correspondência expedida pela SENE para a Legação de Portugal nos EUA, n.º 8).
- 16 Ofício n.º 5, de J. C. Figanière e Mourão, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, conde de Castro, de 26.2.1866 (AHD, Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cx. 326).
- 17 Ofício confidencial e reservado n.º 1 do ministro dos Negócios Estrangeiros, Casal Ribeiro, para o plenipotenciário de Portugal nos EUA, J. C. de Figanière e Mourão, de 13.9.1866, (AHD, Correspondência reservada do MNE para os vários ministérios, livro n.º 232, fl. 106v-111v).
- 18 Ofício n.º 33, reservado, de Figanière e Mourão para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22.10.1866 (AHD, Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cx. 326).
- 19 Não existem dados em relação ao ano de 1861.
- 20 “Relatórios da Repartição de Estatística de Macau acerca da população chinesa da mesma colónia” (1867), p. 11.
- 21 Cópia da acta da sessão do Conselho do Governo, de 26.3.1860, ap. ofício n.º 74 do Conselho do Governo de Macau ao ministro da Marinha e do Ultramar, de 23.8.1860 (AHU, SEMU, Correspondência recebida de Macau, cx. 26).

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

- 22 Convenção Adicional ao tratado celebrado entre os EUA e a China em 28 de Julho de 1858 (AHD, Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cx. 328).
- 23 “*That no citizen or citizens of the United States, or foreign coming into or residing within the same, shall for himself or for any other person whatsoever, either as master, factor, owner, or otherwise, build, equip, load or otherwise prepare any ship or vessel, or any steamship or steam vessel, registered, enrolled, or licensed, in the United States, or in any port within the same, for the purpose or procuring from China, or from any port or place therein, or from any other port or place, the inhabitants or subjects of China, know as ‘coolies’ to be transported to any foreign country, port, or place whatever, to be disposed of, or sold, or transferred, for any terms of years or of any time whatever, as servants or apprentices, or to be disposed or to be held to service labor. [...] Every ship or vessel, steamship or steam vessel, her tackle, apparel, furniture, and other appurtenances, shall be forfeited to the United States, and shall be liable to be seized, prosecuted, and condemned in any of the circuit courts or district courts of the United States. [...] on conviction thereof, shall be liable to a fine not exceeding \$2000 and be improvised not exceeding one year*”. Excerto de *American passengers act*, public act n.º 24, “An act to prohibit the ‘coolie trade’ by American citizens in American vessels”, promulgado pelo Congresso e Senado dos EUA em 19.2.1862, pp. 154-156 (AHD, cx. de Assuntos Diversos, n.º 1057).
- 24 Ofício n.º 2, de Eduardo A. de Carvalho, comissário português na Comissão Mista no cabo da Boa Esperança, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20.1.1864 (AHD, Comissão Mista no cabo da Boa Esperança, cx. 1152).
- 25 *Ibidem*.
- 26 Ofício n.º 3, de Eduardo A. de Carvalho, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20.2.1864 (AHD, Comissão Mista no cabo da Boa Esperança, cx. 1152).
- 27 Ofício de A. Duprat, cônsul de Portugal no cabo da Boa Esperança, ao MNE, de 18.1.1864 (AHD, Consulado de Portugal no cabo da Boa Esperança, cx. 678).
- 28 Ofício de A. Duprat, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 3.3.1864, *ibidem*.
- 29 Ofício do duque de Loulé, ministro dos Negócios Estrangeiros, para Eduardo A. de Carvalho, árbitro português no cabo da Boa Esperança, de 15.4.1864 (AHD, Livro de registo de correspondência da SENE para as Comissões Mistas, n.º 338, fls. 238-239).
- 30 Portaria n.º 15, de Mendes Leal, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao governador de Macau, de 16.5.1864 (AHU, SEMU, Correspondência expedida para Macau, livro 5, fl. 49v).
- 31 Ofício n.º 92, do governador Coelho do Amaral ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2.8.1864 (AHU, SEMU, Correspondência recebida de Macau, cx. 30).
- 32 De acordo com a legislação vigente, se o navio era nacional pagava os respectivos direitos no país de origem, se era estrangeiro partia sob fiança.
- 33 Excerto de uma carta de J. C. Figanière e Mourão, ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, ao cônsul-geral de Portugal em Nova Iorque, de 27.6.1864 ap. ofício n.º 15, de J. C. Figanière e Mourão, para o duque de Loulé, ministro dos Negócios Estrangeiros, em 30.6.1864 (AHD, Correspondência recebida na SENE da Legação de Portugal em Washington, cx. 326).
- 34 Ofício n.º 15, de J. C. Figanière e Mourão, para o duque de Loulé, ministro dos Negócios Estrangeiros, em 30.6.1864, *ibidem*.
- 35 Ofício do duque de Loulé, ministro dos Negócios Estrangeiros, para Eduardo A. de Carvalho, árbitro português no cabo da Boa Esperança, de 3.1.1865 (AHD, Livro de registo de correspondência da SENE para as Comissões Mistas, n.º 338, fls. 238-346).
- 36 Ofício n.º 2, de Eduardo A. de Carvalho, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 14.3.1865 (AHD, Comissão Mista no cabo da Boa Esperança, cx. 1152).
- 37 Ofício n.º 1, de Watson, vice-cônsul de Portugal na cidade do Cabo, para Alfred Duprat, cônsul-geral de Portugal no cabo da Boa Esperança, de 14.3.1865 (AHD, Consulado de Portugal no cabo da Boa Esperança, cx. 678).
- 38 Ofício confidencial e reservado n.º 1, de Casal Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, para o plenipotenciário de Portugal nos EUA, Figanière e Mourão, de 13.9.1866, (AHD, Correspondência reservada do MNE para os vários ministérios, livro n.º 232, fl. 106v-111v).
- 39 *Ibidem*.
- 40 Ofício n.º 33, reservado, de Figanière e Mourão para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22.10.1866 (AHD, Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cx. 326).
- 41 Figanière e Mourão faleceu em 24.12.1866 e foi substituído em 14.4.1868 por Miguel Martins Dantas.
- 42 Ofício n.º 23, de Miguel Martins Dantas, plenipotenciário de Portugal em Washington, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 4.6.1868 (AHD, Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cx. 326).
- 43 Ofício n.º 8, de António Maria da Cunha Pereira de Sotto-Mayor, plenipotenciário de Portugal em Washington, para Mendes Leal, ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20.5.1870 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 328).
- 44 Ofício n.º 68, de A. P. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 16.12.1869 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 327).
- 45 §4º do ofício n.º 20, de A. P. Sotto-Mayor para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 18.4.1870, *ibidem*.
- 46 Acerca deste assunto pode consultar-se a obra de Lucy Cohen, *Chinese in the Post Civil War South. A People without a History*.
- 47 §5º do ofício n.º 35, de A. M. C. P. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 28.6.1870, *ibidem*.
- 48 *Ibidem*.
- 49 Ofício n.º 37 de A. Sotto-Mayor para o ministro dos Negócios Estrangeiros, 11.7.1870, *ibidem*.
- 50 Ofício n.º 52 de Miguel Martins Dantas, plenipotenciário de Portugal em Washington, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27.8.1869, *ibidem*.
- 51 Não encontramos esta carta.
- 52 Ofício n.º 66, de A. Sotto-Mayor, plenipotenciário de Portugal em Washington, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 4.12.1869 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 327).
- 53 §11º do ofício n.º 4 de A. Sotto-Mayor para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22.1.1870, *ibidem*.
- 54 Ofício n.º 7, de A. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Ávila e Bolama, de 31.1.1871 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 328).
- 55 Ofício n.º 3 do ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, para o ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, A. C. Pereira Sotto Mayor, de 25.5.1871 (AHD, Livro de correspondência expedida para a Legação de Portugal nos EUA, n.º 8, fl. 205v).
- 56 Ofício n.º 3, série B, de A. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 10.3.1871 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 328).
- 57 Ofício n.º 44, de A. Sotto-Mayor, plenipotenciário de Portugal nos EUA, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 14.6.1871 (AHD, Legação de Portugal em Washington, cx. 328).
- 58 Ofício n.º 45, de A. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24.6.1871, *ibidem*.
- 59 Ofício n.º 57, de A. Sotto-Mayor, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11.8.1871, *ibidem*.
- 60 Andrade Corvo, *Relatório e documentos sobre a abolição da emigração de chinas contratados em Macau apresentado às cortes na sessão legislativa de 1874 pelo ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar*, p. 45.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo Histórico-Diplomático

- Assuntos diversos, cx. n.º 1057.
- Correspondência recebida da Legação de Portugal em Washington, cxs. 326, 327, 328.
- Correspondência recebida do Consulado de Portugal no cabo da Boa Esperança, cx. 678.
- Correspondência recebida da Comissão Mista no Cabo da Boa Esperança, cx. 1152.
- Correspondência reservada do MNE para os vários Ministérios, livro n.º 232.
- Livros de registo da correspondência expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros para a Legação de Portugal nos EUA, livro n.º 8.
- Livro de registo de correspondência da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros para as Comissões Mistas, n.º 338.

Arquivo Histórico Ultramarino

- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, Correspondência recebida de Macau, cxs. 16, 26 e 30.
- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, Correspondência expedida para Macau, livro 5.

Impressos

- Ching-Hwang, Yen, *Coolies and Mandarins: China's Protection of Overseas Chinese During the Late Ching Period (1851-1911)*. Singapura: National University of Singapura, 1985.
- Cohen, Lucy, *Chinese in the Post Civil War South. A People without a History*. Louisiana: Louisiana University Press, 1984.
- Corvo, Andrade, *Relatório e documentos sobre a abolição da emigração de chinas contratados em Macau apresentado às cortes na sessão legislativa de 1874 pelo ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.
- Dias, Alfredo Gomes, *Macau e a I Guerra do Ópio*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1994.

- , *Sob o Signo da Transição. Macau no Século XIX*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998.
- Fairbank, John King e Kwang-Ching Lui, *The Cambridge History of China*, vols. II e X. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- , *Trade and Diplomacy on the China Coast. The Opening of the Treaty Ports, 1842-1854*. Stanford: Stanford University Press, 1969.
- Irick, Robert, *Ching Policy Toward the Coolie Trade 1847-1878*. San Francisco: Chinese Materials Center, 1982.
- Jesus, C. A. Montalto de, *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990.
- Magalhães, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os EUA, 1776-1911*. Mem-Martins: Publicações Europa América, 1991.
- Morse, Hosea Ballou, *The International Relations of the Chinese Empire. The Period of Conflict 1834-1860*. London: Longmans, 1910.
- Relatórios da Repartição de Estatística de Macau acerca da população chinesa da mesma colônia*. Macau: Tip. de J. da Silva, 1868.
- Saldanha, António Vasconcelos de (coord.), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações Luso-Chinesas*, vols. I e II. Macau: Fundação Macau, Universidade de Macau, 1997-1988.
- , *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Instituto Cultural de Macau, 1996.
- Silva, Maria Teresa Lopes, *Transição de Macau para a Modernidade. Ferreira do Amaral e a Construção da Soberania Portuguesa, 1841-1853*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.
- Spence, Jonathan D., *The Search for Modern China*. Nova Iorque: Norton, 1991.
- Swisher, Earl, "The treaty of Wanghia", in *Early Sino-American Relation, 1841-1912, The Collected Works of Earl Swisher*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1977.

Ball e Perry

Uma Ideia de Macau (1850-1854)

ALFREDO GOMES DIAS*

Benjamin Lincoln Ball, M. D., numa viagem pelo mundo que o levou à China e a Macau no ano de 1850, escreveu cartas e recolheu notas que o deixaram sensível aos apelos dos amigos para que divulgasse as impressões de tão longa viagem. Assim nasceu *Rambles in Eastern Asia, Including China and Manilla, During Several Years' Residence. With Notes of the Voyage to China, Excursions in Manilla, Hong-Kong, Canton, Shanghai, Ningpo, Amoy, Fouchow, and Macao*, um livro reeditado pela segunda vez em Boston, pela James French and Company, no ano de 1856.

Poucos anos depois, o comodoro Matthew Calbraith Perry, numa expedição oficial ao Japão realizada entre 1852 e 1854, visitou Macau. Francis L. Hawks reuniu as notas de Perry e de outros oficiais americanos, escrevendo *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854, Under the Command of Commodore M. C. Perry, United States Navy, by Order of the Government of the United States*, publicado pela Beverley Tucker, Senate Printer, em Washington, também no ano de 1856.

Ball e Perry visitaram Macau quase em simultâneo, numa época de mudanças registadas pelos seus olhares ocidentais, permeáveis às influências do seu país de origem, os EUA, e de um continente, a América, situados a oriente do Oriente visitado. Dois americanos – o primeiro, médico, o segundo, oficial da Marinha – que se revelaram atentos à mesma realidade social, presos na malha de acontecimentos políticos que mudaram o rosto de Macau, transformando a cidade

num espaço formalmente mais autónomo dos poderes mandarínicos, mas onde as elites chinesas passaram a marcar o ritmo da vida económica e social da península que conhecia a presença portuguesa desde meados do século XVI.

Benjamin Ball saiu de Boston no dia 8 de Maio de 1848 e chegou a Macau nos últimos dias de Fevereiro de 1850, tendo deixado a cidade, provavelmente, no dia 13 de Março. Duas semanas, aproximadamente, foi o tempo de que Ball dispôs para registar, em cartas dirigidas a suas irmãs, muitas das notas que permitiriam, poucos anos depois, reconstruir o retrato de Macau no Ano I do período pós-Amaral, dando origem a uma obra com quarenta e sete capítulos.

O comodoro Perry chegou a Macau com os olhos postos no Japão, determinado a atingir o objectivo da sua expedição: pôr fim ao isolamento japonês que já durava há dois séculos e abrir o último grande império do mundo que permanecia fora dos circuitos do comércio livre, a principal bandeira da expansão do mercado capitalista mundial durante o século XIX. Esta viagem



Comodoro
Matthew Perry

* Licenciado em História. Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

converteu-se num livro repleto de informação misturada com descrições, pensamentos e sensações que ficaram registados em mais de seiscentas páginas, sob a pena de Francis Hawks. Aqui reside uma das dificuldades em analisar a *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan...* na medida em que as mãos de Hawks construíram um texto a partir dos olhares de Perry, não nos sendo possível identificar onde começam e acabam, umas e outros.

Ball e Perry foram ao encontro de Macau, onde permaneceram poucos dias, passando a fazer parte da transitoriedade do quotidiano da cidade e do seu porto. Apesar das diferentes motivações que estiveram na base da sua passagem por Macau, podemos considerá-los dois viajantes que, como muitos, chegaram e partiram, porque outros destinos os aguardavam: a Ball, esperava-o o regresso a Boston, e Macau mais não tinha sido do que uma das muitas escalas que fez na sua viagem à volta do mundo; a Perry, esperava-o um império obstinadamente fechado ao mundo dominado por outros impérios vindos de Leste e de Oeste, que se cruzaram na Ásia Oriental.

Macau continuava a ser o ponto de encontro de civilizações, de impérios e de culturas, também testemunhado por olhares americanos.

PROCURANDO E DESCREVENDO O PITORESCO PAISAGÍSTICO

A localização da cidade e o recorte da linha de encontro entre a terra e as águas de rio e mar não escaparam ao olhar dos dois viajantes americanos, ambos revelando a preocupação de registar o conhecimento que iam acumulando sobre os portos de escala por onde passavam. Para Perry, Macau “*is situated upon a peninsula at the southward of the island of Macao.*”¹ Ball opta por fazer reconhecer Macau como uma península, mas salientando a semelhança com a sua cidade de origem: “*Macao is a peninsula, much like Boston, and has a narrow neck, uniting it to the rest of China.*”² A milhares de quilómetros de distância, os dois americanos que passaram por Macau nos primeiros anos da década de 1850 dificilmente se desprenderam das referências que traziam, mesmo quando já haviam viajado por outros continentes, como era o caso do comodoro Perry. A sua vida de militar já o tinha levado a África na década anterior, procurando combater o tráfico

de escravos transatlântico. Agora com outra missão política para cumprir, as suas observações e descrições de Macau reflectiam as cores dominantes de um quadro ideológico que o ajudavam a compreender o mundo à medida de uma nova América que emergia de um passado colonial cada vez mais longínquo. Nos escritos de Ball tudo é mais óbvio, recorrendo a frequentes comparações com a cidade de onde partira, mas oferecendo aos leitores descrições mais vivas, retratando o quotidiano da cidade, em particular, as cores, os comportamentos, até os pequenos gestos dos chineses que observava nos seus passeios por Macau ou que avistava da janela do seu quarto de hotel: “*The rooms in the hotel where I stop are large, airy, and comfortable. A fine veranda encircles the house on two sides, where may be enjoyed the fresh breeze.*”³

Tal como muitos outros viajantes que, por diferentes motivos, aportaram a Macau, Ball e Perry deixaram-se encantar pelas paisagens que se podiam contemplar quando se chegava à península, quase ilha, de Macau.

*“Macao looked very beautiful as we approached; the shore forming a crescent, — a row of white buildings running in parallel circle with it, and a hill at each extremity rising up like a pyramid, and crowned with large white structures. This, with the beautiful phosphorescent state of the water, like molten silver of the luminous green, blue and white, mixed in various shades of color, displaying such lights and flashes, as the heavy swell broke upon the sea-wall, and the moon shedding its silvery light over the whole, gave Macao the prettiest appearance of any city I have seen yet.”*⁴

Foi deste modo que Ball descreveu as primeiras imagens de Macau, fixando as cores de um quadro dominado pelo brilho das águas e da lua, pelo casario branco que acompanhava o recorte do litoral, particularmente acentuado pela baía da Praia Grande, e pelas elevações que coroavam a cidade. No mesmo sentido escreveu Perry, contudo, sem o entusiasmo, quase poético, quase fotográfico, de Ball, mas não deixando de acentuar as casas alegres, os declives do seu relevo e a aparência pitoresca que oferece a quem a visita:

Frontispício de *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854.*

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

NARRATIVE
OF
THE EXPEDITION OF AN AMERICAN SQUADRON
TO
THE CHINA SEAS AND JAPAN,
PERFORMED IN THE YEARS 1852, 1853, AND 1854,
UNDER THE COMMAND OF
COMMODORE M. C. PERRY, UNITED STATES NAVY,
BY ORDER OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES.
COMPILED FROM THE ORIGINAL NOTES AND JOURNALS OF COMMODORE PERRY AND HIS OFFICERS, AT HIS REQUEST, AND
UNDER HIS SUPERVISION,
By FRANCIS L. HAWKS, D. D. L. L. D.
WITH NUMEROUS ILLUSTRATIONS.

PUBLISHED BY ORDER OF THE CONGRESS OF THE UNITED STATES.

WASHINGTON:
BEVERLY TUCKER, SENATE PRINTER.
1856.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

*“It is sufficiently picturesque in appearance, built as it is upon the acclivities of the rising ground about the harbour, with its gay-looking white houses, which overhang the terraces that bound the shore and look out upon the sea.”*⁵

Nas descrições da cidade que o tempo acumulou, dois lugares são uma referência constante, revelando o poder atractivo que sempre exerceram sobre os viajantes que se renderam à sua beleza natural ou que se limitaram a reproduzir os gostos daqueles que os antecederam. Também para Ball e Perry, a baía da Praia Grande e a Gruta de Camões mereceram uma atenção particular, dedicando-lhes algumas linhas nos relatos que publicaram em 1856.

Perry recordou *“The pleasant walks about the circuit of the neighboring hills and the Praya invite the visitor to strengthen himself in cheerful exercise”*,⁶ registando os veios naturais aproveitados pelos habitantes da cidade que, ao longo dos séculos, neles cavaram os caminhos por onde circulava o quotidiano de Macau. Nem os olhos de Perry, moldados pela sua educação militar e cativos de uma forma de pensar que

privilegiava a análise da realidade concreta dos homens, quer fossem imperadores, comerciantes ou tancareiras, ficaram indiferentes à forma como os homens e as mulheres de Macau foram aproveitando a beleza da terra para nela melhor viverem. Talvez por isso, o comodoro americano deixou a Ball a tarefa de descrever com mais minúcia os detalhes que faziam da baía da Praia Grande um espaço singular de uma cidade, também ela ímpar na Ásia e no Mundo, pelas suas características naturais e pela sua história.

*“Directly beneath the veranda, in front of the hotel, is the Praya Grande, – a pretty street, thirty or forty feet wide, and stretching round, upon the edge of the water, on either side, in the shape of a crescent.”*⁷

Nesta descrição, Ball retoma a comparação entre Macau e Boston – *“A line of houses fronts the harbor, like those fronting Boston Common”*⁸ – como se aquela cidade americana fosse a medida de todas as coisas ou, talvez, como se sentisse a obrigação de reafirmar fidelidade à sua cidade de origem sempre que se rendia aos encantos de outra urbanidade.

“Gruta de Camões”. Desenho de Thomas e William Daniell publicado em *A picturesque voyage to India by the way of China* (Londres, 1810).



MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

De entre os passeios que qualquer viajante realiza numa visita a Macau, previamente preparada ou não, encontra-se obrigatoriamente uma paragem no Jardim Camões. Em meados do século XIX já assim acontecia e Ball, num dos seus percursos exploratórios pela cidade, depois de ter visitado os cemitérios cristão e protestante, entrou nos jardins do senhor Lourenço Marques, situados numa elevação donde era possível obter uma vista privilegiada sobre a península de Macau.

*“It was quite extensive, and filled with walks, shade and fruit trees, flowers, arbors, retreats, &c. There are several small eminences in the grounds, from one of which is a view of the inner harbor, where ships of any size may anchor.”*⁹

O comodoro Perry, pouco tempo depois, aquando da sua visita a Macau, regista também as suas impressões sobre este espaço. Não deixando de reconhecer o jardim, como um lugar de *“universal interest and resort”*,¹⁰ este americano menciona no seu texto aquilo que os seus olhos captaram:

*“Surrounding it are grounds cultivated with trees, creeping vines, and flowering shrubs, charmingly arranged by the borders of winding paths, and upon the sides of the hills.”*¹¹

Mas o texto de Perry/Hawks valoriza menos as paisagens e mais a figura que o jardim pretende homenagear, isto é, Luís de Camões e a sua passagem por Macau, entre mitos e realidades: *“a marble monument, with a bronze bust and an inscription here record the features, the genius, and virtue of Camoens, the poet.”*¹² Nesta obra, a presença de Camões em Macau constitui uma verdade inquestionável, aproveitando a descrição da Gruta de Camões para, em breves linhas, introduzir uma síntese da vida do poeta, uma abordagem influenciada pela acção da família Pereira.¹³ Deste modo, dispensa valorizar a beleza natural do jardim, limitando-se a repetir o rótulo de pitoresco – *“It is picturesquely situated upon the summit of a small hill, on the margin of the inner harbor”*¹⁴ – e a salientar, à semelhança de Ball, a vista panorâmica que aquela elevação da cidade oferecia aos viajantes: *“Artificial terraces, ingeniously disposed, invite the visitor to the enjoyment of the view or to rest beneath the shade.”*¹⁵ Ball não esquece a figura do poeta português, fazendo também referência à gruta onde se encontram diversas inscrições alusivas a Camões, sem se deter na sua biografia mas reparando que, mais acima, era possível usufruir de um local excepcional para os passeios

de uma noite de Verão: *“Upon the walls are various inscriptions, and on the top of all is built a place of resort for a hot summer evening.”*¹⁶

Nos escritos que Ball e Hawks nos deixaram, estas são as passagens mais significativas que se dedicam à descrição da terra por eles visitada: a pequena península de Macau, a sua linha de água e o seu mais importante jardim cujo significado foi construído pela figura do poeta português e universal. Esta era a definição dos limites espaciais da cidade, construída por estes dois americanos, cada um dando ênfase às singularidades que mais chamaram a sua atenção: Ball, conservando mais o seu olhar na beleza natural da terra; Perry, adoptando uma perspectiva de tons de maior cientificidade, por vezes, retendo-se em explicações que possivelmente o ajudaram a conhecer pormenores que poderiam ser úteis à missão que o tinha levado a Macau; Hawks, acrescentando detalhes que denunciavam o modo como Perry havia preparado a viagem ou identificando as obras donde retirara informação com que enriquecia os apontamentos do comodoro britânico. A apresentação da terra de Macau – a península por vezes rotulada de ilha, os espaços circundantes dominados pelas águas fluviais e marítimas, os jardins e terras cultivadas – revela o gosto pelo pitoresco paisagístico e pela descrição minuciosa e sensorial dos lugares, credenciados por um conhecimento do Oriente que não tinha sido adquirido apenas numa biblioteca de Boston ou de Washington, mas pelo testemunho recordado, porque vivido, no local. Ball e Perry/Hawks acompanhavam a Europa na divulgação do Oriente através de descrições de carácter científico, num registo autobiográfico. Com motivações diferentes, estes dois americanos realizaram as suas viagens à Ásia Oriental. Tendo permanecido em Macau, os seus textos revelam até que ponto continuava vivo, desde os finais do século XVIII, o interesse pelo estudo e compreensão do mundo natural e humano, na esteira da construção do conhecimento científico.

EM MACAU, AO ENCONTRO DO OUTRO

Para além das belezas paisagísticas, existe uma cidade onde se movimentam as gentes de Macau, entre as quais se destacam os chineses observados e descritos por Ball e por Perry/Hawks, representando o “outro” que se procurava e encontrava no Oriente, nas viagens realizadas por quem tinha o privilégio de cruzar os oceanos que ligam as duas metades do mundo. Nas

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS



George Chinnery, "Tancareira a remar". Sépia sobre papel, 1834.

notas compiladas por Hawks, a descrição dos hábitos alimentares transforma-se na análise da estratificação social, dos costumes e dos traços psicológicos dos chineses e da sua sociedade, classificados desde logo como *"the most inordinate feeders in the world."*¹⁷ Tentando destacar os tons de uma cultura original, espelhados pela gastronomia, as diferenças sociais traduzem-se nos animais que fazem parte da dieta alimentar da maior parte da população, como o peixe misturado com arroz, enquanto que os cães e gatos se encontravam reservados para os mais abastados.

*"Dogs and cats, which are carried about the streets for sale, must be considered delicacies above the reach of the poorer classes, judging from the prices demanded for them. Rats, mice, and other vermin, are also eagerly sought after, and are made up into various savory dishes."*¹⁸

Apresentava-se uma paleta de paladares sobre a qual não era possível opinar pois não se conhecia europeu ou americano que tivesse alguma vez provado tais iguarias, garantindo-se deste modo o distanciamento de quem observava e acentuando a diferença relativamente ao observado. A gastronomia permitia também, ao narrador americano, identificar e generalizar um conjunto de características físicas e psicológicas que marcavam a personalidade do povo chinês: para além de serem rotulados de sórdidos (*"the most sordid of beings"*), a sua gula insaciável justificava a comparação com os animais, considerando-os gordos e preguiçosos. *"This gross feeding exhibited its effects upon the Chinese servants, as it does upon dumb animals, for they soon became fat and*

*lazy."*¹⁹ Tanto Hawks como Ball concordavam com a tendência dos chineses para não consumirem bebidas alcoólicas. Para Hawks, a abstinência chinesa era, contudo, uma necessidade e, assim, se encontrava uma fórmula explicativa que retirava a esta característica toda a carga positiva que ela poderia envolver. Ball, numa descrição mais sóbria, limitava-se a confirmar que nunca viu nenhum chinês embriagado, apesar de consumirem bebidas alcoólicas como o

*"Samchu, On some occasions, dining with Chinese acquaintances, I have tasted it, and found it much like reduced alcohol. It is poured out into little cups, from a small porcelain tea-pot, and drank as wine."*²⁰

Ball, sentado na janela do seu quarto, descreveu os chineses de Macau, associando os gestos, os afazeres, o vestuário e as expressões de cada um deles às ideias de um americano de passagem por Macau, mas apostado em registar um "filme" sobre a realidade humana da cidade: um grupo de soldados que passava, seguido e servido por vários garotos chineses que arrastavam os seus colchões; um cule carregando, apressado, dois baldes cheios de água; três barqueiras sentadas, a conversar, em bancos de pedra; vendedores ambulantes apregoando bombons, amendoins, vegetais e sopa chinesa; crianças a brincar com moedas, ensaiando as apostas que fariam no futuro; o barbeiro que realizava o seu trabalho no local onde se encontravam os seus clientes. Todos desfilavam aos olhos do americano que registava, com o seu lápis, o mundo humano de Macau, provocando a admiração e a curiosidade de muitos dos chineses que passavam e observavam o observador, sentado, na janela do seu hotel. A uns... *"astonishment and curiosity are plainly depicted in his countenance"* a outros, como os camponeses, *"Their pure greenness, idiotic stare, and doubly-bronzed complexion, indicate them to be fresh from the country."*²¹ A presença física das personagens humanas era indispensável à construção do retrato da cidade, pois fazia parte de um todo social e natural que permitia oferecer aos

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

leitores os elementos que ajudariam a conceber uma ideia de Macau ou, melhor dizendo, uma ideia de um Oriente “americano”. Com este realismo descritivo, onde as paisagens, as cores e os odores se misturavam com as gentes de Macau, Ball tenta deixar o seu testemunho vivido do Oriente e, neste particular, de Macau, mas sem se inibir de ir “enriquecendo” a apresentação das personagens com comentários que assinalavam a diferença do outro, o chinês e o oriental, cujas marcas diferenciadoras poderiam ser a falta de asseio, os pés atados, a cabeça descoberta, o cheiro que não se recomenda aos estrangeiros, a saloioice do campónio... Será, talvez, o pitoresco humano de um olhar que se perde, num “outro”, diferente, medido à imagem de quem observa, para compreender e integrar não só como objecto de conquista, mas também como conhecimento alargado de um mundo que, progressivamente, se ia controlando.

*Ball e Perry/Hawks
acompanhavam a Europa
na divulgação do Oriente
através de descrições
de carácter científico,
num registo autobiográfico.*

Este pitoresco humano estende-se também ao exótico cultural, visitado nos hábitos quotidianos cujo grau diferencial provoca um impacto nas sensações, nos sentimentos e nos juízos de valores morais e culturais do observador. Para estes dois viajantes americanos, as mulheres de Macau mereceram-lhes uma particular atenção, quer no que diz respeito à beleza dos seus rostos, quer no que toca às actividades a que se dedicavam, nomeadamente as tancareiras, quer pelo costume há muito instalado de enformar a elegância dos seus pés atando-os desde crianças. Ball, no dia 3 de Março, tem ocasião de visitar uma igreja católica em Macau e assistir a uma missa, testemunhando a adaptabilidade do catolicismo aos diferentes contextos culturais onde se instala. “*The priests were chanting and going through their forms of worship, which reminded me much of the ceremonies in several monasteries of the*

Chinese which I have visited.”²² Uma simbiose que se alarga ao universo humano das mulheres de Macau, com rostos de todas as cores, algumas bonitas, mas muitas de aspecto pouco convidativo.

“When they arose to go out, an opportunity presented of seeing their faces, which were anything but attractive. There were the black, brown, red, yellow and white, and all the intermediate shades, with very few comely-looking ones among them; though in Macao, notwithstanding, there are many good-looking and some handsome ladies.

I told my friend [cavalheiro francês], who is a Catholic, that I did not like their looks at all, and

George Chinnery, “Tancareira”. Lápis e tinta sobre papel, c. 1830.



MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

that it seemed as if the most unfeminine-looking faces of the whole city were collected here; and he did not dissent from my opinion."²³

As tancareiras, a sua vida quotidiana sobre as águas, ligando a terra aos navios que a visitavam, e a sua aparência foram eleitas para representarem algumas das cenas mais exóticas que eram proporcionadas aos viajantes. Um exotismo realçado pelo dramatismo de um quotidiano de sobrevivência, logo quando disputavam entre si a oferta dos seus serviços. Por isso, numa carta dirigida a uma das suas irmãs, Ball descreve estas mulheres quando está a chegar a Macau:

"You would be amused to see the boat-girls, as they come off after passengers. There were three girls to

each boat; the sea was rather rough, and they came with such impetuosity, each one striving to be first, that I thought, if they did not dash their boats to pieces against the steamer, they would against each other. As it was, one boat, in the strife, took fire. Every boat has its Josh or idol, with incense-sticks, and sacrificial paper; and this took fire, and blazed away, but was put out by them directly."²⁴

Mais tarde, já na varanda do seu quarto, observa mais em pormenor o seu aspecto, as tranças e o penteado adjectivado de horrível, o seu vestuário considerado pouco asseado.

"Yonder are three boat-girls, one the stone seats, and talking busily. How disgustingly their hair is dressed!

O assassinato do governador Ferreira do Amaral. In *The Illustrated London News*, 1849.



MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

— *what a mass of false hair is platted on behind over that ugly frame-work! Their dress is very simple, but not particularly clean: blue pants and blue frocks reach nearly to the knee, and they have naked feet and bare heads.*²⁵

A imagem das tancareiras quando se chegava à cidade é também recuperada por Hawks quando aproveita as notas recolhidas por Perry aquando da sua passagem por Macau. E, tal como Ball, Hawks retoma a beleza e o exotismo que envolve as mulheres dos tancares quando são observadas ao longe, coloridas e animadas, para logo de seguida passar a um exotismo marcado por um cunho de rejeição.

*“The Chinese damsels, in gay costume, as they scull their light craft upon the smooth and gently swelling surface of the bay, present a lively aspect, and as they are looked upon in the distance, from the verandahs above the Praya, which command a view of the bay, have a fairy-like appearance, which a nearer approach serves, however, to change into a more substantial and coarse reality.”*²⁶

Ao exotismo distante/colorido sucedia o exotismo próximo/grosseiro, como se o “outro”, diferente, só fosse assimilável aos olhares do visitante quando dele se mantivesse uma distância que oferecia o seu lado pitoresco. Uma vez feito o *zoom* às cenas quotidianas, às personagens que lhes davam vida, o pitoresco agradavelmente registado desvanecia-se com os penteados horríveis, com as túnicas pouco asseadas ou, como Hawks concluiu, com o confronto com a realidade mais palpável e grosseira.

No entanto, a procura em oferecer, aos leitores das suas notas ou cartas, aspectos mais singulares da vida quotidiana da China e de Macau, passava obrigatoriamente por uma alusão aos pequenos pés atados que as chinesas exibiam com um orgulho conquistado ao sacrifício. Ball, não tendo ocasião de observar este pormenor em Macau, recupera as memórias da sua passagem por Ningbo, depois de convencer uma dessas mulheres a exhibir os seus pés.

“The woman at first strongly objected; but, through the persuasion of my friend, she at last consented; at the same time she said she did not know why I wanted to see her foot, for, according to their ideas, it is only ‘pretty’ when bandaged and inserted into its little shoe, and surrounded with embroidery of different colored silks. She reluctantly unbound the bandages, and exposed a deformity which one

*would hardly suppose had ever been a foot. It was a withered, ill-shapen, bloodless, tumor-like mass of flesh.”*²⁷

Uma beleza exterior escondendo os horrores de uma deformação provocada mas digna de se mostrar, na medida do possível, através de uma escultura em madeira. *“I had made in Ningpoo a wooden carving of the small foot, which I shall send home. It is formed exact from the living foot, with all the bandages and dressing upon it.”*²⁸ O discurso dicotómico de Ball, a beleza exterior versus deformação interior, é uma continuação do que é adoptado por Hawks, quando este contrapõe a beleza e orgulho das chinesas nos seus pequenos pés atados, ao aleijão e atrofiamento que se registam quando os pequenos pés são colocados sob o olhar atento dos viajantes americanos: em síntese, o símbolo de elegância chinesa resulta, para o americano, num erro cirúrgico de que qualquer médico se envergonharia.

“Toward night she may be seen hobbling home, with her stock in trade, on her disgusting stumps, of which she is seemingly very proud.

All the Chinese women, in fact, pride themselves very much on their goat-like hoofs, and have the greatest possible contempt for a natural foot. Little girls are said to importune their mothers with tears in their eyes to compress their feet, as promising them a higher position in society, although females of the lower orders are frequently observed with the aristocratic hoof, but these are such as have, possibly, seen better days.”

Depois de convencida, uma rapariga com cerca de 13 anos mostra os seus pés atados para satisfazer a curiosidade do comodoro Perry e ao Dr. Parker,

*“who had quite enough in one glance of that shapeless stump, which appeared more like a specimen of bad surgery, such as Dr. Parker would have been doubtless ashamed of, than, as the Chinese considered it, an elegance of fashion.”*²⁹

Hawks e Ball, recorrendo a registos de viagens por Macau, reconstituíram os olhares sentidos e avaliativos dos americanos que visitaram a Ásia Oriental e, mais concretamente, Macau. Observada a cidade, visitando os seus locais mais característicos, acumulava-se um saber que precisava de ser explicitado, neste caso concreto, para uma audiência que se pretendia cada vez mais alargada, a quem ia chegando o saber que se foi construindo a partir de vivências concretas de viajantes americanos.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

... A GHOST OF ITS FORMER SELF...

Perry e Ball visitaram Macau entre 1850 e 1854. Os textos que publicaram a partir das suas notas e cartas dão conta do ambiente político e social que se vivia na cidade, naqueles anos marcados pelo nascimento da colónia britânica de Hong Kong (1841) e pela morte de Ferreira do Amaral (1849).

A morte do governador João Maria Ferreira do Amaral (1846-1849) é descrita nos textos de Hawks e de Ball e relacionada com um outro acontecimento que ocorreu dois meses antes, que muitos não deixam de associar com o assassinato do governador, considerando que a invasão de Macau pelo oficial britânico Keppel contribuiu para fragilizar a governação de Macau aos olhos dos mandarins que sustentaram o crime cometido nas imediações da Porta do Cerco:

*"This murder occurred only two months after the act of Captain Keppel, which had greatly chagrined the gallant Amaral."*³⁰

James Summers, missionário protestante de Hong Kong, presente em Macau no dia 7 de Junho de 1849, assistia à procissão *Corpus Christi* junto ao Largo da Misericórdia. A sua recusa obstinada em retirar o chapéu levou o governador a dar voz de prisão por "falta de respeito à religião do Estado".³¹ A impossibilidade de um acordo entre Amaral e Keppel levou a que este aproveitasse, no dia seguinte, a ausência do governador para ordenar às suas tropas que assaltassem a cadeia e libertassem Summers.

As descrições americanas do incidente Summers são apresentadas num tom favorável ao governador de Macau, a quem é concedida a razão neste conflito com as autoridades britânicas.

*"The next day, an English man-of-war landed a party of marines, made an onset, disarmed the guard, shot one man, and forcibly released the prisoner. They contended, in their defence, that Macao did not belong to the Portuguese, – that they were on China ground, &c., – as if Macau was not allowed an acknowledged government. The general opinion in China about the affair is, that the man behaved foolishly in getting the man out."*³²

Cerca de dois meses depois, ocorreu a morte de Ferreira do Amaral, *"a man of great energy, and ambitious of improving the town of Macao by opening carriage roads through and about its limited space."*³³ Na obra de

Hawks são descritos, sumariamente, os acontecimentos que rodearam o assassinato, complementando as notas que serviram de base ao seu texto com outras fontes de informação, nomeadamente os escritos do missionário Huc,³⁴ várias vezes referido ao longo da sua obra. Neste particular, distingue-se claramente dos textos epistolares de Ball, que privilegia os pormenores mais mundanos, mesmo quando aborda a morte de Ferreira do Amaral.

*"You have probably heard of Governor Amaral's death here. He was engaged to be married to a lady in Lisbon. The day was appointed, and the ceremonies to take place by proxy. Four days before that the time arrived he was murdered. She, of course, being twelve or fifteen thousand miles distant, could not have known of his death, and must have been married to a man who had been dead four days. When she hears of his death she must realize the singularity of her position."*³⁵

Diferentes são as preocupações que o texto de Perry/Hawks revela, mais dedicado a descrever pormenores que permitiriam analisar e compreender o contexto político e social que se vivia em Macau quando o comodoro Perry aí se fixou, a caminho do Japão. O carácter político da sua missão condicionava o conteúdo das suas notas, o seu olhar sobre a cidade e as suas gentes, vivas ou já falecidas, tendo o propósito de alargar o conhecimento sobre o mundo para onde os EUA pretendiam estender a sua influência. Para além do interesse no contexto político, particularmente presente no texto de Hawks, muitas das linhas escritas por Ball remetem para a apresentação da sociedade macaense, muito marcada pela diversidade, nomeadamente nacional.

*"Mrs S. is a Macao woman; that is, a Portuguese. At dinner, upon rising the other returned thanks. I returned to tea in the evening, and afterwards listened to singing and music on the piano. I met there Mr. and Mrs. L. and others from five different nations, – French, English, Portuguese, East Indian, and American."*³⁶

No entanto, é o texto de Hawks que se encontra recheado de observações e pormenores, não só sobre a população e a sociedade, mas principalmente sobre

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

RAMBLES
IN
EASTERN ASIA,
INCLUDING
CHINA AND MANILLA,
During Seberal Years' Residence.
WITH NOTES OF
THE VOYAGE TO CHINA, EXCURSIONS IN MANILLA, HONG-KONG, CAN-
TON, SHANGHAI, NINGPOO, AMOY, FOUCOW, AND MACAO.
BY
B. L. BALL, M. D.

SECOND EDITION.

BOSTON:
JAMES FRENCH AND COMPANY.
1856.

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

as condições políticas e militares que a cidade e o seu porto ofereciam, confirmando que a sua passagem por Macau não era mais do que uma escala na viagem que o levaria ao Japão.

Descrevendo a situação social e económica, a cidade de Macau é apresentada como desprovida de comércio e riqueza, oferecendo assim uma imagem das consequências que resultaram da I Guerra do Ópio (1839-1842) e do nascimento da colónia de Hong Kong.

*"In making the acquaintance of Mr. Smith to-day, I was surprised when he told me that he was a native of Calcutta, and had been in China twenty years. He has a large landed property, but it is now of little value, he says, owing to the great decline of property since Hong-Kong was established, and the business diverted from Macao."*³⁷

Neste particular, Hawks não se esquece de lembrar as grandes vantagens do porto de Hong Kong quando comparado com o de Macau, principalmente porque os navios de grande calado nele podiam atracar, permitindo o transporte de todo o tipo de carga. Uma situação que justifica a diferença entre o presente e o passado da cidade, tal como o apresenta Hawks³⁸:

*"Macao, once so famed for its extensive and profitable commerce and for its wealth, is now entirely divested of them, and seems to be sustained only by a small coasting trade, the expenditures of a limited garrison, and those of the families of the English and American merchants who make it a summer resort, and, having abundance of money, freely disburse it."*³⁹

Mas não só! Justifica também o processo de sinização da cidade, expresso na afirmação da comunidade chinesa, quer em termos quantitativos, quer pelas funções económicas que progressivamente foi assumindo.

*"The Chinese settlements seem to be fast absorbing the whole place; in fact, the larger portion of the population of the town is already composed of China men and women, who perform most of the menial duties in the domestic establishments, both of the Portuguese and of other foreigners. The Chinese are also the shopkeepers, the mechanics, and the market people."*⁴⁰

No reverso deste retrato apresenta-se a comunidade portuguesa, composta de gente pobre e relutante em

trabalhar. Exceptuam-se alguns mercadores ricos e aqueles que se empregaram nas casas comerciais, *"while the greater portion spend their time in idleness, living upon the remnants of the once princely fortunes of their ancestors, and still occupy in beggarly poverty, the stately mansions erected in the olden time of Macao's splendid prosperity."*⁴¹

Logo no início dos seus textos dedicados a Macau, Hawks faz uma síntese da situação social e económica da cidade nos primeiros anos da década de 1850, confrontando Macau com o seu passado.

*"There is not much at present to interest the visitor at Macao, as it is but a ghost of its former self. There is almost a complete absence of trade or commerce. The harbor is deserted, and the sumptuous dwellings and storehouses of the old merchants are comparatively empty, while the Portuguese who inhabit the place are but rarely seen, and seem listless and unoccupied."*⁴²

O retrato social e político da cidade traçado por Ball e Hawks mantém, no caso do primeiro, a vontade de procurar as singularidades espelhadas por uma sociedade fortemente caracterizada pela diversidade e pelos particularismos do quotidiano da população chinesa e, no caso de Hawks, a fórmula de uma observação que procura uma realidade dual, individual ou colectiva, passado ou presente, próximo ou distante, belo ou grosseiro, onde o outro se espelha no observador.

CONSTRUIR UMA IDEIA DE MACAU E DA CHINA

Benjamin Lincoln Ball e Matthew Calbraith Perry, através das obras que nos legaram, deram o seu contributo para o conhecimento de um Oriente que, na época, seria ainda uma realidade muito distante, não só espacialmente, mas principalmente pelo pouco que se conhecia da sua realidade política, económica, social e cultural. Tal como muitos europeus, estes dois americanos enfrentaram o Oriente transportando os circunstancialismos que condicionaram os seus olhares, como indivíduos, mas sobretudo como americanos, isto é, como parte integrante de uma nação que tinha uma estratégia própria de expansionismo na Ásia Oriental. Perry/Hawks e Ball, enquanto americanos, eram portadores de um passado de relações com o Oriente, ainda que

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS



“Convento dos Jesuítas”. Gravura sobre desenho de William Heine publicado no livro *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854, Under the Command of Commodore M. C. Perry, United States Navy, by Order of the Government of the United States*.

temporalmente limitado quando comparado com as principais potências europeias, mas principalmente, de um projecto de expansão naquela região do mundo, com interesses muito concretos a defender. Por isso, embora os seus escritos possam ser apresentados como fruto de um trabalho essencialmente individual, este encontra-se manifestamente subordinado aos condicionalismos impostos pelas suas origens. Embora revelando o desejo de compreender o Oriente, terras e gentes, em nenhum dos dois exemplos se deixou de pagar tributo ao mundo que os autores transportavam, ocidental e expansionista. Estes textos podem ser, assim, analisados enquanto fonte de informação para a construção colectiva de uma ideia do Oriente, da China e de Macau e, por outro lado, espelham também as representações pré-existentes entre pensadores e estudiosos americanos que se dedicavam às “coisas orientais”.

Ao longo das suas extensas obras, Perry/Hawks e Ball dedicaram algumas páginas e capítulos a Macau, numa época de grandes mudanças que

marcaram a transição para a época contemporânea; anos que, depois da I Guerra do Ópio, levaram a esta região do mundo a expansão das grandes potências, principalmente da Grã-Bretanha, mas também dos EUA. Aliás, Perry, e a sua missão ao Japão onde se inscreve a passagem por Macau, é um excelente exemplo de como estava em marcha aquele processo de alargamento da área de influência política, militar e económica americana à Ásia Oriental, tendo o Japão como principal objectivo. Mas, para além da sua componente política, militar e económica, esta expansão pelo Pacífico implicou também que se aumentasse o interesse pelo conhecimento do Oriente extremo, deixando de estar confinado ao Mediterrâneo Oriental, à Pérsia e à Índia.

Nas páginas que dedicaram a Macau, Perry/Hawks e Ball oferecem-nos um exemplo do que era privilegiado pelos seus olhares, do modo como descreviam os lugares e as gentes que encontravam, da forma como elaboravam o seu pensamento e a análise da realidade apreendida, física e humana, em suma,

MACAU E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

um exemplo da sua vontade, não só de conhecer e compreender o “outro”, oriental, mas também de o controlar e incorporar num mundo notoriamente diferente.

Nos seus retratos de Macau, estes dois americanos, protagonistas destas viagens e destas obras, privilegiaram as descrições que permitiram a apresentação de três retratos complementares de Macau oitocentista: o retrato das paisagens naturais, o retrato das gentes da cidade e o retrato de uma época em mudança, naqueles anos que inauguraram a segunda metade do século XIX.

Os elementos naturais da cidade de Macau, reunidos por Perry/Hawks e Ball, correspondem à busca, no Oriente, do diferente pitoresco, mesclado com pormenores de conteúdos de alguma cientificidade, encontrados através da observação e de um discurso influenciados pelo positivismo. Deste modo, o Oriente vivido ganhava um estatuto mais credenciado, na medida em que os registos e análises resultaram de dados reais e palpáveis, alcançados num quotidiano experienciado pelo observador, nas terras por onde viajou e, por isso, também em Macau. Era este Oriente vivenciado que legitimava o preciosismo descritivo, o conjunto das sensações experimentadas e no texto revelado, a descrição das atmosferas vividas nas ruas, nos hotéis e nas casas onde se entrou e viveu. Macau vivido no seu dia-a-dia e nos seus lugares foi recriado nas obras destes dois americanos através de imagens, de sensações, de dados captados ao ambiente e, depois, transcritos numa nota ou numa carta, sempre que possível recorrendo a alusões concretas e sensoriais, que permitiriam formar a ilusão de se estar perante a verdade daquele espaço/cidade, naquele tempo/época. A península, por vezes ilha, as paisagens, o litoral, as águas e as ilhas circundantes, os jardins e as hortas foram alguns dos elementos recolhidos pelos viajantes americanos, privilegiando a compilação de uma informação objectiva, mas não dispensando o pitoresco paisagístico, a anedota vivida, o testemunho directo.

No seu encontro com as gentes de Macau, Perry/Hawks e Ball retiveram o exótico, analisaram-no e explicaram-no com os olhos, o pensamento e o universo cultural e político de um americano em meados do século XIX. O “outro” ficava, assim, acessível ao Ocidente, mas apenas por estas e outras observações semelhantes, todas produzidas no contexto da expansão colonial oitocentista. Contribuindo para a

construção do conhecimento sobre o “outro”, neste caso, as gentes de Macau, o quotidiano, a sociedade e as origens diversificadas constituíram-se como um todo social e, principalmente, como um saber que permitia não só conhecer e compreender o “outro”, mas também controlar e manipular sempre que tal se afigurasse necessário para garantir o sucesso do movimento de expansão. Este saber, recorrendo com frequência à ideia de assimetria cultural, legitimava a missão civilizadora do Ocidente no Oriente, na China, no Japão e, também, em Macau. A apologia do distanciamento e da diferença entre o mundo do observador e o mundo observado, a procura do “outro”, pitoresco humano, que se queria integrado no mundo de quem realizava a conquista, e o sublinhar do exotismo distante e atraente em oposição ao exotismo próximo e repulsivo, são alguns dos mecanismos mentais que os textos nos transmitem, revelando um Oriente com os seus mitos e mistérios, exteriorizando-o através da palavra escrita, falando dele ou falando por ele.

A descrição da terra e das gentes que habitavam Macau é contextualizada pela análise da situação económica e social da cidade, completando deste modo o retrato de um espaço físico e social, concreto e vivido, no Oriente. Neste esforço de contextualização, os autores retomaram a perspectiva dualista da realidade, traduzindo-a agora na oposição passado/presente, talvez como se fosse possível inferir que um novo futuro se iniciava. A opulência e riqueza do passado de Macau haviam dado lugar à ausência de comércio, à pobreza e à sinização da cidade. Assim, estava aberta a possibilidade de se iniciar um novo ciclo da história de Macau, agora balizado pela expansão ocidental que, a partir da década de 1840, passou a influenciar de forma determinante o futuro de Macau, da China, do Japão e de toda a Ásia Oriental.

Perry/Hawks e Ball, ao publicarem as duas obras que nasceram dos seus apontamentos e cartas, ofereceram-nos mais um exemplo do processo de construção do saber ocidental sobre o mundo do Oriente distante, mas que se queria próximo, o quanto bastasse, para se integrar num Ocidente que, no oceano Pacífico, parecia ter encontrado a sua última fronteira. Ou, tão somente, abriram a porta que mantinha Oriente e Ocidente equidistantes, mas incapazes de deixar que o “outro” se revele, mantendo-o escondido, impedindo-o de se mostrar... **RC**

MACAO AND SINO-AMERICAN RELATIONS

NOTAS

- 1 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854, Under the Command of Commodore M. C. Perry, United States Navy, by Order of the Government of the United States*, p. 164.
- 2 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia, Including China and Manilla, During Several Years' Residence. With Notes of the Voyage to China, Excursions in Manilla, Hong-Kong, Canton, Shanghai, Ningpo, Amoy, Fouchow, and Macao*, p. 416.
- 3 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 412.
- 4 *Ibidem*, p. 409.
- 5 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 164.
- 6 *Ibidem*, p. 165.
- 7 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 412.
- 8 *Ibidem*.
- 9 *Ibidem*, p. 416.
- 5 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 165.
- 11 *Ibidem*.
- 12 *Ibidem*.
- 13 Manuel Pereira (1757-1826), um dos maiores negociantes da praça de Macau, adquiriu uma imensa propriedade onde se incluía o jardim da gruta de Camões. A ele se deve a colocação do primeiro busto de Luís de Camões, aquele que o comodoro Perry terá encontrado na sua visita a Macau e ao Jardim. Este busto viria a ser substituído em 1866 pelo seu genro Lourenço Caetano Costelo Marques, casado com Maria Ana Josefa Pereira. Cf. Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. II, 1996, pp. 564-565 e 987-988.
- 14 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 165.
- 15 *Ibidem*.
- 16 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 416.
- 17 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 339.
- 18 *Ibidem*.
- 19 *Ibidem*, p. 340.
- 20 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 411.
- 21 *Ibidem*, pp. 413-414.
- 22 *Ibidem*, pp. 415.
- 23 *Ibidem*.
- 24 *Ibidem*, p. 409.
- 25 *Ibidem*, p. 413.
- 26 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 165.
- 27 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 411.
- 28 *Ibidem*, p. 412.
- 29 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 341.
- 30 *Ibidem*, p. 350.
- 31 Ofício n.º 355, de 21 de Junho de 1849, do governador Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (Arquivo Histórico Ultramarino – Macau – 1849), in Maria Teresa Lopes da Silva, *Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853)*, p. 289.
- 32 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 413. “A Grã-Bretanha continuava a pôr em causa a soberania portuguesa naquele território e, em relação à China, já sabemos que o vice-rei de Cantão também se recusava a aceitar as medidas tomadas por Ferreira do Amaral com vista a alcançar o domínio pleno de Macau.” Maria Teresa Lopes da Silva, *Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853)*, p. 291.
- 33 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 349.
- 34 Evarist Régis Huc (1813-1860), missionário lazarista francês, chegou à China em Agosto de 1844. *Souvenirs d'un Voyage dans la Tartarie, le Thibet, et la Chine Pendant les Années 1844, 1845 et 1846* foi publicado em Paris, em 1850 e, no ano seguinte, conheceu a sua primeira tradução em língua inglesa.
- 35 Benjamin Lincoln Ball, *Rambles in Eastern Asia...*, p. 414.
- 36 *Ibidem*, p. 410.
- 37 *Ibidem*.
- 38 Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron...*, p. 345.
- 39 *Ibidem*.
- 40 *Ibidem*.
- 41 *Ibidem*.
- 42 *Ibidem*, p. 164.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Ana Cristina, “Luzes e Orientalismo”, in Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), *O Orientalismo em Portugal*. Porto: Edições Inapa, 1999, pp. 97-115.
- Ball, Benjamin Lincoln, *Rambles in Eastern Asia, Including China and Manilla, During Several Years' Residence. With Notes of the Voyage to China, Excursions in Manilla, Hong-Kong, Canton, Shanghai, Ningpo, Amoy, Fouchow, and Macao*, 2.ª ed. Boston: James French and Company, 1856.
- Boothroyd, Ninette e Détri, Muriel, *Le Voyage en Chine. Anthologie des voyageurs occidentaux du Moyen Âge à la chute de l'Empire Chinois*. Paris: Ed. Robert Laffont, 1992.
- Dias, Alfredo, *Macau e a I Guerra do Ópio*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1993.
- Forjaz, Jorge, *Famílias Macaenses*, vol. II. Macau: Fundação Oriente / Instituto Cultural de Macau, 1996.
- Hawks, Francis L., *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan Performed in the Years 1852, 1853, and 1854, Under the Command of Commodore M. C. Perry, United States Navy, by Order of the Government of the United States*. Washington: Beverley Tucker, Senate Printer, 1856.
- Hespanha, António Manuel, “O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)”, in CNCDP, *O Orientalismo em Portugal*. Porto: Edições Inapa, 1999, pp. 15-37.
- Lima, Isabel Pires de, “O Orientalismo na Literatura Portuguesa”, in CNCDP, *O Orientalismo em Portugal*. Porto: Edições Inapa, 1999, pp. 145-160.
- Sais, Edward, *Orientalismo*. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.
- Silva, Maria Teresa Lopes da, *Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853)*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.

[illegible]

Vosso ser' de a. N. R. sua Parêça e loza a me' Destê a maqua? de 20. -
noultra de 1899. a. 1899. //

Sexuo dei semper p. n. f. a. d. p. f. a.

Fernando

A Certidão de Nascimento do Nome de Macau

JIN GUO PING* E WU ZHILIANG**



As origens¹ de Macau e a etimologia² do nome de Macau são dois dos temas mais apaixonantes de toda a história³ e historiografia⁴ de Macau. O estudo deste topónimo sempre mereceu o maior interesse dos historiadores e investigadores da presença portuguesa na Cidade de Santo Nome de Deus. A etimologia de Macau é tão controversa como a própria origem da sua existência multissecular. A recente descoberta, seguindo uma pista indicada já em 1962 pelo jesuíta alemão Georg Schurhammer S. J. e com a ajuda do Prof. António Vasconcelos de Saldanha, de uma carta autografada de Fernão Mendes Pinto, precisamente a que escreveu de Macau aos 20 de Novembro de 1555 para o reitor do Colégio de Goa o Pe. Baltazar Dias⁵ e que é considerada como a “certidão de nascimento” do nome de Macau, acaba, de uma vez por todas, com as outras muitas variantes da origem do nome de Macau que conhecemos. Esta missiva tem uma enorme importância para Macau. Por duas vezes, no início e no fim, aparece a palavra ‘amaquão’.⁶ Correspondente ao chinês ‘Amagang/Yamagang’ 阿马(妈)港/亚马(妈)港 (Porto da Deusa A-Má/Ya-Má), esta é a grafia mais

primitiva de todas as variantes do topónimo Macau que apontam uma nasalização final. A carta inclui também vários topónimos coevos, como São choão (São João), llâpacau/lâpaquã (Lampacao/Lampacau) e quâtão (Cantão). Trata-se da única missiva do tempo em que este rico mercador era também noviço jesuíta, revestindo-se, pois, de uma particular importância para os estudos bibliográficos de Fernão Mendes Pinto.

Depois de algumas comparações, nomeadamente com a carta do navegador a Bernardo Neri (de 15 de Março de 1571, Almada), concluímos que tanto a assinatura como a grafia são iguais. Daí poder dizer-se que é um documento original, assinado por Fernão Mendes Pinto. Desta carta existem diversos exemplares, mas subsistiam dúvidas sobre qual seria o original. Estudámos duas cópias conservadas na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Numa, no início aparece a fórmula ‘ama quão’ e, no final, ‘ama cuao’; na outra, aparecem igualmente duas formulações: ‘amaquã’, no corpo, e ‘amaquan’, no fecho.

AS GRAFIAS ARCAICAS DE MACAU E A SUA EVOLUÇÃO FONÉTICA

Façamos uma retrospectiva das grafias arcaicas do termo Macau e a sua evolução fonética.

Sobre as muitas variantes do nome de Macau, José Maria Braga escreveu:

*“Portuguese writers, in the middle of the XVIth century, used such variations as Amaqua, Amachao, Amacao, Amacuao, Amaquao, Amaquam, Machoam, Maquao, and eventually Macao.”*⁷

* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Translator and researcher of the History of Macao and Sino-Portuguese Relations. Graduate in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.

** 吴志良 Doutorado em História pela Universidade de Nanjing. Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Administrador da Fundação Macau.

Ph.D. in History from Nanjing University. Vice-president of the China Overseas Relations Institute. Director of the Macao Foundation.

HISTORIOGRAFIA

Os primeiros nomes de Macau levavam, pois, uma ‘a’ inicial. Foi Luís Gonzaga Gomes quem elucidou o processo da evolução de Amacao para Macao:

“Quanto ao nome de *Amacao*, não resistiu, porém, ao tempo, e, bem depressa, por aférese, ficou reduzido, simplesmente, a Macau, que, nos documentos do século XVI se encontra representado de diversas formas: *Amaqua*, *Amacao*, *Amacuao*, *Amangao*, *Amagao*, *Amaquam*, *Machoam*, *Macháo* e *Maquao*.”⁸

No entanto, as semelhanças e as diferenças entre as antigas grafias de Macau representam uma complexa questão de ordem fonética. Quanto aos elementos ‘a’ e ‘ma’ já existe um certo consenso na comunidade científica internacional, mas o ‘cão’ final ainda está por ser devidamente esclarecido.

‘Macao’ é, de facto, uma corruptela de ‘Macão’, com a queda do til.⁹

Que se saiba, a fórmula ‘Macão’ apareceu pela primeira vez no relatório da embaixada de Gil de Góis, escrito pelo secretário João Escobar em 1565:

“Saiu logo o chumbim de seu aposento e assentou-se em sua cadeira, tendo outra aparelhada para Diogo Pereira. Estava com ele o mandarim que viera a Macão”.¹⁰

O irmão André Pinto, que viajou com esta embaixada, na sua carta datada de 30 de Novembro de 1564, usou tanto ‘Amacao’¹¹ como ‘amacao’.¹² Nessa altura, não havendo ainda rigorosas regras ortográficas, ora se escrevia com maiúscula ora com minúscula.

Segundo a *Labor evangélica de los obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas* de Francisco Colín, obra editada em 1663, o primeiro procurador do Leal Senado de Macau, o português Matias Panela, na sua carta, em espanhol, datada de 10 de Fevereiro de 1583, para o governador das Filipinas, fechou com ‘Macao’.¹³ No entanto, num outro testemunho, também em espanhol, de 27 de Novembro de 1592, quando se referiu a Macau, foi ‘Amacão’ que usou.¹⁴

A fórmula ‘Macão’ também figura na legenda de um mapa anterior 1641.¹⁵

Dez anos mais tarde, na “Carta Annu da China dos annos 1651-1652” na maioria das vezes surge ‘Macao’, verificando-se, no entanto, a concorrência de ‘Macão’.¹⁶ Ao longo do século XIX, em vários manuscritos ainda se lê ‘Macão’.¹⁷

Em meados do século XVIII e inícios do século XIX, além de ‘Macao’ e ‘Macão’, também apareceu a

formulação ‘Macáo’. Seja em publicações¹⁸ seja em manuscritos, foi muito corrente.¹⁹ Isto porque o til se manuscovia como se fosse um acento agudo.²⁰ De facto, quando se pronuncia ‘Macao’, a sílaba tónica é a segunda e, assim, a grafia ‘Macáo’ reflectia a pronúncia real.

Em português, ‘Macao’ e ‘Macão’ são iguais a ‘Amacao’ e ‘Amacão’. Este fenómeno da queda do ‘a’ inicial, sem afectar o campo semântico da palavra chama-se aférese. Em chinês também temos o mesmo caso. Por exemplo, tanto se diz Amagang 阿马(妈)港 como Magang 马(妈)港.

No que toca ao desaparecimento do til nas formas arcaicas de ‘Macao’ ou ‘Amacao’, Graciete Nogueira Batalha sugeriu a teoria da eufonia, já que a ressonância nasal de ‘cão’ não deixaria de sugerir desagradavelmente a palavra ‘cão’.²¹ A seguir este argumento, todas as palavras portuguesas terminadas em ‘cão’ deveriam ter sofrido a mesma alteração.

Em espanhol, a língua neo-latina mais próxima do português, este topónimo grafa-se das mais diversas formas, sendo ‘Macan’ ou ‘Macán’ as mais frequentes e que soam como ‘Macão’ em português.

Em espanhol, ‘can’ e ‘cán’ indicam a nasalização. Estas fórmulas correspondem, assim, às fórmulas portuguesas de ‘cao’ e ‘cão’. Em 1935 Paul Pelliot avançou esta hipótese, afirmando “*Le nom de ‘Macao’ n’est pas la désignation chinoise de l’endroit. Les Espagnols ont écrit longtemps ‘Macan’ (cf. Colin-Pastells), comme si la forme portugaise était Macão*”,²² mas não apresentou exemplos concretos. De facto, é igual o valor fonético de ‘Macan’ e ‘Macán’. Embora ‘Macan’ não leve acento agudo, a pronúncia real é ‘Macán’; ninguém pronuncia ‘Mácan’. Estas fórmulas espanholas correspondem ao ‘Macão’ português.

Fr. Pedro de Alfaro escreveu ‘Macan’²³ na sua carta de 12 de Fevereiro de Outubro de 1579 e também numa outra carta datada de 13 de Outubro de 1579.²⁴

Fr. Agustin de Tordesillas, que viajou com o Fr. Pedro de Alfaro, numa mesma carta utilizou tanto ‘Machan’²⁵ como ‘Macan’.²⁶

Recentemente encontrámos muitas ocorrências de ‘Macan’ num núcleo de documentos em espanhol datados dos anos 80 do século XVI e relativos ao capitão português Bartolomeu Vaz Landeiro.²⁷

O feitor das Filipinas, Juan Bautista Román, na sua carta de 24 de Junho de 1584 para o rei Filipe II, usou a formulação ‘Macán’.²⁸ Numa outra carta, de

HISTORIOGRAPHY



Macau no *Atlas* de João Nunes Tinoco, 1663.

27 de Junho, escreveu 'Macan',²⁹ o que prova que a pronúncia é a mesma, tenha ou não acento agudo.

O Pe. Alonso Sánchez, além de usar 'Macán' nas suas relações das viagens que fez à China e Macau, numa carta para Filipe II datada de 22 de Junho de 1584 socorreu-se também das fórmulas espanholas 'Macon' e 'Macan',³⁰ embora o texto esteja redigido num espanhol aportuguesado. Numa outra carta escrita em 27 de Junho do mesmo ano escreveu 'Amachan'.³¹ Numa outra desta mesma data serviu-se de 'Machan'. Quer 'Macon' (ou 'Macan') quer 'Amachan' (ou 'Machan') reflectem de facto a nasalização portuguesa final. Se revertêssemos para português teríamos 'Macão' e 'Amacão', respectivamente.

O navegador Pedro de Unamuno, num roteiro de 1587, escrito em espanhol, utilizou 'Macan'.³²

'Macan' também passou à cartografia espanhola, como se comprova pelo "Mapa de las islas de Luzón y Hermosa y parte de la costa de la China",³³ de Hernando de los Ríos Coronel e datado de 1597.

As traduções espanholas costumam preservar a grafia lusa. Por exemplo, numa carta do Pe. Gregório Gonçalves,³⁴ supostamente escrita em português, mas traduzida em espanhol em 1573, temos 'Maquão'.³⁵ Este 'Maquão' é igual ao 'amaquão' de Fernão Mendes Pinto, como já vimos. No "Juramento de los hidalgos de Macao al rey Felipe II", escrito em português em 20 de Janeiro de 1582, surge a fórmula 'maqao'.³⁶ Matias Panela, em 1583, na carta, em espanhol, de juramento de vassalagem ao governador das Filipinas usou 'Macan' no corpo³⁷ e 'Macao' no fecho. Nesta carta, não muito extensa, usou indiferentemente as duas grafias, o que prova que o valor fonético é o mesmo. No entanto, o mesmo Matias Panela num texto de 1592, escreveu 'Amacão'. Usava as três fórmulas, porque eram completamente sinónimas. Outra vez mais a prova que o valor fonético real de 'Macao' e 'Macão' é o mesmo.

O Pe. Melchior Carneiro, bispo de Macau, numa carta escrita em espanhol em Julho de 1582 para o

HISTORIOGRAFIA

bispo espanhol das Filipinas, Pe. Domingo de Salazar, usou a fórmula ‘macao’, o que é muito significativo. Embora escrevesse em espanhol, continuava usar a formulação portuguesa.³⁸ O Pe. Pedro Gómez, numa carta de Janeiro de 1583 para o governador das Filipinas, Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, também em espanhol, usou ‘Amachao’.³⁹ Evidentemente, esta é uma grafia portuguesa. O jesuíta Francisco Carvajal, na sua “Descripción Filipinas y Japón”, de 27 de Junho de 1584, dirigida de Macau ao rei Filipe II, continua com a grafia portuguesa de ‘Machao’.⁴⁰ Os espanhóis que residiam em Macau também por vezes utilizavam a fórmula portuguesa de ‘Macao’. Por exemplo, o comissário Fr. Martín Ignacio de Loyola⁴¹, na relação de viagem, escrita em 1582, usa ‘Machao’.⁴² Em 6 de Junho de 1587, o vigário provincial dos Agostinhos, o Pe. Francisco Manrique, e Fr. Martín Ignacio de Loyola nas suas cartas dirigidas ao rei Filipe II socorrem-se de ‘Macao’.⁴³ Estes exemplos elucidam bem que as fórmulas ‘Macan’ e ‘Macán’, correntes em espanhol, correspondem às formulações portuguesas ‘Macao’ e ‘Macão’.

Na bula do Papa Gregório XIII, de 23 de Janeiro de 1576, Macau é grafado ‘Machao’: “*in loco de Machao, dictæ de Machao Insula*”.⁴⁴

Vejamos grafias de outras línguas neo-latinas, nomeadamente a italiana.

Fr. Giovanni Battista da Pesaro, membro do primeiro grupo de franciscanos chegados a Macau, na sua relação de viagem de 1592, redigida em italiano, usou a fórmula ‘Amacao’.⁴⁵ Evidentemente que esta é uma forma lusa.

O visitador do Oriente, o italiano Alexandre Valignano, nas suas cartas e obras em espanhol, escreveu Macau das mais variadas formas. Na maioria das vezes, e de acordo com a ortografia portuguesa, ‘Macao’⁴⁶, ‘Machao’⁴⁷ e ‘Amacao’.⁴⁸ Por vezes grafou ‘Amachan’⁴⁹ e ‘Machaun’.⁵⁰ Não há dúvida que estas fórmulas terminadas em ‘n’ representam a nasalização em espanhol.

Vemos, pois, que ‘Amacan’ é a fórmula espanhola correspondente ao português ‘Amacao’.

Richard Cocks, feitor inglês em Hirado, em 1616 ainda continuava a utilizar a grafia ‘Amacon’,⁵¹ o que terá inspirado o historiador britânico C. R. Boxer ao intitular uma sua obra como *The Great Ship from Amacon. Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*.

O japonês é uma língua muito afastada das línguas latinas. A primeira enciclopédia japonesa, de 1914, *Koji Ruien* 古事类苑, tem uma entrada sobre Macau, intitulada “Amaka[ca]n 亚妈港”:

“Amaka[ca]n 阿妈港, também conhecido como Amaka[ca]n 阿妈巷, Amaka[ca]n 阿马港 ou Amaka[ca]n 亚妈巷.

阿妈港, cuja pronúncia em chinês é ‘amaka[ca]n’, em japonês pronuncia-se ‘amaka[ca]u’. Vulgarmente, usam-se dois caracteres 天川, cuja pronúncia é ‘amagawa’.”⁵²

“No período *Edo*, em *kanji* escrevia-se 天川, pronunciando-se ‘amagawa’. ‘Amagawa’ era também conhecido como Amagawaka[ca]n 天川港.”⁵³

IDENTIFICAÇÕES ETIMOLÓGICAS DO TOPÓNIMO MACAU EM CHINÊS

Façamos uma resenha das tentativas de identificação etimológica do topónimo Macau em chinês:

1. Bokou 船口 (ancoradouro)

Esta teoria foi lançada por He Dazhang 何大章 e Miao Hongji 缪鸿基⁵⁴ e desenvolvida por Huang Wengkuan 黄文宽.⁵⁵ Os dois primeiros escrevem:

“Ma-cau 马交, como os estrangeiros chamam Aomen 澳门, deverá ser uma corruptela de Bokou. No 14.º ano do reinado de Jiajing (1522-1566), Huang Qing 黄庆, comandante militar metropolitano da Casa Branca, solicitou autorização superior para fazer deslocar os barcos estrangeiros para Haojing 濠镜,⁵⁶ chamando a terra de Boukou ou Boao 舶澳. Os portugueses corromperam esta palavra, Boukou ou Boao, para Macao.”⁵⁷

Esta teoria não é apoiada por nenhuma prova documental. O macaense Luís Gongzaga Gomes desenvolveu-a, dando lugar a uma nova:

“Entretanto, a admitir-se a hipótese de os primeiros habitantes de Macau terem sido fuquienses e de estes terem constituído um núcleo importante da pioneira colonização de Macau, seria, então, natural que os primeiros portugueses que apareceram nas águas chinesas lidassem com esses naturais de Fuquien, bons marinheiros e mais destemidos e aventureiros

HISTORIOGRAPHY

que os nativos doutras províncias, retendo assim, na sua outiva o nome *má-kauk*, que seria como, em fuquinense, se pronunciaria o nome *má-kók*, nome este com que ainda hoje se denomina, em cantonense, o sítio a que demos o nome de *Barra*, como já nos referimos mais atrás.

Sendo, assim, o étimo da palavra Macau teria a sua origem nestes dois elementos sónicos *má-kók*, pronunciados à fuquinense, isto é, *má-kauk*, tendo a gutural final *k* caído, por exigência da nossa pronúncia, por deturpação ou por qualquer fenómeno fonético. É lícito, no entanto, perguntar-se: não existindo, na nossa língua, finais guturais e havendo a tendência de as adoçar com a intervenção dum *e* final mudo, porque não diriam os primeiros portugueses que vieram à China *Macauque*, em vez de *Macau*. Este assunto só pode, evidentemente, ser esclarecido por filólogos que tenham investigado como se pronunciavam ou pronunciariam, na realidade, esses sons, há quatrocentos anos.”⁵⁸

Pela exposição de Luís Gonzaga Gomes, se a teoria de Bokou fosse válida, em conformidade com a fonética portuguesa, ‘Macao’ deveria grafar-se ‘Macaoque’. Não se encontrou esta fórmula nas fontes portuguesas, pelo menos até ao momento. Tan Shibao 譚世宝, para consolidar a sua “descoberta” da data da construção do Pagode da Barra, citou imensos autores chineses, tanto clássicos como modernos, para comprovar as possíveis trocas de ‘b’ por ‘m’. De outra maneira não poderia justificar a ocorrência de ‘amaquão’ na famosa carta do 20 de Novembro de 1555 de Fernão Mendes Pinto, meio século mais cedo do que a suposta verdadeira data da construção do Pagode da Barra.

2. Majiaoshi 马蛟石 (rochedo do Cavalo e do Dragão)

Apesar de na *Aomen Jilüe* 澳门记略 (Breve Monografia de Macau)⁵⁹ haver referências ao Majiaoshi⁶⁰ e no vocabulário apenso se dar Majiao 马交⁶¹ como correspondendo a Macao, foi T’ien-Tsê-Chang quem se serviu desta informação para tentar identificar a etimologia de Macau.⁶² Esta versão teve os seus adeptos, mas qualquer estudo sério levará à sua imediata rejeição. Na sua base está uma errada leitura do carácter *jiao* 交 (coito). De facto, este carácter é homófono de *jiao* 蛟 (dragão). Este erro já foi devidamente corrigido por Graciete Nogueira Batalha.⁶³

3. Majiao 马角 (chifre de cavalo)

Trata-se duma interpretação de ‘Majiao’ feita por Luís Gonzaga Gomes. Damos razão à crítica feita por Graciete Nogueira Batalha.⁶⁴

4. Niangmajiao 娘妈角 (Ponta da Barra) e Mage 妈阁 (Pagode da Barra)

Zhang Weihua 张维华 foi o grande apologista desta versão.⁶⁵

5. Amagang/Yamagang (Porto da Deusa A-Má/Ya-Má)

Parece ser a teoria prevalecente na identificação etimológica de Macau. Façamos uma rápida retrospectiva desta versão.

a. Magong 马(妈) 宫 (Pagode da Deusa A-Má)

Houve discussões sobre se ‘cao’ teria vindo de *gong* 宫 (templo) ou de *gang* 港 (porto).

C. R. Boxer cometeu um deslize bastante grave ao afirmar, na primeira edição de *Fidalgos in the Far East 1550-1770*, datada de 1948: “*The goddess Ma or Ama appears to be one of the manifestations of wan Yin, Deity of Mercy, the popular Buddhist equivalent of Our Lady*”,⁶⁶ o que foi objecto de crítica por parte de J. J. L. Duyvendak.⁶⁷ Aparentemente, o eminente investigador inglês aceitou a crítica, considerando-a como uma das possíveis explicações do nome de Macau, mas sempre manteve a sua teoria inicial.

Foneticamente, *gong* é semelhante a *gang*, mas não há registos documentais nas fontes chinesas, o que nos leva a encarar esta hipótese com muitas reservas.

Em *Le Historie delle Indie Orientale* de Giovanni Maffei, editada em 1589, temos muitas ocorrências de ‘Amacan’.

Luís Gonzaga Gomes, ao citar Giovanni Maffei, escreveu:

“A obra de Maffei foi originariamente escrita em latim. Teria o tradutor da versão italiana adulterado a palavra *Amacau* para *Amacan* ou seria, então, efectivamente, de pronúncia nasal a última sílaba da palavra *Macau*? No caso afirmativo, a teoria dessa palavra provir do fuquinense *Makauk* seria, manifestamente, inconsistente. Teríamos, então, à falta de outra, a hipótese de tal nasalização provir do facto de se ter utilizado o vocábulo chinês *kóng*, que, em fuquinense se pronúncia *koung* ou *kong* derivando, assim de Hou-Kóng (Rio do Fosso),

HISTORIOGRAFIA

uma das várias designações outrora usada pelos chineses para se referirem a Macau.”⁶⁸

Como vimos, ‘Amacan’ é uma fórmula espanhola, correspondente ao português ‘Amacao’. Dado que não houve erro de tradução, trocando ‘cau’ por ‘can’, este argumento de Luís Gonzaga Gomes dificilmente pode ser defendido.

b. Yamajiao 亚妈濠 (Turbilhão da Deusa A-Má)

José Maria Braga, ao seguir a forma de Langbaijiao 浪白濠, recalcou-a para a tradução de Amacao, criando assim a expressão ‘Yamajiao’.⁶⁹

c. Ama’ao/Yama’ao 阿马(妈)澳/亚马(妈)澳 (Ancoradouro ou baía da Deusa A-Má/Ya-Má)

Trata-se duma interpretação tradicional da etimologia de Macau, a partir da obra ricciana, cujos apologistas principais foram Paul Pelliot,⁷⁰ Monsenhor Manuel Teixeira.⁷¹ C. R. Boxer também aceitou esta versão.⁷²

(Y)ama’ao é formado de três elementos. O ‘(Y)a’ inicial é facultativo. A sua queda não afecta o campo semântico do termo. ‘Ma’ 妈 é homófono de ‘Ma’ 妈, por isso tanto se diz Mazhu 妈祖 como Mazhu 妈祖.

Søren Egerod não acha esta etimologia muito satisfatória. É apologista da versão de (Y)ama’ao, ao mesmo tempo que advoga a versão Magang 妈港 (Porto da Deusa Má).⁷³

d. Amagang/Yamagang (Porto da Deusa A-Má/Ya-Má)

Pelos progressos verificados na identificação etimológica do nome de Macau, esta é uma versão bem fundamentada e cartograficamente comprovada:

1. Corresponde a descrições em línguas ocidentais.

Os relatos portugueses sobre a Deusa A-Má são muito antigos:

1553 – “Adorão duas images de molheres que cre que fam fanctas, hua fe chama Nâma & tena os mareantes por aduogada,”⁷⁴

1566 – “Crem hos Chins em hum fo Deos, criador de todalas coufas: adoram tres images de homens todas as tres semelhantes: fazem grande honrra à imagem de hua molher, que te por sansta, que chamam Nâma, que elles crem que he aduogada de todos ante Deos, afsi dos que amdam pela terra, quomo dos q nauegam pelo már [...] Has figuras deftas images todas trouxe Fernam perez dandrade, pintadas em panos de paugage, & aruoredos qua fi do mefmo modo que

fam hos panos pintados que faze em Flandres, hos quaes aprefentou a elRei dom Emanuel em Euora, com outras coufas de quella provincia.”⁷⁵

Em italiano, temos igualmente um testemunho:

1598-1599 – “E quando oferiscono le suddette cose in qualche festa solenne, se le mangiano quivi apresso l'idolo, sì com'io veddi fare in Amacao alla campagna, in certo luogo dedicato al loro idolo, dove erao alcune pietre grande, com caratteri d'orosculpiti in quelle, si chiama 'Ama': e perciò l'isola detta Amacao vuol dire 'luogo dell'idolo Ama'; la quale festa facero il primo giorno della luna nuova di marzo, ch'è il loro capo d'anno, il quale festegiano per tutto il regno come festa principalissima.”⁷⁶

Este relato testemunhal de Francesco Carletti,⁷⁷ que esteve mais de meio ano em Macau, reveste-se de grande importância documental para a solução da polémica relativa à data da construção do Pagode da Barra. Esta descrição condiz com o que se lê na *Aomen Jilüe*, de modo a comprovar que as lendas sobre o Pagode da Barra não são ‘fogo sem fumo’.

“Existem, em Macau, três blocos de pedra lendários. Um deles chama-se Yangchuanshi 洋船石 (Rocha do Barco Transoceânico). Reza a tradição que no reinado de Wanli (1573-1620), quando um grande barco de uns abastados comerciantes de Fujian foi surpreendido por uma enorme tempestade, apareceu subitamente uma santa, de pé, no alto dum rochedo que salvou o barco. Logo se ergueu um templo, em honra e agradecimento a Tianfei 天妃 (Concubina Celestial), dando-se a este lugar o nome de Niangmajiao 娘妈角 (Ponta de Niangma, Ponta da Barra). Niangma 娘妈 é o nome pelo que é designada Tianfei no dialecto de Fujian. Na superfície do rochedo que se ergue em frente do seu templo gravou-se o desenho de um barco com a seguinte inscrição: *Lishe dachuan* 利涉大川 (Travessia feliz dos rios),⁷⁸ em homenagem e reconhecimento do milagre de Tianfei.”⁷⁹

Estas duas informações são complementares. Francesco Carletti refere “alcune pietre grande”,⁸⁰ que deviam ficar em frente do Pagode da Barra como confirmam os autores de *Aomen Jilüe* pelo que se pode afirmar que, antes de 1605, já existia um templo da Deusa A-Má. O que é irrefutavelmente corroborado por uma fonte manuscrita coeva. João de Escobar informa-nos:

HISTORIOGRAPHY

“Estando a coisa desta maneira, o mandarim mandou dizer a Dom João que ele desembarcava e ia à varela para se ver com ele e assentarem seus negócios, por não se perder tempo, que Sua Mercê o mesmo fizesse. Dom João o houve por bem e foi ter ao dito lugar, que é no cabo da povoação”⁸¹

Por isso, seria mais lógico interpretar a inscrição que se encontra no Templo da Barra – *Qinchai zongdu Gungdong zhuchi Shibao shuiwu jianguan yanfa taijian Li Feng* 钦差总督广东珠池市舶税务兼管盐法太监李凤建 – não como “Construído por pelo eunuco Li Feng, que superintende, na qualidade de enviado imperial, os assuntos dos viveiros de pérolas, dos impostos sobre os barcos estrangeiros e do sal de Cantão”⁸² mas sim como “Mandado reconstruir pelo eunuco Li Feng...”, como bem sugere A San 阿三.⁸³ Pelo menos, em 1563 já existia um templo de A-Má e o registo de Francesco Carletti comprova, sem margem de dúvida, que, antes de 1605, já existiam várias pedras com inscrições, que ainda subsistem.

2. É suportada pela cartografia chinesa

A zona em volta do Pagode da Barra chama-se, em português, Barra e as águas à sua frente são sinalizadas como Yamagang (Porto da Deusa A-Má) no *Guangdong yanhai tu* 广东沿海图 (Mapa Marítimo de Cantão) e na *Yue Daji* 粤大记 (Grande Crónica de Guangdong), de Guo Fei 郭棐, publicada cerca de 1598. Trata-se da única prova cartográfica chinesa com a expressa referência a Yamagang e onde se podem ver ancoradas duas naus portuguesas, acompanhadas de uma legenda – *fanchuan* 番船 (barcos dos bárbaros). No meio da península de Macau, indicada como Haojing’ao 濠镜澳 (Baía do Espelho das Ostras das Janelas), estão desenhadas seis casas ocidentais com a seguinte legenda: *fanren fanwu* 番人房屋 (casas dos bárbaros). Na parte oriental está sinalizada a aldeia chinesa de Wangxia 望下 (Mong-Há).

3. Yamagang nos autores chineses e ocidentais

Zhongguo Gujin Diming Dacidian 中国古今地名大辞典 (Grande Dicionário da Toponímia Antiga e Moderna da China), no verbete “Magang” 妈港 (Porto da Deusa Má) reenvia para o verbete “Aomen” 澳门 (Porta da Baía, Macau):

“Nesta terra, também conhecida como Amagang 阿妈港 (Porto da Deusa A-Má) ou Magang 妈港

(Porto da Deusa Má), existe um Amashengmiao 阿妈神庙 (Templo da Deusa A-Má)”.⁸⁴

Cihai 辞海 (*Mare Lexicum*) é mais explícito ao afirmar:

“Magang é um nome variante de Aomen 澳门. Como nesta terra existe um Amashengmiao, também é conhecida como Amagang ou Magang.”⁸⁵

A influência ricciana é evidente, pois em chinês não se costuma dizer Amashengmiao.

Antes de virem à luz novas provas documentais ou cartográficas que a ponham em causa, parece devermos aceitar esta etimologia para o topónimo Macau.

Esta argumentação é finalmente abonada por uma obra existente no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI). No Dicionário Português-Chinês, cuja autoria é geralmente atribuída aos padres Michele Ruggieri e Matteo Ricci, temos “Maquao = Haojing’ao 蚝镜澳”.⁸⁶ ‘Maquao’ pronuncia-se ‘Macao’.

Esta informação reveste-se de uma enorme importância já que nos leva a resolver uma dúvida multissecular. Queremos dizer que todas as formas ocidentais de Macau derivaram de Yamagang (Porto da Deusa A-Má), como a cartografia supracitada ilustra, mas a sua correspondência em chinês não é Yamagang, mas sim Haojing’ao. *Hao* quer dizer ‘ostra das janelas’,⁸⁷ *jing*, espelho e *ao*, ancoradouro ou baía. Isto significa que o nome Maguao, embora seja de origem chinesa, derivado do nome da Deusa A-Má, tem Haojing’ao como nome vernáculo chinês correspondente.

Este desfasamento semântico na toponímia macaense é muito muito frequente. Isto talvez seja o vestígio mais marcante da miscigenação cultural que se verificou em Macau, terra de confluências de culturas, a ocidental e cristã, trazidas pelos portugueses, e a chinesa, milenária.

IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTADA DE ‘OQUEM’

Por último, propomo-nos debruçar sobre uma identificação documentada de ‘oquem’.

Tomé Pires⁸⁸ escreve:

“Alem do porto de quantom⁸⁹ esta outro porto que se chama oquem he amdadura pº terra De tres dias E por mår huu dia & huuå noite este he o porto dos lequjos e Doutªs nacoees mujtos portos tem além q sera largura cousa De Comtar que

HISTORIOGRAFIA



HISTORIOGRAPHY

ao presente nom fazem em nosso caso somente atte qmtom⁹⁰ porq esta he a chause do Reini De chyna”.⁹¹

Pela semelhança fonética entre Haojing e ‘oquem’, José Maria Braga criou uma grande confusão ao dar à estampa o artigo, inicialmente em inglês, intitulado “Macau em 1515: observações sobre a edição da *Suma Oriental* de Tomé Pires do Dr. Armando Cortesão”,⁹² no qual não hesitou em identificar ‘oquem’ com Haojing, portanto, com o actual Macau. Esta identificação irresponsável tem influenciado muitos estudiosos chineses e ocidentais.

De facto, Armando Cortesão, com a ajuda do eminente sinólogo Arthur Christopher Moule, identificou com sucesso ‘oquem’ com Fujian. Foneticamente, esta identificação é aceitável, mas de ponto de vista historiográfico é necessário completá-la com alguns dados acerca do sistema do comércio tributário da China imperial, sobretudo na dinastia Ming (1368-1644).

Pela frase “este he o porto dos lequjos e Dout^{as} nacoees” sabemos que ‘oquem’ é a via por onde entravam na China os embaixadores tributários léquios⁹³ para apresentarem os seus tributos à corte, o que é confirmado pela *Aomen Jilüe* com a seguinte informação em relação aos Léquios: “Hoje em dia, trazem os seus tributos por Fujian. Nunca vieram comerciar a Guangdong.”⁹⁴ A *Mingshi* 明史 (História Oficial dos Ming), no seu verbete sobre os Léquios, diz:

“No primeiro ano (1436) do reinado de Zhengtong (1436-1449)⁹⁵ o embaixador léquio argumenta, afirmando que inicialmente, quando entrava por Fujian, só dava parte dos tributos. Na 7.^a lua do primeiro ano do reinado de Hongzhi (1488-1501),⁹⁶ quando o seu embaixador veio de Zhejiang, os funcionários dos protocolos diziam que a sua via tradicional para a apresentação dos tributos era Fujian”.⁹⁷

Verifica-se que, nessa altura, a *Shibosi* 市舶司 (Superintendência do Comércio Marítimo)⁹⁸ estava em Quanzhou 泉州, o que é perfeitamente abonado pela *Mingshi*, onde se afirma: “Quanzhou comunica-se com os Léquios”.⁹⁹ O ‘oquem’ do primeiro embaixador português à China refere-se a Fujian em geral. José Maria Braga lançou a sua identificação com o actual Macau, mas esqueceu-se de um facto que não deve ser ignorado.

Não se conhecem, até ao momento, referências nas fontes portuguesas à presença portuguesa em Macau anteriores a 1553. Esta identificação de José Maria Braga tem tido muitos adeptos, tanto ocidentais como chineses. Foi Dai Yixuan 戴裔煊 quem a divulgou junto dos estudiosos chineses.¹⁰⁰ Analisando bem as fontes chinesas com referências à actual Macau como um ancoradouro para o comércio marítimo em 1535,¹⁰¹ será muito difícil imaginar como é que no Sudeste Asiático, uns vinte anos antes, isto é, no momento em que Tomé Pires concluiu a sua obra, já existiam informações sobre o actual Macau.

De facto, nas fontes chinesas há referências à presença de Léquios¹⁰² em Xiangshan’gang 香山港 (Porto do Monte Odorífero), mas trata-se duma presença esporádica, na sequência de um naufrágio, como vemos nesta descrição:

“Nessa altura, isto é no 10.º ano do reinado de Zhengtong (1445), Cai Xuan 蔡璇, quando o nosso vassalo tributário e outros iam comerciar com os seus produtos autóctones a alguns países vizinhos da China, navegaram à deriva até Xiangshan’gang”.¹⁰³

Não faltam estudiosos chineses que tentam identificar Xiangshan’gang com Xiangshan’ao 香山澳 (Ancoradouro do Monte Odorífero). Nos anos 30, Liang Jiabing 梁嘉彬 já deixou esta questão bem analisada:

“*Shuyu zhouzilu* 殊域周咨录, no seu capítulo 4, relativo aos Léquios, informa:

No 10.º ano do reinado de Zhengtong, Cai Xuan, o nosso vassalo tributário, e outros iam comerciar com os seus produtos autóctones a alguns países vizinhos à China, navegaram à deriva a Xiangshan’gang. ‘Nota: no período de Zhengtong o actual Macau ainda era desconhecido dos estrangeiros, de maneira que Xiangshan’gang deveria ser Lampacau!’”¹⁰⁴

Não pretendemos aprofundar a questão da identificação de Xiangshan’gang ou Xiangshan’ao, sem embargo, não deixamos de fazer uma leitura atenta e cuidadosa das informações supracitadas. Tanto Huang Zuo 黄佐 como Yan Congjian 严从简 se referem a uns naufragos Léquios que demandaram Xiangshan. Vejamos o que diz Gu Yanwu 顾炎武 acerca deste episódio:

“Eram bem recolhidos os que deviam entrar por Fujian e que sofreram naufrágios, tais como os de Bornéu [...] dos Léquios, [...] Dos novos

Yamagang no “Guangdong yanhai tu”.

HISTORIOGRAFIA

países tributários, como Lambri 喃勃利, há quem tenha vindo parar a Qiongzhou 琼州. No 10.º ano do reinado de Zhengtong, quando o *haidao* 海道 (subintendente dos Assuntos de Defesa Costeira)¹⁰⁵ Zhang Ge 章格 andava a inspeccionar o litoral, aconteceu que quando Cai Xuan, embaixador tributário dos Léquios, e outros iam comerciar com os seus produtos autóctones a uns países vizinhos da China, navegaram à deriva até Xiangshan'gang. As autoridades competentes, considerando-os piratas, queriam matá-los para poderem solicitar prémios aos seus superiores. Zhang Ge impediu-os e apresentou exposições sobre o caso. Foram-lhes restituídos os bens apreendidos e mandaram-nos de volta, pelo que os bárbaros ficaram muito gratos. Nos últimos anos houve muitos comerciantes Léquios que vieram parar a Qiongzhou. Os naufragos foram apresentados ao *qianshi* 仝事 (adjunto do Comissário da Administração Judicial)¹⁰⁶ de Guangzhou e foram bem acolhido por Jin Yancai 经彦案, pelo que estes indivíduos vindos de longe ficaram muito agradecidos.”

Precisamente porque a via de Guangdong, tradicionalmente reservada aos países do Sudeste Asiático, não era para os Léquios, “as autoridades competentes, considerando-os piratas, queriam matá-los para poderem solicitar recompensas aos seus superiores.”

Se lermos com atenção Tomé Pires, esta polémica não tem razão de ser. Vejamos o que nos informa o boticário acerca dos Léquios:

“A Ilha sua he gramde he de mujta Jemte tem nauetas pequenas a sua guisa Juncos tem tres ou quaotro q comtinoamente compam na chyna E nom tem mais tratã na china e em malaq^a E as vezes em companhia dos chijs /as vezes por sy na chijna tratam no porto de foquem q he na terra da chijna Junto De quamtom nauegaçam De huu dia & huuã noyte”.¹⁰⁷

É curioso notar a completa coincidência entre estas frases de Tomé Pires:

“Alem do porto de quantom esta outro porto que se chama oquem he amdadura pº terra De tres dias E por mår huu dia & huuã noite”

e

“E as vezes em companhia dos chijs /as vezes por sy na chijna tratam no porto de foquem q he na

terra da chijna Junto De quamtom nauegaçam De huu dia & huuã noyte”.

Ficámos a saber que ‘oquem’ está para lá de ‘quantom’ e que a viagem segue a partir de ‘quantom’ pelo litoral chinês acima em direcção de Fujian.

Parece podermos afirmar que ‘oquem’ é uma forma deturpada de ‘foquem’.

CONCLUSÃO

Anteriormente a 1602, ano em que apareceu a primeira cartografia chinesa onde figura Yamagang, já existia, de certeza, esta denominação, que deu lugar ao português ‘amaquão’, uma transcrição fonética exacta da designação chinesa. Em fontes chinesas e portuguesas o seu âmbito geográfico não coincide. Nas primeiras, refere-se ao ancoradouro ou à baía em frente do Templo da Barra enquanto nas segundas é o nome de toda a península de Macau.¹⁰⁸

Uma língua neo-latina mais próxima do português e uma língua oriental que não tem nenhum parentesco com ele conservam o mesmo som, o que prova irrefutavelmente que ‘amaquão’ vem do chinês Yamagang. A fórmula portuguesa de ‘amaquão’, passando por ‘Macão/Macao’ e ‘Amacão /Amacao’, deu origem à grafia arcaica de ‘Macao’, que está na origem da grafia moderna: Macau.

“Macau” vem de Amagang, que significa Porto da Deusa A-Má, protectora dos mareantes. **RC**

Nota dos autores: Neste trabalho contámos com a ajuda do Prof. Doutor António de Saldanha, da Doutora Mihoko Oka, do Doutor Lúcio de Sousa, do Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, do Professor Manel Ollé Rodríguez e do Professor Mo Xiaoye, entre outros, sobretudo da Mestra Jiang Wei, doutoranda no King's College London, que nos ajudou a conferir as fontes e teve a paciência de ler o esboço deste texto, pelo que deixamos aqui o nosso agradecimento.

NOTAS

- 1 Nesta área, algumas obras recomendáveis são: Albert Kammerer, *La découverte de la Chine par les portugais au XVI^{me} siècle et la cartographie des portulans* (suplemento ao vol. 39 de *T'oung Pao*). Leiden: E. J. Brill, 1944; Monsenhor Manuel Teixeira, *Os Militares em Macau*, Macau, Comando Territorial Independente, 1976; idem, *Primórdios de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990; W. Robert Usellis, *As Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1995 (*The Origin of Macao*. Chicago: The University of Chicago, 1958, 48 p.); Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996; Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Presença, 2006 e Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良, *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente/Fundação Oriente, 2007. A tese de doutoramento de Fok Kai Cheong 霍启昌 e o seu *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, (Lisboa, Gradiva, 1996), nela baseado, limitam-se às obras chinesas de referência geral conhecidas.
- 2 Um estudo de síntese geral é o artigo inaugural da *Revista de Cultura* de Graciete Nogueira Batalha, “Este nome de Macau...”, in *Revista de Cultura*, n.º 1 (Abril/Junho 1987), pp. 7-15.
- 3 Duas obras da história de Macau de peso, seja pela extensão seja pela qualidade académica, são: A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 6 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 1998-2003 e Wu Zhiliang, Jin Guo Ping e Tang Kaijian 汤开建 (ed.), *Aomen Shi Xinbian* 澳门史新编 (Nova História de Macau), 4 vols. Macau: Fundação Macau, 2008. Sobre esta obra, cf. a recensão do Professor Roderich Ptak, “Yitao ‘guijixing’ huibian de zhuzuo” 一套“国际性”汇编的著作—澳门史新编 (Nova História de Macau. Uma obra resultante da colaboração internacional), in *Ou Mun* 澳门日报 (Diário de Macau), caderno E7, edição de 11 de Maio de 2009. Esta obra editada em caracteres tradicionais, tendo despertado interesses do meio académico, vai ser editada em breve em caracteres simplificados na China.
- 4 Roderich Ptak, *Macau and Sino-Portuguese Relations, c. 1513/14 to c. 1900: A Bibliographical Essay*, in *Monumenta Serica* 46 (1998), pp. 343-396 e Rui Manuel Loureiro, *Guia de História de Macau: 1500-1900*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- 5 Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Goa, 10, fls. 349-351.
- 6 ARSI, Goa, 10, fls. 349 e 351.
- 7 José Maria Braga, *The Western Pioneers and their Discovery of Macao*. Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1949, p. 105.
- 8 Luís Gonzaga Gomes, *Macau. Um Município com História*. Organização, prefácio e notas de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira. Macau: Leal Senado de Macau, 1997, p. 73.
- 9 Em 2000, avançamos com esta suposição, cf. Jin Guo Ping, *Zhongguo Guanxi Shidi Kaozheng* 中葡关系史地考证 (Estudos Histórico-Geográficos sobre as Relações Sino-Portuguesas). Macau: Fundação Macau, 2000, p. 20, n. 74.
- 10 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 170. O original em ARSI, Goa, 38, fl. 69v.
- 11 ARSI, Jap.-Sin., 5, fl. 152v e 165.
- 12 ARSI, Jap.-Sin., 5, fl. 164.
- 13 Francisco Colín, *Labor evangélica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañia de Jesus fundacion, y progresos de su provincia en las Islas Filipinas*, ed. de José Fernández de Buendía, Madrid, 1663, Lib. II, Cap. IV, p. 189.
- 14 ARSI, Jap.-Sin., 31, fl. 1. Outra ocorrência consta de *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. 1, p. 1. Na mesma página lê-se “Lampacão”.
- 15 *Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes: contribuição para a história das fortalezas dos portugueses no ultramar*, edição preparada e prefaciada por Luís Silveira., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, p. 109, mapa n.º 93.
- 16 “Carta Annua da China dos annos 1651-1652”, Biblioteca da Ajuda, Jesuítas na Ásia, Códice 49-IV-61, fl. 518v.
- 17 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Trocada entre as Autoridades de Guangdong e os Procuradores do Senado*. Macau: Fundação Macau, 2000, vol. VI.
- 18 Há dois livros do século XIX que levam ‘Macáo’ no título: José Ignácio Andrade, *Memoria dos feitos macaenses contra os piratas da China e da entrada violenta dos ingleses na cidade de Macáo*. Lisboa: Typ. Lisbonense, 1835 e José António Maia, *Memoria sobre a franquia do porto de Macáo*. Lisboa: Edição de Typ. da Revolução de Setembro, 1849. Outras obras, como: Sinibaldo de Mas y Sans, *La Iberia: memoria sobre las ventajas de la union de Portugal y España*, 2.ª ed. Madrid: Imp. de M. Rivadeneyra, 1853; *Memorias sobre as possessões portuguezas na Asia / escriptas no anno de 1823 por Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto; e agora publicadas com breves notas e additamentos de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1859; Julio Firmino Judice Biker, *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portueza fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas parte da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886 e Manuel Múrias (ed.), *Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau*, 2.ª ed. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988 contém muitas ocorrências.
- 19 Em Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Trocada entre as Autoridades de Guangdong e os Procuradores do Senado*, há muitas ocorrências dos finais do século XVIII e século XIX.
- 20 Na carta de Paulo de Santa Fé, escrita em 1549 (ARSI, Jap.-Sin. 4, fols. 1-1v), anterior à fundação de Macau, pode-se ler que o til sobre a palavra Japão escreve-se ora como deve ser ora como se fosse um acento agudo. O mesmo acontece com a carta do primeiro ‘Vigário da China’, o padre português Gregório Gonçalves, de 1573, em que podemos ver que, embora traduzida em castelhano, a palavra ‘Maquão’ continua grafada à portuguesa e o til figura como acento agudo (Carta de Pe. Gregório Gonçalves, de 1573, original em Archivo General de Indias, Filipinas, 27, fl. 1v, publicada em António Rodrigues Baptista, *A Última Nau, Estudos de Macau*. Macau, 2000, p. 127). No *Dicionário Português-Chinês* de Ruggieri e Ricci há duas ocorrências de “pião”. (Vd. John W. Witek, S. J. (ed.), Michele Ruggieri e Matteo Ricci, *Dicionário Português-Chinês*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Instituto Português do Oriente, 2001, p. 130). Na primeira, vemos que o til está bem grafado enquanto na segunda aparece como um acento agudo. Chegando ao século XIX, passou a escrever-se ‘Macáo’, porque a pronúncia é ‘Macáo’, não ‘Mácao’. Começou-se a pôr um acento agudo no segundo “a”, para indicar ser esta a sílaba tónica. Assim, ‘Macáo’ passou a ser a grafia mais corrente no século XIX.
- 21 Graciete Nogueira Batalha, “Este nome de Macau...”, p. 14.
- 22 Paul Pelliot, “Un ouvrage sur les premieres temps de Macao”, in *T'oung Pao*, vol. 31, Leiden, 1935, p. 67.
- 23 Anastasius van den Wyngaert, O. F. M., *Sinica Franciscana*, vol. 2, Ad Claras Aquas (Quaracchi-Firenze) apud Collegium S. Bonaventurae, 1933, pp. 172 e 173.
- 24 Archivo General de Indias, Filipinas, 84, 1, 16.
- 25 Anastasius van den Wyngaert, O. F. M., *Sinica Franciscana*, vol. 2, p. 118.

HISTORIOGRAFIA

- 26 *Ibidem*, pp. 125, 128, 129, 131, 141, 143, 145, 150 e 151.
- 27 Archivo General de Indias, Filipinas, 79, N. 17. Estes documentos estão a ser estudados pelo Doutor Lúcio de Sousa e serão publicados pela Fundação Macau, tanto em inglês como em chinês.
- 28 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 22.
- 29 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 22.
- 30 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 20(1).
- 31 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 20(2).
- 32 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 32.
- 33 “Mapa de las islas de Luzón y Hermosa y parte de la costa de la China”, MP-Filipinas, 6.
- 34 Sobre esta personagem, cf. Archivo General de Indias, Patronato, 1, R R. 46.
- 35 Archivo General de Indias, Filipinas, 27, fl. 1v.
- 36 Archivo General de Indias, Patronato, 24, R. 60.
- 37 Francisco Colín, *Labor evangélica...*, Lib. II, Cap. IV, p. 188.
- 38 Archivo General de Indias, Patronato, 24, R. 62.
- 39 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 13.
- 40 Archivo General de Indias, Patronato, 25, R. 21.
- 41 O seu nome originário é Martín Ignacio Martínez de Mallea. Por ser sobrinho-neto do fundador da Companhia de Jesus Ignacio de Loyola, é mais conhecido como Martín Ignacio de Loyola.
- 42 Anastasius van den Wyngaert, O. F. M., *Sinica Franciscana*, vol. 2, p. 203.
- 43 *Ibidem*, vol. 2, pp. 210, 211 e 213.
- 44 António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Officina Sylviana, da Academia Real, 1739-1748, vol. III, p. 274.
- 45 Anastasius van den Wyngaert, O. F. M., *Sinica Franciscana*, vol. 2, pp. 53, 62 e 67.
- 46 Joseph Wicki S. J. (ed.), *Documenta Indica XIV (1585-1588)*, pp. 6 e 7 e idem, *Documenta Indica XIII (1583-1585)*, p. 430, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1979 e 1975.
- 47 Joseph Wicki S. J. (ed.), *Documenta Indica*, p. 195 e idem, *Documenta Indica XIV*, pp. 7, 493.
- 48 Archivo General de Indias, Patronato, 24, R. 57 e Joseph Wicki S. J. (ed.), *Documenta Indica XIII*, pp. 9, 10, 17, 19, 20 e 671.
- 49 ARSI, Jap.-Sin., 11- I, fl. 86v.
- 50 Joseph Wicki S. J. (ed.), *Documenta Indica XIV*, p. 139.
- 51 Richard Cocks, *Diary of Richard Cocks, Cape-merchant in the English Factory in Japan, 1615-1622: with correspondence*, vol. I, Chestnut Hill, Adamant Media Corporation, 2001, p. 332. ‘Amakon’ é uma fórmula espanhola, que vem do português ‘Amacão’ ou ‘Amacao’.
- 52 Jingu Shicho 神宮司庁, *Koji Ruien* 古事类苑 (Enciclopédia de Assuntos Antigos), Tóquio, impressão com as chapas guardadas em Jingu Shicho, 1914, Secção dos Negócios Estrangeiros 17, p. 1198.
- 53 *Ibidem*, p. 1197.
- 54 He Dazhang e Miao Hongji, *Aomen Dili* 澳门地理 (A Geography of Macao). Guangzhou: The Provincial College of Arts and Science of Guangdong, 1946, p. 3.
- 55 Huang Wenkuan 黄文宽, *Aomen Shi Gouchen* 澳门史钩沉 (Apuradas Investigações da História de Macau). Macau, Editora Seng Kuong, 1987, pp. 197-199.
- 56 Sobre este topónimo, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “A Deusa A-Má e os nomes de Macau”, in *Macau*, 3.^a Série, n.º 17, Fevereiro de 2004, pp. 95-108.
- 57 He Dazhang e Miao Hongji, *A Geography of Macao*, p. 3.
- 58 Luís Gonzaga Gomes, *Macau. Um Município com História*, p. 70.
- 59 O Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau editará em breve uma nova tradução anotada de nossa autoria.
- 60 Zhao Chunchen 赵春晨 (ed. e notas), Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖, *Aomen Jiliue’ Jiaozhu* 澳门记略校注 (*Breve Monografia de Macau* Anotada). Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992, p. 23.
- 61 *Ibidem*, p. 189.
- 62 T’ien-Tsê-Chang, *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644 Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 115-116.
- 63 Graciete Nogueira Batalha, “Este nome de Macau...”, pp. 10-11.
- 64 *Ibidem*, pp. 9-10.
- 65 Zhang Weihua 张维华, *Mingshi Ouzhou Siguo Zhuan Zhushi* 明史欧洲四国传注释 (Comentários sobre as Quatro Monografias da Mingshi Relativas aos *Folangji*, Lução, Holanda e Itália). Xangai: Editora Clássicos, 1982, p. 28.
- 66 C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East 1550-1770. Facts and Fancy in the History of Macao*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1948, p. 4.
- 67 J. J. L. Duyvendak, “Review of *Fidalgos in the Far East*”, in *T’oung Pao*, vol. 30, 1950, p. 189.
- 68 Luís Gonzaga Gomes, *Macau. Um Município com História*, pp. 71-72.
- 69 José Maria Braga, *The Western Pioneers and their Discovery of Macao*, p. 105.
- 70 Cf. Paul Pelliot, “Un ouvrage sur les premieres temps de Macao”, pp. 67.
- 71 Cf. Manuel Teixeira, *Macau no Século XVI*. Macau: Direcção dos Serviços da Educação, 1981, pp. 4-6 e idem, *Os Militares em Macau*, 1976, p. 15.
- 72 C. R. Boxer, *South China in the Sixteenth Century (1550-1575)*. Londres: Hakluyt Society, 1953, p. 365.
- 73 Søren Egerod, “A Note on the Origin of the Name of Macao”, in *T’oung Pao*, vol. 47, 1959, p. 64.
- 74 Fernão Lopes de Castanheda, *História e Descobrimento da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, vol. II, p. 422.
- 75 Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, vol. IV, p. 58.
- 76 Cf. Marziano Guglielminetti, *Viaggiatori del Seicento*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1969, p. 205. Este relato testemunhal foi citado pela primeira vez por Pasqual d’Elia em *Fonti Ricciane*. Roma: Libreria dello Stato, 1942, vol. I, pp. 151-152, n. 6. Mais tarde, Monsenhor Manuel Teixeira publicou uma tradução em português, feita pelo Prof. Edgar Knowlton da Universidade de Hawaii, em *Macau através dos Séculos*. Macau: Imprensa Nacional, 1977, p. 14.
- 77 Sobre a sua vida e obra, cf. Marziano Guglielminetti, *Viaggiatori del Seicento*, pp. 63-65 e Elisabetta Colla, “O mundo natural asiático nos *Ragionamenti* de Francesco Carletti (1594-1606)”, in *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 21 (Jan. 2007), pp. 11-29.
- 78 Sobre a etimologia desta expressão, cf. J. J. L. Duyvendak, “Review of *Fidalgos in the Far East*”, p. 190, n. 4 e Zang Wenqin 章文钦, *Aomen Yu Zhongguo Lishi Wenhua* 澳门与中华历史文化 (Macau e a Tradicional Cultura Chinesa). Macau: Fundação Macau, 1995, pp. 250-251 e p. 261, n. 8.
- 79 Zhao Chunchen (ed. e notas), Yin Guangren e Zhang Rulin, *Aomen Jiliue’ Jiaozhu*, p. 24.
- 80 Cf. Marziano Guglielminetti, *Viaggiatori del Seicento*, p. 205.
- 81 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 154.
- 82 Cf. Tan Shibao 谭世宝, “Descobertas arqueológicas no Templo de A-Má”, in *Revista de Cultura*, n.º 29 (Out./Dez. 1996), p. 207.
- 83 A San 阿三, *Aomen Aoshi* 澳人澳事 (Macau, Sua Gente e Suas Coisas). Macau: Editora do Jornal Ou Mun, 1997, p. 20.
- 84 Zang Lihe 臧利赫, *Zhongguo Gujin Diming Dacidian* 中国古今地名大辞典 (Grande Dicionário da Toponímia Antiga e Moderna da China). Hong Kong: The Commercial Press, 1982, p. 1223.
- 85 *Cihai* 辞海 (*Mare Lexicum*), edição compacta. Xangai: Editora de Dicionários, 1980, p. 1098.
- 86 John W. Witek, S. J. (ed.), Michele Ruggieri e Matteo Ricci, *Dicionário Português-Chinês*, p. 169.

HISTORIOGRAPHY

- 87 *Placuna placenta* L., um bivalve que abundava nas águas de Macau; daí a origem do nome da terra. A sua concha, semitransparente, era utilizada, depois de polida, para resguardo das janelas. Em indo-português, a concha era conhecida por “carepo” ou “ostra da janela” e o resguardo por “adufa” (cf. A. B. de Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa*. Nova Deli: Asian Educacional Services, vol. 1, pp. 105 e 112, e Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*. Lisboa: Academia das Ciências, 1919-1921, vol. 1, pp. 12 e 217). Sobre *Hao*, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “A Deusa A-Má e os nomes de Macau”, pp. 95-108.
- 88 Para um estudo sobre novos dados da Embaixada de Tomé Pires, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*, pp. 97-133.
- 89 Cantão.
- 90 Variante de “quantom”.
- 91 Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, Coimbra, 1978, pp. 368-369.
- 92 *Ibidem*, pp. 473-480.
- 93 *Ibidem*, pp. 370-373.
- 94 Zhao Chunchen (ed. e notas), Yin Guangren e Zhang Rulin, ‘*Aomen Jiliu’ Jiaozhu*, p. 119. E para informações detalhadas das missões tributárias dos Léquios, pode-se consultar Zhang Tingyu 张廷玉, *Mingshi* 明史 (História Oficial dos Ming). Pequim: Livraria China, 1974, pp. 8361-8370.
- 95 Sobre este reinado, cf. Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7, *The Ming Dynasty, 1368-1644*, Parte I. Taipé: Caves Books, Ltd., pp. 305-339.
- 96 *Ibidem*, pp. 343-402.
- 97 Zhang Tingyu, *Mingshi*, p. 8366.
- 98 Cf. Frederick W. Mote e Denis Twitchett (eds.), *The Cambridge History of China*, vol. 7, *The Ming Dynasty, 1368-1644*, Part I, p. 169.
- 99 *Ibidem*, p. 1980.
- 100 Dai Yixuan 戴裔烜, *Mingshi Folangji Zhuan Jianzheng* 明史佛郎机传箋正 (Adendas à Crónica dos *Folangji* da *Mingshi*). Pequim: Editora de Ciências Sociais da China, 1984, p. 53.
- 101 Segundo se pensa, Macau abriu-se ao comércio externo a partir de 1535. A partir de 1545 aproximadamente, todos os “bárbaros” aqui vieram comercializar os seus produtos, como consta do seguinte Memorial ao Trono apresentado por Wu Guifang 吴桂芳 em 1565. “Países como o *Folangji*, que foram expressamente proibidos por ordens imperiais para apresentar os seus tributos, misturavam-se com os enviados de outros países a fim de conseguir lucros ilícitos. Até bem pouco tempo, têm sido obedientes. Uma localidade de nome Gongchandu 恭常都 de Haojing’ao de Xiangshan foi ocupada pelos mais diversos bárbaros, onde levantaram clandestinamente palhotas, até quartéis. Tiveram a liberdade de construir igrejas bárbaras para a missa dominical. Frequentam a localidade ou para uma curta visita ou para uma permanência, onde têm descendentes. Verificamos no início disto tudo, havia poucos barcos bárbaros ancorados. Agora com as novas leis promulgadas, todos os bárbaros cumprem com os seus deveres fiscais, que residem na medição, disso a China se tem beneficiado bastante. Com o passar do tempo e uma vez dentro do nosso sistema, começaram a fugir à medição e a ser menos obedientes.... Aliás, não são da nossa raça. Com uma população de não menos de dez mil habitantes, já ocuparam a Baía, convertendo-a numa sua residência de há uma vintena de anos”. Cf. Wu Guifang, “Yizu aoyi jin’gong shu” 议阻澳夷进贡疏 (Memorial ao Trono com a proposta para impedir a tentativa dos bárbaros de Macau), em Chen Zilong 陈子龙 *et al.*, *Huangming Jingshi Wenbian* 皇明经世文编 (Coleção de Escritos de Assuntos Estatais da Augusta Dinastia Min), edição de Pinglu Tang 平露堂, 1638, “Wusima zouyi 吴司马奏议” (Memoriais ao Trono apresentados pelo governador Wu), vol. 1, pp. 15-16. Por este memorial sabemos que Gongchandu, que era a divisão administrativa que abrangia as zonas dos dois lados da actual Porta do Cerco “foi ocupada pelos mais diversos bárbaros, onde levantaram clandestinamente palhotas, até quartéis”. Dado que este Memorial ao Trono foi apresentado com a data de 1565, recuada uma vintena de anos, estaríamos entre 1540 e 1545. Nessa altura, e desde os anos 20, os portugueses ainda eram perseguidos pelas autoridades de Guangdong, o que nos levaria a afirmar que os portugueses não estariam entre “mais diversos bárbaros”. A partir de 1553, os portugueses foram atraídos para Macau e conseguiram impor-se aos outros “bárbaros”. Até agora, nas fontes portuguesas não temos informações sobre uma presença portuguesa no que hoje se chama Macau em 1515. Cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “1535 shuo de hongguan kaocha” 1535 说的宏观考察 (Um olhar macro-histórico sobre a versão da “abertura” de Macau em 1535), in *Zaoqi Aomen Shilun* 早期澳门史论 (Estudos sobre a História dos Primórdios de Macau). Guangzhou: Guangdongsheng Chuban Jituan Guangdong Renming Chubanshe, 2007, pp. 96-124 e Wu Zhiliang, “The establishment of Macao as a special port city and ensuing debates”, in *Social Sciences in China* (Special Issue: Examining the Death Penalty in China), vol. xxx, n.º 2, May 2009, p. 119.
- 102 Vejamos os trabalhos fundamentais de Roderich Ptak, “The Ryukyuu Network in the Fifteenth and Early Sixteenth Centuries”, in *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 6 (Abril 2003), pp. 7-23, “The Fujianese, Ryukyuan and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors”, in *Anais de História de Além-Mar* 3 (2002), pp. 447-467 e “The Image of Fujian and Ryūkyū in the Letters of Cristóvão Vieira and Vasco Calvo”, in Angela Schottenhammer (ed.), *Trade and Transfer across the East Asian “Mediterranean”*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2005, pp. 303-319.
- 103 Wu Zhiliang 吴志良 *et al.*, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing Relativos a Macau). Pequim: Editora do Povo, 1999, vol. 5, p. 121.
- 104 Liang Jiabin 梁嘉彬, “Mingshi gao Folangji zhuan kaozheng” 明史稿佛郎机传考证 (Adendas à Crónica de *Folangji* do Esboço da *Mingshi*), in Wang Xichang 王锡昌 *et al.*, *Mingdai Guoji Guanxi* 明代国际关系 (Relações Exteriores da Dinastia Ming). Taipé: Livraria Estudantil, 1968, p. 33.
- 105 Sobre este cargo, cf. Jin Guo Ping, “Combates a piratas e a fixação portuguesa em Macau”, in *Revista Militar*, número especial, “Presença Portuguesa no Oriente”, (1999), pp. 204-205, n. 26 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Trocada entre as Autoridades de Guangdong e os Procuradores do Senado*, vol. 1, pp. 23-24.
- 106 Charles R. Hucker, *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*. Taipé: SMC Publishing INC, 1995, p. 154.
- 107 Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, pp. 371-372 e n. 388.
- 108 Tang Kaijian 汤开建, *Aomen Kaibu Chuqi Shi Yanjiu* 澳门开埠初期史研究 (Estudos sobre os Primórdios da Abertura de Macau). Pequim: Livraria China, 1999, p. 65.





Macau, Empório Mercantil Potencialidades e Limitações (Séculos XVIII-XIX)

JORGE DE ABREU ARRIMAR*

MACAU, CONFLUÊNCIA DE ROTAS MARÍTIMAS

A localização de Macau, como confluência das principais rotas marítimas do mar do Sul da China, favorecia a actividade comercial. À importante rota transasiática que se fazia através do rio das Pérolas até Cantão – porta do comércio intercontinental que deixou passar, ao longo da História, comerciantes oriundos de todos os quadrantes em busca da China – somava-se o facto das baías de Macau oferecerem abrigo seguro, ao longo de todo o ano, aos navios que ali aportavam.¹ Para os mercadores de Macau, quer asiáticos quer europeus, o oceano Índico e o mar do Sul da China constituíam um conjunto de baías, ilhas e mercados costeiros que se alargavam da costa oriental africana à costa ocidental malaia e desta à costa sul da China, incluindo a Formosa (Taiwan), as Filipinas, o Japão e o arquipélago indonésio.

Após vários avanços e recuos, quer no que diz respeito ao destino dos seus navios e negócio, quer no que se refere aos artigos ou produtos do seu interesse, os mercadores de Macau, sobretudo devido à escassez de capitais, acabariam por se interessar, especialmente, por

“O templo dos rochedos, em Macau”.
Gravura de G. Maurand sobre desenho de Doré (1860).

* Licenciado em História, Pós-Graduação em Ciências Documentais e doutorado em História Moderna. Encontra-se a ultimar o doutoramento em Ciências Documentais, tendo obtido, em 2009, o diploma de Estudos Avançados na Universidade Complutense de Madrid.

History degree, Post-Graduate degree in Document Sciences and Ph.D. in Modern History. Currently completing his Ph.D. in Document Sciences. In June 2009 was awarded a Diploma in Advanced Studies by Complutense University of Madrid.

HISTORIOGRAFIA

três mercadorias chinesas de exportação: a seda, a porcelana e o chá.² Estas iriam marcar, pela sua importância, o comércio directo da Europa com a China nos séculos XVIII e XIX, contribuindo para o desenvolvimento do comércio entre Macau e Bantam, na ilha de Java. Mas eram os tecidos de algodão e o ópio, comprados aos ingleses em Calcutá e Bombaim, os carregamentos dominantes dos navios de Macau no início do século XVIII. A dinâmica comercial da cidade estabiliza e os negociantes macaenses encontram-se bastante activos, embora continue a haver diferenças de envergadura entre os seus navios e os dos concorrentes estrangeiros.

A primeira metade Setecentos caracteriza-se, negativamente, por picos de tensão entre portugueses e chineses no que diz respeito ao número de navios da frota mercantil macaense. Servem de exemplo a tensão registada em 1725, com a determinação do imperador Yongzheng de restringir a 25 o número de navios de comércio de Macau.³ Para uma cidade que vivia do comércio, ver reduzido o número de navios e impedidos os seus moradores de fazer comércio, era o pior que podia acontecer. Muitos foram os esforços e algumas as medidas para inverter a situação, tendo sido a mais espectacular a de terem os moradores conseguido que o seu governador, na altura Teles de Meneses,⁴ a quem culpavam das más relações com os chineses, deixasse a cidade. Sem terem conseguido reprimir totalmente a animosidade dos mandarins locais, os portugueses tentam mais alguma coisa, desta feita junto ao grande centro de decisão e, em 1753, enviam a embaixada de Pacheco de Sampaio até ao imperador Qianlong, que foi recebida com uma atenção imperial invulgar, sem contudo ter melhorado substancialmente a situação de Macau. Pelo contrário, as consequências imediatas até foram perniciosas, pois a cidade ficou mais empobrecida, na medida em que foram os seus moradores a custear essa embaixada.

De facto, a tensão entre os moradores e os mandarins locais abrandou muito pouco, confirmando o diferente posicionamento sobre Macau entre o governo central de Pequim e o poder local, só possível pela deficiente troca de informações, umas vezes compreensível devido à distância, outras vezes pela manipulação feita pelos funcionários locais nos seus relatórios. Apesar de tudo, no seu conjunto, os esforços feitos pelos moradores acabaram, com o tempo, por ter algum efeito positivo, que seria ampliado com a definitiva reorganização da guilda cantonense, o *co-hong*, em 1757, que levou à criação de regras mais

específicas – o Sistema Comercial de Cantão – para o comércio da região.

A CONCEPÇÃO SINOCÊNTRICA DO MUNDO E O SISTEMA COMERCIAL DE CANTÃO

É a intensificação das trocas comerciais com os chineses, posteriormente ao édito de 1685 do imperador Kangxi,⁵ que incita a China a abrir-se ao comércio internacional através da abertura do porto de Cantão, o que se verificava pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual. Esta atitude levou ao aumento de receitas, sobretudo para a classe de mercadores envolvidos nessas transacções.⁶ Uma evidência dessa abertura foi o facto de, em 1715, a Companhia Inglesa da Índias Orientais ter estabelecido nessa cidade uma feitoria. Contudo, pouco tempo depois, em 1717, iniciam-se as restrições ao comércio marítimo, excepção feita para com o Japão e Manila. Dois anos depois, o governo chinês inicia algumas medidas de recuo a essa abertura, proibindo a navegação chinesa a países estrangeiros e, para um maior controlo da situação, entendeu introduzir uma maior disciplina no comércio com os estrangeiros.⁷ O principal objectivo seria o de deter o alastramento de um efeito que considerava perverso: a abertura de mais portos chineses ao contacto indesejável com os estrangeiros, levando à perturbação pública, facilidade de emigração, etc.

A primeira forma que o poder imperial encontrou foi a de concentrar o comércio em Macau, havendo registo de que, nesse mesmo ano de 1719, 25 navios de moradores de Macau comerciavam produtos no valor de 70 a 80 000 cruzados e que o rendoso comércio do chá de Batávia, na Indonésia holandesa, passou a ser reencaminhado através de Macau.⁸

Em 1720 inicia-se o comércio do ópio, o qual, apesar de algumas resistências, passou a ser tolerado pelos mandarins locais a troco de certas cedências no controlo fiscal.⁹ E é durante o século XVIII que o volume de comércio europeu com a China regista um crescimento exponencial, sendo os ingleses claramente os que maiores lucros obtêm. Obrigados pelas leis chinesas a abandonar Cantão logo que cada período comercial findasse, os estrangeiros viam-se obrigados a requerer autorização oficial de residência em Macau, onde passavam o Verão, até à abertura do período comercial seguinte.¹⁰

HISTORIOGRAPHY

O facto de os chineses terem uma ideia dos portugueses mais favorável do que em relação aos demais europeus – e daí o interesse em fazer de Macau um centro controlado do comércio internacional – transparece no relatório que Guo Shixun 郭世勋, governador militar de Guangdong no desempenho das funções de governador-geral na ausência do vice-rei, escreveu ao imperador Qianlong, em 1793, a propósito do interesse demonstrado por Lord Macartney quanto a uma maior abertura das autoridades chinesas para com os comerciantes ingleses:

“A instalação dos portugueses remonta aos Ming, há mais de duzentos anos. Esses bárbaros acabaram por amar aquelas terras e mergulharam na influência benéfica do imperador. Não se diferenciam do resto do Império. Torna-se ainda mais impossível deixar bárbaros ingleses instalarem-se neste litoral por ser próximo de Cantão.”¹¹

Mas acabaria por ser Cantão o porto centralizador do comércio com os ocidentais, construindo aos poucos aquilo que, na prática e por sucessivas tentativas, se viria a convencionar chamar-se de *Canton Trade* ou Sistema Comercial de Cantão. Convencionou-se esta designação¹² ao conjunto de regras e procedimentos que foram surgindo ao longo do tempo com as sucessivas tentativas comerciais entre chineses e europeus até ser oficializado e legalmente limitado ao porto de Cantão o comércio com os ocidentais. Do ponto de vista interno da China, este sistema, nascido da tentativa dos mercadores de Cantão (1720) de controlarem o comércio externo e aumentarem os seus lucros regulando os preços, estava organizado numa base monopolista, a *co-hong*, na qual 13 *hongs*¹³ concentravam o privilégio de exercer o comércio com as feitorias estrangeiras admitidas em Cantão, mediante o pagamento de grandes somas à corte imperial.¹⁴ Acabaria por ser oficializado em 1757,¹⁵ mas durante quase todo o século XVIII é claramente num sentido só e a favor da China, onde “*Foreign traders came to purchase tea, silk, rhubarb, and other articles, but they paid in gold and silver, the Chinese finding little need for the industrial products of the West*”.¹⁶

De facto, ao longo da segunda metade do século XVIII assistiu-se a um forte crescimento do consumo de produtos chineses na Europa e na América, nomeadamente o chá. As exportações chinesas deste produto, que chegaram aos 2,6 milhões de libras

inglesas em 1762, atingiram os 23,3 milhões no final do mesmo século e continuaram a crescer no século XIX.¹⁷ O volume de importações de produtos levados pelos europeus era francamente menor e, quando a embaixada inglesa chefiada por Lord Macartney chegou à China para tentar inverter a situação e encantar os seus anfitriões com as vantagens do comércio entre ambos os países, a resposta do imperador Qianlong – “Nós possuímos tudo!” – expressa bem o desinteresse da elite governante deste grande país por aquilo que outros lhe poderiam oferecer.

Assente na tradicional concepção sinocêntrica do mundo e na sua auto-suficiência em termos de artigos de consumo – em que o comércio mantido com os estrangeiros era visto como uma benesse, uma concessão feita a estes – daí resultava, basicamente, que a actividade comercial fosse considerada privada e socialmente pouco reconhecida, não pressupondo relações diplomáticas, nem sequer contactos dos comerciantes com as autoridades oficiais. Aos comerciantes estrangeiros era apenas admitido comerciarem em Cantão com comerciantes locais, e inseridos num conjunto de regras bem delimitadas, que visavam anular os efeitos perversos que a presença dos estrangeiros poderia criar na ordem social vigente.

A China manchu levava ao extremo o desprezo pelos homens de negócios e tinha uma grande desconfiança a propósito do comércio que envolvia trocas com os estrangeiros. Com um mercado interno muito desenvolvido, a China prestava pouca atenção ao comércio externo, que se encontrava manietado por um monopólio de controlo burocrático. À semelhança e na continuidade do que se tinha passado com a dinastia Ming, o estado Qing nem sequer tinha um Ministério das Relações Exteriores, ou algo parecido. Os assuntos ligados ao comércio com os outros povos “eram conduzidos por uma variedade de departamentos e órgãos que, de diversas maneiras, insinuavam ou afirmavam a inferioridade cultural e a marginalidade geográfica dos estrangeiros, ao mesmo tempo que defendiam o Estado contra eles”.¹⁸ Em 1754, os mercadores da referida guilda de Cantão receberam do governo Qing a directiva de passarem a ser eles os responsáveis pelo bom comportamento das tripulações dos navios estrangeiros e pelo pagamento das taxas de circulação a que estariam sujeitos, sistema que estaria oficializado a partir de 1757, passando a ser conhecido por Sistema Comercial de Cantão.¹⁹

HISTORIOGRAFIA

No século XIX, os intermediários do comércio com os estrangeiros serão designados por *compradores* (do português *comprador*) e, embora pertencendo à classe tão desprezada dos mercadores, usam insígnias de mandarim, concedidas a título honorífico. Um sistema viciado associa altos funcionários e ricos mercadores, sendo o comércio mais lucrativo – o do sal e o realizado com estrangeiros – arrendado muitas vezes, mediante uma tributação permanente por parte dos censores do sal ou dos intendentess das alfândegas marítimas. Há aqui, contudo, uma *nuance* que importa notar: na administração territorial, os mandarins são, de forma geral, chineses de etnia *han*; no enquadramento da guilda mercantil, a *co-hong*, sobretudo a que tem relação com os estrangeiros, são geralmente manchus, mongóis ou chineses ligados aos manchus.²⁰

Na actividade comercial estrangeira encontravam-se envolvidos portugueses, espanhóis, suecos, dinamarqueses, holandeses, belgas, americanos e ingleses. A estes mercadores estrangeiros apenas era permitido o estabelecimento em pequenas áreas adjacentes a Cantão e em Macau, a partir de onde podiam fazer o seu negócio com esse grupo particular de monopolistas, os referidos *hong*. Pese embora o facto dos *hong* pagarem taxas ao Estado, tinham grandes oportunidades de enriquecerem, na medida em que os europeus se encontravam inteiramente à sua mercê, não lhes sendo permitido viajar e/ou negociar no interior, nem sequer iniciar qualquer negócio com outros comerciantes, o que a fazer-se levaria a uma competição que acabaria por baixar os preços dos produtos.

Os europeus concentravam-se especialmente na compra da seda e do chá; mas o que vendiam à China? O preço elevado das mercadorias e o pouco espaço que, na época, se encontrava disponível para a carga, levou à melhor das oportunidades de lucro para esses negociantes. Está provado que os tecidos de lã europeus ou artigos de luxo não eram vendáveis na China e que os chineses, provavelmente, ficariam mais satisfeitos se pudessem comprar comida. Mas o transporte era muito caro para permitir ganhos com este tipo de negócio. Daí que rapidamente surgisse um novo produto, o ópio, transportado da Índia para a China: o preço era alto e o espaço exigido para o seu transporte não era grande. Para além disso, o ópio não era um produto completamente estranho aos chineses, pelo que rapidamente passaram a usá-lo mais quando ele passou a chegar-lhes em maiores quantidades.²¹

Tendo tido um período de grande prosperidade, prestígio e poder, com os primeiros imperadores da dinastia Qing, cujo período de ouro foi o de Kangxi (1661-1722)²² ao seu neto Qianlong (1735-1796),²³ a China começa a sentir o peso de uma degradação contínua do clima social, com múltiplas causas: desequilíbrio das finanças do Estado devido às enormes despesas do final do reinado de Qianlong;²⁴ o alastrar da corrupção nos meios dirigentes e ao nível dos funcionários a partir da época de Heshen 和珅,²⁵ favorito do imperador; crescimento demográfico contínuo até meados do século XIX; demasiada extensão do Império; *deficit* da balança comercial a partir dos anos de 1820-1825; recessão económica.²⁶

UMA TÍMIDA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

É, pois, neste contexto que se nota uma tímida recuperação económica em Macau, a partir de 1757, e que irá durar até 1784.²⁷ Após ter ultrapassado uma fase crítica em que nem sequer dispunha de capacidade para fazer face à despesa pública, o Senado começou a ter possibilidade, por volta de 1760, de reservar uma parte dos seus fundos para as despesas da cidade e a outra parte para efectuar empréstimos aos moradores. Estes empréstimos que eram concedidos a “risco de mar” e a “ganhos de terra”,²⁸ apenas eram do conhecimento de Macau, inicialmente, mas acabaram por ser do conhecimento e depois autorizados pelo governador da Índia, conde da Ega, em 1765.

Ficou determinado que o Senado devia guardar metade dos fundos, podendo emprestar a outra metade, com algumas regras, como só poder ser feito o empréstimo a senhorios de barcos de maior calado e merecedores de crédito. A excepção seria para o navio destinado à viagem oficial a Timor. Estas medidas embora estabilizadoras e do agrado da oligarquia mercantil que dominava o Senado, levou ao descontentamento dos pequenos investidores que reagiram, fazendo-se ouvir em Goa.

A resposta do governador do Estado da Índia foi de feição e, pouco tempo depois, em 1770, este oficiava o Senado no sentido de acabar com as distinções entre pequenos e grandes comerciantes, estabelecendo agora como critérios o estado do navio e a fiança apresentada pelo proprietário. Mas na prática, a situação dos empréstimos permaneceu problemática, sendo constante a desconfiança de Goa sobre a forma como

HISTORIOGRAPHY

era efectuada a administração dos dinheiros públicos em Macau.

De facto, nem sempre era transparente a aplicação dos juros, havia pouco rigor na cobrança de capitais ou no registo das escrituras, para além de outras irregularidades.²⁹ E é neste contexto – em que se torna imperioso clarificar as coisas e introduzir normas para uma maior animação do comércio e da navegação da Ásia e benefício do Estado da Índia e de Macau – que é publicado o Alvará de 1783, da rainha D. Maria I.³⁰

A partir de 1784 começa então a esboçar-se uma nova conjuntura de crise, em que não são de somenos importância as novas disposições emanadas do vice-rei do Estado português da Índia, do qual Macau formalmente dependia, que proibiam os moradores de saldarem os empréstimos contraídos junto de particulares, sem antes terem resgatado os débitos à Fazenda Real, o que terá provocado uma retracção entre os investidores.³¹ Até ao final da centúria³² a crise faz-se sentir progressivamente, chegando a esgotar-se o aprovisionamento de capitais privados, com o Senado e, depois, a Misericórdia a terem que utilizar os seus próprios fundos no financiamento do comércio.³³

Por outro lado, a constante pressão exercida pelas autoridades chinesas constituía um enorme constrangimento ao desenvolvimento da cidade, nomeadamente ao seu comércio, por causa da limitação do número de navios mercantes a que se encontrava sujeita. O facto dos chineses quererem instalar em Macau uma guilda mercantil à imagem da de Cantão, um *co-hong*, aumentou ainda mais a crispação comercial em Macau.

O famoso viajante francês La Pérouse, quando passou por Macau, em Janeiro de 1787, deixou-nos algumas impressões pouco favoráveis do clima que se vivia na época, fruto do excesso de poder do mandarim local, o que acabava por dificultar o desenvolvimento comercial naquele Estabelecimento:

“Les Chinois nous avaient pilotés devant Macao [Janvier, 1787] refusèrent de nous conduire au mouillage du Taypa [et] nous avons appris depuis, que, s'ils avaient été aperçus, le mandarin de Macao aurait exigé de chacun d'eux la moitié de la somme qu'il avait reçue. Ces sortes de contributions sont assez ordinairement précédées de plusieurs volées de coups de bâton. Ce peuple, dont les lois sont si vantées en Europe, est peut-être le plus malheureux, le plus vexé et le plus arbitrairement

*gouverné qu'il y ait sur la terre, si toutefois on peut juger du gouvernement chinois par le despotisme du mandarin de Macao.”*³⁴

Contudo, na área envolvente a situação caracteriza-se por outro dinamismo e, à medida que se avança para os últimos anos do século XVIII, uma nova conjuntura regional vai-se implantando e Macau acaba por sentir os seus reflexos no início do século seguinte.

A partir da década de 1780, o comércio europeu em Cantão mostra uma progressão ímpar, em virtude da intensificação da venda do ópio à China. Com o advento do comércio do ópio cru, o anfião de Bengala, os mercadores de Macau também começam a tirar melhores rendimentos, sobretudo no comércio que se fazia entre Macau e Calcutá, onde os portugueses comerciavam especiarias, algodão e sobretudo ópio, que trocavam por seda, chá e porcelana. A própria corte portuguesa, aquando da missão do bispo de Pequim, em 1783, tinha previsto que a Ásia, e particularmente a China, se iria tornar um dos pontos de convergência dos interesses expansionistas das potências europeias.³⁵

Macau é influenciado pela grande mudança que a estrutura do comércio asiático sofreu, em que as relações comerciais entre a Ásia e a Europa passaram a representar um maior volume de negócio que entre os mesmos países daquele vasto continente. E o anfião, como se chamava na época ao ópio cru, teve um papel fundamental, sobretudo entre os europeus, encabeçados pelos ingleses, e o Império Chinês.³⁶ Contudo, para Macau, a primeira década do século seguinte seria recheada de perigos...³⁷ e de grandes desafios.

Os velhos aliados dos portugueses há muito que olhavam para Macau com gula e a sua apropriação tinha-se transformado quase numa obsessão, sobretudo após o malogro que foi a sua grande embaixada a Pequim, chefiada por Lorde Macartney. Os ingleses, que aos poucos se assenhoreavam do comércio, criaram com esse protagonismo uma série de dificuldades aos comerciantes de Macau. A isso juntou-se a grande ameaça da pirataria e a sua conexão com o contrabando de produtos de grande impacto económico e social, como o ópio, as armas, o sal, a prata e o álcool.

Mas os moradores de Macau conseguem acordos com as autoridades chinesas, mesmo ao nível do governador de Cantão, estabelecendo alianças para combater o inimigo comum, os piratas, e lançar novos planos de desenvolvimento. A situação dos empréstimos manteve-se sem grandes oscilações, sendo umas vezes

HISTORIOGRAFIA

o Senado a emprestar aos comerciantes e outras vezes estes a fazê-lo ao Senado.

O plano do ouvidor Arriaga, que desde 1802 se encontrava em Macau, constava de várias medidas tendentes a aumentar o orçamento do Senado, não só para satisfazer fins militares e de defesa, como para melhorar as respostas do governo aos problemas da cidade e incrementar o desenvolvimento económico do Estabelecimento. É assim que se propõe o aumento do capital de risco que o Senado investe, assim como o aumento do prémio do capital de risco nos negócios de Bengala, pois, no entender de Arriaga, os comerciantes obtinham um lucro superior a 50% nesse giro.

A tributação do algodão também sofreu alteração, pois a sua importação aumentou a ponto de ser considerado mercadoria grossa e tributada como tal, ampliando assim os réditos da Fazenda. O ópio, propriedade de estrangeiros, também foi objecto de maior tributação à importação, em 2% “à comissão”.

Ao longo dos anos o ouvidor Arriaga vai elaborando planos que envia à aprovação superior, com o objectivo de enriquecer os cofres do Estado. Um desses planos tinha a ver com a reforma da Fazenda Real e do comércio de Macau,³⁸ em que o ouvidor defendia as condições vantajosas que esta praça oferecia ao comércio com a China com outros países daquela área geográfica. Mas para que isso fosse possível, o autor do plano dava indicações quanto às medidas necessárias para a organização das finanças, devendo criar-se uma Junta de Fazenda³⁹ para administrar os fundos que, embora lhe pertencessem, estavam ao encargo do Senado, sendo este formado por comerciantes interessados nos mesmos capitais.

As mercadorias deviam ser taxadas em mais direitos, actualizando assim a pauta da Alfândega e permitindo o reforço do erário público. Só desta forma haveria mais capital para investir “a risco”. No que dizia respeito, por exemplo, ao algodão de Bombaim, considerado tráfico preferencial, poderia ser negociado por portugueses em nome de estrangeiros, desde que transportado em navios nacionais. Quanto ao comércio do ópio, deveria ser concentrado em Macau pois, segundo o ouvidor, era o género que mais vantagens “na época presente se conhece nas Praças Aziaticas”, devendo o seu imposto ser actualizado, o que, de facto, aconteceu, passando de 7,2 para 16 taéis a caixa de ópio a partir desse ano. Tendo consciência de que,



Ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

para tal volume de tráfico, os capitais a investir não podiam cingir-se aos existentes, avançava a ideia de se recorrer aos estrangeiros, conforme a Carta Régia de 12 de Abril de 1802, recurso esse que poderia render 50% de lucro.

Quanto à qualidade dos comerciantes de Macau, que o ouvidor achava serem pouco entendidos em questões comerciais e esbanjadores, deviam ser compelidos a aumentar os seus conhecimentos de molde a fazer face às novas exigências do giro, pretendendo-se até que, de futuro, o estabelecimento na cidade como homens de negócio exigiria que tivessem sido instruídos pela Junta de Comércio e tivessem provas dadas na actividade comercial.

O comércio macaense, que, até aos primeiros anos do século XIX, quase que se cingia à sua ligação ao de Bengala, onde as patacas eram vendáveis, teve o seu giro aumentado, garantindo assim uma evolução na receita pública e um aumento dos meios de subsistência dos seus moradores, uma ideia acalentada pela administração macaense e protagonizada, no decurso do primeiro quartel de Oitocentos, pelo ouvidor Miguel de

HISTORIOGRAPHY

Arriaga. Mas foram surgindo tentativas de diversificar os destinos dos seus navios mercantis, orientando-os para portos diversos, cujos potentados antigamente se haviam correspondido com o governo desta cidade, como o Sião e o Cambodja, tendo sido renovada a correspondência com estes reinos pelo Senado.

Os homens de negócios de Macau e a própria vida mercantil da cidade passaram a estar mais activos, procurando novos rumos que os levassem a outros e apelativos mercados.

“A hábil tecelagem da sua rede de contactos e relações político-diplomáticas e mercantis fez de amortecedor para muitas das crises da cidade e serviu, afinal, de garante da sua continuidade como porto internacional.”⁴⁰

No final da primeira década de Oitocentos, um dos mais importantes objectivos da administração de Macau era a criação de um fundo suficientemente amplo que permitisse que as despesas públicas fossem feitas sem constrangimentos, ao mesmo tempo que procurava uma maior dinamização e controlo do comércio de Macau. Daí que o Senado tivesse entendido fomentar o giro, avançando formas de transacção a crédito do próprio Senado. Sobre uma terça parte dos fundos que administrava o Senado passava os respectivos “bilhetes” para o pagamento a tempo certo e com juros,⁴¹ e dado que, na maioria das vezes, os “senhorios” não tinham então numerário,⁴² contentavam-se com os “bilhetes” a favor do portador, os quais eram entregues como forma de pagamento pelas mercadorias adquiridas quer a chineses, quer a portugueses. Estes não duvidavam em aceitá-los, pois tinham a certeza de que haveria o respectivo reembolso à chegada dos primeiros navios de Bengala, em Junho ou Julho, pese embora haver aqui a demora de três ou quatro meses para o tomador receber, e outros tantos para que, no Senado, tornasse a haver a entrada dos mesmos capitais, já com o prémio de 20% ou 25%.

Considerava a administração que era uma grande vantagem a de ir acostumando os chineses a terem estes “bilhetes” como moeda⁴³ no acto do pagamento, a ter lugar em Macau, sem despesa e a custo do recebedor, sendo os mesmos assinados sempre por todos os membros do Senado, como era costume na época para com outros tipos de pagamento. Adoptados como ordem de pagamento passada a favor do portador sobre as reservas de obrigação do Cofre, com estes créditos se costumavam resolver as faltas que o Senado

experimentava no Inverno, por não ser possível fazer-se o giro.

Os portos que, entretanto, se foram abrindo aos moradores de Macau, levaram o ouvidor Arriaga a solicitar à Corte que fosse mandado “acreditar as Letras do Senado com a [sua] assignatura, e do Governador”, ou em Londres, pelos fundos que “ali sopondo ter o Real Erário, ou em Bengalla em Caza de Jozé Barretto e Companhia”, onde poderiam ser pagas até à importância de cem contos de réis. Esta verba, ao ser dividida pelos moradores de Macau, levava o Senado a retirar algum ganho que, de seguida, ou remetia para a corte “empregado nos generos de necessidade”, ou então revertia para os mesmos moradores, com o objectivo de que a carreira prosseguisse com o prémio de risco ou seguro a favor do Erário Real, a ser pago com esse dinheiro, e para a hipoteca das “fazendas” carregadas nos seus navios, que dessa forma faziam algum lucro com os seus fretes, “ficando protegido hum giro que se não pode fazer sem auxílios”.⁴⁴

O do Brasil, “pela sua uzual estimação na Europa”, sofria, no Extremo Oriente, a concorrência do de Bombaim e de Bengala, que era mais barato, vendido pelo preço de 25 a 30 patacas o pico. Este era prensado de modo a que cada fardo tivesse dois picos e um quarto, como o de Bengala, que davam de frete de 16 a 20 rupias, sendo assim regular o preço de dez patacas por cada fardo, ou 60 por tonelada.⁴⁵

A atracção de capitais de fora de Macau, até mesmo do Brasil, era colocada como uma hipótese possível de ser realizada, pois acreditava-se que os ganhos com essa aplicação produziriam um retorno de “vantagem incalculável e certa”,⁴⁶ fracção significativa que a navegação macaense conseguia, resultante dos fretes que recebia dos transportes que realizava. Talvez por isso, em 1811, o grande negociante Januário Agostinho de Almeida tenha tentado a rota brasileira, enviando ao Rio de Janeiro um navio com uma carga só sua, em que se contavam mais de 200 mil peças de cangas, chá, louça, seda, alguma canela e “diversas miudezas”.⁴⁷ Mas as habituais queixas dos homens de negócios continuavam a fazer-se sentir, como acontece com um dos grandes comerciantes de Macau, Francisco António Pereira Tovar, em carta dirigida ao barão de Quintela:

“As circunstancias de Macao não tem melhorado em nada, e o Commercio cada vez mais percario

HISTORIOGRAFIA

a quem não tem Patacas; e já se principia a sentir a exportação do numerario que recebe a Comp.^a Ingleza com sua vantagem, augmentando a ruína dos mercadores pelos [ingratos ?] de fazendas, e faltas de fundos p.^a sofrer a grande importação com que não podem, obrigados então a vender a baixos preços que dá lugar a quebras de Anistas e Mercadores fugidos.”⁴⁸

Entretanto, a rede comercial diversificava-se e foram retomados os contactos com o sultanato do Brunei. A 2 de Outubro de 1813, o Senado reuniu-se em mesa de vereação, encontrando-se presentes os “Senhorios das Embarcações da Praça”, com o objectivo de ser discutido o interesse das viagens para Goa. Os proprietários dos navios insurgiam-se contra “alguma penção imposta à Viagem de Goa, que há-de levar, e trazer as Vias [...] como sempre foi uso”, na medida em que se sentiam prejudicados com as especulações a que se viam forçados a fazer no porto de Goa, pois os navios ficavam expostos às bruscas mudanças do clima,⁴⁹ levando os comerciantes de Macau a não “querer levar partido da Navegação de Macáo”.⁵⁰ Mas, apesar de tudo, as ligações mantiveram-se e, temos referências dos produtos que, de Macau, eram levados para Goa, em princípios de 1818, para os Reais Armazéns do Real Arsenal daquela cidade:

- 300 resmas de papel de Macau de 80 cadernos a resma;
- 100 quintais de breu;
- 10 peças de damasco encarnado;
- 5 peças de lustrim encarnado;
- 5 peças de lustrim branco;
- 4 peças de lustrim preto;
- 10 peças de cabaia branca;
- 10 cates de retrós encarnado;
- 4 cates de retrós preto;
- 10 cates de seda encarnada;
- 10 peças de fita estreita de cores.⁵¹

O ÓPIO CRU “ANFIÃO”

Até ao final do século XVIII, apesar da oposição das autoridades imperiais chinesas, a droga foi sendo cada vez mais consumida e as suas transacções encontravam-se, como todas as outras, sob o controlo dos comerciantes do *co-hong*. A maior parte das compras de ópio por atacado era feita por eles e, só após o édito de

1800, que proibiu a sua importação e, sobretudo, os de 1813, com que o imperador Jiaqing tentou banir completamente o uso do ópio, é que o comércio ficou mais indirecto, isto é, possibilitando outro tipo de contactos comerciais com os chineses.⁵² Mais tarde, em 1825, o imperador Daoguang apercebe-se que havia uma autêntica hemorragia de prata para pagar o ópio e que isso traria prejuízos graves à economia da China, tendo tentado novas formas de combate ao tráfico.⁵³

Macau não foi imune à progressão do ópio, nessa década. O seu tráfico estendeu-se por todos os quadrantes, nele investindo todos os sectores da cidade, do Senado às organizações civis e assistenciais, dele dependendo a sobrevivência do Estabelecimento e até a subsistência de alguns sectores da sociedade. Em momentos de crise, chegou a ser estabelecido pelo Senado da Câmara que as viúvas e órfãos tivessem o seu lugar assegurado no investimento deste tráfico, para terem os recursos mínimos de subsistência.⁵⁴

Por seu turno, desde 1780 que os ingleses manifestavam o seu descontentamento com a sua submissão à jurisdição chinesa de Cantão e à jurisdição mista (portuguesa e chinesa) de Macau. Daí que tivessem idealizado adquirir um estatuto privilegiado neste Estabelecimento, tendo em vista centralizar aí o seu comércio. Projectavam criar em Macau um depósito de mercadorias, cedido pelos portugueses com a concordância da China. Caso tal não se viesse a concretizar, o porto de Amoy [Xiamen] seria uma forte alternativa.⁵⁵ Mas estas ideias e outras hipóteses colocadas não tiveram qualquer adesão da parte da China, voltando os ingleses a atenção, mais uma vez, para Macau.

Entretanto, o tráfico desenvolve-se no rio das Pérolas, onde os negociantes param os seus navios, em Wamphoa [Huangpu] e Lark’s Bay, relativamente próximo de Macau. Os portugueses vão resistindo à pressão inglesa para se apoderarem da cidade mas acabam por ceder à expansão comercial dos ingleses, que passam a utilizar Macau para o seu contrabando.⁵⁶ Entretanto, o ano de 1787 é de viragem em Cantão. A Companhia das Índias Orientais ultrapassa, pela primeira vez, em compras de chá, o montante atingido pelo conjunto das companhias europeias com interesses naquela cidade; a percentagem de compras de



HISTORIOGRAPHY

chá da Companhia, financiada pela moeda de prata depositada em Cantão pelo *country trade* em troca das letras de crédito sobre Londres ou Calcutá, atinge os 55%.

As consequências da aplicação das medidas do *India Act* começam a dar frutos: o abaixamento das taxas internas que recaem sobre o chá arruína os comerciantes que se dedicam ao contrabando, readquirindo a Companhia o monopólio deste produto. As medidas de organização interna e a política de pessoal e recrutamento reforçam a intervenção do Estado britânico na Companhia, ficando assim criadas as condições para uma separação nítida entre o público e o privado, entre o domínio da Companhia e o do *country trade*. É a partir desta data – e mais vincadamente entre 1790 e 1820 – que, cada vez mais, a Companhia se distingue do privado, confundindo-se os seus próprios projectos com os do Estado, facto que contribuirá significativamente para uma maior consolidação do predomínio britânico na região.

Em Macau, a 28 de Março deste mesmo ano de 1787,⁵⁷ o Senado da Câmara resolveu “fazer Conselho” com o objectivo de serem lidas as “cartas” do Senado e do governador sobre o anfião que havia sido desembarcado por mercadores de Macau, nomeadamente Caetano Campos e António José de Gambôa. Estes solicitavam licença ao Senado para a introdução na cidade de uma porção de anfião comprada, segundo eles, em Cantão. A resposta do Senado e do governador foi negativa, fundamentando a sua recusa em passar a licença nas ordens emanadas pelo vice-rei da Índia.

Não aceitando a resolução das autoridades, Caetano António de Campos fez introduzir o anfião na cidade. O Senado deliberou confiscar-lhe o produto, mas o governador foi de parecer contrário. Só que o Senado, que controlava a Fazenda Real⁵⁸, entendeu que o comércio do ópio era matéria que lhe competia decidir. Daí que tenha mandado convocar o Conselho para decidir por pluralidade de votos, tendo chegado, quase por unanimidade, pela não autorização porque a lei proibía a “franquia, a Baldeação aos Navios Estrangeiros dos seus generos”, para não prejudicar os negociantes de Macau. Mais dizia o Senado que a proibição se estendia à compra, pelos mesmos negociantes da cidade, aos navios estrangeiros, como era o caso em questão, pois que o referido anfião fora comprado aos estrangeiros em Cantão, para onde havia passado Caetano Campos naquele mês “e o havia de

receber a bordo da sua chalupa, descarregando-se o d.º genero dos Navios Estrangeiros, p.º q' semelhante genero não o havia de achar em terra naquella Cidade, como todos sabemos, em tanta quantidade, como 600: caxoens (*sic*) de Amfião”.⁵⁹

Desde 1793, ano da abolição das medidas contra o domicílio de chineses em Macau,⁶⁰ que se começou a verificar um surto demográfico muito forte e, paralelamente, começou a evidenciar-se uma melhoria no comércio do Estabelecimento, fazendo com que este acabasse por se tornar o centro de uma actividade essencialmente garantida por importantes mercadores chineses, para além da implantação local de algumas casas portuguesas de grandes recursos. A exportação anual de ópio proveniente da Índia, que até 1767 raramente excedia as 200 arcas, elevou-se para 1000 nesse ano (1793), não parando de crescer a partir daí. As madeiras aromáticas, que tão importantes haviam sido na economia mercantil de Macau, sofriam agora a concorrência sem freio do comércio do ópio. De início, os barcos de ópio dos ingleses ancoravam ao largo de Macau e era a partir desse local que vendiam a droga para toda a China.

Mas o comércio do ópio não era pacífico e ocorriam com frequência perturbações. Pode-se dar como exemplo disso o que aconteceu com o navio *Laconia* de Joze Luís Barreto. Quando o Senado verificou, como lhe competia, o manifesto da carga do referido navio, entendeu proibir, de acordo com as leis em vigor, a transacção das 306 caixas de anfião que haviam sido compradas a vassallos britânicos e negociantes da praça de Bengala. Como tal, a carga foi embargada, tendo o Senado dado conta do ocorrido ao governador e capitão-geral da Índia, em carta datada de 1795, informando-o que sabia existir no referido navio, e em outros que vinham de Bengala, uma maior porção de anfião, pertencente a estrangeiros.⁶¹ Entendiam os moradores que a entrada clandestina do anfião a preços mais baixos se devia, por um lado, ao acréscimo da quantidade e, pelo outro, porque “elles comprando-o em Bengala nos primeiros Leyloens da Comp.a, q' sempre são anteriores da chegada dos nossos Navios”, compravam-no sempre a preços mais baixos, “ficando elles ja não só com este avanço mas com outros, q' nos impossibilitão de podermos concorrer com elles ao fim q' nos dirigimos.”⁶² Só neste ano de 1795 foram introduzidas mais de 2600 caixas, a 300 patacas, quando no ano anterior a entrada de anfião

HISTORIOGRAFIA

em Macau não excedera as 1700 caixas, sendo vendido o da Companhia a 400 patacas e o particular a 500 patacas.

O tráfico foi-se expandindo, tendo os negociantes de Macau acabado por se adaptar, depois de 1797, ao monopólio de venda do ópio de Bengala⁶³ no leilão que a Companhia Inglesa das Índias Orientais havia estabelecido em Calcutá. Este produto, considerado o melhor e ali obtido a troco de prata, apenas era permitido entrar no porto de Macau quando transportado em navios dos moradores daquela praça. Como já vimos, desde 1787 que se começou a verificar em Macau um crescente desenvolvimento do comércio do ópio, culminando, em 1798, com uma entrada *record* de caixas de ópio em Macau e o correspondente valor em direitos pagos.⁶⁴

Contudo, o negócio do ópio era complexo e sujeito a muitas flutuações de mercado. A maior parte do ópio que se vendia em Cantão era oriundo de Bengala, produto que, a partir de 1797, havia sido objecto de uma grande atenção e controle, no sentido de o tornar de melhor qualidade. Este era o ópio monopolizado pela companhia inglesa, o “ópio da Companhia”, como também era conhecido, que acabaria por ter os preços em contínua e acelerada ascensão,⁶⁵ devido ao aumento da procura por ser um produto de qualidade garantida. Com o aumento de preço não se fizeram tardar as novas espécies introduzidas no mercado e, de tal modo foi a concorrência, houve uma quebra significativa na venda do ópio da Companhia.

ÓPIO DA COMPANHIA E O ÓPIO DE MALWA

O ópio de Malwa, plantado em zonas da Índia fora do controlo directo dos ingleses e que já era conhecido desde o século XVI e XVII com a designação de ópio de Cambaia, reaparece no mercado a concorrer com o de Bengala.⁶⁶

O governo colonial inglês, nos primeiros anos do século XIX apostou no controlo das rotas e portos de circulação do ópio de Malwa, aplicando-lhe taxas e regulando as exportações. Por isso os comerciantes de Macau que negociavam com este ópio foram colocados fora da corrida. Os ingleses voltaram a incrementar a produção do de Bengala, que continuava a ser o mais procurado na China. Os negociantes de Macau não ficaram à margem destas perturbações do mercado e passaram também a envolver-se no negócio do ópio

de Malwa, apesar das pressões a que o vice-rei da Índia tinha sido sujeito pela Companhia inglesa, informando Macau que deveria utilizar preferencialmente o ópio de Bengala.

*A China manchu levava
ao extremo o desprezo
pelos homens de negócios
e tinha uma grande
desconfiança a propósito
do comércio que envolvia
trocas com os estrangeiros.*

Entretanto, perante a concorrência desenfreada do contrabando do ópio de Malwa através de Wamphoa, a Companhia Inglesa das Índias Orientais sentia ameaçados os lucros do seu monopólio. Também os moradores de Macau, que comerciavam preferencialmente o ópio de Calcutá por ser o de melhor qualidade, se sentiam prejudicados pela concorrência desenfreada do contrabando do ópio de Malwa através de Wamphoa, o que os impeliu, em 1805, a denunciar à Companhia Inglesa a situação e a pedir medidas para esse controlo. A Companhia desde logo aproveitou a situação, levando Macau a aceitar um Convénio, através do qual se comprometia a não se envolver no tráfico do referido ópio, devendo ligar-se unicamente ao de Calcutá.⁶⁷ A Companhia convenceu os responsáveis pela administração de Macau da importância, para todos, de existir apenas uma única feira do género em Calcutá, desviando deste modo o transporte de ópio de Malwa da costa do Malabar para o porto de Macau. O Convénio vigorou até 1816, mas não demorou muito a ouvirem-se os protestos dos comerciantes macaenses, dizendo que os ingleses “Depois aumentavam os preços no leilão de Calcutá, faltando ao prometido”.⁶⁸

Sentindo-se prejudicados pela sua fidelidade ao comércio do ópio de Bengala, os negociantes de Macau começam a aderir ao de Malwa, que rapidamente se tornou no grande concorrente do de Bengala.⁶⁹ Arriaga avança medidas no sentido de desenvolver o comércio do ópio dos canais ou de Malwa, estabelecendo

HISTORIOGRAPHY

contactos com comerciantes de Goa, o que lhe granjeou logo forte oposição da Companhia Inglesa. De imediato o governo de Bengala expediu ordens para Bombaim e ofícios para Goa, conseguindo que “por mutua combinação fo[sse] vedada a entrada de Anfião dos Canaes, não só nos Portos Ingleses, mas nos mesmos Portugueses”.⁷⁰

“Passando agora a novos meynos para fazer, que tenha havido esta mesma receita começo pela renovação do tráfico de Maleva [Malwa], que todos sabem lhe deve começo, e impulso desde 1812, como representou para Goa quando vio que em lugar de alguma consideração da parte do Governo de Bengalla aos Navios desta Cidade pelo que mais ali interessa na concorrência ao leilão de Anfião à Patna, e Benares, a que houve, foi entrarem os Navios de Macão na generalidade dos não Nacionaes para a dedução de mayores Direitos, Despezas em falta da prometida reciprocidade em 1805, sem attenção a reclamação, que o refferente mandou fazer ante aquelle Governo, encarregada ao Barão de S. Joze de Porto Alegre, que a fez em seu nome, e de outros Moradores desta Praça, recebendo o indefferimento constante da carta do Secretario da aquelle Governo datada de 16 de Junho de 1815”.⁷¹

Macau encontrava-se a passar por uma depressão conjuntural marcada pela decadência do comércio. A consulta do Mapa Geral dos Rendimentos da Alfândega⁷² fornece-nos uma ideia do volume dos negócios de Macau, nomeadamente do anfião. Constatámos que, perante os dados fornecidos até 1784, ano da fundação da Alfândega, até 1805, o período dos últimos cinco anos é o de maior entrada de caixas de ópio e, conseqüentemente, de maior liquidez da Fazenda, o que contraria o discurso negativo mais generalizado. Admite-se, no entanto, que a necessidade de mais aquisições, sobretudo de equipamentos militares para a defesa, os fizesse reclamar por mais dinheiro nos cofres públicos. De facto verifica-se no ano seguinte uma grande descida, isto é, em 1806 só dão entrada na Alfândega 849 caixas de ópio, um número tão baixo como só vamos encontrar equivalente nos primeiros anos da Alfândega, ao que não terá sido estranho o facto de 1806 ter sido o ano da grande expansão dos piratas na zona envolvente de Macau, o que levou ao bloqueio já referido.

Ponderado o facto de, de uma forma geral, os comerciantes não gostarem de dizer que tudo vai bem no seu negócio e de se insurgirem com veemência quando as suas mercadorias são objecto de subida de direitos aduaneiros ou outros, o tempo encarregar-se-ia de mostrar a razão de alguns moradores que temiam que a vida da maioria dos comerciantes viesse a piorar muito e que apenas alguns “comão tudo”.

Não demoraria muito tempo a chegar a reacção do governo português da Índia pelo facto do Senado ter optado por direitos acrescidos na importação do ópio. Do palácio de Pangim, Francisco António da Veiga Cabral enviava, a 14 de Abril de 1806, ao Senado da Câmara de Macau, a desaprovação expressa sobre a deliberação do Senado acerca da pretensão de aumento dos direitos sobre o anfião dos estrangeiros. Nesse documento reprovava-se liminarmente o recurso à importação do anfião nos moldes apresentados, como única alternativa para fazer face às necessidades que se prendiam com a defesa de Macau perante a ameaça dos piratas, por ser contrária à liberdade estabelecida pela Carta Régia de 12 de Maio de 1802.⁷³

ENTRE CHINESES, INGLESES E PIRATAS. DA CONVENÇÃO DE 1803 AO CONVÉNIO DE 1805

Pese embora os esforços das autoridades chinesas e o facto do imperador Jiaqing ter proibido, em 1800, que se continuasse a trocar dinheiro por aquele “vil esterco” e mandado publicar severos decretos imperiais contra o ópio, o tráfico deste produto não foi perturbado, tendo os seus interessados, compradores e vendedores, descoberto forma de evitarem o *co-hong* e efectuarem os seus negócios. Com uma costa imensa e um número elevado de ilhas costeiras, muito fácil passou a ser o contrabando do ópio na China.

A 29 de Março desse mesmo ano, o mandarim ouvidor de Cuci-mi [Cuiwei], ou *zuotang* 佐堂, enviou ao procurador de Macau uma chapa condenando o negócio do anfião, ao mesmo tempo que ia dizendo ter-lhe chegado “a not.^a q.’ nas Cazas dos Christãos della Macao existe huma grande porção de amphião, q.’ elles, talvez com a mira no lucro conservação p.^a vender aos Chinas”, pelo que se sentia obrigado a fazer uma recomendação no sentido de as autoridades de Macau inquirirem amiudadamente sobre a quantidade do anfião existente em Macau, a fim de que os seus

HISTORIOGRAFIA

proprietários fossem compelidos a entregá-lo nos armazéns da cidade, para de imediato ser exportado para o exterior “sem ficar resto algum, p.^a q.^a não aconteça tornar a venderse aos Chinas”.⁷⁴

Estas perturbações levaram o recém-chegado ouvidor Arriaga a tomar algumas e importantes medidas para reactivar o comércio na zona e para disciplinar o tráfico do ópio, pelo que não demora a apresentar um plano de comércio desse produto ao Senado, obtendo deste clara aprovação.⁷⁵ Só que o meio em que o negócio do anfião medrava era mais complexo do que transparecia da referida chapa do mandarim, e nem sequer esse negócio era exclusivo dos negociantes “Christãos”, como se pode observar através dum ofício que o ouvidor Arriaga envia ao conde das Galveias sobre o assunto, dez anos depois.⁷⁶ Nele há uma passagem em que se faz referência à Convenção de 1803 sobre o negócio do ópio, jurado entre os mercadores e corretores chineses, com o objectivo “pacificarem” o tráfico do anfião, pagando a convivência e o silêncio dos mandarins com uma percentagem por cada caixa de anfião vendida aos “compradores de fora”.

O ouvidor tentava regularizar a entrada do produto em Macau, com um projecto que limita o número de caixas de anfião introduzidas na cidade e dos direitos sobre as que nela dessem entrada.⁷⁷ Para além disso, Arriaga tinha apoiado e aprova o entendimento havido, em 1803, entre os corretores de ópio chineses. Estes, querendo evitar as contínuas perseguições que sofriam da parte dos mandarins, resolveram reunir-se e jurar uma Convenção que introduzisse a prática de um imposto de vinte patacas a ser cobrado pelos encarregados dessa cobrança, cabendo uma quarta parte ao corretor e as outras três partes “para entreter o silêncio dos [...] Mandarins”.⁷⁸

Arriaga testemunha que, a partir dessa Convenção, Macau passara a viver uma grande “quietação neste giro, quando até então sempre andaram os corretores como errantes, muitas vezes escondidos em Casa dos Cristãos, e sendo obrigados a conduzir em Palanquins por moços nossos o mesmo Anfião ao lugar de embarque com dificuldade, e expostos a apreensões”.⁷⁹ O imposto sobre o anfião que a Convenção de 1803 previa – e que o ouvidor considerava como sendo um plano lucrativo, em nada incómodo para os moradores daquela praça e destinado a “facilitar-lhes o giro que mais fumenta os seus interesses”⁸⁰ – era no montante de vinte patacas deduzidas do comprador e cedidas em benefício do

vendedor a quem o corretor tomasse o anfião, caso este não fosse obrigado a diminuir a quantidade que comprasse. Porém, como era impossível, segundo Arriaga, contentar os mandarins para que “fecha[ssem] os olhos à introdução deste contrabando nas suas terras sem suborno”, ficava a necessidade de fixar, dum modo menos incómodo, o quantitativo da despesa, reduzindo-a a uma quantia certa para evitar que ela dependesse do arbítrio dos mandarins, “cuja ambição não tem limites”.

Nem o extravio beneficiaria o proprietário do anfião, pois quem lucraria seria o corretor, não deixando de pagar ao comprador de fora “a pensão que contão como usual, calculada no numero das despesas ordinárias para a dedução nas terras da venda, deixando de ser entregue pelos corretores [...] em prejuízo dos mais exactos, e responsáveis aos Mandarins que os opprimem e estorvão a circulação”.

Após estes considerandos, Arriaga confirmava que o imposto em causa era de “infalível subsistência, e em nada tocando aos Moradores”, lhe parecia ser importante que fosse inspeccionado pela administração pública de Macau, nomeadamente a Fazenda Real, que ficaria com uma das três partes do anfião, que era uma clara vantagem do referido plano. Convencido disso e querendo aproveitar a dependência dos mandarins em relação ao que ainda restava da convenção, o ouvidor de Macau sugeria esse meio com o objectivo de ter no futuro uma renda certa a favor das despesas públicas.

Logo que pôde, Arriaga mandou chamar os corretores e agentes dos mandarins, que acordaram perante ele retirar ao comprador de fora vinte patacas por cada caixa de anfião, como era costume, e que destas ficariam a pertencer cinco ao corretor na “forma do estillo”, e as quinze restantes seriam divididas em três partes: uma para os mandarins, outra para o Senado e outra para satisfazer as despesas dos empregados, tanto os da repartição da Alfândega portuguesa, como as dos encarregados chineses.⁸¹

O plano previa que a Administração do comércio do anfião viesse a instalar-se no edifício da própria Alfândega, formada por uma pequena Junta composta pelo administrador, pelo escrivão da Mesa Grande, tesoureiro do Senado (que era o recebedor da Alfândega), que teria como fiel o que naquela altura existia. Todos teriam voto em qualquer dos assuntos relativos à arrecadação do imposto e respectiva contabilidade. Mensalmente e em título separado

HISTORIOGRAPHY

deveriam ser enviadas para a Fazenda Real as verbas a ela destinadas.

Em Janeiro de 1804 o ouvidor de Macau avança uma proposta com o objectivo de reformar a Fazenda Real, argumentando que aquela praça oferecia condições assaz vantajosas para o comércio com a China e outros países, sobretudo pelos fundos que anualmente podiam ser emprestados a risco. Quanto à organização das finanças, seria necessário criar-se uma Junta de Fazenda para administrar os fundos públicos, entregues ao Senado, que como se sabe era uma instituição controlada por negociantes a quem interessavam esses mesmos capitais. O ópio era o produto que mais interessava ao ouvidor, sendo sua intenção concentrá-lo em Macau, por ser, segundo ele, o que mais vantagens trazia aos comerciantes das praças asiáticas.⁸² Pretendia-se que todo o ópio fosse introduzido na China através de Macau, “impedindo assim que outras entradas fossem encontradas e os Portugueses arredados do tráfico”, e que da parte dos comerciantes de Macau fosse dada possibilidade de fazerem comércio directo com Moçambique sem terem que fazer escala em Goa.⁸³

Procurando uma melhoria significativa da Fazenda Real, o aumento da Guarda Marítima que garantisse a defesa efectiva da terra e a interdição do porto a estrangeiros, propunham um plano que, apesar de poder não ser muito do agrado de algumas pessoas, principalmente as que “tiverem as vistas só nos interesses particulares”, seria, no seu entendimento, “muito conforme aos interesses do publico a sua boa conservação, e harmonia com os chinas”.⁸⁴ Procuravam evitar perseguições do governo chinês, não lhe dando motivos de serem os moradores de Macau acusados de má fé por terem faltado ao estipulado nos tratados, conseguindo o equilíbrio entre a conservação e até mesmo aumento do “Negocio dos riscos, e que chegue a socorrer a pobreza, p.a se poder algumas vezes faltar de pão, e agua” e evitar a deserção dos homens, tão necessários para a defesa da terra, assim como conservar “as Mulheres nos limites da honestidade”.

AS ACTUALIZAÇÕES À CONVENÇÃO DE 1803

A 28 de Dezembro de 1807, o juiz da Alfândega Chinesa de Macau (*hopu*), Li Zhang 李樟, enviava uma chapa, através da qual fazia chegar a Macau um

despacho da Corte de Pequim, no qual se proibia “por ordem Superior a entrada do Amphiam em Macao”, reforçando ele próprio a recomendação às autoridades portuguesas de que proibissem “estritam.^{te} a todos, e cada hum dos Proprietários dos Navios de Macao a importação do Amphiam p.^a esse porto”.⁸⁵

Das autoridades portuguesas chegavam também avisos sérios sobre o ópio. A 7 de Março de 1810, o Conde de Sarzedas, vice-rei da Índia, oficiava ao Senado da Câmara de Macau, manifestando abertamente a sua desaprovação pela deliberação do Senado, de 18 de Novembro de 1809, no sentido de aumentar em oito taéis de direitos cada caixa de anfião de propriedade estrangeira importado através da Alfândega de Macau, referindo-se à Carta Régia e à proibição nela contida sobre aquele tipo de aumento, sendo “unicamente dependente do Real Arbitrio toda, e qualquer innovação a este respeito”.⁸⁶

Com a corte portuguesa refugiada no Brasil, decorreram uma série de acordos entre Portugal e a Inglaterra que levaram à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. Dois anos depois é celebrado o Tratado de Comércio e Navegação luso-britânico, de 19 de Fevereiro, que terá reflexos em Macau. É enviado para esta cidade um conjunto de medidas, nomeadamente as cartas Régias do ano de 1810 e, posteriormente, o Alvará com força de Lei de 4 de Fevereiro de 1811, que enquadra a actividade comercial do Império, como consta, de forma mais detalhada, no início deste texto sobre a economia em Macau.

Entre 1810 e 1820 são envidados esforços e tomadas medidas com o objectivo de fomentar o cultivo e a produção do ópio em territórios controlados pelos portugueses e a diversificação do seu abastecimento. A documentação segregada nesse período atesta o grande esforço dos portugueses no sentido de fazer desenvolver o comércio do ópio e com isso romper com o modelo imposto pelos ingleses. Para cumprir tal desiderato, defendiam abertamente o desvio do fluxo do anfião da região controlada pela Companhia para a Costa do Malabar e, predominantemente, para Damão, na Índia portuguesa. Miguel de Arriaga é o grande mentor destes novos projectos, os quais irão influenciar, sete anos mais tarde, o seu grande Plano de Desenvolvimento Comercial.⁸⁷ Não esmorecendo na busca de saídas para o negócio que tanta importância tinha para Macau, Arriaga enceta medidas no sentido de se fazer o cultivo da papoila e a consequente produção de ópio.

HISTORIOGRAFIA

Entretanto, os navios ingleses oriundos de Bengala e com destino a Cantão continuavam a chegar ao porto de Macau, aqui deixando, apesar de tudo, alguns milhares de taéis de direitos na Alfândega da cidade.⁸⁸

No final deste ano de 1811, o ouvidor de Macau escrevia que, tendo sido descoberto “o methodo per que os Ingleses preparão a papoulla”, se havia esforçado ele no sentido de obter, em Bengala, “senão a Receita, ao menos alguns dos naturaes de Patna, onde melhor se fabrica o Anfião, chamado por isso de Companhia”.⁸⁹ Arriaga sabia que o anfião produzido ali era mais valorizado que o de Benares, conhecido pelo nome de “particular”, entendendo que o melhor para defesa dos interesses portugueses era “chamar-se aquelle trafico, apezar que no intitulado Anfião de Bombaim, era mais facil ali de obter” para Goa e suas dependências.⁹⁰ Dois anos depois chegam as primeiras amostras de ópio manufacturado no Brasil e em Porto Santo, prevendo-se a abertura de uma nova rota que passaria por esta ilha do Arquipélago da Madeira.⁹¹

CONCLUSÃO

A partir de 1799-1800, novas disposições legais, seguidas de medidas repressivas da parte do imperador da China, tornam o tráfico do ópio mais difícil a partir de Cantão, forçando os traficantes estrangeiros, sobretudo ingleses, a escolherem outros locais para as suas operações, sendo Macau o local preferencial. Os recém-chegados aí encontraram apoio fazendo desta cidade um importante ponto do tráfico de anfião, entre 1800 e 1820. Mas as autoridades chinesas reagiram e, em 1821, o governador-geral de Cantão, Ruan Yuan 阮元, adoptou uma actuação mais dura contra o tráfico do ópio, chegando a pressionar Macau e a tentar acabar com o consumo da droga naquela província.⁹² O comércio do ópio sofreria flutuações pontuais aquando do reforço de vigilância e/ou proibição da sua comercialização pela parte chinesa, mas, de uma forma geral, continuou a verificar-se o seu crescimento.

Apesar de se suspeitar que um enorme volume do negócio do ópio se processava em Macau por via do contrabando, não deixa de ser interessante um esforço de interpretação dos dados oficiais colhidos no Mapa Geral dos Rendimentos dos Reaes Direitos sobre o anfião, elaborado pela Alfândega de Macau em 1829.⁹³ Percorrendo-se algumas datas/acometimentos que poderiam influenciar o negócio do ópio, esperar-

-se-ia alguma correlação entre esses acontecimentos e os números apresentados no “Mapa”. Mas, pelo contrário, algumas vezes isso não acontece, pelo que se suspeita que o fluxo subterrâneo do comércio do ópio enviesa qualquer esforço objectivo de análise dos dados oficiais. No entanto, tentar-se-á identificar alguns pontos interessantes, nomeadamente nos anos em que foram publicados os éditos imperiais contra o ópio, ou próximo destes, nomeadamente 1796, 1800, 1813 e 1825.

Pelos números oficiais, apesar de se detectar alguma flutuação, aparentemente pouco se ressentiu, nesse período, o comércio do ópio em Macau. Se em algumas datas os reflexos das proibições parecem levar a uma diminuição do comércio, noutras datas a tendência é francamente de aumento do mesmo. Uma explicação plausível é a de que, apesar de tudo, o estatuto de Macau permitia aos seus comerciantes escapar mais eficazmente ao controle das autoridades chinesas, o que seria mais difícil aos ingleses com a sua dependência ao Comércio de Cantão. Sabe-se que, durante essas épocas mais difíceis, alguns comerciantes de Macau eram aliciados a introduzir na China, através de Macau, o ópio trazido pelos navios estrangeiros.

Também se identifica, em 1798, um ano após a reformas da Companhia Inglesa sobre a qualidade do ópio de Bengala,⁹⁴ que Macau regista uma entrada “record” de caixas de ópio e o correspondente valor em direitos pagos, na ordem das 3.825 caixas / 27.540, 000, taéis quase o dobro do ano anterior. Relativamente ao período conturbado da pirataria – de 1804 a 1808 – verifica-se que os acontecimentos mais graves, que tiveram lugar em 1806, serão a explicação plausível do evidente abaixamento do comércio, nessa data, conforme indicado no “Mapa” em questão.⁹⁵

De uma forma geral, os anos com melhores resultados, relativamente à entrada de caixas de ópio em Macau, assim como dos direitos correspondentes que foram pagos, estendem-se de 1798 a 1829, com destaque para o ano de 1828. É de notar que os outros produtos, com exclusão do ópio, têm mais importância entre 1825 e 1837, sendo este último o seu melhor ano. De facto, no período que vai de 1822 a 1825, nota-se que os comerciantes de anfião se queixam muito, nomeadamente da escassez de numerário na “Caixa da sua Administração” para as despesas urgentes a seu cargo, tudo por ter acontecido naquele ano de 1823 “humana extagnação monstroza; por que nunca tal

HISTORIOGRAPHY

sucedo no giro d'Anfão".⁹⁶ Contudo, no Mapa Geral de Rendimento da Alfândega, no que diz respeito à entrada de caixas de anfião em Macau ao longo dos anos referidos, não notamos nada que corrobore essas queixas. Pelo contrário, há uma subida no número de caixas de anfião (+303 cx.) que deram entrada em Macau e pagaram direitos na Alfândega local:

1818	3.679 cx.	1822	3.229,5 cx.
1819	2.391 cx.	1823	3.144,0 cx.
1820	2.429 cx.	1824	3.009,0 cx.
1821	3.256 cx.	1825	2.675,5 cx.
Total	11.755 cx.	Total	12.058 cx.

Fonte: AHU, *Macau*, cx. 60, doc. n.º 6. Anexo ao Ofício n.º 5 do ouvidor de Macau, de 27 de Janeiro de 1830. Quadro adaptado do Mapa Geral do Rendimento da Alfândega de Macau (1784-1828)].

Já outros autores por nós consultados fazem referência ao facto de ser frequente “ouvirem-se” queixas do Senado a propósito de resultados ditos desastrosos da actividade comercial, mas que, nem sempre os documentos revelam isso, quando não o contrário. Este caso, que nós acabámos de aflorar, é demonstrativo de que assim acontecia.

Da análise feita ao Mapa Geral de Rendimentos da Alfândega atrás referido, podemos estimar para o segundo período (1800-1825) uma entrada de caixas de ópio / direitos pagos num valor de mais do dobro quando comparado com o período imediatamente anterior, e próximo do mesmo valor estimado para o período imediatamente posterior. Pode-se, portanto, concluir que as finanças públicas de Macau começaram a dar sinais positivos no final do primeiro quartel do século XIX, para se expandirem cada vez mais, até atingirem o máximo, entre 1818 e 1828, com base no comércio do ópio. **RC**

NOTAS

- 1 Cf. George Bryan Souza, *The Survival of Empire. Portuguese and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 4-5.
- 2 Cf. *ibidem*, pp. 145-150.
- 3 Em 1755, num doc. da Santa Casa da Misericórdia lê-se “Não se pode sustentar um povo [que] consta de 5000 pobres pouco mais ou menos e entre estes serão 4 ou 5, que tenham de comer [...]; hoje há sete navios, três [deles] não merecem este nome; [Macau está] falto de moradores, de cabedais e de comércio”. Cit. em Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*. Macau: Instituto Cultural de Macau / Museu Marítimo de Macau, 1993, p. 57.
- 4 Ver “Carta do Snr. G. or Telles de Menezes ao Sen.º”, 1748, Nov. 23. *Arquivos de Macau [AM]* vol. 1, n.º 3 (Ago. 1929), p. [145], em que acusa o Senado de ter dado o seu “beneplácito” ao Opu para este começar a referida “estacada [...] com finta de mercadores, não sei se chinecos (sic) ou cristãos, valha a verdade”, a que se somavam, segundo ele, outras arbitrariedades, como o retardar os “despachos das fazendas em prejuízo de todo este povo...”.
5 Montalto de Jesus, *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990, p. 109.
- 6 Geoffrey C. Gunn, *Ao Encontro de Macau. Uma Cidade-Estado Portuguesa na Periferia da China, 1557-1999*. Macau: Fundação Macau, 1999, p. 51
- 7 Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 113.
- 8 Geoffrey C. Gunn, *Ao Encontro de Macau...*, p. 52.
- 9 *Ibidem*, p. 54
- 10 Austin Coates, *Macau. Calçadas da História*. Lisboa: Gradiva/ Instituto Cultural de Macau, 1991, p. 104. O comércio estrangeiro era essencialmente europeu: ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses, suecos e espanhóis.
- 11 Relatório de Guo Shixun, datado de 1 de Novembro de 1793 (AIGC, microfilme 27). *Apud* Alain Peyrefitte, *O Império Imóvel ou o Choque dos Mundos*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 386.
- 12 Ver Immanuel C. Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, cap. 7, “The Canton system of trade”. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995, p. 139-167.
- 13 O conjunto dos *hongs* forma o *Co-hong* que, ainda dentro das regras da harmonia do sistema, era o responsável superior de todos os estrangeiros e o seu único intermediário nas relações oficiais com o poder imperial. No exercício da sua actividade comercial, os estrangeiros deviam respeitar um conjunto vasto de regras. Ver: Jonathan D. Spence, *Em Busca da China Moderna. Quatro Séculos de História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 131-133 (trad. port. de *The Search for Modern China*). Sobre o “Sistema Comercial de Cantão” ver também Ângela Guimarães, “A conjuntura política: antes de Hong Kong”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 15-19; e Immanuel C. Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, cap. 7, “The Canton System of Trade”, pp. 139-167.
- 14 Sobre as guildas de Cantão há um importante estudo de Weng Eang Cheong, *Hong Merchants of Canton in Sino-Western Trade, 1684-1798*, Richmond, Curzon Press, 1997
- 15 Que irá durar até à I Guerra do Ópio e ao Tratado de Nanquim, que formaliza o seu termo, em 1842.
- 16 Immanuel C. Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, p. 168.
- 17 Jacques Gernet, *O Mundo Chinês. Uma Civilização e uma História*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975, vol. 2, p. 29.
- 18 Jonathan D. Spence, *Em Busca da China Moderna...*, p. 129.
- 19 *Ibidem*, p. 132.
- 20 Cf. Ho Ping-ti, *The Ladder of Success in Imperial China*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1980, pp. 26 e 35.

HISTORIOGRAFIA

- 21 O ópio entrou na China como produto medicinal, levado por mercadores árabes a partir do Médio Oriente, aí pelos séculos XVII ou XVIII. Os espanhóis introduziram o hábito de fumar tabaco nas Filipinas e a partir daí esse hábito foi dado a conhecer aos chineses, por volta de 1620. Os holandeses por sua vez, chegados à Formosa, aí introduziram uma nova forma de fumar, desta feita uma mistura de ópio com tabaco, com o objectivo de combater os efeitos da malária. Um pequeno número de chineses adquiriu esse hábito considerado bom para a saúde. Gradualmente, alguns começaram a colocar cada vez menos tabaco na mistura até começarem a fumar apenas ópio, “*most of which was imported from India by Portuguese traders*”. (Leonard P. Adams, “China: The historical setting of Asia’s profitable plague”, in Alfred W. McCoy, Cathleen B. Read, Leonard P. Adams II, *The Politics of Heroin in Southeast Asia. CIA Complicity in the Global Drug Trade*. Harper & Row, 1972. Disponível em: <<http://www.drugtext.org/library/books/McCoy/book/70.htm#17>> [Consultado em 5 Set. 2006].
- 22 Kangxi (n. 1654-m. 1722) subiu ao trono com oito anos de idade, mas foi aos treze que chamou a si o poder que, de facto, era exercido por um Conselho de Regência. Reinou durante sessenta e um anos (1661-1722).
- 23 Cf. João de Deus Ramos, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China - I - O Padre António de Magalhães, S. J., e a Embaixada de Kangxi a D. João V (1721-1725)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991, p. 31.
- 24 No final do reinado de Qianlong (1735-1796) a Corte e o Estado gastam para além das suas possibilidades e a corrupção não conhece limites a partir de 1775.
- 25 Heshen era um jovem general dos Estandartes (oficial da guarda imperial), quando, em 1775, se tornou o favorito do imperador Qianlong. Rapidamente foi nomeado vice-rei e a seguir ministro todo-poderoso, a partir dos anos de 1770. Exerceu sobre o império um controlo quase total e corruptor. Logo após a morte de Qianlong, em 1799, o novo imperador, Jiaqing, impôs-lhe o suicídio. (Alain Peyrefitte, *O Império Imóvel...*, p. 560).
- 26 Esta multiplicidade de causas, de tensão e de desequilíbrio levaram, por volta de 1850, à mais formidável explosão social que o mundo chinês conheceu: a Revolta dos Taipings (1851-1864). Cf. Jacques Gernet, *O Mundo Chinês...*, vol. 2, p. 72-74.
- 27 Entre Novembro de 1768 e Julho de 1769, os comerciantes de Macau, com navios que, geralmente, eram de menor calado do que os dos estrangeiros, fizeram as seguintes viagens a negócio: 3 para Manila, 6 para os portos da Índia, 9 para a Cochinchina, 3 para o Bornéu e Timor, num total de 21. In Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*. Oxford: Clarendon Press, 1926-1929, vol. II, p. 322.
- 28 Consideravam-se a “risco de mar”, se se destinavam a ser investidos no comércio marítimo, com juros a 20%, e a “ganhos de terra”, se fossem investidos em qualquer outra actividade, com juros a 6% e 10%.
- 29 Cf. A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 242-250.
- 30 “Alvará que promove e anima o Comercio, e Navegação da Asia, e beneficia os Estados da Índia e Macau – 1783”, *Arquivos de Macau*, vol. II, n.º 4 (Abr. 1930), p. [201].
- 31 Cf. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. XVII, n.º 1 (1972), pp. 10-12.
- 32 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*. Lisboa: Ágora, 1972, vol. II, pp. 644-645.
- 33 Cf. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. XI, n.º 1 (Jan. 1969), pp. 48-51.
- 34 *Voyage de La Pérouse autour du monde, publié conformément au décret du 22 avril 1791, et publié par M. L. A. Milet-Mureau*, t. 2, cap. XIV, “Arrivée à Macao”. Paris: Imprimerie de la République, 1798, p. 352.
- 35 Manuel Múrias (ed.), *Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 20.
- 36 Cf. Jorge M. dos Santos Alves, “Diplomacia e comércio de Macau na Ásia do Sueste, em início do século XIX”, in M. J. Schouten (ed.), *A Ásia do Sueste: História, Cultura e Desenvolvimento*. Lisboa: Vega, 1998, pp. 34-44.
- 37 Do título do capítulo 4, “Macau 1800-1810. A década de todos os perigos”, de Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso-Chinesas (1780-1844)*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996, p. 77.
- 38 Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *Macau*, cx. 24, doc. 13 [Ofício do desembargador e ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga, ao secretário de estado e Domínios Ultramarinos, João Rodrigues de Sá e Melo, visconde de Anadia, sobre a reforma da administração de Macau, fazenda real, comércio, navegação, exército, etc.].
- 39 AHU, *Macau*, cx. 24, doc. 13. [Anexo: Carta do ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga, 06.02.1803, enviada ao príncipe regente, D. João, a propor a criação de uma Junta da Fazenda em Macau].
- 40 Jorge M. dos Santos Alves, “Diplomacia e comércio de Macau na Ásia do Sueste, em inícios do século XIX”, *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7 (1999).
- 41 Ou sem juros, segundo o acordado entre as partes envolvidas.
- 42 Para fazer face às despesas dos navios que partiam em Março ou Abril para os portos de onde não havia regresso senão em Agosto ou Setembro.
- 43 O ouvidor Arriaga propunha, em Março de 1811, que os referidos bilhetes, a serem aceites como moeda, devem ter “alguma estampa e corte que os destinga e se ajuste pela respectiva numeração no auto de pagamento” (AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 30, fl. 2).
- 44 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 27 [Ofício do ouvidor Arriaga, 1811, Dez. 28].
- 45 Cf. AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 30, 1811, Dez. 28.
- 46 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 28 [Ofício do ouvidor Arriaga sobre o alargamento do comércio macaense a novos portos daquela zona, 1811, Mar. 21].
- 47 Biblioteca Nacional de Lisboa [BNL], Reservados, Ms., cx. 226, doc. n.º 53 [Carta de António Pereira Tovar ao barão de Quintela, Macau, 1811, Dez. 24].
- 48 BNL, Reservados, Mss, cx. 226, doc. n.º 54 [Em 1811, Francisco António Pereira Tovar, em carta ao barão de Quintela, dizia o seguinte: “As circunstancias do tempo, e a capacid.ª destes Navios, não dão lugar á satisfação dos meus dez.ªs que deixo para melhor tempo”.].
- 49 De acordo com o documento: “deixando expostos os Navios, além de épocas conhecidas”.
- 50 “Copia do termo a respeito dos interesses das viagens de Goa & [1813, Out. 2]”. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. IV, n.º 6 (Dez. 1965), pp. 383-384.
- 51 Tesouraria dos Materiais e Apetrechos de Guerra do real Arsenal de Goa, 14 de Maio de 1818 - Joaquim Manuel Pereira, escrivão. “Ofício do vice-rei da Índia ao Senado de Macau sobre os géneros pretendidos para os Reais Armazéns de Goa [1818, Maio 14]”. *Arquivos de Macau*, vol. XII, n.º 3 (Set. 1969), p. 139.
- 52 Cf. Jonathan D. Spence, *Em Busca da China Moderna...*, p. 142.
- 53 *Ibidem*, p. 160.
- 54 *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. IV, n.º 6 (Dez. 1965), p. 355. Ver também Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial...*, p. 200.
- 55 Cf. Austin Coates, *Macao and the British 1637-1842*. Hong Kong: Oxford University Press, 1989.
- 56 *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. XXVII, n.º 3 (Mar. 1972) [Carta do Senado sobre o anfião, 23 Maio 1795].
- 57 Cf. Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial...*, p. 174.
- 58 A superintendência da administração da Fazenda Real de Macau passou do Senado para a Ouvidoria precisamente nesta mesma altura, ou seja, a partir de 1787. A Ouvidoria, extinta em 1740, reiniciara funções em 1785, ficando o ouvidor a superintender, a partir de 1787, a administração da Fazenda Real, ao mesmo tempo que, com o governador,

HISTORIOGRAPHY

lhês competia aprovar as contas anuais da cidade apresentadas pelo Senado. Ao governador, tradicionalmente imbuído de competências mais de carácter militar e representativa, fora atribuída, por Martinho de Melo e Castro, em 1783, uma função consultiva nos assuntos de carácter económico, sendo que, as despesas tidas por extraordinárias, tinham que, obrigatoriamente, receber a sua aprovação. Toda esta mudança foi permanentemente contestada pelos moradores, como se pode inferir da leitura da documentação da época, nomeadamente em: AHU, *Macau*, cx. 20, docs. n.º 7 e 10; cx. 21, doc. n.º 37.

- 59 “Copia do assento p.^h porção de anfião desembarcado por Caetano Antonio de Campos contra a determinação do Leal Senado”. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. IV, n.º 5 (Nov. 1965), pp. 261-264.
- 60 Devido à pouca segurança que os piratas transmitiam às populações dos distritos vizinhos.
- 61 *Arquivos de Macau*, Vol. XVII, n.º 3 (Mar. 1972), p. 160. [Carta do Senado ao Governador e Capitão Geral da Índia a respeito do Anfião, Macau, 1795].
- 62 *Ibidem*, p. 162.
- 63 Também conhecido por ópio de Patna ou de Benares.
- 64 Cf. AHM, *Macau*, cx. 60, doc. n.º 6. [Ofício n.º 5 do ouvidor de Macau. Anexo: Mapa Geral de Rendimentos da Alfândega de Macau (1784-1828)].
- 65 A subida dos preços do ópio de Bengala foi na ordem dos 162% no período entre 1795-1803. O preço de cada caixa que era de 415 rupias em 1797 passou para 1384 rupias em 1801. (Louis Dermigny, *La Chine et l'Occident. Le commerce à Canton au XVIII^e siècle (1719-1833)*. Paris: SEVPEN, 1964, vol. IV, p. 1302).
- 66 Cf. Leonard P. Adams, “China: The Historical Setting of Asia’s Profitable Plague,” in Alfred W. McCoy, Cathleen B. Read, Leonard P. Adams II, *The Politics of Heroin in Southeast Asia. CIA complicity in the global drug trade*. Disponível em: <http://www.drugtext.org/library/books/McCoy/book/70.htm#17> [Consul. 5 Set. 2006].
- 67 *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. IV, 6 (Dez. 1965), p. 349.
- 68 Fernando Figueiredo, “Os vectores da economia”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, p. 145.
- 69 Ver *Abelha da China*, n.º VIII (31 Out. 1822), n.º IX (7 Nov. 1822), n.º X (14 Nov. 1822) [Acta da Sessão do Senado de 28 de Junho de 1822, em que se faz referência ao tráfico do ópio de Malwa, entre outros assuntos].
- 70 *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. VIII, n.º 6 (Dez. 1967), p. 317.
- 71 *Abelha da China*, n.º VIII (31 Out. 1822), p. 31.
- 72 Cf. AHU, *Macau*, cx. 60, doc. n.º 6 [Ofício n.º 5 do ouvidor de Macau. Anexo: Mapa Geral de Rendimentos da Alfândega de Macau (1784-1828)].
- 73 *Arquivos de Macau*, vol. XII, n.º 1 (Jul. 1969), pp. 9-10 [Reprimindo a Deliberação do Senado Acerca da Pretensão de Aumentar os Direitos do Anfião Estrangeiro, 1806].
- 74 Doc. n.º 195, “Chapa do Mandarin Ouvidor de Cuci-mi contra o Negocio do Amphiam [29 Mar. 1800]”. Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良 (eds.), *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*. Macau: Fundação Macau, 2000, vol. II, pp. 338-339.
- 75 “Copia do Termo em que foi tractado sobre a limitação do nº de Caixas d’Anfião nesta Cid.^e, e dos direitos sobre as Cx.^{as} introduzidas”. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. IV, 6 (Dez. 1965), pp. 343-344.
- 76 AHU, *Macau*, cx. 31, doc. n.º 39, 1811, Fev. 10.
- 77 *Ibidem*.
- 78 AHU, *Macau*, cx. 31, doc. n.º 39.
- 79 *Ibidem*.
- 80 *Ibidem*.
- 81 Os encarregados chineses ficaram de nomear três de cada um dos “Partidos de Macao, e arrebalde, Suchau, e Chinchou”, dos quais um

- “Cabeça” ou “Presidente” ficaria obrigado a tratar directamente com os mandarins. A cobrança seria feita pelos mesmos vendedores, a quem no acto da compra entregariam, sobre o preço livremente ajustado, a quantia de vinte patacas, tomando do vendedor um bilhete para levar à Alfândega, devendo fazer-se ali o arquivamento do referido bilhete, pagando-se 2,5% (dois e meio por cento), equivalentes a meia pataca por cada caixa da “formatura do ditto bilhete”. Aos sábados os corretores receberiam a sua parte, de cinco patacas, estipuladas na cláusula de denúncia ao proprietário do comprador chinês, quando este não efectuasse o pagamento do imposto, para que os seus respectivos “Cabeças” promovessem a sua cobrança e lhe aplicassem o respectivo castigo. Dez mil patacas pertenceriam sempre ao Senado, equivalentes a vinte mil cruzados, um pouco mais do que a terça parte estipulada, para desse modo chegar à Fazenda Real livre de despesas; dos dois terços restantes, sairiam duas mil patacas a favor dos empregados das repartições fiscais e, depois de pagos os ordenados dos encarregados chineses e as “pensões dos Mandarins”, seria feito um montante separado para obras públicas, principalmente para obras no cais da Alfândega.
- 82 AHU, *Macau*, cx. 24, doc. n.º 13 [Ofício do ouvidor de Macau, 1804, Jan. 13. Anexo: Proposta do ouvidor Arriaga sobre o comércio do ópio, apresentada em sessão da Junta da Real Administração, em 19 de Outubro de 1803].
 - 83 AHU, *Macau*, cx. 23, doc. n.º 24 [Representação do Senado da Câmara de Macau ao príncipe regente, D. João, sobre o comércio directo com Moçambique sem escala em Goa. Anexo: Acta sobre o comércio do anfião, 1803, Out. 10].
 - 84 *Ibidem*.
 - 85 Doc. n.º 68 em Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. IV, pp. 131-133.
 - 86 *Arquivos de Macau*, vol. XII, 1 (Jul. 69), p. 59 [Ofício do V.R. da Índia ao Senado de Macau sobre a Deliberação em aumentar os direitos do anfião de estrangeiros, 1810].
 - 87 “Memória sobre o desenvolvimento de Relações Comerciais entre Macau e os Diferentes estados Nacionais, e Estrangeiros de que é Susceptível”, extenso documento de 80 páginas, através do qual o seu autor expõe ao governo de Sua Majestade um grandioso plano destinado a promover o progresso comercial de Macau e, mais latamente, do império português. Ofício do ouvidor Arriaga ao secretário de estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, António de Araújo de Azevedo, sobre o desenvolvimento das relações comerciais entre Macau e os diferentes estados nacionais e estrangeiros, 1817, Junho 15. Anexo: “Memória” do ouvidor sobre o mesmo assunto (AHU, *Macau*, cx. 43, doc. n.º 14).
 - 88 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 45. A 29 de Março de 1811, só um navio inglês transportou 96 caixas de anfião, tendo os seus responsáveis pago à Alfândega de Macau 3.072.000 taéis de direitos.
 - 89 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 29, 1811, Dez. 28.
 - 90 Cf. AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 29, 1811, Dez. 28.
 - 91 Apenas a título de curiosidade faz-se aqui referência ao romance de Fernando Sobral, *O Navio do Ópio* (Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2007), cuja trama se desenvolve a partir do plano do ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga, de produzir ópio na ilha de Porto Santo.
 - 92 Cf. Jonathan D. Spence, *Em Busca da China Moderna...*, p. 160.
 - 93 Cf. AHU, *Macau*, cx. 60, doc. n.º 6 [Ofício n.º 5 do ouvidor de Macau. Anexo: Mapa Geral de Rendimentos da Alfândega de Macau (1784-1828)].
 - 94 A Companhia inicia, em 1797, uma nova política, limitando a cultura, tratamento e comercialização do ópio, com o objectivo de controlar a sua qualidade e elevar o preço, o que veio a acontecer.
 - 95 *Ibidem*.
 - 96 “Relação dos Offícios compreendidos nesta via, que ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr D. Manuel da Câmara, dirige o Leal Senado da Cidade de Macao: n.º 6 [31 Dez. 1823]”. *Arquivos de Macau*, vol. XIX, n.º 1 (Jan., 1973), p. 58.

Quintus

Archipelagus 7448
Insularum

Zipangri

Chamaho

Panuco Ins. Tor

f. donum

Caligara

Infernum





Os Jesuítas e a Nobreza Cristã do Sul do Japão

MADALENA RIBEIRO*

Uma das estratégias missionárias delineada pelo fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola (1491-1556), consistia no estabelecimento e desenvolvimento, sempre que possível, de relações próximas com os poderes político-sociais dominantes dos locais onde os jesuítas se estabeleciam. Em Portugal, esta linha de orientação, a par da confiança que os monarcas depositaram em alguns jesuítas, levou a que estes ocupassem importantes cargos e funções no meio cortesão, num curto período de tempo, como o de confessores e directores espirituais ou mestres e preceptores da família real e de várias figuras da corte. Simão Rodrigues de Azevedo (1510-1579), o primeiro membro da Companhia de Jesus a trabalhar ininterruptamente em Portugal, foi não só confessor e próximo de várias figuras da alta nobreza do reino – como D. António de Ataíde, conde de Cantanhede, e D. João de Lencastre, duque de Aveiro – mas também, e por nomeação régia, preceptor e confessor do herdeiro do trono português, o infante D. João (1538-1554), filho de D. João III.¹ De acordo com as directrizes de Loyola a Rodrigues de Azevedo, e mais tarde repetidas a outros confrades, os jesuítas não deveriam aspirar a altos cargos, funções ou dignidades religiosas, mas também não os deveriam recusar quando ofertados pelos soberanos. Neste caso estavam, porém, proibidos de solicitar favores ou benesses dos poderes dirigentes

para a Companhia ou para eles próprios. Com esta política de aproximação ao poder vigente, Inácio de Loyola tinha como propósito levar a cabo uma profunda reforma religiosa dos vários grupos sociais a partir das elites e em estreita colaboração com elas.² Assim, a par deste trabalho de assistência e acompanhamento das classes dirigentes, os jesuítas iniciaram o seu labor junto da população do reino, com o desenvolvimento das suas iniciativas missionárias, caritativas e educativas.³

No Japão podemos detectar o desenvolvimento de uma estratégia de evangelização focada na elite dirigente.⁴ Logo nos primeiros anos em que Francisco de Xavier (1506-1552) delineou algumas das linhas-mestras da acção missionária no arquipélago, os jesuítas aperceberam-se de que uma parte significativa do seu sucesso junto de alguns grupos sociais dependeria do tipo de acolhimento e favorecimento que lhes fosse dispensado pela elite guerreira, os *buke*, a única com poder *de facto* no Japão de meados do século XVI. O contexto de guerra civil (*sengoku*) que o arquipélago vivia no momento da chegada dos jesuítas, em 1549, e o facto de a sua mensagem, propagandeando uma religião exclusivista e universal, afrontar o sistema religioso local, tornaram fundamental a demanda de protectores no seio da aristocracia guerreira.

O modelo de actuação dos jesuítas foi, pois, delineado em função da realidade política, social e militar específica com que se depararam e fazia-os privilegiar uma aproximação à aristocracia guerreira. O labor junto dos *buke* não deve, no entanto, ser entendido como um

* Mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do Centro de História de Além-Mar da mesma Universidade.

M.A. in History of the Age of Discovery and the Portuguese Expansion from Lisbon's Universidade Nova. Researcher at the Centre for Overseas History at the same University.

Pormenor de um mapa da Ásia (princípios do século XVI), com a ilha de Zipangri (a Cipango de Marco Polo). Sebastian Munster, *Cosmographiae Universalis, Lib. VI*, Basileia, 1559.

HISTORIOGRAFIA

fim em si mesmo. Se numa primeira fase do processo missionário num território os padres privilegiavam o trabalho junto dos senhores locais, era para assegurar a aquiescência dos mesmos quando se iniciasse a missionação geral das populações locais. Por outro lado, como notou Neil Fujita, procuravam tirar proveito da influência e capacidade de persuasão dos guerreiros junto dos respectivos vassalos, beneficiando, mas também dependendo, da estrutura social feudal.⁵

Após o baptismo do senhor de um território, seguia-se, caso um conjunto de circunstâncias o permitisse, o baptismo das populações locais. A situação inversa demonstra, simultaneamente, a validade da teoria: em zonas onde os jesuítas não converteram o poder político-militar, ou não adquiriram sequer a simpatia e benevolência das autoridades, a missão definhou e/ou desapareceu, como aconteceu em Yamaguchi (província de Suo, no Sul da ilha de Honshu) e Kagoshima (província de Satsuma, no Sul da ilha de Kyushu). Este processo de conquista das elites locais foi moroso; durante muitos anos a sua conversão permaneceu inatingível, dificultando consideravelmente o trabalho junto da restante população. Uma excepção ocorreu em Hirado (província de Hizen, no Noroeste de Kyushu), onde, até finais dos anos 50 de Quinhentos, os jesuítas baptizaram os membros da linhagem Koteda e todos os seus vassalos.

A estratégia de actuação dos padres – a conquista das elites dirigentes – passava pelo aproveitamento das redes de parentesco que ligavam as linhagens dos guerreiros. Dependendo das circunstâncias, nomeadamente da conjuntura político-militar local e/ou da querença dos guerreiros, os missionários foram bem ou mal sucedidos.

Ao analisar a documentação jesuíta, vemos que as redes de parentesco podiam ter consequências distintas no trabalho que os padres levavam a cabo. Ligações entre linhagens cristãs e outras não cristãs podiam redundar na propagação do cristianismo para novas linhagens e espaços de missão, com a evangelização dos domínios dos novos conversos, ou podiam resultar simplesmente na cristianização de novas linhagens mas não dos seus territórios. Em ambos os casos estamos perante duas situações de expansão da religião caras aos padres. No entanto, das ligações entre cristãos e não cristãos também podia resultar o contrário: um baptizado podia abandonar o cristianismo ou, em casos extremos e raros, podia-se assistir ao fecho de uma missão. Num

meio-termo encontramos situações em que os jesuítas, apesar das suas tentativas, não beneficiaram das redes de parentesco mas também não saíram lesados.

Um outro tipo de uniões era aquele em que se ligavam duas linhagens já cristãs; destas, os missionários esperavam o estabelecimento ou o reforço dos laços político-militares entre os envolvidos e, do ponto de vista religioso, o fortalecimento do cristianismo no seu seio e nas populações dos seus domínios. Estas uniões, por ligarem e/ou consolidarem os laços entre cristãos foram desejadas e, sempre que possível, incentivadas pelos jesuítas.

As relações existentes ou estabelecidas entre casas nobiliárquicas podiam, pois, ter consequências no processo de evangelização do Japão. Para além dos vínculos de consanguinidade e filiação, as ligações matrimoniais e as adopções, passíveis de unir ou reforçar os laços entre duas casas, foram meios privilegiados na concretização desta estratégia. Na realidade, as alianças matrimoniais e as adopções⁶ eram práticas largamente utilizadas para o estabelecimento de alianças político-militares entre as linhagens de *bushi*. O contexto de guerra civil vivido no Japão até finais do século XVI, com os inúmeros e intermináveis conflitos entre as várias casas militares, tornavam estas alianças, muitas das vezes flutuantes e instáveis, ainda mais prementes.

Neste artigo, tomando como objecto de análise a aristocracia guerreira da ilha de Kyushu – a mais meridional das grandes ilhas do arquipélago – procurámos ver a forma como os missionários beneficiaram, ou não, das redes de parentesco da nobreza local. A escolha desta área geográfica, prende-se com a enorme importância que a ilha de Kyushu teve no contexto das relações luso-nipónicas dos séculos XVI e XVII. Com efeito, foi nos seus ancoradouros, nomeadamente no da cidade de Nagasáqui,⁷ que a nau do trato (*kurofune*) atracou durante o tempo que os comerciantes foram autorizados a operar no Japão. Ao mesmo tempo, foi em Kyushu que a presença dos missionários da Companhia de Jesus, apadrinhada pela aristocracia guerreira e vários outros membros das suas linhagens, se fez sentir com mais intensidade e foi mais duradoura. Primeira ilha onde os missionários europeus se estabeleceram foi, durante o período de permanência oficial dos jesuítas no Japão (1549-1614), o principal foco de irradiação do cristianismo.

O sucedido entre as linhagens Koteda e Ichibu de Hirado são um bom exemplo – a que poderíamos

HISTORIOGRAPHY

juntar outros – de como os missionários não descuraram as ligações de parentesco entre as casas militares. Beneficiando, simultaneamente, de uma conjuntura político-militar favorável, os jesuítas lograram neste caso a expansão do cristianismo para uma nova linhagem e espaço de missão.

Apesar de a documentação jesuíta não o comprovar, é plausível que os primeiros contactos entre os missionários e alguns membros dos Koteda tenham decorrido na mesma altura em que os religiosos iniciaram contactos com Matsuura Takanobu (1529-1599), dáimio de Hirado, nos últimos meses de 1550. Com a anuência do dáimio, os jesuítas fundaram uma missão nos seus domínios; no entanto, a partir dos finais dos anos 50 (1558), a expansão e a sustentação desta missão passou definitivamente para as mãos de uma outra casa militar, vassala dos primeiros, os Koteda. Descendentes de um ramo colateral dos Matsuura, os Koteda detinham uma posição de destaque na pequena corte dos senhores de Hirado.⁸

Os primeiros membros da linhagem a receber o baptismo em 1553 foram dois irmãos: Koteda Yasutsune António (?-1582), herdeiro da casa, e João Koteda, do qual apenas conhecemos o nome adoptado por ocasião do baptismo.⁹ Cinco anos depois, em 1558, juntou-se-lhes o resto da casa na mesma altura em que os seus vassalos, dispersos por Ikitsukijima e Takushima, eram alvo dos primeiros baptismos em massa da história japonesa.¹⁰ O português Gaspar Vilela (1526-1572), à frente de uma equipa de missionários, foi o responsável por este esforço evangelizador. Como é sabido, a propagação do cristianismo no Japão foi quase sempre realizada, em simultâneo, com ataques aos sistemas religiosos locais, sobretudo ao Budismo. Sempre que os senhores locais o permitiam, os templos budistas e os mosteiros xintoístas eram destruídos e os religiosos locais expulsos ou convertidos. A acção de Vilela em Ikitsukijima não foi excepção e, durante o tempo que aí esteve, adaptou três pagodes budistas a igrejas.

Exceptuando um pequeno período, entre 1558 e 1564, em que os jesuítas não foram autorizados por Matsuura Takanobu a trabalhar em Hirado, até ao final do século XVI (1599), altura em que os Koteda se exilaram, funcionou em Hirado uma pequena missão para apoio dos cristãos locais. Em 1565, o número destes aumentou com o baptismo dos habitantes de Ichibu, um pequeno feudo em Ikitsukijima que estava então sob a égide de João Koteda. Na qualidade de

segundogénito, João estava, por princípio, excluído da sucessão da casa e herança dos bens paternos.¹¹ Assim, nos inícios da década de 60 de Quinhentos, ligou-se a uma outra estirpe local pelo duplo vínculo do matrimónio e da adopção: casou com a filha do senhor de Ichibu e foi adoptado como herdeiro pelo sogro.¹² O seu novo nome passou a ser Ichibu Kageyu João. Ora, pouco depois, em 1565, o cristianismo acabou por se expandir para Ichibu com o baptismo das suas gentes.¹³ Baltasar da Costa (c.1538-?), superior da residência de Hirado desde o ano anterior, e Juan Fernández (1526-1567) foram os responsáveis pela catequização dos habitantes de Ichibu.

Doravante, os Koteda e Ichibu foram os principais suportes dos padres em Hirado, responsáveis não só pela expansão, como pela conservação da missão nesta área da província de Hizen. Mais tarde, as relações entre as duas casas seriam reforçadas por um outro casamento, desta feita do herdeiro de João, Baltasar Ichibu, com uma neta de António Koteda.¹⁴

Depois destas duas fases de expansão – primeiro com a conversão dos vassalos dos Koteda (1558) e, após esta, das gentes de Ichibu (1565) – o cristianismo em Hirado conheceu uma segunda etapa, caracterizada por um baixo número de baptismos, praticamente restringidos aos filhos dos já convertidos, e um constante trabalho de formação e assistência junto dos cristãos. Este labor junto dos já baptizados permitiu que, décadas mais tarde, a comunidade cristã sobrevivesse à expulsão dos padres, primeiro de Hirado (1599) e depois do Japão (1614). O apoio destas linhagens foi tanto mais importante quanto as relações dos jesuítas com o dáimio local foram sempre pautadas por alguma tensão e conflituosidade. Como registava Cosme de Torres (1510-1570), em 1565, Matsuura Takanobu “não hé amigo da Lei de Deus nem nosso”.¹⁵ Na realidade, o poder político de Hirado não favoreceu a expansão da missão. Embora os Matsuura tolerassem os jesuítas, a ponto de permitirem a sua presença, as suas atitudes acabaram por bloquear o trabalho dos padres que permaneceu praticamente circunscrito aos domínios das duas casas militares referidas.

O sucedido entre os Koteda e os Ichibu é um claro exemplo de como as ligações existentes entre linhagens podiam resultar no alargamento da esfera de acção dos padres. Noutros casos, porém, o aproveitamento das ligações familiares limitou-se à cristianização de parentes pois, por circunstâncias diversas, a conjuntura local não

HISTORIOGRAFIA

permitiu a abertura de missões nas suas terras. Foi o que aconteceu com a linhagem Ito da província de Hyuga (no Leste de Kyushu). Ligados por via matrimonial aos Otomo de Bungo – cujo chefe da casa era o dáimio cristão Otomo Yoshishige Francisco (1530-1587)¹⁶ – o baptismo de vários membros desta casa aconteceu numa conjuntura extremamente favorável aos padres, em que o cristianismo conhecia um momento de expansão no seio da classe guerreira de Bungo. Com efeito, pelos finais dos anos 70 e inícios de 80 de Quinhentos, não só Otomo Yoshishige já abraçara o cristianismo (em 1578), como vários dos seus familiares, nomeadamente os descendentes, e membros da nobreza local tinham sido baptizados ou encontravam-se em vias de o ser. Refugiados em Bungo desde 1578, os Ito não foram uma excepção.

Nos inícios de 1578, fugindo da expansão dos Shimazu para Hyuga,¹⁷ os Ito abandonaram a sua província e encontraram asilo junto dos Otomo¹⁸ com os quais, como já foi referido, eram aparentados. Com efeito, o velho chefe da linhagem, Ito Yoshisuke (1513-1585), casara uma das irmãs do dáimio Otomo Yoshishige.¹⁹ Durante o tempo que viveram em Bungo, entre 1578 e 1587, os Ito contactaram com os jesuítas – que desde 1553 aí trabalhavam numa série de missões – e, vários deles acabaram por abraçar o cristianismo. Os primeiros a serem baptizados, em 1581, foram os dois primos e netos do velho Yoshisuke: Ito Sukekatsu (c.1567-1593), logo Jerónimo, e Ito Sukemasu (c.1570-1612), doravante Mâncio. Enquanto Jerónimo foi encaminhado por Alessandro Valignano (1539-1606) para o seminário de Azuchi, onde viveu um curto período de tempo, Mâncio integrou a famosa delegação japonesa à Europa, em substituição do primo Jerónimo.²⁰ Seguiu-se, pouco depois, a conversão das respectivas mães e alguns irmãos.²¹

A quase inexistência de dados concretos sobre as conversões de Jerónimo e Bartolomeu contrasta com as inúmeras referências ao baptismo do herdeiro deposto de Hyuga – “irmão de Ieronimo & primo de Mancio”²² – Ito Yoshikata Bartolomeu (c.1564/65-1593), sensivelmente na mesma altura em que um dos

filhos do dáimio de Bungo, Otomo Chikamori Pantaleão, se convertia em 1582.²³ Uma última referência a baptismos nesta linhagem surge para 1586, quando um dos filhos segundos do velho dáimio de Hyuga, de nome Ito Suketake – que participava na campanha de submissão da ilha liderada por Toyotomi Hideyoshi (1537-1598), a fim de tentar reaver os antigos domínios de seu pai – abraçou o cristianismo,²⁴ numa decisão a que não foi alheia a influência de um outro guerreiro, Kuroda Yoshitaka Simão (1546-1604), baptizado no ano anterior, também a instâncias de outros guerreiros.²⁵

Até à referida campanha militar, os Ito viveram em Bungo, o que permitiu aos jesuítas aprofundar a formação e prestar assistência aos conversos que assim o desejassem. Depois, quando em 1587, Toyotomi Hideyoshi entregou um pequeno domínio em Hyuga (Obi) a Ito Suketake, parte da linhagem regressou à província de origem.²⁶ Com efeito, tanto Bartolomeu como Jerónimo foram colocados ao serviço do tio Suketake.²⁷ O primeiro destes guerreiros, Bartolomeu, consorciou-se, cerca de dois anos depois (c.1589), com Regina, filha do falecido Otomo Yoshishige, união que para os jesuítas significou a esperança de conseguirem entrar numa área que, não obstante a cristianização das elites locais, permanecera até então cerrada às suas actividades.²⁸

Na realidade, apesar da conversão de Ito Suketake e do facto de vários dos seus parentes serem cristãos, nunca os jesuítas missionaram nos territórios do guerreiro. É plausível que um ou outro religioso tenha visitado a zona a fim de assistir os cristãos; mas nunca se fundaram residências ou igrejas nem se missionou no seio das gentes de Obi. O casamento de Regina Otomo e Bartolomeu Ito não alterou a situação. Parece-nos que depois da promulgação do édito de Hakata (25 de Julho de 1587), o recém-baptizado Ito Suketake optou por manter uma atitude cautelosa face ao cristianismo. Não existem notícias de que tenha abandonado a religião, o que os padres podem naturalmente ter omitido nas missivas, nem existem



Otomo Yoshishige Francisco

HISTORIOGRAPHY

referências a missões itinerantes a Obi, excluindo a notícia duma visita efectuada durante a guerra na Coreia, em que, portanto, Ito Suketake estava ausente das suas terras.²⁹

Nem sempre as ligações entre a nobreza japonesa resultaram em benefício da cristandade. Algumas vezes os missionários tentaram, mas não conseguiram beneficiar das redes de parentesco, o que mostra que a utilidade das ligações familiares para a missão não era sempre fiável. Outras vezes, a expansão do cristianismo saiu francamente prejudicada: por vezes, com o abandono da religião por parte de membros das linhagens cristãs, outras vezes, ainda mais nefastas, com o abandono do cristianismo por parte de toda a estirpe e o encerramento das missões nos territórios controlados por ela.

O casamento a unir os Omura e os Ryuzoji, duas linhagens estabelecidas na província de Hizen, é um dos poucos casos mencionados nas missivas dos jesuítas de uma ligação que resultou no abandono do cristianismo por parte de um baptizado. O facto de ser um dos raros casos – referenciado de uma forma claramente indirecta – nas cartas dos missionários não nos deve levar a pensar que foi uma situação excepcional. Como é sabido, os objectivos propagandísticos e didácticos do epistolário produzido pelos membros da Companhia de Jesus e destinado a publicação, condicionava o tipo de informações que deveriam compreender. Deste modo, notícias que prejudicassem a imagem de uma missão bem sucedida ou que fossem menos edificantes para os leitores eram omitidas. Para mais, no presente caso, para além do provável abandono do cristianismo por parte da filha de Sumitada, não houve repercussões de maior monta no trabalho dos padres. A opção nestes casos era claramente o silêncio.

Em 1570, sete anos depois do baptismo de Omura Sumitada Bartolomeu (1533-1587), juntou-se-lhe a mulher e descendentes.³⁰ A fragilidade da posição política e militar do senhor de Omura relativamente a alguns vassallos e vizinhos é, geralmente, apontada pelos historiadores como uma das razões que o levaram a apadrinhar a religião dos *nanbanjin*. Os missionários da Companhia de Jesus seriam um potencial elo entre o guerreiro e os comerciantes portugueses, que todos os anos se deslocavam ao Japão, e que o abasteceriam de material bélico e, simultaneamente, proporcionariam alguma prosperidade comercial aos seus territórios, pela transacção de uma série de outros produtos.³¹



Ito Sukemasu, Mâncio.

Omura Sumitada foi bem sucedido neste propósito, já que foi nos seus domínios que se desenvolveu e prosperou a principal base japonesa dos comerciantes lusos, Nagasáqui. Todavia, os historiadores também são unânimes quando referem que, independentemente dos motivos que nortearam o seu baptismo, Sumitada permaneceu próximo de alguns jesuítas – nomeadamente do português Afonso de Lucena (1551-1632), superior da missão de Omura durante várias décadas, e do japonês Nicolau de Yamaguchi (c.1522-1599), que, depois de admitido na Companhia, viveu quase sempre nesta zona.

As cartas dos jesuítas são profícuas em referências, algumas extensas e pormenorizadas, à debilidade militar de Omura Sumitada e às ameaças, conspirações e conflitos protagonizados por outros guerreiros como Goto Takaakira,³² Saigo Sumitaka³³ e Matsuura Takanobu, para apenas citarmos alguns dos seus tradicionais inimigos.³⁴ Com a ajuda militar e logística dos portugueses, o senhor de Omura foi vencendo estes

HISTORIOGRAFIA

guerreiros. Contudo, o apoio dos europeus já não se mostrou suficiente para travar a expansão militar de Ryuzoji Takanobu (1529-1584), daimio de Saga, que vencendo, intimidando ou aliando-se com os vários daimios e *kokujin* de Hizen havia obtido o controlo da província nos finais dos anos 70.³⁵

Em 1580, após algumas incursões de Ryuzoji Takanobu em Omura, Sumitada, incapaz de o vencer, acabou por se lhe submeter e prestar um juramento de vassalagem.³⁶ Nesse ano, acompanhado por vários familiares e vassalos, Sumitada deslocou-se ao castelo de Saga, a fim de estabelecer um acordo de paz entre as duas casas. O pacto estabelecido foi selado com o casamento de uma das filhas (cristãs) de Sumitada com um dos filhos do daimio de Saga, de nome Ryuzoji Ietane.³⁷

O silêncio das missivas no que concerne a esta filha de Sumitada é total – nem o seu nome cristão nos é dado a conhecer – e a própria referência a Ryuzoji Ietane como genro de Sumitada é nos dada numa alusão indirecta de Luís Fróis (1532-1597), ao enumerar os guerreiros que acompanharam o daimio de Saga na batalha de Okidanawate, em 1584.³⁸ Tudo leva a crer que a filha de Sumitada foi baptizada com a família em 1570, e que o facto foi posteriormente silenciado pelos jesuítas.³⁹ Uma hipótese que explica este silêncio é que para casar com Ietane, tenha sido movida a abandonar o cristianismo. Por outro lado, o matrimónio unindo os Omura aos Ryuzoji, do ponto de vista dos jesuítas, era incómodo para ser referido nas missivas, especialmente naquelas destinadas a divulgação. Como explicar a todo um público europeu ávido de notícias nipónicas, mas ignorante da sua realidade, o casamento da filha de um dos principais senhores cristãos com o filho de alguém descrito como o “mayor inimigo que tem a Christandade”⁴⁰? A estratégia dos missionários foi compreensivelmente o silêncio.

Um caso de contornos e consequências diferentes foi o que envolveu os Arima, casa militar da província de Hizen, e os xóguns Tokugawa. Uma aliança entre as duas linhagens foi estabelecida em 1612, numa altura em que os Tokugawa já tinham consolidado a sua hegemonia militar e política no arquipélago – através da batalha de Sekigahara, em 1600, na qual derrotaram os apoiantes do sucessor de Toyotomi Hideyoshi, e do estabelecimento de uma nova casa xogunal, em 1603. Por esta altura, os Tokugawa encontravam-se a desenvolver uma teia de relações de parentesco com as principais casas senhoriais japonesas por forma a

consolidar a sua posição dominante no arquipélago.⁴¹ A presença da Igreja no Japão também conheceu uma viragem estrutural com a ascensão desta nova linhagem xogunal.⁴² Tokugawa Ieyasu (1542-1616) aceitou e tolerou a presença de jesuítas até 1614, devido ao papel de intermediários que estes desempenhavam no comércio com os portugueses de Macau.⁴³ No entanto, implementou progressivamente um conjunto de legislação que visava impedir a expansão do cristianismo e minorar a influência dos padres em algumas comunidades cristãs. Em 1603 emitiu um decreto que proibia o baptismo de membros da nobreza; um diploma semelhante foi promulgado decorridos três anos.⁴⁴ No final da década, as pressões mantinham-se como refere João Rodrigues Girão (1558-1629) na carta anual de 1608.⁴⁵

A aliança estabelecida entre os Tokugawa e os Arima, em conexão com uma conjuntura extremamente desfavorável aos padres – nomeadamente a descoberta de um caso de corrupção que lesava os interesses dos Tokugawa e cujos protagonistas eram dois cristãos, Arima Harunobu Protásio (1567-1612) e Okamoto Daihachi (?-1612) – levou não só ao abandono do cristianismo por parte da linhagem Arima, como ao fecho da missão na península de Takaku e ao início das primeiras perseguições a cristãos, promovidas pelo daimio apóstata. Os acontecimentos que culminaram com o fim desta missão – a única missão de Kyushu com alguma “antiguidade” que ainda permanecia activa – tiveram o seu início nos inícios da segunda década do século XVII.

Em 1612, foi descoberta uma fraude engendrada por Arima Harunobu Protásio com o apoio e participação activa de Okamoto Daihachi – secretário de Honda Masazumi (1566-1637)⁴⁶ – a quem o daimio de Arima subornou com presentes e dinheiro. O objectivo de Harunobu era aumentar os seus domínios pela posse de dois territórios, Isahaya e Kojiro.⁴⁷ De resto, este último, situado no Norte da península de Takaku, fizera parte do património fundiário dos Arima até um passado recente; em 1587, na sequência da redistribuição territorial de Kyushu, Toyotomi Hideyoshi retirara-a da alçada dos Arima. O daimio Harunobu não desistiu de reaver as terras e subornou Okamoto Daihachi para que este obtivesse do xógum retirado (*ogoshō*) as necessárias cartas patentes e registos cadastrais a fim de tomar posse dos domínios.⁴⁸

HISTORIOGRAPHY

Enquanto decorriam as negociações secretas entre Harunobu e Daihachi, Tokugawa Ieyasu, na sequência de mais uma manobra política para ligar os dáimios à sua casa, e desta forma os controlar, deu em casamento uma sua bisneta, Kunihine (neta de Tokugawa Nobuyasu, primogénito de Ieyasu), ao herdeiro do dáimio de Arima, Naozumi Miguel (1585-1641).⁴⁹ Esta ligação implicou uma primeira ruptura com a Igreja da parte de Naozumi, cisão de que Tokugawa Ieyasu estava certamente consciente ao promover a aliança. Ao ligar-se a Kunihine o guerreiro violava um importante preceito cristão uma vez que já era casado com Marta Konishi, filha do falecido Konishi Yukinaga (c.1556-1600), um dos derrotados de Sekigahara. A posterior descoberta da burla engendrada por Arima Harunobu agravou ainda mais a situação. Mateus de Couros (1569-1632), levanta a hipótese de Naozumi, desavindo com o pai por este tardar em lhe entregar o governo da casa, ter denunciado ou ter feito denunciar os negócios fraudulentos em que Harunobu se envolvera.⁵⁰ Fosse como fosse, os dois infractores foram condenados à morte: Okamoto Daihachi foi queimado vivo em Abril de 1612, e o dáimio de Arima foi executado por um criado depois de se recusar a praticar *seppuku*, dois meses depois.⁵¹

O facto dos protagonistas deste caso de corrupção serem cristãos exacerbou ainda mais o poder central contra os missionários. Uma série de medidas tomadas contra os jesuítas e os cristãos nos meses seguintes, culminou em Janeiro de 1614, na expulsão dos religiosos europeus do arquipélago. Quanto a Arima, não foi preciso esperar pelo édito de expulsão para se assistir ao fecho da missão pois Ieyasu, em 1612, apenas autorizou Arima Naozumi a regressar aos seus domínios na condição do dáimio abandonar o cristianismo. À sua chegada, em Junho desse ano, a missão foi encerrada: o dáimio confiscou os bens da Igreja e expulsou os religiosos.⁵² Por esta altura, iniciaram-se as primeiras pressões sobre cristãos, tendo como alvo preferencial a nobreza local. Um dos irmãos do dáimio (André), juntamente com mais duas figuras locais, foi encarregue de pôr em marcha a operação. Mateus de Couros admite que muitos dos nobres não resistiram à pressão, acabando por abandonar o cristianismo; aqueles que resistiram saíram de Arima, alguns provavelmente em direcção a Nagasáqui.⁵³ No mês seguinte assistiu-se à primeira condenação à morte de um japonês, a primeira de uma longa série de martírios promovidos pelo dáimio

com o objectivo de erradicar o cristianismo dos seus territórios.⁵⁴ Mal sucedido na política de extermínio da religião, Arima Naozumi, acabou por ser transferido para Nobeoka, na província de Hyuga, em 1616.⁵⁵

Se as ligações entre linhagens que proporcionaram a expansão do cristianismo junto de novas casas nobiliárquicas e a abertura de novos espaços de missão foram um dos grandes trunfos dos jesuítas, o mesmo podemos dizer das ligações estabelecidas entre estirpes cristãs, que possibilitaram o estabelecimento ou reforço dos laços entre irmãos na Fé. Um dos melhores exemplos desta dinâmica relatados pelos jesuítas foi o casamento entre Omura Yoshiaki Sancho e Catarina de Arima realizado em 1588/1589. O primeiro era o herdeiro do já referido Omura Sumitada Bartolomeu; Catarina, por seu turno, era irmã de Arima Harunobu Protásio. Na realidade, este consórcio inseria-se numa estratégia duradoura de alianças entre as duas casas. A título de exemplo, refira-se a adopção de Arima/Omura Sumitada, por nascimento um membro da linhagem Arima, por Omura Sumiaki (?-1551), bem como o casamento deste com uma Arima.⁵⁶ Apesar destas ligações sabemos da existência de contendidas e conflitos entre as duas linhagens, quer entre Omura Sumitada e o seu irmão Arima Yoshisada, quer posteriormente com o seu sobrinho, Arima Harunobu.

Um destes conflitos ocorreu em 1586, nas vésperas de Toyotomi Hideyoshi invadir Kyushu, e foi originado por um litígio entre as duas casas pela posse de uma parcela de terra.⁵⁷ Nesse ano, Omura Sumitada Bartolomeu invadiu Uchime-Hokame, territórios que tradicionalmente faziam parte do património fundiário dos Omura, que estavam na posse do seu sobrinho, Arima Harunobu Protásio.⁵⁸ A guerra, que implicou a presença de cristãos em campos de batalha opostos, a digladiarem-se por um território igualmente povoado por cristãos, não foi do agrado dos missionários, nomeadamente do vice-provincial Gaspar Coelho (1531-1590). O jesuíta, por esta altura, procurava congregar os senhores cristãos numa aliança militar com o fito de derrotar os Shimazu de Satsuma, cujo processo de conquista de Kyushu se encontrava em rápida expansão e conclusão, ameaçando um sem número de missões.

Uns anos depois desta guerra, os Omura e os Arima reforçaram as suas relações com o casamento, combinado e negociado pelo dáimio cristão Konishi Yukinaga Agostinho,⁵⁹ entre Omura Yoshiaki e a irmã

HISTORIOGRAFIA

do dáimio de Arima. A este propósito Gaspar Coelho escreveu: “Dom Sancho Vòmùrandono filho de dom Bertalameu que Deos aja primo de dom Protasio casou agora com huma irmã do dito dom Protasio, parecendo mui bem isto ao padre Vice prouincial [o próprio Gaspar Coelho], & a todos, pera que com este nouo parentesco se tornassem estes senhores muito mais a ligar, & dom Protasio tanto mais tomasse a cargo de ajudar, & fauorecer a dom Sancho, o qual por ficar agora sem pai⁶⁰ & ser mui moço, & de pouca experiencia tinha necessidade pera conseruarse no seu estado de quem o fauorecesse & encaminhasse ...”.⁶¹

Nesta afirmação encontra-se patente a ideia que os missionários tinham, e que foi sendo reforçada ao longo dos tempos, da estreita ligação e mútua dependência entre os territórios de Arima e Omura. A sua proximidade geográfica, as ligações familiares das linhagens dirigentes – à época, os dáimios destes territórios eram, simultaneamente, primos co-irmãos e cunhados –, o mesmo alinhamento político-militar em alguns momentos – apesar de noutros, como vimos, se encontrarem em facções opostas – e o proteccionismo dispensado aos religiosos terão contribuído para esta visão dos factos.

De acordo com as ambições de Gaspar Coelho, o casamento – protagonizado pelas duas casas que chefiavam as principais áreas cristianizadas de Hizen – era um passo para o reforço das ligações políticas entre os senhores de um espaço onde o cristianismo, não obstante a promulgação do decreto de Hakata em 1587, e o subsequente abandono temporário do cristianismo por parte dos senhores de Arima e Omura, não estava em regressão, antes pelo contrário. Na verdade, apesar da conjuntura adversa aos padres que se seguiu após a promulgação do referido decreto, o cristianismo conheceu alguns surtos expansionistas no Noroeste e Oeste da ilha de Kyushu.⁶²

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que a estratégia missionária – a conquista das elites dirigentes – passou pelo aproveitamento das redes de parentesco que ligavam as linhagens dos guerreiros. Por intermédio destas conexões, os jesuítas procuraram expandir a sua esfera de acção, ou, quando as partes implicadas eram já cristãs, fortalecer os laços entre baptizados. Na realidade, estas redes familiares, nas circunstâncias

certas, provaram ser canais efectivos de difusão do cristianismo, não apenas através da penetração em novas linhagens, mas também abrindo novas áreas geográficas às actividades missionárias. Foi isto que sucedeu no caso dos Ito de Hyuga e dos Ichibu de Hirado.

Os jesuítas, no entanto, estavam também cientes do facto de que estes laços eram uma espada de dois gumes: se, por um lado, podiam facilitar a difusão da religião, por outro, podiam igualmente ajudar ao seu recuo. Quando isto acontecia, no melhor dos cenários, verificava-se apenas o abandono do cristianismo por parte de um ou outro converso, como ocorreu, muito provavelmente, com uma das filhas de Omura Sumitada; no pior dos casos, dava-se o abandono da fé cristã por um clã inteiro e o encerramento de missões, como aconteceu em Arima.

Se, para os jesuítas, as uniões entre cristãos e não-cristãos podiam resultar na difusão do cristianismo, as alianças entre conversos podiam ser uma maneira de reforçar a religião no seio dos clãs envolvidos. Por outro lado, de um ponto de vista político, constituíam um avanço na homogeneização dos interesses seculares dos senhores cristãos, com vista à criação de um bloco político-militar que servisse os interesses da Cristandade japonesa.

Depois de constatar a diversidade de consequências que as redes familiares tiveram no contexto das actividades missionárias no Japão, põe-se a questão de saber se, apesar de tudo, é possível determinar se as ditas redes tendiam a ser favoráveis ou prejudiciais ao trabalho dos missionários. Através da análise da documentação jesuítica parece possível concluir que, no geral, tenderam a ser favoráveis. É verdade que a predominância de descrições de situações favoráveis aos missionários pode ser explicada pelo objectivo dos jesuítas em providenciar relatos propagandísticos e didácticos da sua actividade no Japão. No entanto, como vimos, é sempre possível encontrar nestes mesmos relatos casos em que o estabelecimento de relações familiares se revelou prejudicial às actividades dos missionários. **RC**

Nota da autora: Neste artigo retomamos e sintetizamos algumas ideias apresentadas na nossa dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII), *A Nobreza Cristã de Kyushu. Redes de Parentesco e Acção Jesuítica*.

NOTAS

- 1 Cf. João Francisco Marques, “Confesseurs des princes, les jésuites à la Cour de Portugal”, in *Les Jésuites à l'Âge Baroque (1540-1640)*, ed. Luce Giard e Louis de Vaucelles. Grenoble: Jérôme Million, 1996, pp. 213-228. Para o monarca D. João III, responsável pela entrada da Companhia de Jesus em Portugal, veja-se a recente biografia de Ana Isabel Buescu, *D. João III*, col. “Reis de Portugal”, dir. Roberto Carneiro, coord. Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.
- 2 Cf. *ibidem*, pp. 213-228.
- 3 Para a instalação dos jesuítas em Portugal veja-se Dauril Alden, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal. Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996, pp. 3-38. Para o trabalho desenvolvido pelos mesmos a partir do centro religiosos de Évora veja-se o trabalho de Federico Palomo del Barrio, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- 4 Cf. Ana Fernandes Pinto, “Japanese Elites seen by Jesuit Missionaries”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, vol. 1, Dezembro de 2001, p. 29.
- 5 Cf. Neil Fujita, *Japan's Encounter with Christianity. The Catholic Mission in Pre-Modern Japan*. New Jersey: Paulist Press, 1991, pp. 249-250. Anos mais tarde, nas primeiras décadas do século XVII, o xogunato Tokugawa utilizou o mesmo sistema social para pôr progressivamente cobro à missão jesuíta. Tal como os religiosos concentrou, inicialmente, os seus esforços na nobreza, proibindo os seus membros de se converterem ao cristianismo ou eliminando política e socialmente aqueles que não renegassem esta religião.
- 6 Vínculo de filiação fictício, a adopção servia para assegurar a perpetuação de uma casa. Ao contrário do que sucedia na Europa, era uma estratégia hereditária alternativa bastante frequente no Japão. A modalidade mais comum era a adopção do genro ou de um membro da própria família (um neto ou colateral, por exemplo). Para a prática da adopção no Japão seguimos Patrick Beillevaire, “O Japão, uma sociedade do lar”, in André Burguière *et al.* (dir.), *História da Família*, vol. 2, *Tempos Medievais: Ocidente, Oriente*. Lisboa: Terramar, 1987, pp. 209-210.
- 7 Para Nagasáqui cristã, para além do breve e já datado estudo de Carlos Francisco Moura, veja-se o recente trabalho inédito de Helena Rodrigues, autora que a partir do riquíssimo fundo jesuíta da Biblioteca da Ajuda (Lisboa), do Arquivo Romanum Societatis Iesu e da Real Academia de Historia (Madrid) estudou a origem e o desenvolvimento da urbe até à expulsão dos jesuítas. Cf. Carlos Francisco Moura, “Nagasáqui, cidade portuguesa no Japão” in *Studia*, n.º 26, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, pp. 115-148 e Helena Rodrigues, *Nagasaki Nanban. Das origens à expulsão dos Portugueses [Nagasaki Nanban. From Its Origins to the Expulsion of the Portuguese]*, Lisboa, 2006, exemplar policopiado, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- 8 O primeiro membro dos Matsuura a adoptar o antropónimo Koteda foi o terceiro filho de Matsuura Toyohisa a quem foi concedido, pelos finais do século XV, o que constituiria parte dos domínios dos Koteda. Em 1541, após a morte do dáimio Matsuura Okinobu, foi Koteda Yasumasa que cuidou dos interesses da casa Matsuura durante a menoridade do herdeiro, Matsuura Takanobu. Com a ascensão de Takanobu, os Koteda foram recompensados com o aumento substancial dos seus domínios. Cf. Stephen Turnbull, *The Kakure Kirishitan of Japan. A Study of their Development, Beliefs and Rituals*. Avon: Japan Library, 1998, p. 28 e Alessandro Valignano S. J., *Sumario de las cosas de Japón (1583)*, ed. José Luis Alvarez-Taladriz. Tóquio: Universidade Sophia, 1954, pp. 94-95, nota 102.
- 9 O baptismo destes samurais encontra-se escassamente documentado dado que a maioria da correspondência referente a 1553 se perdeu. Para as razões que nos levam a apontar este ano como data verosímil veja-se Madalena Ribeiro, *A Nobreza Cristã de Kyushu. Redes de Parentesco e Acção Jesuítica*, dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Julho de 2006 pp. 23-24, nota 13.
- 10 Cf. carta de Gaspar Vilela aos jesuítas de Goa. Funai, 1/9/1559 in *Documentos del Japón 1558-1562*, ed. Juan Ruiz-de-Medina S. J. Roma, 1995, vol. II, pp. 146-147.
- 11 O período da *sengoku jidai*, caracterizado por uma enorme conflituosidade e instabilidade político-militar, levou a que os chefes das casas militares preferissem a transmissão integral das suas propriedades a um único sucessor de modo a fortalecer a instituição doméstica e estabilizar a estrutura fundiária. Cf. Patrick Beillevaire, “O Japão, uma sociedade do lar”, in André Burguière *et al.* (dir.), *História da Família*, p. 198.
- 12 Cf. Alessandro Valignano S. J., *Sumario...*, p. 95, nota 103 e Stephen Turnbull, *The Kakure Kirishitan of Japan...*, p. 29.
- 13 Cf. carta de Juan Fernández aos padres e irmãos da Companhia de Jesus na China e Índia. Hirado, 23/9/1565 in *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da Índia, & Europa, des do anno de 1549. até o de 1580. Primeiro tomo. Nellas se conta o principio, socorro, & bondade da Christandade daquellas partes, & varios costumes, & idolatrias da gentildade. Impressas por mandado do Reverendissimo em Christo Padre dom Theotonio de Bragança Arcebispo d' Evora* [edição facsimilada da edição de Évora, 1598]. Maia: Castoliva, 1997, tomo I, fl. 200-201.
- 14 Cf. Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, ed. José Wicki S. J. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1976-1984, vol. V, p. 4.
- 15 Carta de Cosme de Torres a Jacome Laines. Kuchinotsu, 20/10/1565, in *Monumenta Historica Japoniae*, ed. Josef Franz Schütte S. J. Roma: Monumenta Historica S. I., 1975, p. 69.
- 16 Para as circunstâncias que antecederem o baptismo do dáimio de Bungo veja-se Arcadio Schwade, “D. Francisco de Bungo e o projecto de fundar uma cidade cristã em Hyuga”, in *Revista de Cultura*, 2.ª série, n.º 17, Outubro/Dezembro de 1993, Macau, pp. 41-48.
- 17 A expansão dos Shimazu em Kyushu foi travada apenas em 1587, quando Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) invadiu a ilha e submeteu os seus senhores. Na altura, a posição dos Shimazu em Kyushu era praticamente hegemónica.
- 18 Cf. carta de Luís Fróis aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Portugal. Usuki, 16/10/1578, in *Cartas...*, tomo I, fl. 420; carta de Luís Fróis. Arima, 20/2/1588, in *ibidem*, tomo II, fl. 189; e Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, vol. III, pp. 17-18. Apesar dos missionários não fornecerem um rol completo da identidade dos exilados entendemos que terão ido para Bungo, pelo menos aqueles que mais tarde foram baptizados.
- 19 Cf. Alessandro Valignano S. J., *Sumario...*, pp. 102-103, nota 2. Ito Yoshisuke foi responsável pela primazia militar da sua linhagem em Hyuga, em meados do século XVI. Todavia, a partir dos anos 70, foi sendo progressivamente derrotado pelos Shimazu até que, em 1578, se viu forçado a refugiar-se em Bungo, renunciando aos seus domínios em benefício do sobrinho, Otomo Yoshimune (1558-1605), primogénito de Otomo Yoshishige. Morreu, em 1585, em Miyako. Cf. “Hyuga no kuni”, in *Dictionnaire Historique du Japon*. Tóquio/Paris: Maison Franco-Japonaise/Maisonneuve Larose 2002, vol. I, p. 1115 e Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, vol. III, p. 37.

HISTORIOGRAFIA

- 20 Para a delegação japonesa à Europa o trabalho de referência continua a ser o de Diego Yuuki S. J., *Os Quatro Legados dos Dáimios de Quiuxu após Regressarem ao Japão*. Macau/Japão: Instituto Cultural de Macau/Embaixada de Portugal em Tóquio/Câmara Municipal de Ômura, 1990.
- 21 Um dos baptizados foi Justo, irmão de Ito Sukemasu Mâncio, que, por influência deste, frequentou o seminário mas ao contrário de Mâncio, ordenando sacerdote, em 1608, não abraçou a vida religiosa.
- 22 Carta ânua do Japão de 1582. Luís Fróis, Kuchinotsu, 31/10/1582, in *Cartas...*, tomo II, fl. 56.
- 23 Foi baptizado por Francisco Cabral, antes de Setembro de 1582, data da carta em que o missionário refere o facto e que Luís Fróis cita. Cf. carta ânua do Japão de 1582. Luís Fróis, Kuchinotsu, 31/10/1582, in *Cartas...*, tomo II, fl. 56.
- 24 Cf. Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, vol. IV, p. 282 e Alessandro Valignano S. J., *Sumario...*, pp. 102-103, nota 2.
- 25 Kuroda Yoshitaka era filho de Koderia Noritaka, senhor do castelo de Chogaku, na província de Harima, na ilha de Honshu. A partir de 1577, Yoshitaka e o pai começaram a apoiar as campanhas de Oda Nobunaga (1534-1582) e, posteriormente, de Toyotomi Hideyoshi. Yoshitaka esteve activo nas campanhas de Shikoku (1585) e Kyushu (1586-1587) e na guerra contra os Hojo (1590). Em 1587, Hideyoshi presenteou-o com um território na província de Buzen, no Nordeste de Kyushu. Apesar de se ter retirado em 1589 ainda participou nas duas campanhas coreanas e na batalha de Sekigahara. Nesta última, juntamente com Kato Kiyomasa, assegurou a submissão de Kyushu ao futuro senhor do arquipélago, Tokugawa Ieyasu. Foi baptizado, em 1585, influenciado por outros japoneses como Takayama Ukon, Konishi Yukinaga e Gamo Ujisato. O seu apostolado levou à conversão do filho, Kuroda Nagamasa Damião (1568-1623), de Otomo Yoshimune, Mori Hidekane e do já referido Ito Suketake. Cf. George Elison, “Kuroda Yoshitaka”, in *Kodansha Encyclopaedia of Japan*. Tóquio: Kodansha Ltd., 1983, vol. IV, p. 315 e “Kuroda Yoshitaka”, in *Dictionnaire Historique de Japon*, vol. I, p. 1691.
- 26 Cf. carta de Luís Fróis. Arima, 20/2/1588, in *Cartas...*, tomo II, fl. 199v e Alessandro Valignano S. J., *Adiciones al Sumário de Japón*, in Biblioteca da Ajuda, cód. 49-IV-56, fl. 123-123v.
- 27 Bartolomeu e Jerónimo eram sobrinhos e, simultaneamente, cunhados do novo dáimio de Obi já que este era casado (desde c. 1576) com uma irmã destes (cf. Alessandro Valignano S. J., *Sumario...*, pp. 102-103, nota 2). Na realidade, Toyotomi Hideyoshi presenteara Ito Suketake com um território em Hyuga, em detrimento do herdeiro natural da província, Bartolomeu, que o novo dáimio acabou por perfilhar (cf. carta ânua do Japão de 1588. Gaspar Coelho, Katsusa, 24/2/1589, in *Cartas...*, tomo II, fl. 256v).
- 28 Cf. carta ânua do Japão de 1588. Gaspar Coelho, Katsusa, 24/2/1589, in *Cartas...*, tomo II, fl. 256v.
- 29 Cf. carta de Francisco Pasio ao Geral da Companhia de Jesus. Nagasáqui, 20/10/1594, in Archivum Romanum Societatis Iesu (doravante ARSI), *Japonica-Sinica* 45-I, fl. 196v.
- 30 Para estes baptismos veja-se carta de Juan Fernández aos irmãos de Bungo. Yokoseura, 17/4/1563, in *Cartas...*, tomo I, fl. 117v; carta de Luís de Almeida aos irmãos da Índia. Yokoseura, 17/11/1563, in *ibidem*, tomo I, fl. 126; carta de Luís Fróis aos irmãos da Europa. Omura, 14/11/1563, in *ibidem*, tomo I, fl. 133-134; e carta de Melchior de Figueiredo aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Portugal. Omura, 21/10/1570, in *ibidem*, tomo I, fl. 297-297v.
- 31 Sobre Nagasáqui, o senhor de Omura e os missionários da Companhia de Jesus veja-se Jurgis Elisonas, “Conversions and Contradictions: Symbolic Trade in the Jesuit Colony of Nagasaki”, in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 105-126.
- 32 Goto Takaakira era o herdeiro natural de Omura Sumiaki, pai adoptivo de Sumitada. Takaakira tinha sido, por sua vez, adoptado pelos Goto, uma outra linhagem de Hizen, vizinha de Omura. Nunca se conformou em ter sido preterido a favor de Sumitada e, ora fazia-lhe guerra, ora instava os vassallos de Sumitada a revoltarem-se. Cf. Jurgis Elisonas, “Christianity and the Daimyo”, in John Whitney Hall e James L. McClain, eds., *Cambridge History of Japan*, vol. IV, p. 324. Cambridge: Cambridge University Press, 1991,
- 33 Saigo Sumitaka, senhor de Isahaya, um pequeno domínio encravado entre Omura e Arima, era cunhado de Omura Sumitada (cf. Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, vol. II, pp. 378-379). Por esta altura, através da guerra e de alianças conjunturais, procurava alargar a sua base territorial à custa dos Omura e dos Arima.
- 34 A título de exemplo referimos o conflito em que Omura Sumitada se viu envolvido poucas semanas após o baptismo, e que se prolongou até ao Outono de 1564. Revoltas internas promovidas por alguns vassallos apoiados por Goto Takaakira, ocupação dos seus domínios, destruição da cidade de Omura e do porto de Yokoseura e o exílio do próprio Sumitada foram algumas das faces mais visíveis deste conflito. Cf. carta de Luís de Almeida aos irmãos da Índia. Yokoseura, 17/11/1563, in *Cartas...*, tomo I, fl. 129-131; carta de Luís Fróis aos irmãos da Europa. Omura, 14/11/1563, in *ibidem*, tomo I, fl. 135-136v; carta de Luís de Almeida aos irmãos da Companhia de Jesus na Índia. Bungo, 14/10/1564, in *ibidem*, tomo I, fl. 154v-155; e Luís Fróis S. J., *Historia de Japam*, vol. I, pp. 333-341.
- 35 Francisco Carréon (c. 1552-1590), em Dezembro de 1579, resumia a hegemonia do dáimio de Saga na província de Hizen nestes termos: “[N]este tempo dalguns annos pera çã o maior senhor de todo o Figem, [Hizen] que he ja quasi senhor de todo este reino, he hum gentio, chamado Riúsóji [Ryuzoji], o qual de muito baixo ser se aleuantou em tam alto que todos estes senhores de Figem, ou por amor, ou por força o reconhecem, por superior”. Carta ânua do Japão de 1579. Francisco Carréon, Kuchinotsu, 10/12/1579 in *Cartas...*, tomo I, fl. 434.
- 36 Cf. Jurgis Elisonas, “Christianity and the Daimyo”, in *Cambridge History of Japan*, vol. IV, pp. 329-330. Antes de Omura Sumitada partir para Saga doou o porto e a cidade de Nagasáqui à Companhia de Jesus, contra as pretensões de Ryuzoji Takanobu que os pretendia para si. Esta doação, realizada a 9 de Junho de 1580, foi feita em estreita colaboração com os jesuítas, nomeadamente com o visitador Alessandro Valignano. Sobre este assunto veja-se George Elison, “The Donation of Bartolomeu: A Jesuit colony in Nagasaki”, in *Deus Destroyed. The Image of Christianity in Early Modern Japan*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1988, pp. 85-106.
- 37 Marina, Lúcia, Mécia e Tora são as filhas de Sumitada cujos nomes cristãos se conservam. Não sabemos qual delas, se foi efectivamente uma destas, casou com Ryuzoji Ietane. Não foram certamente Mécia, que mais tarde casou com o herdeiro dos Matsura, nem Tora, que desposou um dos vassallos do pai, Nagasaki Sumikage Bernardo. Para o casamento a ligar os Omura aos Ryuzoji veja-se carta ânua do Japão de 1581. Gaspar Coelho, Nagasáqui, 15/2/1582 in *Cartas...*, tomo I, fl. 19. Nesta missiva, Gaspar Coelho refere, erradamente, que o casamento acordado era entre uma filha de Ryuzoji Takanobu e o filho herdeiro de Omura Sumitada. A informação de que o casamento era entre um filho de Ryuzoji Ietane e uma filha de Sumitada encontra-se numa carta jesuíta ulterior e numa crónica japonesa. Veja-se *Omura-ki* referida por Abranches Pinto e Yoshitomo Okamoto em Luís Fróis S. J., *Segunda Parte da Historia de Japam que trata das couzas, que se cederão nesta V. Província da Hera de 1578 por diante, começando pela Conversão del Rey de Bungo (1578-1582)*, ed. João do Amaral Abranches Pinto e Yoshitomo Okamoto. Tóquio: Sociedade Luso-Japonesa, 1938, p. 168, nota 1 e carta de Luís Fróis ao Geral da Companhia de Jesus. Nagasáqui, 31/8/1584, in ARSI, *Japonica-Sinica* 9 II, fl. 273v.

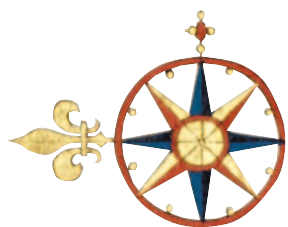
HISTORIOGRAPHY

- 38 Cf. carta de Luís Fróis ao Geral da Companhia de Jesus. Nagasáqui, 31/8/1584, in ARSI, *Japonica-Sinica* 9 II, fl. 273v. A batalha de Okidanawate – localidade algures entre Shimabara e Miye na península de Takaku (Arima) – travada a 4 de Maio, significou o fim da preponderância dos Ryuzoji no Noroeste de Kyushu. Nesta batalha os exércitos dos Ryuzoji enfrentaram e foram derrotados por uma coligação constituída pelas tropas de Arima Harunobu Protásio e Shimazu Iehisa (?-1587).
- 39 Se a mulher de Ryuzoji Ietane não tivesse sido porventura baptizada, teríamos então o primeiro exemplo de um membro dos Omura não convertido, uma hipótese que não nos parece verosímil. A não ser que o enlace já tivesse sido negociado em 1570, data em que toda a família de Sumitada foi baptizada, não havia razão para não o ter sido. Ora, sabemos, pelas fontes acima citadas, que o casamento apenas foi pensado em 1580.
- 40 Carta anual do Japão de 1583. Luís Fróis, [Nagasáqui], 2/1/1584, in *Cartas...*, tomo II, fl. 91v.
- 41 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa Lisboa, 1998, vol. I, p. 387.
- 42 Para as linhas gerais do Cristianismo no Japão nos inícios do xogunato Tokugawa veja-se Arcadio Schwade, “O Cristianismo no Japão durante o reinado de Tokugawa Ieyasu (1600-1616)”, in *O Século Cristão do Japão. Actas Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, ed. Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 459-475.
Para uma análise da política do poder central japonês para com o cristianismo no contexto mais vasto da política de estado face a outros movimentos e organizações religiosas vejamos os dois trabalhos de Peter Nosco: “Japanese Policy toward Religious in *The Christian Century*”, in *O Século Cristão do Japão...*, pp. 569-586 e “Early Modernity and the State’s Policies toward Christianity in 16th and 17th Century Japan”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, vol. 7, Dezembro de 2003, pp. 7-21.
- 43 Em 1614, data em que o édito de expulsão dos jesuítas foi promulgado, os Tokugawa julgaram ter encontrado alternativas preferíveis aos comerciantes lusos, os holandeses. Em 1610, depois do incidente com o navio *Nossa Senhora da Graça* (ou *Madre de Deus*), João Rodrigues Tçuzzu fora afastado da corte xogunal e para o seu lugar Ieyasu escolheu um inglês ao serviço dos holandeses, William Adams. Antes, em 1609, já havia autorizado a fundação da feitoria holandesa em Hirado. Ora, por volta de 1612 a rota dos navios da Verenigde Oostindische Compagnie (VOC, Companhia Reunida das Índias Orientais) com destino a Hirado parecia definitivamente regularizada e, em 1613, um outro grupo de europeus, ingleses, estabelecia, também, um entreposto em Hirado. Para o enquadramento das actividades da VOC no Extremo Oriente na primeira metade do século XVII consulte-se Ernst van Veen, “VOC Strategies in the Far East (1605-1640)”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, vol. 3, Dezembro de 2001, pp. 85-105.
- 44 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão...*, vol. I, pp. 374-375 e Michael Cooper, *Rodrigues, o Intérprete. Um Jesuíta no Japão e na China*. Lisboa: Quetzal, 1994, p. 215.
- 45 Cf. carta anual do Japão de 1608. João Rodrigues Girão, Nagasáqui, 14 de Março de 1609, in ARSI, *Japonica-Sinica* 56, fl. 3v.
- 46 Masazumi serviu os Tokugawa. Em 1607, quando Ieyasu se retirou para Sumpu, foi nomeado seu ministro. O guerreiro foi um dos estrategas que engendrou o plano que levou ao fim de Toyotomi Hideyori, em 1615. Sete anos depois, entrou em desgraça sendo exilado para Dewa, onde morreu. Desde o início do governo de Ieyasu que os religiosos ocidentais encontraram nele um importante protector e intercessor junto de Tokugawa Ieyasu. Honda Masazumi foi, também, um dos grandes impulsionadores do comércio externo japonês. Cf. “Honda Masazumi”, in *Dictionnaire Historique du Japon*, vol. I, pp. 1043-1044 e Arcadio Schwade, “O Cristianismo no Japão...”, in *O Século Cristão...*, pp. 463-464.
- 47 Ambas as terras tinham sido entregues em 1587 a um dos filhos do falecido Ryuzoji Takanobu. Cf. carta de Luís Fróis. Arima, 20/2/1588, in *Cartas...*, tomo II, fl. 200 e carta anual do Japão de 1588. Gaspar Coelho, Katsusa, 22/2/1589, in ARSI, *Japonica-Sinica* 45 II, fl. 139v.
- 48 Cf. carta anual do Japão de 1612. Mateus de Couros, Nagasáqui, 12/1/1613, in ARSI, *Japonica-Sinica* 57, fl. 186.
- 49 Cf. *ibidem*, fl. 185v-186.
- 50 Cf. *ibidem*.
- 51 Cf. *ibidem*, fl. 185v-189. Para este caso de corrupção veja-se a síntese de Arcadio Schwade, “O Cristianismo no Japão...” in *O Século Cristão...*, p. 473.
- 52 Cf. Francisco Pires, “Pontos do que me alembra”, in *Monumenta Historica Japoniae*, p. 422.
- 53 Cf. carta anual do Japão de 1612. Mateus de Couros, Nagasáqui, 12/1/1613, in ARSI, *Japonica-Sinica* 57, fl. 199v-202.
- 54 Cf. Juan Ruiz-de-Medina S. J., *El Martirologio del Japón 1558-1873*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1999, p. 316.
- 55 Cf. George Elison, “Arima Harunobu”, in *Kodansha Encyclopaedia of Japan*, vol. I, p. 83, Tóquio, Kodansha Ltd., 1983, e “Arima(-uji)”, in *Dictionnaire Historique du Japon*, vol. I, p. 60.
- 56 Cf. Diego Yuuki S. J., “O Daimyo Sumitada”, in *ICALP: Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, n.º 12/13, Junho/Setembro de 1988, pp. 125-126.
- 57 A documentação é, compreensivelmente, quase omissa no que respeita a esta guerra. Ao que pudemos apurar, nem Luís Fróis na sua monumental obra lhe dedica uma linha; as missivas incluídas na conhecida edição de Évora também a ignoram. Apenas Afonso de Lucena e Francisco Pires dão algumas informações sobre a contenda. Cf. Afonso de Lucena S. J., *Erinnerungen aus der Christenheit von Omura. De algumas cousas que ainda se alembra o Pe. Afonso de Lucena que pertencem à christandade de Omura [1578-1614]*, ed. Josef Franz Schütte S. J. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1972, pp. 112-116 e Francisco Pires, “Pontos do que me alembra”, in *Monumenta Historica Japoniae*, pp. 397-398.
- 58 Após a batalha de Okidanawate, em 1584, na qual as forças lideradas por Ryuzoji Takanobu, que incluíam as hostes de Omura Sumitada, foram derrotadas pelos Arima e Shimazu, estes últimos entregaram a Arima Harunobu as terras de Uchime-Hokame subtraídas a Sumitada. Cf. Afonso de Lucena S. J., *Erinnerungen aus der Christenheit von Omura...*, pp. 112-114.
- 59 Cf. *ibidem*, p. 260.
- 60 Omura Sumitada morreu em Maio de 1587, quando Hideyoshi levava a cabo a campanha de submissão de Kyushu.
- 61 Carta anual do Japão de 1588. Gaspar Coelho, Katsusa, 24/2/1589, in *Cartas...*, tomo II, fl. 245v.
- 62 Com efeito, a sul de Arima, no arquipélago de Amakusa, a conversão das elites locais conheceu um novo surto a partir de finais de 1587 e, três anos depois, encontrava-se terminada; o Sul de Higo, a oeste de Amakusa, fora entregue a um cristão, Konishi Yukinaga em 1588; no Noroeste de Hizen, a missão de Hirado sobrevivia, apesar do encerramento da residência e igreja na cidade de Hirado em 1587. Até o eterno enclave anti-cristão em Isahaya, entre Arima e Omura, estava prestes a desaparecer do mapa com a promessa de conversão do seu senhor, Saigo Sumihisa. Para o que ficou dito veja-se Madalena Ribeiro, *A Nobreza Cristã de Kyushu...*

Detail of Isaac de Graaff's Chart 'The Bay of Tayouan and Environs' (c.1695).
 Courtesy of Dutch Nationaal Archief, The Hague.

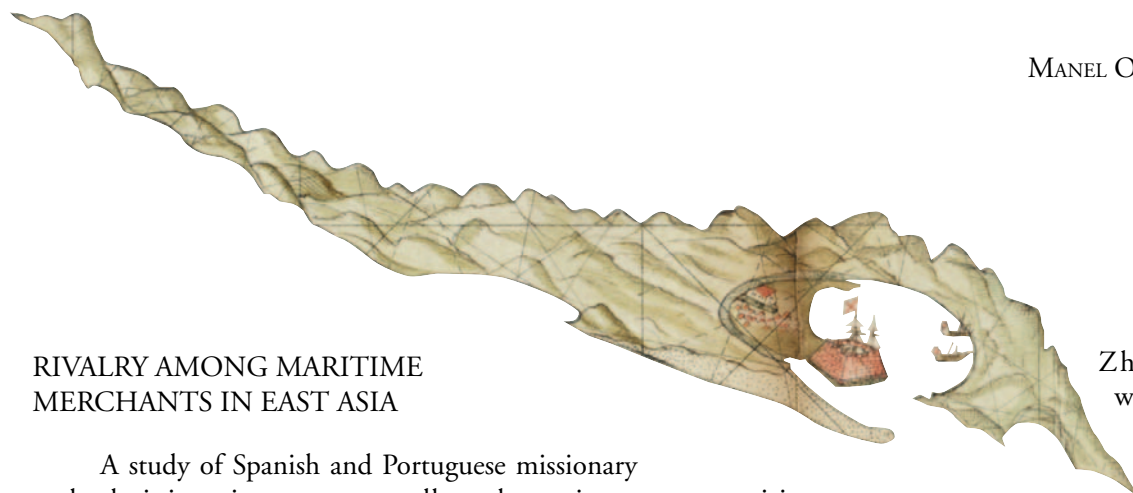


Schale van een Roeden, of een half.
 naar Graaff.



Manila in the Zheng Clan Maritime Networks

MANEL OLLÉ RODRÍGUEZ*



RIVALRY AMONG MARITIME MERCHANTS IN EAST ASIA

A study of Spanish and Portuguese missionary and administrative texts, as well as the registers produced in 17th century Manila to control maritime goods casts light on the informal maritime merchant networks and communities—particularly those of the Spanish in Manila—that were controlled by the Zheng clan. We will try here to identify and evaluate these sources, to underline their contributions and conceptually re-establish the historiographic discourse around Chinese piracy in the 17th century.

We can define the interactions, contacts and conflicts among the Spanish of East Asia and the Chinese merchant maritime networks led by the Zheng clan as a process of interaction between two merchant networks. The Flemish Jesuit Francisco Rogemont describes this Zheng maritime trading network in his valuable *Relaçam do estado politico e espirital do imperio da China, pellos annos de 1659 atè o de 1666*, published in Lisbon in 1672. In Rogemont's words Zheng

Zhilong 郑芝龙 was a '*príncipe dos navegantes*'.¹ The Zheng clan involved

maritime power interactions which largely took place in the areas of commerce and intermediation, and which also include some episodes of diplomatic contact and non-implemented projects of military confrontation (Wills 1979: 203, Calanca 1997: 979).

As we are describing informal economic networks, which are always qualified as 'pirate' by their rivals, emphasis is placed on their illegal character or on the use of violence as a means to monopolise routes or to attack rivals. However, one must not forget that the use of violence and coercion as an instrument associated with commerce was not exclusive to the Asiatic 'pirate' networks; it was a constant factor in the strategies and the development of the European 'merchant warriors' in the area (Winus and Vink 1991). The era of commerce in maritime Asia in the second half of the 16th century and almost all of the 17th century is characterised by the zeal to establish monopolies. This is especially applicable to European merchant communities competing in both business and the Asian coastal and territorial area, and also for the Chinese and Japanese mercantile communities, all of whom were illegal or violent to a greater or lesser degree. Maritime Asia in this period was an area that was not controlled by any norm of international law (Blussé 1988: 647-8). Ferocious competition was established in its centre with regard to the monopolisation of ports, routes, markets and areas of production, and systematic campaigns were undertaken in order to interfere with or sabotage from

* Ph.D. in History, currently lecturing Chinese history and culture at Pompeu Fabra University, Barcelona. Researcher on the Consejo Superior de Investigaciones Científicas, focussing on Sino-Spanish relations in the modern period, and Chinese communities in Manila. Recent publications include *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila* (Barcelona: Alcantilado, 2002) and *Made in China. El despertar social, político y cultural de la China contemporánea* (Barcelona: Destino, 2005).

Doutorado em História, lecciona História e cultura chinesas na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona). Investigador do CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), a sua investigação centra-se nas relações sino-hispânicas na era moderna e nas comunidades chinesas de Manila. De entre as suas mais recentes obras destacam-se *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila* (Barcelona: Alcantilado, 2002) e *Made in China. El despertar social, político y cultural de la China contemporánea* (Barcelona: Destino, 2005).

HISTORIOGRAFIA

outside any mercantile systems which threatened the monopoly.

The period between 1567 and 1627 was one of relative calm and prosperity in the South China Sea. Chinese trading relations were relaxed with the successive increases in the number of boats authorised to leave the ports of Fujian (Wills 1979: 213). During the last decades of the 16th century, the large itinerant naval formations dedicated to piracy on the margins of legality disappeared from the seas of Southeast Asia, yet practices would persist that subverted the restrictions imposed. Together with the Portuguese establishment in Macao, and the opening of a viable trading connection between China and Japan, the arrival of the Spanish in the Philippines was a factor for channelling and stimulus in the dual process of trade and emigration. It promoted a considerable amount of Chinese emigration from the province of Fujian to the coast close to the island of Luzón, which accelerated from the last two decades of the 16th century, and also introduced this interchange of regional area into a large scale trading route, which linked Acapulco with Manila and the coast of Fujian and which involved a

new port of entry for silver in the form of silver Mexican *pesos* (Chang T'ien-tse 1934: 108, Flynn and Giraldez 1996: 309-38). The control of the commercial flow that it created was very important and highly attractive for the various trading networks that competed and interacted in the China seas, among which the Zheng clan were notable and acquired a central role between the 1620s and the 1680s.

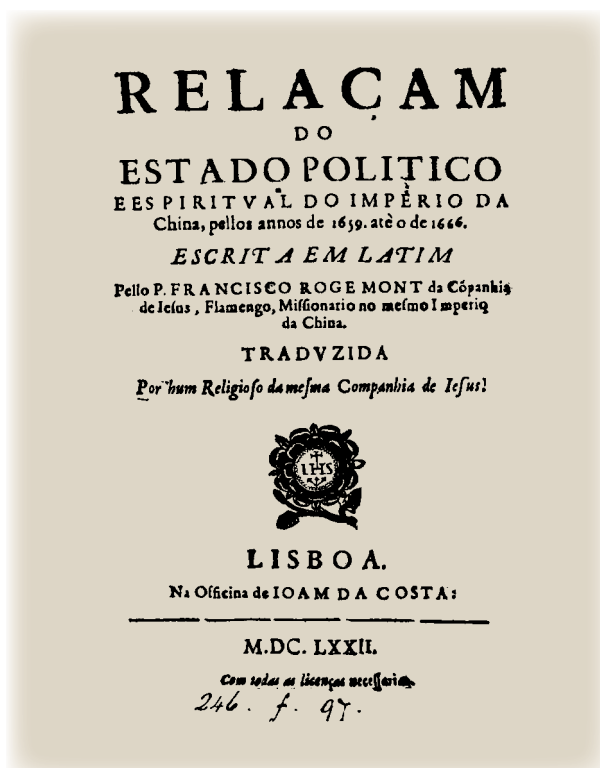
The irruption of the Dutch into east China, which represented the exportation of the conflicts between the Spanish and the Dutch to the South China Sea, became a destabilising factor that destroyed the

regular trading routes and promoted the resurgence of piracy and illegal trade. After 1616 the immediate Dutch objective of obtaining profits with the taking of rival boats caused a series of recurring annual blockages of the port of Manila, coinciding with the arrival of the Manila galleon loaded with Mexican silver (which was never captured by the Dutch) or of the three or four dozen Chinese boats of between 25 and 350 tonnes that are calculated to have visited Manila each year from Fujian in the favourable sailing season between

March and June (Van Veen 2001: 90-6). In the specific case of the ascent and the consolidation of the Zheng clan, the collaboration with the Dutch by Zheng Zhilong, in command of three ships and a hundred men, in one of the frequent Dutch attacks on the Chinese junks that traded with Manila would be fundamental in this change (Wills 1979: 217).

During the period between 1567 and the second decade of the 17th century, the majority of Chinese junks and the emigrants who settled in Manila came from the southern Fujian port of Yuegang (Haicheng) in Zhangzhou Prefecture, the port that since 1567 had been permitted annually

to charter dozens of junks with a licence to trade in the seas of Nanyang, the South China Sea. From the second decade of the 17th century, and especially after 1627, a change occurred in the control and monopoly of the illegally trading Chinese naval fleets that shifted their central area of operations towards the more northerly area dominated by the mercantile maritime power of the Zheng family, which at that time was dominated by Zheng Zhilong. The southern Fujian ports of Quanzhou and Amoy (Xiamen) were the operational bases for the fleet that was controlling the sea routes between Japan, Taiwan, Luzon and Batavia.



Frontispiece of Rogemont's *Relaçam do estado politico e espirital do imperio da China, pellos annos de 1659 até o de 1666*

HISTORIOGRAPHY

This change also affected the origin of the community of overseas Chinese that had migrated to Manila. The old trading networks of Zhangzhou were to a large extent moved towards Macao due to Dutch pressure (Chang Pin-tsun 1983: 290). When Zheng Zhilong managed to control the trade route to Manila (and to Dutch Taiwan), the event coincided with his surrender to the Chinese authorities of Fujian and their legal recognition of his maritime company in exchange for the pacification of the straits, controlling different smuggling and pirate factions, and keeping the Dutch at bay (Carioti 1995: 59-60).

Three phases can be distinguished in the interactions between the naval trading communities linked to the Zheng clan and the Spanish in Manila, each marked by the leadership of the three successive chiefs of the clan: Zheng Zhilong (Nicolas Yquam, Chichilla or Chinchillon in Spanish sources from the period), Zheng Chenggong 郑成功 (Koxinga or Cuesing)² and Zheng Jing 郑经 (Quinsie, Sipuan or Punpuan in Spanish documents of the period).

LI DAN AND ZHENG ZHILONG

The first phase, which corresponds to the formative stage of the new informal mercantilist coalition and Fujian's naval power, opens with the testimony of the presence of Li Dan 李旦 in Manila in 1604 and extends into the times of the leadership of Zheng Zhilong before the fall of the Ming (1644). One should first point out the importance this phase had on the new intermediary role between the Asian and the European commercial networks that these 17th-century informal Chinese maritime mercantile networks and privateering leaders had and their personal links with the Iberian colonial cities of Macao and Manila. In this first phase, we should also mention how the trading network organised around Zheng Zhilong would play its Dutch card (Fort Zeelandia) and its Spanish card (Manila) at the same time, making the most of the confrontation between the Iberians, and managing to control both the route to the Dutch enclave in Taiwan and the route to the Spanish enclave in the Philippines, as well as its connection to the Japanese area through Hirado. In both cases, the driving force of the Fujianese migratory process was to transform the Chinese communities in Fort Zeelandia of Dutch Taiwan and in Manila of the Spanish Philippines into

key pieces of this strategy. This period was to be that of the greatest intensity in the galleon trade and that of the boats from Fujian that sailed to Manila. It also coincides with the presence of the Spanish in the north of Taiwan, in Danshui and Jilong, between 1628 and 1642. The Spanish of Taiwan were unable to attract sufficient immigrants or Chinese traders to be able to make their venture profitable, and they found themselves excluded from trade with Japan as well.

It is believed that in 1626 the informal maritime coalition, which had initially been led by Li Dan and which was inherited by Zheng Zhilong, controlled 120 ships. The next year the figure multiplied to 700, and in 1628 the governor of Fujian estimated that 1,000 ships were under the control of the Zheng clan (Chang Pin-tsun 1983: 289-90). Together with this position of absolute control of the coast of Fujian, another determining characteristic was also the key position in the intermediation between the different European commercial-imperial systems of the area and the Chinese coast. Li Dan and his successor Zheng Zhilong would intervene as an essential buffer between the Chinese Empire and the Dutch of Fort Zeelandia, reproducing the situation of Manila: Europeans were not permitted to enter China, but permission or 'semi-permission' was granted to Chinese fleets which left the coast to visit the European ports of East Asia to sell products in exchange for silver.

At the end of the 1620s trade between Manila and Fujian increased significantly. In 1632 it was calculated that more than two million Mexican pesos a year circulated between Manila and the coast of Fujian (Atwell 1978: 615). The Franciscan friar, Antonio Caballero de Santa María, mentioned the trading relationships of Zheng Zhilong with Manila in a letter written in 1660 to the governor of the Philippines, in which he summarised Zheng Zhilong's career, emphasising his move from pirate activities to the control of business in Manila based on his control of the land and sea in the area of Amoy. Antonio Caballero de Santa María mentioned the continuity of the domination of the Manila route by the Zheng clan and pointed to the existence of the few ships from either Zhangzhou or from Quanzhou that escaped his control.³

The first great leader of the new communities of Chinese merchant-pirates was Li Dan, named in Japanese sources as Captain Tojin (Tangren), which

HISTORIOGRAFIA

means the Captain of the Tang or Captain of the Chinese. In other sources he appears with the names of Andrea Dittis, Li Tuan or Li Han (Goodrich and Fang 1979, I: 871-2). He was probably born in Quanzhou, and he is said to have been one of the leaders of the Chinese community in Manila until he was condemned by the Spanish to serve as a galley slave as a punishment either for debts or due to a conflict over land claims.⁴ According to the chronology of the diary of Richard Cooks, Li Dan would have escaped his punishment in the galleys in 1607. According to this chronological account it is highly possible that his punishment was related to the consequences of the rebellion of the Manila Chinese which ended in the massacre of 1603, and it is possible that his punishment in the galleys was related to the Spanish offensive in the Moluccan Islands in 1606, which ended in the conquest of Ternate. After fleeing Manila, Li Dan reappeared in Hirado, also as a leader of the Chinese community. In 1619 Bartolomé Martínez wrote his '*Memorial acerca de la Utilidad de la conquista de Isla Hermosa*' in which he refers also to a pirate known as the King of China.⁵ On 24 April 1626, Salvador Díaz also wrote about Li Dan, whom he described as a renegade Christian.⁶

The survival of the mercantile links of Li Dan with Manila beyond that of the episode of 1604 which took him to the galleys is verified by the testimony of a merchant from Manila who was looking for him in Hirado in 1615 in order to recover a debt. The unified coalition of pirate groups which Li Dan began in the second quarter of the 17th century controlled a large quantity of boats and ports in the region. A brother of Li Dan controlled the Chinese community in Nagasaki, and a third brother lived on the Chinese coast and ensured him entry into the country (Wills 1979: 216-17). The incorporation of European military technology, together with the knowledge of languages and institutional, economic and commercial structures learned in Macao and Manila, converted these leaders of local communities into captivating figures with an enormous capacity to make the most of their skills in mediation. In 1625 Zheng Zhilong (known in Spanish sources by the Romanised names of *Chinchila* or *Chinchilla* or, more frequently as Nicolas Iquam, a name which he acquired in his childhood in Macao) succeeded Li Dan in the management of the main fleet of illegal Chinese merchants who were operating in the straits of Formosa. Zheng Zhilong had

grown up in Macao and maintained strong personal and commercial connections with the Chinese and Portuguese communities of Macao. According to the anonymous testimony of a short story about the two most important leaders in the Zheng clan, dating from Manila in 1662, the pirate leader Zheng Zhilong spent several years in Manila.⁷ This alleged presence of Zheng Zhilong in Manila is supported by the testimony of the Dominican priest Victorio Ricci.⁸

The irruption of the Dutch into east China, which represented the exportation of the conflicts between the Spanish and the Dutch to the South China Sea, became a destabilising factor that destroyed the regular trading routes and promoted the resurgence of piracy and illegal trade.

Zheng Zhilong's links with the Iberian settlements in Asia (we should not forget that despite the ongoing rivalry, Macao and Manila belonged to the same crown between 1581 and 1640) did not come to an end in his infancy or childhood. This was explained by the Franciscan friar Antonio Caballero de Santa María⁹ when he wrote in 1649 from the Amoy area (Xiamen), about how 'the mandarin Yiquam', in other words Zheng Zhilong, maintained close family contacts with Macao: his daughter was married in Macao to a man called Antonio Rodríguez, son of Manuel Bello.¹⁰

The testimony of the Franciscan friar Buenaventura Ibáñez, written in Anhai on 3 February 1650, is also of great interest. To certify the truthfulness of a series of descriptions he makes of the customs of the mandarins, he refers to Manuel Bello, who was in Peking for two years accompanying the 'mandarin Iquam' as an authority on the subject. The most interesting piece

HISTORIOGRAPHY

of information is that the Franciscan friar indicated that the house in which he lived in Anhai belonged to precisely Manuel Bello of Macao—in other words, that the Franciscans of Anhai lived in a house belonging to Zheng Zhilong's father-in-law (Wyngaert 1936, III: 21, Jin Guoping and Wu Zhiliang, 2007: 374).

In this way we can see how the two main Chinese leaders of 17th century informal maritime power were essentially linked to the two Iberian cities of East Asia: Manila and Macao. This is a fact which might seem irrelevant, but it shows how the Zheng clan maritime power arose in a world where the presence of the Iberians and the Dutch altered all the rules of the game and the trading horizons in the maritime area of East Asia.

The perception of complicity and close relationship between the Chinese communities of Manila and the Zheng clan appears in several testimonies. For example, the Franciscan friar Antonio Caballero de Santa Maria commented on this link, from the times of Zheng Zhilong to those of Zheng Chenggong, in a letter to the governor of Manila dated 12 January 1660.¹¹ Caballero de Santa María insists on this involvement of the Zheng clan in Manila trading when he warned about the plans that Koxinga might have been hatching to conquer Manila. In a letter to the governor of Manila, dated 12 January 1660, he asked them not to trust Zheng Chenggong. He deduced that most of the Chinese in Manila were loyal to the Ming dynasty, and that, after the failure of the Nanjing offensive of 1659, Zheng Chenggong could propose an invasion of the Philippines.¹²

This does not mean that the Chinese of Manila were organically or systematically linked to or dependent on the Zheng clan, nor that from 1625 the Chinese junks that came to Manila always belonged to the Zheng's trading network. After the military confrontation of 1633-4 between the Dutch boats and the Chinese traders' boats led by Zheng Zhilong, there was a period of tense calm marked by fierce commercial rivalry. Zheng Zhilong based his force and his commercial strategy on complicity and collaboration with both his supporters and close allies on the China coast and the various overseas Chinese communities in Southeast Asia.

In the blockage of the port of Xiamen in 1633-4, which the Dutch governor of Taiwan, Hans Putmans promoted, one of the objectives pursued was that of forcing the opening of a trading flow between Fort

Zeelandia and the ports of Fujian, but at the same time it was designed to impede the access of the Chinese junks to Manila. The objective was the monopolisation of the commercial flow with the Chinese coast. This was stated in the letters that Putmans and Zheng Zhilong exchanged (Boxer 1941: 425, n. 30). Zheng Zhilong's fleet attacked and defeated the boats of the Dutch East India Company in Liaole Bay, in front of the Isle of Jinmen (Quemoy). This victory consolidated the position in the area of the trading clan organised around Zheng Zhilong. This supremacy was recognised by the Ming authorities, which appointed him vice military commander of Fujian (*fu zongbing* 副总兵, aware that the only way of having any kind of control over the waters of the straits was by setting up alliances with the pirate fleets of Zheng Zhilong).

Diverse Spanish sources attribute the second rebellion of the Chinese of the Parian of Manila, which broke out in November 1639, to Zheng Zhilong's direct influence.¹³ The rebellion was brutally repressed by the Spanish authorities, as had happened on previous occasions. The immediate triggering of this rebellion is attributed to the outbreak of a process of discontent with the abuses of the 'protector of the Chinese,' in other words, the governor of the Chinese community, Luís Arias Moya, in the agricultural area of Calamba. It was also said that the Chinese of Manila were keen to do away with the existing conditions. According to diverse sources, the rebellion had Zheng Zhilong as its clear instigator and direct inspiration from a distance: the Dominican father responsible for the evangelisation of the Chinese of the Parian, Father Alberto Collares, warned people several times after 1638 of the ill-will that existed in the Parian (Colin 1902-1904, III: 736).

A report printed in Madrid in 1642 explained how the leaders of the rebellion exchanged letters with Zheng Zhilong (called Iquan Sanglus). The rebellion that broke out at the beginning of November 1639 occurred unexpectedly early. The uncontrolled feeling of popular discontent did not wait until the planned date, which foresaw a rebellion and later naval intervention and invasion of Manila by Zheng Zhilong just before Christmas 1639 (Santamaría 1966: 103). The governor of the Philippines, Sebastián Hurtado de Corcuera corroborated this intervention of Zheng Zhilong and attributed the rebellion to the result of an agreement between Captain Icoa (Zheng Zhilong)

HISTORIOGRAFIA



HISTORIOGRAPHY



and the Dutch. According to this agreement, Zheng Zhilong would have sent 3,000 soldiers to Manila camouflaged as traders, waiting for the right moment to take to their arms and seize the city (Martínez e Zúñiga, 1893: 48-54).

The immediate triggers of the second great Sangley rebellion in 1639 were, on the one hand, the drastic reduction of the arrival of silver in Manila and, on the other, the restrictions and abuses imposed by the Spanish authorities on the Chinese. The deterioration of trading relations was what sparked off the conflict. The desire of Governor Hurtado de Corcuera that the Sangleys of the Parian should be obliged to grow rice in the surrounding areas of Manila also influenced events (Schurtz 1992: 111). The Sangleys, who paid expensive rent for their dwellings, workshops and shops in the Parian, refused to obey, and violence broke out.

In 1635 the Royal Visitor, Pedro de Quiroga, set up a rigorous regime of intervention on the Manila galleon (Schurtz 1992: 82). Governor Sebastián Hurtado de Corcuera had not allowed the two galleons that were about to sail to Acapulco to depart. His pretext was that there was an excess of Chinese goods in New Spain. In 1636 an investigation was made in Acapulco promoted by the Crown, following the directives of the dominant mercantile system that aimed to stop the draining of Mexican silver to China. The investigation centred on the determination of the real volume of the exchanges of the Manila galleon. The person commissioned for this job was Don Pedro de Quiroga y Moya. The galleon that reached Acapulco that year carried goods for a declared value of 800,000 pesos. Quiroga's investigation determined that the real value was five times greater: four million pesos. The royal commissioner, Don Pedro Quiroga y Moya ordered all the goods to be seized. In the following years, this decisively altered the trade between Manila and the traders of the other Asian ports—especially Xiamen and Macao—who went to the Philippines to sell their products. The silver that arrived that year in the Manila galleon was clearly insufficient to pay the debts that the Spanish had contracted with the Chinese and Portuguese traders. We should remember that, to a large degree, the galleon operated within a credit system. The drastic decrease in the flow of silver complicated the

HISTORIOGRAFIA

situation between 1637 and 1639. Tension broke out, creating one of the recurrent rebellions of the Parian: the Chinese community rose up in a rebellion that, between November 20 1639 and 15 March 1640, was repressed to blood and fire by the Spanish authorities, producing a virtual extermination of the Chinese of Manila, as had happened in 1603 and would happen again (Souza 1986: 82, Blair and Robertson 1973, XXIX: 208-58 and Pires 1987: 28).

The immediate triggers of the second great Sangley rebellion in 1639 were, on the one hand, the drastic reduction of the arrival of silver in Manila and, on the other, the restrictions and abuses imposed by the Spanish authorities on the Chinese

ZHENG CHENGGONG

The second phase of the interaction between the trading networks of the Zheng clan and the Spanish of Manila occurred in the times of Zheng Chenggong (Koxinga or Cuesing),¹⁴ which was a time of turbulence as the new Manchu Dynasty overthrew the Ming dynasty. This second phase of interaction took place between 1644 and 1662. It was a period during which a certain reduction and a greater irregularity of the number of Chinese boats that came to Manila were detected (Chaunu 1960: 164-5). Both the regional instability and the crisis in the importation of Mexican silver influenced the decrease. There is also mention of the interference of the Dutch, who once again intercepted the Chinese boats that were on their way to Manila (Blair and Robertson 1973, XXXV: 177). In this second phase of interaction between the trading networks of the Zheng and the Spanish of Manila

we can also find evidence of the importance of the supply from Manila for the general barracks of Zheng Chenggong.

Another distinctive feature of this second period of the relationship was the formalising and specification, through different embassies between Manila and Xiamen, of relations that since the date of the first embassy, in 1556, had been commercially very intense, though indirect or informal. This second phase ended with the conquest of Taiwan and with the threat by Zheng Chenggong, in 1662, of conquering Manila, implicitly formulated in a request for tributary submission.

An interesting testimony on the value of precious metals in Xiamen in the times in which Zheng Chenggong controlled the city is offered by the Franciscan friar, Buenaventura Ibáñez, in a letter dated 23 October 1660, when he reported the price at which he had managed to change gold for silver on the coast and inland China. 'Father Juan Baptista de Morales sold the 30 taels of gold in Amoy for 27 taels of silver and 6 reals because further inland one loses much on the gold, and it is difficult to find anyone who will buy it.'¹⁵

The testimony of the Dominican priest, Victorio Ricci, in his unpublished book *Acts of the Order of Preachers in the Empire of China* (Borao 2002, II: 586)¹⁶ is particularly detailed and rich with information about the relations between the Spanish and the Zheng clan in the times of Zheng Chenggong. After spending five years preaching to the Chinese of the Parian of Manila, Victorio Ricci went to Xiamen in 1655 to take care of the Chinese who had been baptised in Fujian, looking after orphans and acting as an intermediary between the Manila authorities and the Xiamen authorities. From that year on, his contacts and direct perceptions of the Zheng clan took on greater intensity and documental value. Apart from influencing diverse very well-known episodes of the biography of Zheng Chenggong, his disputes with the Manchu army and his personal nature, Victorio Ricci gives other interesting information in his book, such as the fact that in 1657 there was an epidemic of smallpox that caused a great number of deaths in Xiamen.

At the end of 1655 rumours reached Xiamen about an imminent attack from the Manchu fleet. Zheng Chenggong decided to reorganise his administration and his troops, as well as to bring together his entire

HISTORIOGRAPHY

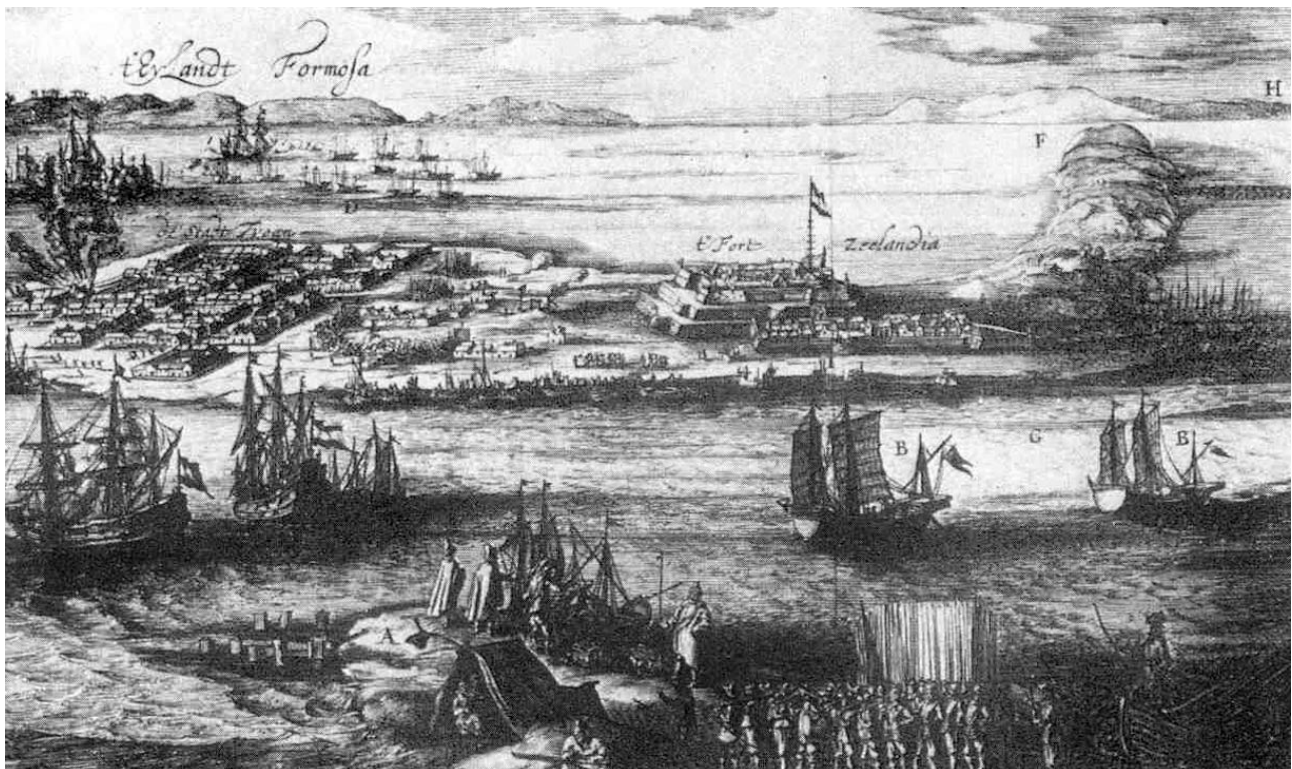
fleet in the port. He thus interrupted the trading of the Dutch of Taiwan as well as the Spanish of the Philippines. This withdrawal strategy fitted in with the heavy restriction on trading in the coastal area imposed by the Manchu authorities of the Qing dynasty. In the spring of 1656 no Chinese boats reached Manila (Shepherd 1993: 96). Alarmed by the serious consequences that this absence of Chinese boats in Manila represented for the economy of the Spanish colony, Governor Sabiniano Manrique de Lara decided to send an embassy to Xiamen to re-open trading. The embassy was made up of Andrés Cueto and Pedro de Vera Villavicencio, and had Victorio Ricci as interpreter and adviser. This initiative was a success, and as a result of it, in the following year, 1657, Koxinga sent an embassy to Manila, led by a Mandarin whom Ricci called Ting-ye, who sealed the agreement to re-open trading contacts (Wills 1980: 243-57, González 1955: 31 and Carioti 1995: 108-9).

In his unpublished manuscript, the Dominican priest, Victorio Ricci described a confrontation with Zheng Chenggong's son, called Zheng Jing (named Quinsie in this manuscript), who would later become

his successor and leader of the island of Taiwan during the two decades in which it was a prefecture of Ming China between 1663 and 1684. The reason for the falling out was the ambition of the mandatory of the Zheng family, who wanted to keep the Dominican's mansion, which was situated just in front of his own. In the context of this dispute, in 1658, Victorio Ricci was accused of being a traitor. He was alleged to have written to the Spanish in Manila telling them not to sell rice to the Chinese junks so that they would die of hunger in Xiamen. From this statement, we can deduce the crucial role Manila played in the survival economy and the supply of basic goods in the Xiamen controlled by the Zheng clan.

Just a few months after having expelled the Dutch from the Island of Taiwan, Zheng Chenggong sent Victorio Ricci as ambassador to Manila with a letter in which he demanded tribute and submission. This initiative unleashed anxiety and restlessness among both the Manila authorities and the Chinese community. Governor Sabiniano Manrique de Lara tried to expel the inhabitants of the Parian. A considerable number of Chinese from Manila fled

Zheng Chenggong landing in Taiwan in 1662.



HISTORIOGRAFIA

to Taiwan. The rebellion broke out followed by the consequent exterminating repression. The death of Zheng Chenggong left the threats ungrounded. During the following decades, coinciding with the period of dominance over Taiwan by the family clan of the Zheng, descendents of Koxinga, the flow of Chinese boats to Manila registered in the customs taxes diminished considerably (Chaunu 1960: 160, Abella 1969: 295-334 and Guerrero 1966: 34).

ZHENG JING

Finally, the third phase in the interaction process between the trading networks of the Zheng clan and the Spanish of Manila covered the period of the dominance of Zheng Jing on the island of Taiwan, converted into a prefecture of the Ming. This third phase started with a peace embassy and trading agreement in 1663 and closed with the arrival in Manila in 1686 of an unusual number of Chinese ships, which can be related to the end of the Zheng clan and which became the trigger for the fourth rebellion of the Chinese from the Parian of Manila. During this period, Manila became one of the annual, important destinations for ships from Taiwan. The reception in Manila of a significant Taiwan embassy in 1663, led once again by the Dominican priest Victorio Ricci, opened a continuous, relevant influx of Taiwanese boats into Manila in the following decades.¹⁷ Zheng Jing diversified his commercial interests with the various European trading networks in Asia. He maintained exchanges with the Spanish of Manila, the Dutch from Batavia, and the British, who set up a stable office in Taiwan in 1670. It was, at the same time, a period in which the number of boats that came into Manila from the coast of China declined. The boats that travelled from Taiwan to Manila between 1663 and 1686 carried products that, in the initial years, mainly came from Japan, and in later years started to include products from the Chinese continent (Fang Zhenzhen 2001). Despite the flow of commerce during the Zheng Jing period, various projects and initiatives to conquer the Philippines from Taiwan were documented.

The year after the death of Zheng Chenggong, Victorio Ricci, with great difficulty, convinced his successor of the strategic convenience of setting up a trading agreement with Manila. He was in charge of the mission to inform the authorities of the death of

Koxinga and the signing of a peace agreement. Here, Victorio Ricci's testimony is of great interest again. He arrived in Manila on 19 April 1662,¹⁸ as in previous embassies, 'dressed in the splendid garb of a mandarin'¹⁹ he was received by the Spanish authorities with great honours as the representative of the Kingdom of China. After some weeks, the General Board of Manila agreed to what Taiwan was asking for. We should mention that to establish peace between the two kingdoms, measures of resolution of the conflict created with the third rebellion of Manila were approved: the return of the weapons and goods confiscated from the Chinese of the Parian, and the expulsion of the 'recalcitrant Chinese'. Together with these measures, there were others that were aimed at taxes: that the registration of boats should be more moderate.

The documentation in Manila shows the arrival in the Philippines of rumours or more specific news about the various plans to conquer the Philippines from Taiwan between 1662 and 1672. The first plan corresponds to the one suggested by Zheng Chenggong a few months after conquering Taiwan and which was activated with the embassy by Victorio Ricci in 1662. The second conquest plan must have been led by Shilang in 1664-5, in the times of the Philippine Governor Manrique de Lara. However, a rebellion in the Xiamen area brought the project to a halt. Finally, the documentation created by the British trading office in Taiwan, set up between 1670 and 1684, certified the origin of the news that reached Manila in 1670 and 1671 about the third plan of Zheng Jing to invade the Philippines from Taiwan during the time of Governor Manuel de León, who governed between 1669 and 1677 (Borao 2002, II: 658).

The fourth rebellion, in 1686, of the Chinese in Manila appears to have been motivated by various simultaneous factors, also related to the circumstances of the Zheng's trading networks. Coinciding with the defeat of the Zheng clan in the twenty-third year of the reign of Kangxi (1684), the Chinese Empire revoked the policy of 'the closure of the sea,' which was the radical prohibition of sailing and legal commerce. This favoured the arrival in Manila of an unusual number of boats and new merchants and emigrants and probably groups who were fleeing Taiwan after the defeat of the Ming cause. It is calculated that more than 40,000 returned to the Chinese continent after the demobilisations that followed the definitive defeat of

HISTORIOGRAPHY

the Zheng clan. Those involved in this sudden increase of Chinese emigrants in Manila in 1685 (seventeen officially registered boats arrived compared with the less than five per year average of previous years) (Shepherd 1993: 96) were seen in Manila as hordes of delinquents from Taiwan and continental China, who destabilised the precarious balance of Sino-Spanish co-existence in Manila. Some sources point to the arrival in Manila of rumours concerning a possible flight of the troops defeated in Taiwan to Manila (Wills 1991: 69, n. 50). In conjunction with these external factors, in religious circles the non-baptised Chinese were increasingly accused of perverting the customs and beliefs of those who were baptised. In September 1685 all the Sangleys who were not baptised were evacuated from towns close to Manila, such as Tondo in the Pasig River basin, in which baptised Sangleys had authorised residence, and were driven to the interior of the Parian. The new migratory contingents escaped from the strict enclosure of the Parian and began to spread in an uncontrolled manner.²⁰

On the night of 28 May 1686, a group of Sangleys entered the residence of Nicolás de Ballena, the government official charged with collecting residence taxes. After killing him together with other Spaniards, they attacked the house of the governor of the Parian, who managed to escape. The Spanish

managed to capture eleven of the Chinese attackers. They dismembered their bodies and threw them into the Pasig River. It was suspected that the Sangleys planned to add glass and porcelain dust into the bread of the institutional Chinese bakeries.²¹ The rebellion and repression started all over again.

The decisive role played by Chinese migration to Manila in this interaction between the Castilians and the Zheng clan informal maritime power cannot be left aside. The connections between the Zheng clan and the overseas Chinese communities in these European colonial cities in Asia were very close. One must also recall that the first leaders of the informal maritime network that ended up grouping itself around the Zheng clan (Li Dan, Zheng Zhilong) arose in direct contact with the Chinese communities of Manila and Macao. Their trading activity would be an important focal point and have significant benefits with regard to interaction with the rival European mercantile communities in East Asia: the Portuguese, the Spanish and the Dutch. Neither must one forget that the Chinese conflicts and rebellions in Manila (in 1603, 1639, 1662, and 1686), which were sternly quashed by the Spanish of Manila, causing tens of thousands of deaths in each event, are indirectly or directly related to the process of interaction with the clan of the Zheng. **RC**

NOTES

- 1 '(Nicolao) ia nam era navegante mercantil, mas principe dos navegantes, com un cabedaltam grosso que tinha juntamente correspondentes no Iapan, em Manila, em Siam, na India & com seus antigos senhorios os portuguezes, mandando pera quasi todos os portos do Oriente suas naos cheias de mercancias da China' (Francisco Rogemont, *Relaçam do estado politico e espiritual do imperio da China, pellos annos de 1659 até o de 1666*, p. 8).
- 2 Koxinga, or Cuesing, from Guoxingye (Lord with the Imperial Surname) are the traditional Western spellings of the popular appellation of Zheng Chenggong (1624-62).
- 3 Antonio Caballero Santa Maria, 1660: 'With power and command over sea and land, that comes from the King, he (Zheng Zhilong) no longer stole openly; rather, he dominated possessions and multiplied the treasure he had once stolen with his gains and tyrannical oppression. From Anhui and Xiamen, where he was the lord, he sent his possessions to Manila and to other places and carried on this way until 1643 when the new Tartar King succeeded in this empire' (Maas 1917: 118-22, Borao, 2002, II: 587).
- 4 In the diary of the British East India Company agent in Hirado, Richard Cooks, we find an entry for 1616, which states that Li Dan:

'was governor of the Chinas at Manila in the Philippines and in the end the Spaniards picked a quarrel on purpose to seize all he had, to the value of more than 40.000 taels and put him into the galleys, from whence he escaped some 9 years since and came to Hirado where he has lived ever since' (Wills 1979: 216-17).

- 5 'Another of the motives for which the Chinese did not come until now is due to the great fear they have of the Dutch and having been destroyed by past losses, and because there are many Japanese and Chinese pirates. This year a Chinaman, who called himself the king of China, went robbing with eighty ships. Among the Chinese themselves many civil wars have started' (Borao, 2001, I: 46-7).
- 6 'Os Olandeses da Ilha de Pescadores tinhao huà fortaleza com quatro baluartes e artilharia; E por quanto esta Ilha pertenece ainda as terras da China, O Chumpin Capitaõ Geral da Provincia de Foquem, onde esta o Chincheo, foi lá ter com os Olandeses, sendo terceiro entre elles hum china christao avenegado chamado Lituan, que de Manila fugira com outros chinas por duevibas, e se fora para o Japao onde se ajuntou co os Olandeses em Firando, por vis deste disse o Chumpim aos Olandeses que aquella terra era del Rey da China

HISTORIOGRAFIA

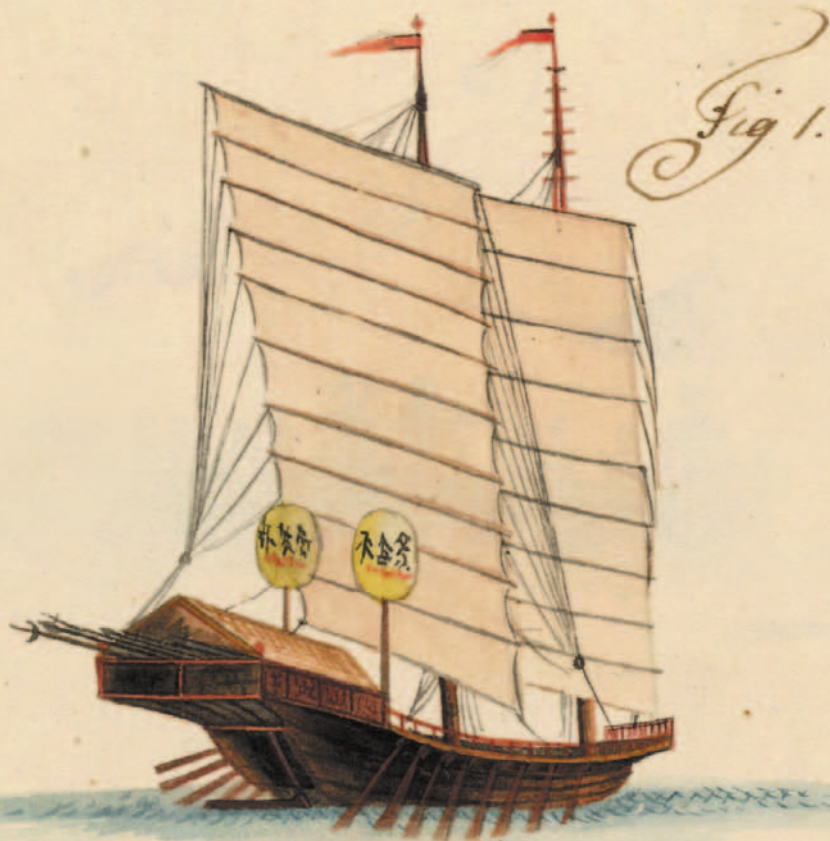
- ppr tanto se pasassem dali para a Ilha Formosa.' Biblioteca Nacional (Madrid), mss. 3015.
- 7 'Este fue tan pobre que por no perecer de hambre pasó a esta ciudad de Manila ... y vivió en el Parián, extramuros de ella, haciendo oficio de corredor o de regatón.' *Breve Historia de Iquama y Koxinga*. Manila 1662. Archivo Ateneo de Manila, Anales Eclesiásticos de Philippinas, ff. 131-133 (Borao, 2002, II: 580-5).
 - 8 Victorio Riccio: 'Fue natural de un pequeño lugar de pescadores, llamado Chiochy, enfrente del puerto de Ganhay (Anhai), y viéndose miserable y pobre, determinó probar su fortuna saliendo de su patria y de su reino. Pasó primero a Macao, donde recibió el bautismo, y se llamó Nicolás, y de allí a Manila, ejercitándose en ambos lugares en oficios viles y bajos.' Archivo Provincial del Santo Rosario or Archivo de Extremo Oriente (Riccio, 1667, III, I), (Borao, 2002, II: 587).
 - 9 Antonio Caballero Santa Maria's Chinese name was Li Andang.
 - 10 'Este mandarín supradicho tenía en Macao una hija suya, casada allí con un hijo de Manuel Bello, vecino de aquella ciudad, de la cual les hizo venir a esta con toda su familia y parentela antes de que se fuese a Pequín, a los cuales yo conocí y visité en Macao (...) A pocos días después nos vino a visitar el dicho Manuel Bello y su hijo Antonio Rodríguez, que es el marido de la hija del mandarín.' *Relación del Franciscano Antonio Caballero sobre su llegada a Xiamen en 1649, comentando sobre Yquama y Koxinga* (Maas, 1917, I: 28-41).
 - 11 Antonio Caballero de Santa Maria, 1660: 'La mayor parte de los champanes chinos de comercio que a esa ciudad van y han ido desde los tiempos referidos en que comenzó el referido corsario Chinchillón, después de él lo han continuado hasta el presente el dicho corsario Cuesing, su hijo, todos son y han sido cargados de haciendas suyas o robadas o compradas de plata no suya, sino también robada y precedida de lo que han saqueado' (Maas, 1917, I: 118-22).
 - 12 'Supe después acá, por una que ha poco recibí de Manila, haberse dicho en esta ciudad que el marítimo corsario del puerto de Emuy (Amoy, Xiamen), de donde salen para allá el mayor número de champanes del comercio, pretendía pasar con poder a Manila para levantarse con la tierra... Bien es que esa ciudad e Islas se recelen de este corsario que, frustrado de salir acá con su ambicioso intento, puede ser que intente pasar a Manila, que ya tiene allá buen número de su gente, que su divisa de reconocerle a él y negarle la obediencia al nuevo rey tártaro que hoy tiene este sínico imperio es no cortarse el cabello, como esos chinos del parían' (Borao, 2002, II: 578).
 - 13 About the Taiwan rebellion in 1652, see: Huber 1990: 265-96.
 - 14 The Flemish Jesuit Francisco Rogemont affirms that Zheng Zhenggong in their infancy lived some years in Manila: 'Era este moço filho de Nicolao & de hua molher natural do japão &, nuça for a instruido na fê, ne recebera o santo bautismo, os primeiros annos de sua mocidade passou parte em Manila co os castellanos, & parte na ilha Formosa co os olandeses, com os quais tinha um grande conhecimento a amizade' (Rogemont, 1672: 14).
 - 15 'Los 30 taes de oro vendió el P. Juan Baptista de Morales en Emuy por 27 taes de plata y 6 reales, por causa que tierra adentro se pierde mucho con le oro, y con dificultad se halla quien los compre' (Alcobendas, 1933: 21).
 - 16 There are two copies of this unpublished manuscript in the Avila dominican archive, Archivo de la Provincia del Santísimo Rosario or Archivo de Extremo Oriente, Sección China, Tomo 1-2. Avila (Borao 2002, II: 586).
 - 17 The Flemish Jesuit Francisco Rogemont describes the strategic link between Taiwan and Manila in the times of Zheng Jing: 'Succedeo a Quesingo seu filho, & començou a administrar o governo do novo Reyno, & das grossas armadas do seu pay: assentou logo paz e amizade com os Hespanhoes pera prosseguir a difficultosa & cruel guerra co os Tartaros & olandezes' (Rogemont 1672: 73).
 - 18 AGI, Filipinas 64, vol. 1, 147r-149r.
 - 19 'con ricos hábitos de mandarín,' Riccio 1667, III, 22, 7 (Borao 2002, II: 616).
 - 20 AGI Filipinas 64, parte 2, fol. 295v-297.
 - 21 About this rebellion and their judicial process: AGI, Filipinas, 67, 69, and 202. Also Real Academia de la Historia (RAH), sig. 9/2668 and 9/2669. In Archivo Histórico de la Provincia de Toledo de la Compañía de Jesus (AHPTS), Alcalá de Henares, there is an anonymous document about it: Documentos sobre Filipinas, M-92-2 (Legajo 321-6, ff. 464-522) 'Rebelion de los Sangleyes o chinos que vivían cerca de Manila, contra los españoles (mss 58 ff incompleto) Includes a very detailed description of the different chinese rebellions in Manila, and also information about the controversy of Chinese settlers expulsion plans after 1868.'

BIBLIOGRAPHY

- Abella, Domingo. 'Koxinga Nearly ended Spanish rule in the Philippines in 1662.' *Philippine Historical Review* 2 (1), 1969, pp. 295-334.
- Alcobendas, Severiano. *Las misiones franciscanas en China. Cartas y relaciones del Padre Buenaventura Ibáñez (1650-1690)*. Bibliotheca Hispana Missionum, V. Madrid: Estanislao Mestre, 1933.
- Atwell, William. 'The T'ai-ch'ang, T'ien-ch'i and Ch'ung-chen reigns, 1620-1644.' In *The Cambridge History of China*, VII, I, edited by Frederick W. Mote and Denis Twitchett. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 585-640.
- Blair, Emma Helen, and J. A. Robertson. *The Philippine Islands, 1493-1898*. Mandaluyong: Rizal Cachos Hermanos, 1973.
- Blussé, Leonard. 'Brief Encounter at Macao.' *Modern Asian Studies* 22 (3), Special Issue: Asian Studies in Honour of Professor Charles Boxer, 1988, pp. 647-64.
- Borao, José Eugenio, P. Heyns, Carlos Gómez and Anna Maria Nisce Zanduetta. *Spaniards in Taiwan*, 2 vols. Taipei: SMC Publishing Inc., 2001-2002.
- Boxer, C. R. 'The Rise and Fall of Nicholas Iquan.' *T'ien Hsia Monthly* 11 (5), 1941, pp. 401-43.
- Calanca, Paola. 'Piraterie et contrebande au Fujian: l'administration imperiale face a la mer (17^e-début 19^e siècle).' *Asiatische Studien* 51 (4), 1997, pp. 977-96.
- Carioti, Patricia. *Zheng Chenggong*. Napoli: Istituto Universitario Orientale, 1995.
- Chang Pin-tsun. *Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*. Princeton: UMI Dissertation Services, 1983.
- Chang T'ien-tsè. *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644, A Synthesis of Portuguese and Chinese Sources*. Leiden: E. J. Brill, 1934.

HISTORIOGRAPHY

- Chaunu, Pierre. *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVI, XVII, XVIII^e siècles)*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960.
- Colín, Francisco. *Labor evangélica de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas por el P. Francisco Colín de la misma Compañía*, edited by Pablo Pastells. Barcelona: Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1904.
- Fang Zhenzhen 方真真. *Mingmo Qingchu Taiwan yu Manila de Fangchuan Maoyi (1664-1684)* 明末清初台湾与马尼拉的帆船贸易, 1664-1684. Taipei: Daoxiang, 2001.
- and Fang Shuru 方淑如. *Taiwan Xibanya Maoyi Shiliao (1664-1684)* 台湾西班牙贸易史料, 1664-1684. Taipei: Daoxiang, 2001.
- Felix, Alfonso. *The Chinese in the Philippines*, 2 vols. Manila: Solidaridad Publishing House, 1966.
- Flynn, Dennis and Arturo Giraldez. 'China and the Spanish Empire,' *Revista de Historia Económica* 14 (2), 1996, pp. 309-38.
- González, José M. *Un misionero diplomático. Vida del padre Victorio Riccio*. Madrid: Ediciones Studium, 1995.
- Goodrich, L. C. and C. Fang (eds.). *Dictionary of Ming Biography*, 2 vols. New York: Columbia University Press, 1976.
- Guerrero, Milagros. 'The Chinese in the Philippines, 1570-1770.' In *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*, vol. 1, edited by Alfonso Félix. Manila: Solidaridad Publishing House, 1966, pp. 15-39.
- Huber, Johannes. 'Chinese Settlers against the Dutch East India Company: The rebellion led by Kuo-Huai-i on Taiwan in 1652.' In *Development and Decline of Fukien Province in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, edited by Eduard B. Vermeer. Leiden: E. J. Brill, 1990, pp. 265-96.
- Jin Guo Ping 金国平 and Wu Zhiliang 吴志良. *Zaoqi Aomen Shilun* 早期澳门史论. Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2007.
- Maas, Otto. *Cartas de China: documentos inéditos sobre misiones franciscanas del siglo XVII / publicalos por primera vez el P. Otto Maas, O.F.M.* Sevilla: Est. Tipografía de J. Santigosa, 1917.
- Martínez de Zúñiga, Fray Joaquín. *Estadismo de las islas filipinas, o mis viajes por este país*, (1800), edited by Wenceslao E. Retana, 2 vols. Madrid: Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Ríos, 1893.
- Pires, Benjamim Videira. *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. Macao: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.
- Quiason, Serafin. 'The sampan trade, 1570-1770.' In *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*, edited by Alfonso Felix. Manila: Solidaridad Publishing House, 1966, pp. 160-74.
- Riccio, Victorio. *Hechos de la orden de predicadores en China*, 1667.
- Rogemont, Francisco. *Relaçam do estado politico e espirital do imperio da China, pellos annos de 1659 até o de 1666*. Lisbon: Officina da Ioam da Costa, 1672.
- Salazar, Fr. Domingo de. 'Carta-relación de las Cosas de la China y de los chinos del Parián de Manila enviada al Rey Felipe II por Fr. Domingo de.' In *Archivo del Bibliófilo Filipino: recopilación de documentos históricos, científicos, literarios y políticos y estudios bibliográficos*, edited by W. E. Retana, vol. III. Madrid: Imprenta de la Viuda de Minuesa de los Ríos, 1897.
- Santamaria, Alberto. 'The Chinese Parián.' In *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*, edited by Alfonso Felix. Manila: Solidaridad Publishing House, 1966, pp. 67-119.
- Schurtz, William Lytle. *El galeón de Manila*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.
- Shepherd, John Robert. *Statecraft and Political Economy on the Taiwan Frontier*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- Souza, George Bryan. *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Wills, John E. 'China's Farther Shores.' In *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asia Maritime Trade, c. 1400-1750*, edited by Roderich Ptak. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991, pp. 52-77.
- . 'The hazardous Missions of a Dominican: Victorio Riccio in Amoy, Taiwan and Manila.' *Actes du II^e Colloque International de sinologie*. Paris: Les Belles Lettres, 1980, pp. 243-57.
- . 'Maritime China from Wang Chih to Shih Lang.' In *From Ming to Ch'ing: Conquest, Region and Continuity in Seventeenth-Century China*, edited by Jonathan Spence and Jonathan Wills. New Haven: Yale University Press, 1979, pp. 203-37.
- Van Veen, E. 'VOC Strategies in the Far East (1605-1640).' *Bulletin of Portuguese Japanese Studies* 3 (2001), pp. 85-105.
- Winius, George and Marcus Vink. *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC and its Changing Political Economy in India*. Delhi: Oxford University Press, 1998.
- Wyngaert, Anastasius. *Sinica Franciscana. Relationes et epistolae fratrum minorum saeculi XVII collegit, ad fidem codicum redegit et anotavit P. Anastasius van den Wyngaert collaborante P. Fabiano Bollen*. Claras Aquas: Collegium S. Bonaventurae, 1936.



Weaver Suckin and the Canton Silk Trade 1750-1781

PAUL A. VAN DYKE*



The silk trade in 18th century Canton shows a side of the commerce that so far has received little attention in the history books. Studies have been done on growing, processing, and the volume of silk handled each year, but little has been mentioned about the dealers in Canton who bought, sold, and prepared the fabrics for export. Because the government put restrictions and quotas on the types and quantities of silk that could be exported, the trade in silk was much different from that of tea, porcelain and other commodities. Canton weavers had to compete for foreign business but could only sell them quantities up to the amounts that the government would allow. Consequently silk dealers could not offset lower profits with greater volume as merchants handling tea and porcelain could do. The lower volumes being handled made it more difficult to procure foreign investment capital, because silk dealers could not entice their patrons with greater quantities. There were great pressures on Canton weavers to meet the demands of the market, but they had to do it within the government's restrictions.

There are very few details that have survived from the silk dealers, which is one reason why we know so little about them. Fortunately, there is one man, Weaver Suckin, who has fairly extensive

references in Dutch and other records to reconstruct his history. But before we begin his story, we should discuss the problems of identifying him in the foreign records. Information in the sources is not always straightforward.

TRACKING WEAVER SUCKIN THROUGH THE RECORDS

Aside from a brief mention of Weaver Suckin in Jörg's study on the Dutch porcelain trade, he has been largely omitted from the history of the trade.¹ Suckin carried on a prominent fabric and raw silk business in Canton, but because he often traded indirectly with foreigners, via the *Hong* merchants, he does not appear often in those records. We know that he must have been active in the trade by at least the late 1740s or early 1750s, because he shows up in 1757 already well established and respected. The supercargoes of the Dutch East India Company (VOC) describe him that year as 'one of the prominent fabric workers in Canton'.²

In 1757, Suckin conducted some trade with the VOC under a joint account with the *Hong* merchant Tan Anqua (Chen Anguan 陈安观). In this reference, he is called 'Hou Suckin', which suggest his last name may have been 'Hou'. From 1764 to 1784, his name shows up regularly in the VOC documents as 'Suckin' or 'Weaver Suckin,' without a last name attached.³ From 1766 to 1777, there are a few brief references to Suckin in Jean Abraham Grill's private papers. Grill was

* Ph.D. in History from the University of Southern California. Associate Professor at the University of Macau.

Doutorado em História pela Universidade da Califórnia do Sul. Professor Associado na Universidade de Macau.

HISTORIOGRAFIA

in China in the 1760s, served as a supercargo for the Swedish East India Company (SOIC), and did some business with Suckin. From 1775 to 1781, Suckin (spelled Zukien or Sukien) also shows up in the Danish Asiatic Company (DAC) records. Unfortunately, so far nothing has emerged about him from the English or French East India companies' records or the Portuguese and Chinese documents.

Suckin's absence in other records does not necessarily mean he did no business with those parties. It was common for foreigners to order fabrics they wanted from the *Hong* merchants, rather than the weavers, which means the former show up in their account books rather than the latter. Foreigners generally had more negotiating leverage when dealing with *Hong* merchants, because of the huge volumes they handled. Consequently, it was easier to persuade a *Hong* merchant to a better price than it was a silk weaver. When the Cohong was in operation from 1760 to 1771, weavers and other small 'outside' dealers were forbidden from contracting directly with foreigners so in those years they had no choice but to sell their products through *Hong* houses.

The Dutch operated a little differently from other companies. They contracted many different types of silk fabrics with their *Hong* merchants, but then went directly to the weavers to show them exactly what colors and designs they wanted. As a result, there are many references to Suckin in Dutch records, but few references in other sources.

There were at least two other persons in Canton who went by the name Suckin (or something similar), which can be confusing. One of the prominent porcelain dealers was called 'Suchin Kinqua', which was shortened to 'Suchin' (spelled various ways). This man shows up in the foreign records from at least the 1750s to about 1805. One of the SOIC house servants in Canton in the 1760s was also called 'Loyin Suchin' or simply 'Suchin'. Thus, care needs to be taken not to confuse these other men with Weaver Suckin.

Illustration 1 (p. 109) shows a loan contract that Suckin made with a Swedish supercargo in January 1768 for 300 Spanish dollars at 2 percent interest, to be paid within 20 days before the Swedish ship left China. The Swedish text at the top right, however, shows 20 percent interest, but 2 percent is probably correct because that was the going monthly rate. From this document, we can see that Suckin did business

out of the Shenghe Dian 生和店, but the name on the stamp shows Yongcheng Tuji 永成图记. Another document in the Swedish archives shows him trading out of the Yuelai Hao 悦来号 so he seems to have been connected to multiple firms.⁴

WEAVER SUCKIN AND THE STRUCTURE OF THE SILK TRADE

As far as we can tell from the records, Suckin did business with the Dutch in 1757 and then does not appear again until 1764. In 1758, the Dutch bought many silk fabrics, but they were ordered from weaver 'Chancri' instead. This man was the main supplier of silks for the French East India Company (CFI), and in 1763, the Dutch mention that he only did business through the *Hong* merchant Ingsia (Yan Yingshe 颜英舍). In 1757, the French also bought silks from the fabric maker 'Tenhi'. The Dutch continued to trade with Tan Anqua in 1758 and 1759, but no longer under a joint account with Suckin. We have no references to Suckin for the years 1758 to 1763. When his name reappears in 1764, he was still respected as one of the prominent weavers so we assume he was active all along.⁵

From 1764 to 1771, Suckin appears in the Dutch records doing business through the *Hong* merchants. The Dutch ordered their fabrics directly with Suckin, but then settled their silk accounts through their three merchants of the Cai 蔡, Yan 颜 and Chen 陈 families. Together, these three houses handled most of the VOC trade from the 1750s to the 1780s, and Suckin seems to have been one of their main silk suppliers.⁶

When Suckin reappears again in the records in 1764, he was making many of the silks for two of the men in this consortium, Tsja Hunqua (Cai) and Ingsia. Suckin did the weaving, but the Dutch hired other men to color or 'paint' the fabrics. The Chinese painter Anthony Toanqua was regularly employed by the VOC from the 1760s to 1780s, and colored many of the silks for Suckin. Anthony also painted silks for the DAC and SOIC. Several other silk painters operated in Canton at this time as well, including Laqua, Leonqua, Matheus, Lo Thunqua and Puqua, so there was considerable competition between them.

There were also several embroiderers in Canton whom the foreigners hired to stitch borders on their fabrics. At the time Suckin was active, we find Soyching

HISTORIOGRAPHY



Portrait of a *Hong* merchant of Canton by Spoilum (fl. 1770-1805).
Courtesy of Martyn Gregory Gallery, London.

(Fang Suisheng 方遂胜), Leonchang, Akoun, Ayau, Pinqua, Samqua and Atay involved in this business. Like the weavers, painters and embroiderers spoke directly with the foreigners in placing their orders, but the sales were done through the *Hong* houses. Weavers were mainly concerned with bulk fabric and raw silk orders, which were usually no more than one or two colors on each piece, with basic designs such as stripes or checkers. Some of those fabrics were then delivered to painters and embroiderers after they were woven. They added additional colors, logos, borders, names, coats of arms, and whatever other images foreigners wanted on their fabrics.

Suckin was a major dealer in raw silk as well as manufactured silk. There were two different types of raw silk available in Canton, the Nanking variety which was produced in areas adjacent to that city, and the locally spun product from Foshan.⁷ The latter variety was known as 'Canton silk'. The Dutch ordered both the Nanking and Canton varieties each year, but Suckin appears to have specialized in the local variety. In fact, the Dutch tell us that he lived in Foshan and

came back and forth to Canton regularly to carry on his trade. Raw Canton silk was considered to be a lower quality than Nanking silk so it was usually less expensive. Transport costs, of course, were also less so the lower price for Canton silk made it an attractive export commodity.⁸

There was 50 percent less loss in processing raw Canton silk compared to Nanking silk, regardless of the quality. The Dutch estimated that in the processing of one catty of Canton silk, there was a loss of one tael (weight). When processing the same amount of Nanking silk there was a loss of 2 taels. This meant that the Canton variety enjoyed a 6 percent advantage in production over the Nanking variety. Thus, between its cheaper price, its lower transport costs, and its 50 percent less shrinkage, the Canton variety was in strong demand.⁹

In former centuries, silk was China's number one export commodity. After tea drinking became popular in Europe and the Americas in the late 17th century, that product became number one. At some point in the mid-18th century, quotas were placed on the amount of silk that could be exported, but silk had other restrictions placed on it before then. China's sumptuary laws reserved crimson and yellow fabrics for the emperor so those colors were forbidden to import or export, for all fabrics.

In the late 1750s, it was feared that the shortage of silk would push up prices so quotas were placed on its export, in both raw and manufactured varieties. Foreigners were only allowed to export eighty piculs of raw silk per ship, thirty piculs of which had to be Nanking silk and fifty piculs of Canton silk. By the 1780s, the quota had been raised to one hundred piculs per ship (fifty piculs of each variety). The size of the ships was not taken into account.

Manufactured silk was allowed to be substituted for raw silk at a ratio of 10:8 (10 catties of raw silk to 8 catties of piece goods). In some years, companies were allowed to combine the quotas from several ships and put them all onto one ship, but all of the vessels had to be in China that year. The Qing government did not allow Canton silk to be substituted for Nanking silk, or vice versa (which applied to both manufactured and raw varieties).¹⁰ The limitations placed on the silk trade resulted in that industry being dominated by small operators like Suckin. There are examples of silk dealers rising to the ranks of *Hong* merchant, but this

HISTORIOGRAFIA

happened more often with porcelain dealers. The latter had no restrictions placed on the quantities they could export, so their businesses could expand making them potential candidates for *Hong* merchant positions.¹¹

Both raw and manufactured silks varied in price according to their quality. As a general rule, the cost of most varieties and types increased throughout the period that Suckin was active in Canton. In order to keep the prices from inflating, foreigners often insisted that their merchants offer the same prices they had in previous years. In 1764, for example, the Dutch were pleased that they were able to contract some of their silk textiles for less than it cost them in 1759. Some varieties they purchased were more expensive than in 1759, but on average, they saved 4 percent on silks in 1764 compared to 1763.¹²

These efforts to keep prices from rising were somewhat effective in the short-term, but eventually the forces of supply, demand, and inflation won out. In 1765, the weather in Nanking was exceptionally cold resulting in many silkworms dying. The Dutch speculated that there would be about two-fifths less product produced that year compared to previous years. The reduction in supply pushed prices up, and regardless of the foreigners' complaints, they either had to pay the higher rates or go without.¹³

In January 1766, the Dutch tried again to peg prices to 1763 (when they were 4 percent higher than in 1764), which Suckin complained would dig deep into his profits.¹⁴ By the end of the year, the prices had jumped again, and continued to rise throughout the 1760s. In 1770, the Dutch officers told Suckin they would not tolerate another increase, and would not pay more than what they had paid in 1769.¹⁵ In February 1771, however, Suckin was again complaining that he could not supply silk for the same price as he had the previous year, owing to another price rise.¹⁶

An example in the Dutch records shows how foreigners could negotiate better prices for silk with *Hong* merchants, than with weavers, and the former provided more protection against price hikes. Poankeequa (Pan Qiguan 潘启官) faced a big loss on the silks he had contracted with the English in early 1766 because of a rise in prices. He had agreed to deliver 300 bales of raw Nanking silk at 280 taels per picul. But by December, his cost to land the silk 'free on board' (FOB) the English ships at Whampoa had risen to 320 taels per picul. Poankeequa faced a loss of

40 taels per picul, which he would have to make up on other products or future silk sales.¹⁷

Hong merchants had four options to protect their profits, when prices rose. They could insist on higher prices, which was difficult to accomplish because of intense competition; they could pressure subcontractors (weavers, painters and embroiderers) to absorb some of the loss, which might help somewhat, but was very hard to initiate; they could agree to lower prices but then deliver a product of lower quality, which would likely result in the loss of future sales with those persons; or they could make up for losses by insisting on a better deal in another product, a preferential loan, a larger advance, a surcharge on certain costs, or a better price on another item.¹⁸

Silk weavers did not have the latter options because they did not deal in other products. Suckin was certain to have been pressured by *Hong* merchants to absorb part of the loss, when prices inflated. Because weavers' occupations were labor intensive, any rise in the cost of rice or other food caused corresponding rises in the costs of processing silk. Suckin thus had few options available to him to compensate foreigners for higher prices, which is why most foreigners did not deal directly with weavers.

Coolies would also refuse to pack tea if any additional burdens were placed on them or if they were not paid sufficiently. Other laborers such as the silk spinners in Foshan and the couriers who carried the tea over the mountain passes also went on strike, on occasion, when their wages were no longer sufficient to sustain themselves. It is very unlikely that the wages for common laborers ever went beyond basic subsistence levels, but to keep them working, they had to receive enough to cover the cost of rice and other living expenses.¹⁹

In 1775, Morse lists the total tea and raw silk exports from Canton, which allow us to compare these two commodities in relation to total exports. The 26 foreign ships this year exported a total of 125,125 piculs of tea and 3,724 piculs of raw silk. In terms of weight (one picul equalled 133 1/3rd English pounds) silk exports were only 3 percent of the total.

But if we look at the value of those goods, an entirely different picture emerges. Assuming that tea was worth at least 14 taels per picul and raw silk 275 taels per picul then total tea exports amounted to 1,751,750 taels and raw silk exports 1,024,000 taels.

HISTORIOGRAPHY

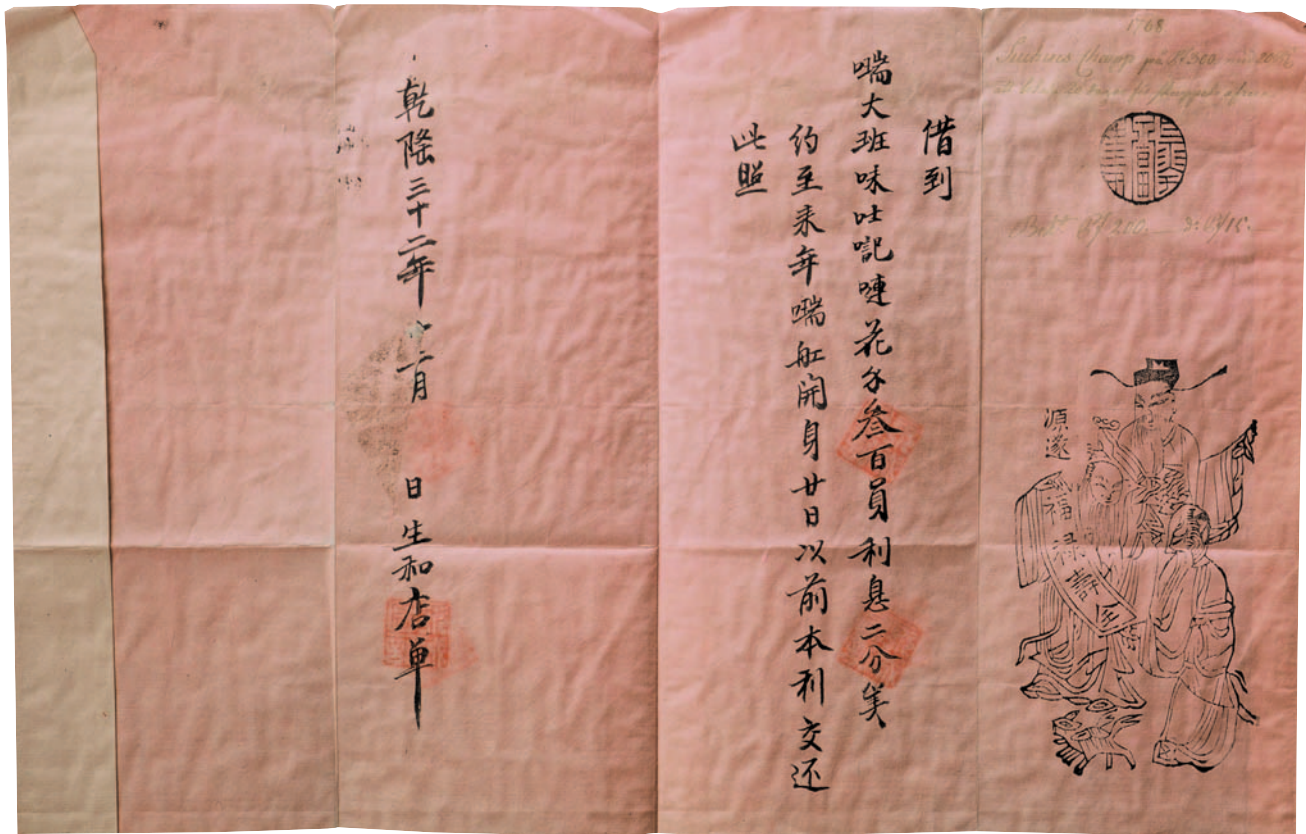


Illustration 1. Loan dated January 1768 from a Swedish supercargo to Weaver Suckin for 300 Spanish dollars at 2 percent interest to be paid within 20 days before the Swedish ship left China. The Swedish text at the top right, however, shows 20 percent interest. Courtesy of Nordic Museum Archive. Nordic Museum Archive (NM), Stockholm. Godegärdsarkivet: F17, pp. T1_05636-7.

Silk exports made up about three-fifths that of tea exports, which means for every five taels spent on tea there were three taels spent on silk. If we use a higher figure for tea of 17 taels per picul (considering that small amounts of expensive green tea would push up the average) we get a total of 2,127,125 taels, making silk exports about half that of tea. At an average of 20 taels per picul, tea exports come to 2,502,500 taels, and silk exports still make up two-fifths of that amount. Silk was clearly a major export of significant importance to the trade, which has not been fully acknowledged in previous studies.

If we look at capital investments the figures for silk are even more impressive. At 10 taels per picul for tea, the advances in 1775 come to 1,251,250 taels. At 80 percent on the value of the silk, the advances come to 819,200 taels. Silk advances were two thirds that of tea, which means for every three taels advanced inland for tea there were two taels advanced for silk. As these examples show, silk investments and exports have not

been given their due place in the history of the trade. This outcome is partially owing to value figures (taels and dollars) being unavailable, or hard to come by, and historians instead assembling volume figures (piculs and tons), which show silk being a tiny fraction of total exports.²⁰

There was a lot of pressure on weavers and merchants to supply foreigners with illegal red and yellow silk. If merchants refused to supply them, they would likely lose the sale of all their silks to those persons. The colors and types of silk were negotiated and contracted for in lots, making it difficult to separate out reds and yellows. This practice led to numerous problems for weavers and merchants.

In December 1767, for example, the mandarins intercepted a shipment of red and yellow silks on its way from Foshan to Canton. The *Hong* merchants Ingsia and Poankeequa had contracted these fabrics with the Danes. The products were eventually released but only after significant bribes had been paid. Another

HISTORIOGRAFIA

example is on 20 November 1766, when one of Suckin's shipments of silk to the Dutch ships at Whampoa was detained at a tollhouse because the mandarins had found 'forbidden colors' in the lot. This obstruction led Cai Hunqua and his partners, who ordered some of their products from Suckin, to attempt exporting their yellow silks as the 'color of tea' instead. The emperor had stipulated that crimson (red) and yellow fabrics were forbidden, but he said nothing about silk that was the colour of tea (or the same as yellow). The mandarins, however, did not accept this argument and Hunqua had to find other secret means to export those colors.²¹

Regardless of how it was arranged, officials at the tollhouses between Canton and Whampoa had to be 'rewarded' for this connivance. One method of exporting the illegal colors was to ship them in the bottom of the foreign flag boats, which were allowed to pass the tollhouses without inspection. In 1761, for example, the merchant Namqua shipped illegal silks for several companies in the bottom of their flag

boats.²² He had to pay customs officers in Canton their 'compensation' for allowing the goods to be loaded into the boats, and also pay the officers that were anchored near the ships at Whampoa to allow the goods to be unloaded and brought aboard those vessels. If the illegal silks were processed in Foshan, then customs officers had to be bribed between there and Canton. Thus, by just including a few red and yellow fabrics in a shipment, the transport fees rose dramatically and the profits of the entire lot was reduced. If weavers and merchants refused to ship those colors then they would likely lose sales to other dealers who were willing to take those risks.²³

In some years, it was more difficult to smuggle these items than in others, because Hoppo (customs superintendents) and governor-generals were more diligent at checking these connivances. In 1759, for example, the tollhouse keepers between Canton and Whampoa had become so accustomed to trafficking illegal silks that they made a bold attempt to add a

Feeding silkworms and sorting the cocoons. Engraving with hand color (c. 1843). Drawn by T. Allom. Engraved by A. Willmore.



HISTORIOGRAPHY

surcharge of Spanish \$100 to every foreign ship, for the 'privilege of smuggling silk'. They tried to charge this fee regardless of whether ships were loading illegal silk, which, of course, generated many complaints. The English and Danish supercargoes reported the connivance to the governor-general, because not all of their ships were taking in illegal silks and they did not want to pay this fee if no benefits were to be gained. Because of their complaints, the tollhouse officers were arrested and those who managed to flee downriver were later caught near Macao. This harsh crackdown was an exception, because in most years, Chinese merchants could find ways (usually with bribes) to ship their contraband.²⁴

There was a well established practice of bribing in Canton, with set fees for every article. Mandarins only accepted bribes and agreed to the shipments if they were fairly certain they could successfully transport the goods to Whampoa without the Hoppo finding out about them. In 1834, the connivance fee to allow more raw silk to pass than what the quotas allowed was Spanish \$4 per picul, and the fee to allow forbidden manufactured silks (reds and yellows) to pass was Spanish \$2 per chest. Sometimes, however, toll officers insisted on picking out some of the silks that were being shipped as their 'reward'.²⁵

Remuneration in kind created accounting problems for foreign supercargoes so we do not see many references to this in the foreign records. The amount of goods that left Canton had to match the amount of goods that arrived in Whampoa and extracting products en route, such as in the example above, upset that balance. This factor is probably why connivance fees eventually became fixed monetary amounts charged per unit, rather than payments in kind. A monetary charge could be entered easily into companies' books as a 'mandarin's fee', which as far as foreigners were concerned was a legitimate expense and did not upset the balances between Canton and Whampoa.²⁶

If there were greater risks in one year compared to another, such as in 1759, then toll officers would either not allow the illegal goods to pass that year, or would only do so for a greatly inflated remuneration (bribe). The latter scenario could add enormously to costs and reduce profits significantly so if that happened, then contraband might have to be warehoused in Canton until a more favorable time appeared, or until they could be exchanged for a different product that could

be more easily exported. All of these factors affected Suckin's business with foreigners, and help us to understand better the pressures and constraints under which he operated.²⁷

In February 1767, we begin to see signs of Suckin having cash flow problems. Up until this year, he had been receiving the standard 20 percent advance on silk contracts in the off-season (at the time the order was placed in February or March) and the remaining 60 percent when the ships arrived in August or September. But he now demanded the VOC give him 30 percent when the contract was made and 60 percent when the ships arrived.²⁸ The Dutch refused, and continued to pay him the customary 80 percent advance (20 and 60 percent, respectively).²⁹

Strong demand and limited supplies kept constant upward pressure on usury rates in Canton, making it expensive for Chinese merchants to borrow money. It was common for Chinese to pay interest rates of 20 percent per year (or 2 percent per month), when foreigners in Canton or Macao could borrow the same money for 10 to 15 percent annual interest. Figure 1, for example, shows a loan contract Suckin made with the Swedes in 1768 for 300 Spanish dollars at 20 percent annual interest.

In some years capital was so scarce that Chinese paid as much as 40 or 50 percent interest. Thus, there were good reasons for Suckin wanting the Dutch to pay more in advance so he wouldn't have to borrow this expensive money.³⁰

Besides connivance fees and usury, there were other charges that affected the silk trade. The contracts Suckin made with the Dutch stipulated not only the price and quantity of merchandise, but also the exact date of delivery. It was common to state that the product had to be delivered aboard the ships at Whampoa in 100, 150, or 200 days from the day the contract was signed. The delivery date was then also noted on the document so there was no mistaking which day they were talking about. If delivery was not made on time, then Suckin would be charged 3 percent demurrage on the value of the undelivered fabric. Chinese and foreigners used different calendars (lunar and solar, respectively) so it was important to make the dates very clear in the contracts to avoid misunderstandings.³¹

In August 1767, another entry appears of Suckin demanding more money, but this time it was connected to the prices of the products that had been agreed upon.

HISTORIOGRAFIA

Suckin wanted the Dutch to pay 8 percent more for the 1,000 pieces of silk fabrics they ordered, because the silk he received from his supplier was of an exceptional quality. In November, the three *Hong* merchants for the VOC also said they needed an addition 900 taels for the silk textiles that had been ordered that year. If the Dutch refused to pay, then Suckin would suffer a loss, and the supercargoes would likely not get their fabrics in time before the ships departed. By the end of December when the goods were finally delivered, the Dutch compromised, and gave him 4 percent more than the price they had agreed upon.³²

In another example in February 1768 the English received much poorer silk than what they had wanted, and demanded their merchant to give them a discount of 10 taels per picul.³³ This disparity between the quality of goods that was delivered by suppliers and the quality of goods contracted with foreigners was a problem weavers had to deal with continually. There was no guarantee that what was actually ordered would be delivered, because the market and products varied from season to season. Weavers, however, had to pay their suppliers according to the quality of the products actually received, irrespective of the agreements with foreigners. All of the fabrics were ordered according to samples that foreigners gave the merchants and weavers and that were then forwarded to suppliers. But in the end, there was no guarantee what qualities would arrive in Canton. Suckin had a reputation for handling the best silks which is probably why his supplier gave him a better quality, in the example above, than what he had ordered. If he had not been fussy about quality, the man would probably have tried to deliver a poorer product (such as in the English example above) and save the better silk for another weaver.³⁴

The prices that were negotiated in these 'after delivery adjustments' were based on the situation of the market at the time, while the actual contracts had been made in the off-season, when prices and markets were mere speculations. If there was a rise in price after the contract was made, and before delivery, then foreigners usually paid no attention to this and continued to demand the same rates and quality. If there was a drop in price, however, you could be sure foreigners would pressure Chinese merchants to give them a discount. In this respect, the pricing and marketing structures as well as the usury rates in Canton were slanted in favor of foreign buyers rather than Chinese sellers. It was a

buyers' market, which is what the Chinese government wanted so the volume of trade, on the whole, would continue to expand (but that did not necessarily include the growth of the silk trade).

On 27 July 1770, the head of the three merchant consortium, Cai Hunqua, died, and there was a temporary halt in trade while things were being sorted out in that house. Whenever a major player such as Hunqua departed the scene in Canton, it created much uncertainty in both the foreign and Chinese communities. In early August, the Dutch were very anxious to contract their silks with Suckin before a new head was appointed to Hunqua's house. The implication was that they feared they would not be able to get the same prices as in the previous year, once everyone became aware of the actual situation of Hunqua's affairs.³⁵

Because silk orders were done through the *Hong* merchants (also called 'security merchants') in the 1760s, it is not possible to show how much product Suckin actually delivered to each company. In March 1772 (after the Cohong was dissolved), Suckin insisted that the Dutch deal with him directly not only in their orders but also in their advances, deliveries, and payments. He now had the freedom to conduct trade in his own name and on his own account, and he specifically stated that he would no longer deal through the *Hong* merchant consortium as he had done in the 1760s. His unwavering demand in this matter suggests that he had not been pleased with the previous restrictions on his business.³⁶

The collapse of the Cohong was not necessarily a good thing for Suckin. Even though he had to give a percentage of his profits to a *Hong* house, he received some protection in return. The Cohong had regulated the prices for silk and the advances that were required, which provided security and stability to trade. When that society ended, each merchant was left to themselves to negotiate the terms. As a result, fierce competition broke out as merchants scrambled to keep what they had, or gain market shares from others. This cut-throat environment gave foreigners more leverage in negotiating better deals.

In August 1773, the Dutch suggested to Suckin that they would only give him a silk contract if he consented to receiving a much lower price. And they insisted that they now pay only 50 percent of its value in advance. Because the *Hong* merchants no longer took a

HISTORIOGRAPHY

cut on the profits, Suckin was able to accommodate the Dutch in price, but he would not give in on the amount advanced, because he could not order and reserve those goods with inland agents without that money. Suckin had some leverage because other weavers needed that money as well to place their orders. He was therefore able to continue demanding the customary 80 percent advance, and the Dutch finally consented.³⁷

But in 1775, the Dutch tried again to restructure the way the trade was being conducted. They suggested that instead of giving the customary 80 percent advance in the off-season for a contract on raw silk, they pay Suckin 100 percent of the amount at the time the ships arrived in August or September. But here again, the lack of capital enabled Suckin to continue to insist on the customary 80 percent in the off-season (20 percent in February or March and 60 percent when the ships arrived).³⁸

The records show that Suckin sold silks to the DAC from 1775 to 1781. In 1776, another weaver by the name of 'Samqua' begins to show up in the DAC records, bringing Suckin added competition. He and Suckin supplied the DAC with the silks they wanted each year until 1781, when both of those men disappear from the records. Table 1 shows the prices Suckin gave the Danes for different grades of raw Nanking silk in 1777.

TABLE 1: PRICES FOR NANKING SILK IN 1777³⁹

TYPE OF RAW SILK	TAELS PER PICUL
1 st Organzin Tsiely silk	348
2 nd Organzin Tsiely silk	328
3 rd Organzin Tsiely silk	313
1 st Tram Ta-cran silk	326
2 nd Tram Ta-cran silk	311
3 rd Tram Ta-cran silk	301

This list of silk grades and prices needs some explanation because top quality Nanking silk was forbidden to export and was reserved exclusively for the emperor. The application of this restriction, however, varied somewhat. Top grades might include

all of the silk produced in a specific area (which were all considered to be good) or it might include only the best products in certain areas, with lower grades from those places being allowed to export.

Because of these restrictions, there was a difference between the Chinese and foreign grading systems. The '1st Organzin Tsiely silk' in Table 1 was actually second grade silk in the Chinese grading scale. Foreigners were not quoted prices for Chinese first grade, because that product went to Beijing. Top grade silks that were earmarked for Beijing were very difficult to acquire by anyone but those persons who were licensed to handle them.⁴⁰

The grading and pricing of silk, however, was not as straightforward as the examples in Table 1 suggest. During most of the 18th century, there were no common silk standards that all foreigners agreed or conformed to so there was much confusion about which products fell into which categories. Moreover, foreign records often do not mention the grades, but simply state 'raw silk' purchases, such as in Morse's example above. Because of this ambiguity, we have no way of accurately comparing prices between companies, over time.

The figures in Table 1 from the DAC records are an exception. In other years, the Danes simply record one price for all raw silk they purchased with no mention of quality. The high and low prices for 'raw silk' in Canton that Li assembled for the years 1702 to 1799, for example, are much less than the lowest price listed in Table 1. For 1775 (two years before Table 1) Li shows prices ranging from 275 to 277.5 taels per picul and in 1783 (five years after Table 1), 275 taels per picul.⁴¹ The different ranges of prices are the result of companies maintaining different silk standards making it impossible to draw meaningful comparisons.

Moreover, the foreigners did not all use the same exchange rates to convert Spanish dollars into Chinese taels. And they used different weights to weigh their goods (including raw silk and silver) so even when we do have prices for different grades, those numbers need to be checked to see that they correspond to their equivalent weights in silver. And even if we have all of that information, we still need to check that the companies were using the same rating system for raw silk so that we can be sure the 2nd grade in one source is the same as 2nd grade in another source. Even in Table 1, there are two levels of first, second and third grades. Because of these ambiguities, we are unable

HISTORIOGRAFIA

to do meaningful comparisons with Suckin's prices and only list them (Table 1) to show there was much variation.⁴²

But despite the confusion, it is clear that first grade Canton silk was much less expensive than first grade Nanking silk. In the early 1770s, the Dutch contracted regularly with Suckin each year for 40 to 80 piculs of raw Canton silk at 190 to 195 taels the picul. The prices for raw Canton silk were again higher in 1778 so Suckin had to renegotiate his terms again with the Dutch. He raised his price to 200 taels per picul, and the Dutch could not get him to go lower. In 1779, the price of silk rose again, but this time the cause was attributed to a 15 percent hike in the customs duties.⁴³

In 1778, there were rumors circulating in Canton that the Hoppo was going to issue a declaration requiring all goods to be handled through the large merchant houses again so he could crack down on smuggling (and probably also to gain more control over *Hong* merchant bankruptcies, which were now a problem). As a precautionary measure, Suckin sent all of the silks that he had obtained for the VOC to the house of the *Hong* merchant Tsjonqua (Cai Xiangguan 蔡相官). Tsjonqua was not only a *Hong* merchant, but his father-in-law was a mandarin in another district so this gave Suckin some protection in the event the new policy was put into effect.⁴⁴

As merchants expanded in the vacuum that was left behind by the *Hong* merchants who failed in the late 1770s, stiff competition broke out, and this affected the weaving industry as well. We have already seen how the Dutch tried to benefit from the increased competition by attempting to renegotiate the terms of their contracts with Suckin. In 1780, the Dutch also approached Weaver Tiqua, who was the main silk supplier for the English East India Company (EIC), for his prices, which were found to be 3 percent lower than Suckin's. As a further incentive to lure the Dutch his way, Tiqua did not insist on an advance for raw Canton silk, but continued to demand the customary 80 percent advance for silk textiles. Suckin contracted a fair amount of textiles this year with the VOC, but lost their trade after that. The competition had effectively pushed him out of the market.⁴⁵

Unknown to Suckin at the time, even without Tiqua's competition he would have lost most of his trade with the VOC in the early 1780s because of war. The

Dutch were fighting Britain in those years resulting in few VOC ships making it to China. In 1781, only one ship showed up when there had been previously four each year; in 1782, no VOC ships made it to China; and in 1783, the Dutch commissioned two 'Prussian' ships to China. The VOC trade with China did not return to its previous volume until 1784 so even if Suckin had managed to compete with Tiqua and retain his Dutch account in 1780, he was doomed to lose it anyway.

SUCKIN'S TRADE DATA

The figures in Table 3 show Suckin's transactions with the VOC from 1757 to 1780 and the DAC from 1775 to 1781. Because silk was an expensive commodity, it actually made up a significant proportion of the overall value of the cargoes, even though the volume was small. Table 2 shows that Suckin supplied an overall average of about 8 percent of the value of the VOC cargos from 1772 to 1780. This is quite noteworthy considering his small status.⁴⁶

The trade figures from the DAC are missing for these years, but we can see from the various items that were handled in Table 2 that Suckin probably sold them a substantial amount of silk as well. No detailed figures have survived from the SOIC for these years, but Suckin is mentioned in those records from 1766 to 1770 as a 'silk man'.

Jörg mentions that Suckin went broke in 1778, but as we have seen, he continued until 1781. In March 1782, the Danish supercargo, who stayed over in China, listed the major merchants with whom the DAC should consider doing business with in the coming season. A 'Suqua' appears on the list, but there is no mention to Suckin. This Suqua, however, could possibly refer to Suckin's nephew, Kyt Siouqua (see below).⁴⁷

REFERENCES TO SUCKIN AFTER 1781

Suckin is mentioned in the Dutch records again in 1783 in reference to the *Hong* merchant Pinqua (Yang Bingguan 杨丙观). According to the report, Pinqua was left with a quantity of silk textiles from Suckin, who had ceased operations two years before. The Dutch mention that Pinqua finally disposed of the goods on the Danes.⁴⁸

In 1784, one of Suckin's nephews, Kyt Siouqua (second part of the name is also spelled Sjouqua,

HISTORIOGRAPHY

Sjonqua, and Kiouqua), is mentioned in the Dutch records dealing in silk. Like his uncle, he insisted on the customary advances (presumably, referring to the 80 percent advances mentioned above). The Dutch, however, were able to convince him to accept a 60 percent advance at the time the ships arrived, and the remainder when the product was delivered. But the *Hong* merchant Tan Tsjoqua (also known as Chowqua: Chen Zuguan 陈祖官) had to stand security for the duties that he owed (and probably for the 60 percent advance as well).⁴⁹

Siouqua had worked very closely with his uncle in the business. He could speak Portuguese, which means he probably handled Suckin's trade with the Portuguese and Spanish in Macao. Like his uncle, the Dutch found Siouqua to be well stocked in all the varieties they needed, so he apparently continued to handle only the best merchandise as his uncle had done. Siouqua did some business with the VOC in 1784, and offered products to the Dutch again in 1786, but then disappears from the records.⁵⁰

CONCLUSION

Restructuring the trade of the Canton weavers has not been an easy task, because of the scarcity of information available. Because we have no business records from the weavers themselves, the only good sources are the documents that have survived in foreign archives. Foreign records, however, usually do not mention the weavers because they preferred to deal with *Hong* merchant, who could be more easily persuaded to better prices.

From the analysis above, several patterns emerge that give us an idea of how the silk trade was structured. Before and after the Cohong, Suckin could arrange his sales directly with foreigners, but had to go through that society in other years. But as the Dutch examples show, foreigners could go directly to Suckin in all years to stipulate what colors and designs they wanted on their fabrics. During the Cohong era, they had to contract with *Hong* merchants, but in other years, they contracted directly with Suckin, but then

TABLE 2: WEAVER SUCKIN'S TRADE WITH THE VOC 1772-1780

YEAR	SHIPS	SUCKIN	TOTAL RECEIPTS	% OF TOTAL	PRODUCTS TRADED	SOURCE
1772	4	50,809	944,765	5.4	zt,zr	Can 35; VOC 4410
1773	4	60,272	670,531	9.0	Nk,zt,z	Can 36, 82; VOC 4411
1774	4	50,831	603,020	8.4	zt,zr,z,Nk	Can 37, 83; VOC 4412
1775	5	60,161	693,437	8.7	zt,zr,Nk	Can 38; VOC 4413
1776	4	70,640	676,401	10.4	zt,zr,Nk	Can 39; VOC 4414
1777	4	61,153	796,175	7.7	zt,zr,z	Can 40, 86; VOC 4415, 4556
1778	4	83,589	765,224	10.9	zt,zr	Can 41, 87; VOC 4418
1779	4	74,320	799,117	9.3	zt,zr,z	Can 42; VOC 4419
1780	4	20,452	732,092	2.8	zt,z	Can 43; VOC 4421
1772-1780	37	532,227	6,680,763	8.0		
ave/shp		14,385	180,561	8.0		
ave/yr		59,136	742,307	8.0		

HISTORIOGRAFIA

TABLE 3: WEAVER SUCKIN AND PARTNERS' TRADING ACTIVITIES WITH THE VOC, SOIC AND DAC 1757-1784

TRADE NAMES: Suckin, Suchin, Sukien, Zukien, Zuchin, Sucking, Sucqin, Housuckin, Souchin, Sauchin, Hou-Sucking, -Swekeen, -Swekien, -Swekin				
SCHEDULE OF TRADING ACTIVITIES WITH THE VOC				
YEAR	TRADE NAME	COMMENTS	PRODUCTS TRADED	SOURCE
1757	Hou Sucking, Housuckin, Sucquin	a reputed silk weaver		JFB: B 1758 fNe
1764	Weaver Suchin, Suckin		zt,sat	Can 27
1765	Weaver Suckin		zt	Can 28
1766	Weaver Suckin		pq,tx,zt	Can 29
1767	Weaver Suckin		zt	Can 30
1768	Weaver Suckin		zt	Can 31
1770	Weaver Suckin		zt	Can 33
1771	Weaver Suckin			Can 34, 80
1772	Weaver Suchin, Suckin		see Table 2	Can 35; VOC 4410
1773	Weaver Suchin, Suckin		see Table 2	Can 36, 82; VOC 4411
1774	Weaver Suchin/Sucking		see Table 2	Can 37, 83; VOC 4412
1775	Weaver Suckin		see Table 2	Can 38; VOC 4413
1776	Weaver Suckin		see Table 2	Can 39; VOC 4414
1777	Weaver Suchin/Sukin, Suckin	deal in Canton raw silk	see Table 2	Can 40, 86; VOC 4415, 4556
1778	Weaver Suchin/Suckin	deals exclusively in Canton raw silk	see Table 2	Can 41, 87; VOC 4418
1779	Weaver Suckin/Suckin		see Table 2	Can 42; VOC 4419
1780	Weaver Suckin, Suckin	silk is secured through Tsjonqua	see Table 2	Can 43; VOC 4421
1784	Weaver Suckin		z	Can 46
1784	Weaver KytSiouqua, Kytsiouqua	Suckin's nephew, speaks Portuguese	zt,z	Can 46; VOC 4426
1785	Kyt Sjouqua		tx	Can 47

HISTORIOGRAPHY

SCHEDULE OF TRADING ACTIVITIES WITH THE SOIC				
YEAR	CHINESE NAMES	COMMENTS	PRODUCTS TRADED	SOURCE
1766	Souchin, Sauchin			NM: F17.T1_06430-1
1768	Suchin	of the Shenghe Dian		NM: F17.T1_00052-3, 05346, 05360-1, 05636-7(bc), 05355-7, 07285
1769	Suchin	silk man		NM: F17.T1_00235-6, 01979-89
1770	Suchin			NM: F17.T1_05628-9
1777	Zuchin			NM: F17.T1_00290
SCHEDULE OF TRADING ACTIVITIES WITH THE DAC				
YEAR	CHINESE NAMES	COMMENTS	PRODUCTS TRADED	SOURCE
1775	Sukien, Zukien		zt,lu,sat	Ask 1173-1174
1776	Zukien		zt,lu,sat,pq	Ask 1175
1777	Zukien	silk dealer, places order through Samqua	zt,sat	Ask 1177-1178
1778	Zukien		zt,Nk,tx	Ask 1179
1779	Zukien		zt,pq	Ask 1180
1780	Zukien		zt,sat,psy,lu,pq,Nk	Ask 1183
1781	Zukien		zt	Ask 1185

KEY TO TABLES 2 AND 3

Product Abbreviations:

lu = illustrating (fabric),

Nk = Nankins,

pq = Pekings (fabric),

psy = Pordesoy (fabric),

sat = satin,

tx = textiles,

z = silk,

zr = silk-raw (unprocessed),

zt = silk textiles.

Archive Abbreviations:

Ask = Danish Asiatic Company Archive in the National Archives, Copenhagen

Can = Canton Archive in the National Archives, The Hague. 1.04.20

JFB = James Ford Bell Library, University of Minnesota. The B 1758 fNe collection contains Dutch records from Canton, 1758

NM = Nordic Museum Archive, Stockholm. Godegårdsarkivet Archive F17.T1_00290 refers to page numbers in this archive. The page number with "(bc)" attached indicates that this page has the "business" (b) name written in Chinese and a "chop" (c)

VOC = Dutch East India Co. Archive in the National Archives, The Hague 1.04.02

HISTORIOGRAFIA

channeled the sales through one of the *Hongs*. The *Hong* merchants who handled the trade for Suckin received a commission for their services. Suckin's eagerness to do away with those middlemen in 1772, suggests that he strongly disliked that arrangement.

The weavers in Canton, like Suckin, handled only common textiles of one or two colors, with basic designs (stripes, checkers, etc.). They left the more specific orders of other colors and embroidery work to painters and embroiderers. Suckin handled all types of silk textiles from raw to manufactured, and both Nanking and Canton varieties, but he specialized in the latter. He and his nephew Siouqua captured the top-end of the market supplying the foreigners with the best raw silk and silk fabrics available.

Even small merchants like Suckin were heavily dependent on foreign capital to finance trade. Silk dealers in Canton, large and small, demanded 80 percent advances on orders, and some, like Suckin, tried to insist on larger advances so they would not have to use their own money or take out a high interest loan. The fact that all merchants insisted on this policy, and that foreigners were continually pressured to give larger advances on silk orders, point to an extreme shortage of local capital in Canton. Even small businessmen like Suckin resorted to borrowing money from foreigners at 20 percent annual interest, and almost all of the *Hong* merchants were doing the same.

Even though Suckin seemed to prefer trading directly with foreigners, rather than through the Cohong, he did not do well in the competitive environment that emerged after the end of that society. Because of the quotas placed on silk exports Suckin did not have the option of expanding the amount he traded with each foreigner to offset losses. He could only expand his operation if more ships arrived. This

meant that it was especially important for silk dealers to maintain their patronage, as they could not replace the loss of one customer by simply increasing sales to another. Suckin's trade with the Dutch and Danes was steady for a few years after the Cohong, but by the end of the 1770s, Suckin was in serious trouble. Other weavers were now offering better prices and terms, and Suckin lost market shares.

Like most of the merchants in Canton, Suckin also depended on written agreements that were binding and carried penalties for negligence and noncompliance. Contracts gave him the assurance that he would not lose that part of the trade to others, but if he did not deliver the product on time, then he had to pay demurrage fees. Contracts also stipulated specific qualities, but weavers had little control over the products they received from inland suppliers. If they were given better quality than expected, then they had to pay a higher price to suppliers, which were very difficult to pass on, in full, to foreign customers. If they received poorer quality from suppliers, foreign buyers would pressure them to give a discount greater than what inland suppliers had discounted them.

Whether Suckin dealt with foreigners directly or through the Cohong he had to deal with this problem of receiving a different product than what had been ordered. This was a great disadvantage to him, and was undoubtedly one of the factors that contributed to his demise in 1781. Being based in Foshan gave him a strategic advantage in controlling the quality of local silk he received. As a result, we find him favoring Canton silk over Nanking silk, which he could not control. But even with these advantages and specializations, Weaver Suckin could not keep up with the increased competition after the Cohong ended, and his trade collapsed. **RC**

NOTES

- 1 Christiaan Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1982, p. 84.
- 2 James Ford Bell Library (JFB), University of Minnesota: B 1758 fNe.
- 3 JFB: B 1758 fNe. Sources for other years can be seen in Table 3.
- 4 JFB: B 1758 fNe; and Nordic Museum Archive (NM), Stockholm. Godegårdsarkivet: F17 (hereafter referred to as NM:F17), pp. T1_05636-7.

- 5 JFB: B 1758 fNe; National Archives, The Hague (NAH): VOC 4381; and Paul A. Van Dyke and Cynthia Viallé, *The Canton-Macao Dagregisters*. 1763. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2008, pp. 177, 185. Hereafter, these translated and printed Dutch *dagregisters* will be referred to as CMD.
- 6 A few examples of the Dutch dealing directly with Suckin, but then taking delivery via their three *Hong* merchants, can be seen in NAH: Canton 28, 29, 30, 75 and 76.

HISTORIOGRAPHY

- 7 For an extensive study of the silk production areas in China, see Lillian Li, *China's Silk Trade: Traditional Industry in the Modern World 1842-1937*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- 8 NAH: Canton 27, 42, 74, 75, 78. In a VOC Resolution dated 14 September 1779, the Dutch wrote: 'zo wierd verstaan den Weever Suckin, woonende te Faisant, te laeten ontbieden om ten spoedigsten herwards te komen, ten einde met hem te reguleeren de quantity en priesen der nog ontbrekende stoffen' (we have requested Weaver Suckin, who lives in Foshan, to come here [Canton] quickly so we can establish the prices and quantities of silk that we are in need of). NAH: Canton 42.
- 9 NAH: Canton 73, 18 March 1764.
- 10 A 1763 reference to the 80 piculs limitation can be found in CMD 1763, p. 11. As late as 1836, foreigners were still complaining about the quotas placed on silk exports, but were unable to convince the Qing court to remove them. *Canton Register* (8 November 1836).
- 11 Li, *China's Silk Trade*, pp. 62-9. For a discussion of the many incentives that encouraged the tea trade to grow, see Paul A. Van Dyke, *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- 12 NAH: Canton 27, 28.
- 13 NAH: Canton 74.
- 14 NAH: Canton 75.
- 15 NAH: Canton 79.
- 16 NAH: Canton 34, 80.
- 17 NAH: Canton 75.
- 18 NAH: Canton 74.
- 19 Van Dyke, *The Canton Trade*, p. 65; and NAH: Canton 82.
- 20 Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*, 5 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1926; reprint, Taipei: Ch'eng-wen Publishing Co., 1966, vol. 2, p. 11.
- 21 NAH: Canton 29, 32, 34-6, 39-41, 43, 75, 78; and Rigsarkivet (National Archives), Copenhagen (RAC): Ask 1157, 1160.
- 22 NAH: Canton 25, doc. no. 9, 15 October 1762; and CMD 1762. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2006, p. 102, n. 76.
- 23 For a discussion of the smuggling going on in the bottom of the foreign flag boats, see Van Dyke, *The Canton Trade*, pp. 117-20.
- 24 Van Dyke, *The Canton Trade*, pp. 95-6.
- 25 Ibid., p. 129 'Table 7: Tidewaiters' Connivance Fees in Whampoa and Canton, 1834'.
- 26 By the late-18th century, most of the connivance fees seem to have been monetary charges rather than payments in kind. The connivance fee for opium, for example, was about Spanish \$20 per chest. Van Dyke, *The Canton Trade*, pp. 127-34.
- 27 Paul A. Van Dyke, 'Port Canton and the Pearl River Delta' (Ph.D. diss., University of South California, 2002), Chapters One, Five, and Six; and NAH: Canton 78.
- 28 NAH: Canton 76.
- 29 NAH: Canton 32, 33, 34, 35, 43, 76.
- 30 NM: F17 T1_00048-52; and Van Dyke, 'Port Canton,' Chapter Five.
- 31 NAH: Canton 32, 33; and Hosea Ballou Morse, *Chronicles*, vol. 1. p. 288.
- 32 NAH: Canton 76, 77.
- 33 NAH: Canton 77.
- 34 NM: F17 T1_00235-239; NAH: Canton 77, 86 and VOC 4556.
- 35 NAH: Canton 33.
- 36 NAH: Canton 35.
- 37 NAH: Canton 36, 37, 38.
- 38 NAH: Canton 38-40.
- 39 RAC: Ask 1178.
- 40 Li, *China's Silk Trade*, pp. 66-9.
- 41 Ibid., p. 69.
- 42 For an example of the great variance in the way silk was graded, Morse shows that the English called 1st, 2nd and 3rd grade raw silk, 'Head', 'Belly' and 'foor', respectively. But then in other entries they simply list 'raw silk' in the account books, without stipulating the grade. Hosea Ballou Morse, *Chronicles*, vol. 1, pp. 90, 97, 110, 123, 124. All of the records consulted for this study have these entry discrepancies in companies' account books.
- 43 NAH: Canton 38-42.
- 44 NAH: Canton 41, 46, 87.
- 45 NAH: Canton 43, 44.
- 46 Paul A. Van Dyke, 'The Yan Family: Merchants of Canton, 1734-1780s,' *Review of Culture*, International Edition No. 9 (January 2004), pp. 30-85; and Paul A. Van Dyke, 'Cai and Qiu Enterprises: Merchants of Canton 1730-1784,' *Review of Culture*, International Edition No. 15 (July 2005), pp. 60-101.
- 47 RAC: Ask 1190; NAH: Canton 43-5; and Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, p. 84. For the number of Dutch ships in China each year, see Jörg, *Porcelain and the Dutch China Trade*, Appendix I.
- 48 NAH: Canton 45. I have not been able to track this transaction down in the Danish company records. The Danes did indeed buy silk textiles in the early 1780s, but from the merchants Asing, Kiauqua, and Samqua. They also dealt with Pinqua but mostly in tea. It is possible this was a private transaction done between Pinqua and the Danish supercargoes.
- 49 NAH: Canton 45, 46, 90.
- 50 NAH: Canton 45, 46, 48, 90.

Re-exploring the Empire

Maria Ondina Braga's Journeys to Macao and Other Places

CLAIRE WILLIAMS*

The work of the Portuguese teacher, translator and writer Maria Ondina Braga (1932-2003) is generally split into two categories: that set in or inspired by her travels to Macao and other places, and the rest. She is known for her intense, dark, short stories that often border on the fantastic; her portraits of characters who love solitude and self-analysis; her ambiguous, suggestive¹ style, often described as 'discreet'² – placing the subject of the sentence last, or dispensing with a subject at all; the relative unimportance she attributed to plot (focusing instead on impressions, psychological states and atmosphere³), and her combination of staccato syntax yet baroque vocabulary. But it is the memoirs of her childhood in Braga and her journeys abroad to the last outposts of the Portuguese empire that add an exotic and unique dimension to her literary reputation. This paper will show how the author's physical dislocation through space and mental and emotional displacement into the past are narrated concurrently in her writing, and will reflect upon her constant, yet ultimately unsuccessful search for identity, against a variety of backdrops, summed up in the phrase 'acima de tudo, quero encontrar-me comigo'⁴. At the

same time, it will point out parallels between life and fiction.

When referring to 'travel literature' I am referring to Braga's autobiographical works (even when categorised as 'autobiografia romanceada') that describe her passage through landscapes unfamiliar to her and to the majority of her readers, certainly when the works were first published. I am also conscious of the difficulty of defining 'travel writing' as a genre but follow Holland and Huggan's approximation, which is useful when dealing with Braga: travel writing concerns 'literary artifacts, mediating between fact and fiction, autobiography and ethnography, and combining – often with a whimsical self-consciousness and an awareness of the temptations of fraudulence – a number of academic disciplines, literary categories, and social codes'.⁵ Braga's non-fiction writing also includes the intimate diary form, brief descriptive *crônicas* intended for publication in newspapers and the memoir, relating her own and her family's lives. It could even be described as 'postmodern travel narrative',⁶ in that it records impressions in fragments and flashes, alternating them with personal history, random comments, poetry quotations and philosophical questions, achieving the aim of making the strange familiar and the familiar strange.

Although they give the impression of freedom and wonder, Maria Ondina Braga's journeys were made not for pleasure, but with an underlying educational or economic imperative (she always had money problems and could not rely on fiction writing to earn a living). She was never simply a tourist, although she made tourist trips during her journeys, but rather a resident earning and spending money in distant lands. In the early 1950s she attended language courses in Paris and London, and found work as an *au pair* in two British

* Professor of Luso-Brazilian Studies at Liverpool University, U.K. Research focus on gender issues in Lusophone literature, as well as travel literature and representations of shanty towns in Brazilian literature. She is President of WISPS (Women in Spanish, Portuguese and Latin American Studies). Her recent publications include *The Encounter Between Opposites in the Works of Clarice Lispector* (Bristol: HiPLA, 2006) and *Reading Iberia: Theory/History/Identity* (Oxford: Peter Lang, 2007).

* Professora de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Liverpool, Grã-Bretanha. A sua pesquisa debruça-se sobre questões de género na literatura lusófona. Também se interessa pela literatura de viagens e representações da favela na literatura brasileira contemporânea. É Presidente da Associação britânica WISPS (Women in Spanish, Portuguese and Latin American Studies). Entre as suas recentes publicações contam-se *The Encounter Between Opposites in the Works of Clarice Lispector* (Bristol: HiPLA, 2006) e *Reading Iberia: Theory/History/Identity* (Oxford: Peter Lang, 2007).

cities far apart and very different from each other: Worcester (in the south-west of England) and Inverness (in the north-east of Scotland). Her investment in learning foreign languages enabled her to travel abroad (if she had not been an unmarried orphan, she would have needed her father or her husband's permission to leave Portugal at the time), to find work as a teacher, and later, back in Portugal, as a translator (like the protagonist of her novel *A Personagem*).⁷

She worked at convent schools in major cities of the disintegrating Portuguese empire, in Angola in 1961, from where she was evacuated to Goa, shortly before *that* territory was, in turn, reclaimed by force by India. She moved on to Macao, which was still firmly under Portuguese administration. Perhaps the fact that she was writing about the last bastion of the empire explains why her first book to be published, *Eu Vim Para Ver a Terra* (1965) was chosen by the Agência-Geral do Ultramar to launch a series of collections of *crônicas* written by 'autores nascidos ou radicados nas nossas províncias ultramarinas'.⁸

From an early age Maria Ondina was aware that there was a world beyond the confines of Braga; Portugal's most conservative and religious city, its name synonymous, in the proverb, with the great age of its beautiful cathedral. In a city full of churches, the writer grew up hearing stories and seeing photos of relatives who had emigrated to Brazil or travelled to France, some of whom made their fortunes abroad, others returning unsuccessful.⁹ She calls these ghosts of relatives 'sombras' and is haunted by them in a positive way, that helps her remember or reconstruct her and their pasts. In an interview with Ana Paula Costa she explained that one of her uncles was obsessed with the Orient,¹⁰ and that his influence, together with a lecture given at her school by a visiting specialist in Chinese history (*Vidas Vencidas*),¹¹ and a deep curiosity about other countries and cultures impelled her to travel away from her home town.

She was careful not to comment on the political situation in Portugal until after the 1974 revolution, and she returned to Lisbon in 1965, so she was not in self-imposed exile against the regime, although she did not approve of it. Instead, it is clear from her memoirs that she had always felt out of place, different from her friends and family, and needed to explore and discover alternative identities. Macao seems to be the place with which she found most affinity: the site of multiple

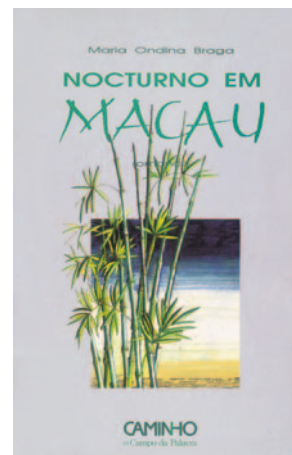
languages and identities, neither totally Chinese nor totally Portuguese, neither completely ancient nor thoroughly modern, but fluctuating somewhere in-between:

'Macau é minha alma a revelar-se, é toda uma vida de exaltação e de mágoa analisada, revivida, pronta a ser cantada. [...] Ou me volto toda para trás (fique embora transformada em estátua de sal) ou me perco neste mundo remoto, como que eterno, de uma raça sem idade. / Macau é, portanto, inédito para mim na medida em que eu própria me busco.'¹²

The reference to the pillar of salt, the title of her 'autobiografia romanceada' is telling. It implies that she is looking back at a city (or an empire) that is being destroyed for its wickedness and that she will be punished for her actions. The titles of her other works are equally symbolic of recurrent themes: *Os Rostos de Jano*¹³ emphasises conflicting identities and *Passagem do Cabo* refers back to the brave and dangerous exploits of the early navigators as they rounded the Cape of Good Hope and passed from one ocean to another. David Brookshaw comments on the aptness of this title:

'The passing of the Cape of Good Hope represented a defining moment in the history of the Portuguese discoveries, for it signalled the passage from the known Atlantic to the less familiar world of the Indian Ocean. Similarly, Maria Ondina's passage represents a kind of threshold journey, a quest for the intangible.'¹⁴

The importance of having access to an intimate, personal space (what we might call 'a room of her own'), wherever she travels, is paramount and she recreates in her works numerous rooms where she has dwelt. She invests the objects that surround her, particularly those that always accompany her on her travels, with intense symbolic meaning. She describes the view from her window, highlighting the frontier between the safe domestic habitat and the potentially dangerous unknown beyond. In *Nocturno em Macau* and *Estátua de Sal* she depicts



LITERATURA

'a Casa das Professoras', her lodgings in the convent that runs the school where her character Ester, her alter ego in the novel, teaches.¹⁵ She is somewhat trapped within an asphyxiating Catholic, female environment. This lends an erotic charge to every excursion into the streets and every encounter with a man.

Outside the sometimes oppressive comfort and familiarity of the domestic space, Braga (or her lone female character) is able to wander and explore. When she is not on foot, she entrusts herself to the drivers of trains, trams and taxis, submitting to fate, rather than taking the initiative or responsibility of driving herself. This puts her in the contradictory situation of being immobile whilst travelling through space, free to observe the other passengers, the driver and the constantly changing landscape. Hence her fondness for the *sam-lun-che* or tricycle taxi, which is less effort than walking but keeps the traveller on a level with passers-by.

However, it is when walking that the traveller is in control of her route, her pace and the possibility of changing direction, wandering aimlessly, hiding, or even stopping. She is more aware than ever of her individuality and solitude even within crowds. She is unprotected by the metal casing of a vehicle and vulnerable to the elements and there is always the possibility of getting lost. Travelling on foot is altogether a more physical and interactive means of transport.¹⁶ For example:

[Decidi] caminhar à sorte, sem pressa, nem destino, mas sempre, sem parar. [...] A caminhada era agora a minha única defesa e o meu descanso. [...] Vejo-me nessa cena [...] sem nunca parar. E toda empenhada em tão caprichosa peregrinação como se cumprisse uma promessa.¹⁷

When she thinks back to the compulsive walking exploration of Hong Kong described in the quote above, she feels quite traumatised.

Wandering around and discovering, Braga also depicts the vehicles that transport her and the unsettling fact of being simultaneously motionless and in transit as the landscape flies past the car/ bus/ train window, or deck. She is drawn to places which many people pass through, or where they halt only temporarily: waiting rooms,¹⁸ cafés, bars, hotels, airports, markets,¹⁹ spaces where her protagonist can watch unnoticed from the sidelines: 'Sempre achei valer a pena observar as pessoas, imaginar-lhes vidas, fixá-las na memória, ignorando-

as'.²⁰ She is always aloof, even when accompanied, unable to empathise with people or feel totally comfortable in her surroundings.

She is fascinated by other travellers, vagrants, madwomen and sailors particularly, because of their freedom to roam. For example: 'O russo corria mundo, livre como o vento, mas transportava consigo as raízes do sonho'²¹. An attractive single woman, she has to be more careful about her travel arrangements and about the assumptions men make when she wanders the streets or sits alone in a bar. She and the protagonists of her fiction, often lone travellers themselves, seem to attract both strangers and strange situations during their journeys: people start to talk to them spontaneously, to confess or confide in the protected, neutral space of a train carriage or boat cabin. These encounters may be so intense and meaningful that they have lasting effects. The short story 'O homem da ilha', for instance, relates the reunion of the narrator with a man who she met by chance on a train years before, corresponded with, and who visits her intent on marriage.²² In another, similar story 'Olhos de Jade' is the Chinese name of a sailor who tracks down a female author whose writing he admires and tells her about the women he met and his search for love on his travels.²³

When staying for some time in one place, Braga describes how she likes to wander through cities in the early morning or late evening, when solitude is guaranteed, but there is always a frisson of danger and the possibility of an unexpected encounter. This experience of being in motion or in transit is key to the way she constructs her identity because it emphasises the journey rather than the arrival and allows the traveller to wallow in anticipation and dreams that are never quite fulfilled by the reality of reaching the destination. In Stuart Hall's formation identity 'is a matter of "becoming" as well as "being"'. It belongs to the future as well as the past. It is not something which already exists, transcending place, time, history and culture. [it undergoes] constant transformation'.²⁴

Braga emphasises journey rather than arrival, as can be seen in the epigrammatic phrase: 'Partir é esperança. Chegar desencanto'.²⁵ The dissatisfaction and melancholy of her writing links in with her narrator and characters tendency to flirt with others but draw back before too much intimacy is reached. She rarely speaks of the difficulties of being away from home but allows her nostalgia and yearning to show through

LITERATURE

her constant references to Braga and Portugal, woven between her excited impressions of new territory. In fact, she claims not to feel 'saudades' for any place she has lived, although her insistence upon revisiting those places through her writing would seem to contradict such a statement. She writes about them in retrospect; in diary format (*Estátua de Sal*), as reportage (*Passagem do Cabo*) and in fiction (*Nocturno em Macau*). This looking back from the present enables her to make comparisons between Portugal, Britain, Angola and Macao; in relation to any number of events or sights that have particularly impressed her: rainstorms, Easter celebrations, markets, Autumn, the habit of taking tea. She may conclude that she prefers one example, but usually she finds pleasure in each, satisfied at having witnessed several alternatives. Thus 'Sonhar com lagartos em Angola traz-me a infância em Braga',²⁶ or 'Dias assim [de cacimbo, em Angola], que crescem devagar entre o cinzento e o lilás, e que me lembram as de Londres, embora sem frio nem chuva'.²⁷

As previously stated, Macao is the place with which Braga seemed to identify most closely. She had always been fascinated with the Orient but the reader gathers from her writings that she ended up in Macao as a refugee from the coup in Goa rather than intending to go and work there. She recreates the feelings of apprehension, yet hope that she could find somewhere different and satisfying, as she waited for the ferry in Hong Kong: 'preguntava a mim própria como seria Macau. Sem mesmo me aperceber, começava aí a estranhar os usos destes sítios, começava de certo modo a decepcionar-me destas civilizações'.²⁸ During her stay there, knowing and understanding Macao becomes a kind of mission for her, parallel with gaining self-knowledge. The torrent of writing about Chinese and Macanese customs and ways of life for a Portuguese woman experiencing them, makes up about half Braga's complete works. Macao was the setting she returned to again and again in her fiction, but she only visited it twenty-five years later (1992), on the occasion of the publication of her collection of stories *A China Fica ao Lado* (1968) in Chinese translation.

Arriving after a quarter of a century's absence, Braga observes that the people, '[as] feições, a figura, o fôlego do homem' look the same, the smell is the same 'o mesmo cheiro a sal, a sutate, a incenso',²⁹ but that the place has changed. Transport between the islands has improved and the effects of increasing tourism

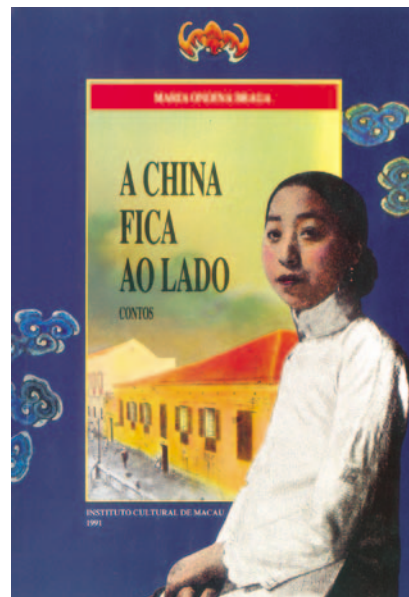
have marked them like typhoons, rather than winds of change. She looks at the other visitors, disembarking from the plane in the new airport on Coloane:

'Forasteiros, enfim, que tanto podiam ser moradores de Marte como puros investigadores das secretas por vezes sinistras seitas orientais [...]. Além de outra variedade de visitantes, munidos de memorandos, de cadernos, para escrever crónicas, comentários, encómios, críticas até a um Macau todo forte, fácil, florescente'.³⁰

These observations lead her to remember her own first visit and her attempts to get to know Macao by writing about it. She pictures herself in her room, composing stories and novels,

'como se as tivesse sonhado, ou, sabe-se lá, experimentado noutra encarnação. Como se tudo quanto aqui conto (a um tempo com amargor e complacência, que isto de contar a vida é sempre mais triste que vivê-la), tudo fruto, porventura, da minha febril efabulação'.³¹

Writing may well be a way of recreating the past, and other places, which led Maria Ondina Braga to wonder whether or not she had invented them, but it is also a journey. For her, the object of desire is always at the end of the line, but only as long as the journey lasts. Once one has arrived, she tells her readers, the impulse is to start travelling again, if not physically then through nostalgia, through memory and through the therapeutic process of writing.³² **RC**



LITERATURA

NOTES

- 1 Jacinto do Prado Coelho, review of *Amor e Morte*. *Colóquio Letras* 2 (1971), pp. 86-7.
- 2 Natália Nunes, review of *A Revolta das Palavras*. *Colóquio Letras* 28 (1975), p. 78.
- 3 Eugénio Lisboa, review of *A China Fica ao Lado*, 2nd ed. *Colóquio Letras* 23 (1975), pp. 81-2.
- 4 Maria Ondina Braga, *Estátua de Sal* (Edição refundida e ampliada). Lisbon: Círculo de Leitores, 1976, p. 7.
- 5 Patrick Holland and Graham Huggan, *Tourists With Typewriters: Critical Reflections on Contemporary Travel Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000, p. xi.
- 6 *Ibid.*, pp. 157-78.
- 7 Maria Ondina Braga, *A Personagem*. Lisbon: Bertrand, 1978.
- 8 Maria Ondina Braga, *Eu Vim Para Ver a Terra*, p. 125. Lisbon: Agência-Geral do Ultramar, 1965. The volume was reworked and republished as *Passagem do Cabo*. Lisbon: Caminho, 1994.
- 9 For example, in *Estátua de Sal*, p. 97, or the story 'O Tio Joaquim.' In *A Revolta das Palavras*. Lisbon: Bertrand, 1975, pp. 49-54.
- 10 Ana Paula Costa, 'Sou muito do silêncio'. *Jornal de Letras* (30 July 1971), pp. 6-7.
- 11 See Maria Ondina Braga, 'O Oriente'. *Vidas Vencidas*. Lisbon: Caminho, 1998, pp. 173-82.
- 12 *Estátua de Sal*, pp. 5-7.
- 13 Maria Ondina Braga, *Os Rostos de Jano*. Lisbon: Bertrand, 1973.
- 14 David Brookshaw, *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature: Border Gates*. Lampeter: Edwin Mellen, 2002, p. 86.
- 15 The Colégio Rosa de Lima is still functioning in Macao. It is fictionalised in *Nocturno em Macau*, 2nd ed. (Lisbon: Caminho, 1993 [1991]) as the Colégio de Santa Fé. It is also described in *Estátua de Sal* and *Passagem do Cabo*.
- 16 'Without the encapsulating carapace, without the speed of railway or automobile travel, the traveler cannot easily detach herself from the space of travel. Evanescent reality – that detached sense of reality that technologies of speed introduce through modernity, that reality rushing past train and automobile windows... – has been left behind for another kind of reality, a more immediate and situated reality recovered through a visceral mobility.... The three-dimensionality of space is restored, as is the long duration of time,' Sidonie Smith *Moving Lives: Twentieth-Century Women's Travel Writing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. 32.
- 17 Maria Ondina Braga, *Passagem do Cabo*, pp. 101, 102, 104.
- 18 Maria Ondina Braga, 'Salas de Espera.' In *A Revolta das Palavras*, pp. 89-91.
- 19 Maria Ondina Braga, 'Mercados.' In *A Revolta das Palavras*, pp. 105-7.
- 20 Maria Ondina Braga, *Estátua de Sal*, p. 125.
- 21 *Ibid.*
- 22 This story appears in several of the collections published in Braga's lifetime. The first was in *O Homem da Ilha e Outros Contos*. Lisbon: Ática, 1982, pp. 63-78.
- 23 Maria Ondina Braga, *O Homem da Ilha*, pp. 151-63.
- 24 Stuart Hall, 'Cultural Identity and Diaspora' (1990). In *Theorizing Diaspora*, edited by Jana Evans Braziel and Anita Mannur. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 233-46, p. 236.
- 25 Maria Ondina Braga, *Estátua de Sal*, 79.
- 26 Maria Ondina Braga, *Passagem do Cabo*, p. 18.
- 27 *Ibid.*, p. 41.
- 28 *Ibid.*, p. 102.
- 29 *Ibid.*, p. 154.
- 30 *Ibid.*, p. 151.
- 31 *Ibid.*, p. 60.
- 32 An earlier version of this paper was given at the 'A Vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e Outros Lugares' conference in 2007.

Static Macao and Macao in Transition in the Short Stories of a Macanese Woman

GUSTAVO INFANTE*



If we consider that cultures and, more generally, civilizations are constantly in transit we should admit that they just do not finish or vanish. They rather change in evolution processes, from one stage to another. Assuming this is giving voice to the important role of ancestors and background. Francis Hsu, referring to the Chinese culture and, thus, the family nucleus, reminded us that the ancestor identification is 'based upon two general principles which govern the entire kinship structure: patrilineity and generation.'¹ In fact, these two constructions are for many of us our leading reference. Tracing our antecedents could be considered somehow as an archaeology of the self that helps to conclude that we are all citizens in transit, evolving from one point in space, time and civilization to another. Therefore I would dare to say that whilst animals dig for food, humans gave one step forward, being able to dig for their past.

All these questions were also raised by the words that Deolinda da Conceição immortalized in a collection of short stories, being a witness to a particular way of 'transit'/evolution, in a very particular city named Macao.

Justifying why Macao is a very particular place is needed though. If we just focus on the literary point of view, we have to take into account that the Chinese population has always been, till the mid 20th century, fishermen and businessmen with little appeal for literature. The same must be said about the Portuguese side of the city, the so-called 'Cidade Cristã'¹: besides business, prayers in Latin or vernacular have been more strategic (or even more exciting) for the lusophone population. In a minute territory where the intellectual population was easy to count and to point out it is clear that the literati were but a few with a literary production set to their abilities and dimension.

Born in Macao in 1913, Deolinda da Conceição is considered the first female journalist in that territory. Being a journalist back then she felt very closely the Japanese invasion of Shanghai, which took place on 4 March 1932, as she was living in that 'Paris of the East' at the time. One third of her short stories² in this collection refer to the war and the most part of them mention clearly the Japanese army. She also followed closely as a professional the Second Sino-Japanese War (1937-45) and the ups and downs of the Republic of China (1912-49), summing up almost 50 years of complex political turbulence. As a result of the so-called 'legal invasion' of Shanghai³ Deolinda da Conceição went to Hong Kong as a refugee and eventually she worked there as a teacher and a translator. Then, back in Macao she remarried and became a journalist of the *Notícias de Macau*. Once again she is considered to be a pioneer, having been the first emancipated woman of the small peninsula.

* Degree in Classics from Lisbon University's Faculty of Arts. Worked as a Portuguese language assistant at Beijing Foreign Studies University from 2003 to 2007. Currently lecturing in Portuguese at Bristol University where he is completing a Ph.D. on Comparative Portuguese Chinese Literature.

Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre 2003 e 2007 trabalhou como Leitor de Português na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim. Actualmente lecciona português na Universidade de Bristol, instituição onde está inscrito no programa de doutoramento em literaturas portuguesa e chinesa comparadas.

LITERATURA

When we pay more attention to her short stories we notice that they are, on their own, another kind of 'transit': *Cheong-Sam – A Cabaia* is a collection of twenty-seven short tales, all chosen by the author, yet written at different times. The only knot that links them all, that crystallises all, was Deolinda's choice.

Another of her choices would make it not easy for the reader who wants to perceive Macao through her narratives, as only a few short stories have a direct reference to Macao as their place for the action. Of the twenty-seven stories only three mention Macao the place where action flows: 'O Calvário de Lin Fong' (The Suffering of Lin Fong), 'Os Sapatinhos Bordados da Anui' (Anui's Tiny Embroidered Shoes) and 'Fome' (Hunger). There is also another narrative that has a very strong possibility of being set in Macao as well: 'Sai Iong Cuai'. I will in fact centre my analysis on this 'Macao-placed' corpus, although I will take other stories in consideration.

Before we focus on the static aspects of Macao, we must presume that nothing is immutable so we should redefine 'static' as the 'slow process' or

as a characteristic related namely to topics such as 'landscape' and 'traditions'. Thus 'static' is the photograph, the cinematographic shot, absolutely plotless. In fact, my analysis is based on the principle that 'static' is, in the first instance, the background and that, as a counterpoint, 'transit' is the basis for the action. Anyway I consider this postulation as but the first step. As we shall see this pair of concepts has more meanings.

The first image that we can perceive from 'static' Macao, in 'O Calvário de Lin Fong' is indeed an 'ut pictora' description, with a fine oriental flavour, of the landscape where the action will then be developed:

'Evening was falling serenely over Ou Mun⁵, and that gentle light that precedes the appearance of the stars in the blue sky, surrounding the purple of eastern sunsets, left Lin Fong with an acute but inexplicable sense of sadness. It sapped her fingers of the usual nimbleness with which she would roll the firecrackers on her little wooden wheel.'⁶

The opening paragraph of this short 'chronicle of a Calvary foretold' synthesises the two main aspects

Deolinda da Conceição with some family members.



LITERATURE

that connect Macao to its 'static': the landscape ('doce claridade' [gentle light], 'crepúsculos orientais' [eastern sunsets]) and the customs of a people, less changeable traditions ('enrolar os panchões' [roll the firecrackers]). The second facet revealing some immobility on this story is the narrator's use of memory. Many times Lin Fong would remember her beloved, she would think of 'ele' ('he'), the Portuguese soldier that had to leave Macao and go back to the far metropolis:⁷

'She recalled those calm, peaceful evenings when she would stroll along the waterfront by his side, watching the junks as they sailed elegantly into the harbour. She remembered how he spoke, and how strange it had seemed at first until she got used to guessing what he meant, the way he squeezed her hand hard, the times she had had to avoid his embraces and kisses, things she was unfamiliar with.'⁸

Regarding this passage and what I stated before, I must admit that, in my opinion it is rather complex to discuss whether 'memory' is something more static or more movable. By some means Aristotle, in his *On Memory and Recollection*,⁹ gives a hint, stating that 'qua something in itself, the affection is a contemplation and an image, and qua being of something else it is something like a representation and a memory impression. Hence, when the movement of the affection actualises, it seems to occur as a thought or an image, if the soul senses it in so far that it is something in itself'.¹⁰ From Aristotle's discussion we can conclude that memory seems to be something with an external link, which might denote movement. David Rose classifies 'recall as (a) retroactivation',¹¹ reminding his readers that 'Bertlett and Neisser emphasized that *all* acts of recall are novel, and the original pattern of activity and experiences is never reproduced exactly'.¹² Once again, the idea of 'static' does not seem to be present here since any recall, being considered something new, involves willingness and action.

The Aristotle 'affection' factor however is undoubtedly a topos in Deolinda's engagé rhetoric. It is rather noticeable not only in the description of landscape and characters but also in her depiction of warfare. In the short story 'Aquela Mulher' (That Woman), one of the few where the 'I' narrator is employed, a family is shattered because the husband, a wealthy businessman, was arrested and consequently left his wife and children wandering penniless on the streets:



Deolinda da Conceição and husband.

'That woman passed by my door every single day, smiling, unsure, not daring to beg for a bread roll which I guessed would be welcome, since her boys had a hungry look and the young girl seemed sad and weak maybe due to lack of food.'¹³

'Time passed until those unhappy refugees vanished. Weeks later... I saw her on the corner. She was walking alone, slowly, her kebaya torn and dirty; her face sunburnt by the sun; her hair dishevelled. She looked at me from afar and smiled. I felt terrified in my heart thinking I might hear of some new tragedy from her.'¹⁴

The story finishes with a categorical *sententia*: 'Assim fazem os homens a guerra, vitimando mulheres e crianças.' (This is the way that men make war, victimising women and children)¹⁵ As I said before, the political situation in China was a very sensitive issue to Deolinda da Coinceição, in particular the progressive 'pan-domination' of Japan over the Middle Kingdom. Deolinda's most delicate story concerning the war is undoubtedly 'O Desabrochar duma Vida Nova' (A New Life Blossoming). In a Chinese remote village freshly invaded by the Japanese army, the local population was able to run away as soon as they heard the first gunshots. Only a pregnant woman hides so as not to be noticed.

'The Japanese army had entered the villages nearby and panic increased as they got nearer that little place where about one hundred families lived a peaceful life.... The population, consisting mainly of peasants, knew little about the war. ... They were all sure that their poverty

LITERATURA

and humility would be the best defence but, having heard the first gunshot, they fled as fast as they could, carrying with them everything they were able to.... Everyone had left, except a young woman who, in a matter of hours, would conceive again.¹⁶

The soldiers eventually found her but the narrator, using once again her affection, spares the cruel invaders of killing both mother and infant:

'... a few minutes after, Nature, following its usual rhythm, caused a new life to blossom in the form of a small baby, repeating that marvellous mystery which is procreation.

Her weak cry drew the guard's attention. All the soldiers got up; some of them brought tea for the mother and the others a tiny stove made out of a steel helmet...'¹⁷

The narrator employs in this short story one of the most common techniques to expand the 'drama' by condensing the action space, giving birth to a 'micro-locus amoenus' in the midst of a 'macro-locus horrendus'. The expansion of 'drama' (bearing in mind

that the original meaning of the word meant 'action') by setting a narrative in a condensed or reduced stage is something that I consider almost an automatic and common characteristic in every literary piece made in Macao now and in the past. As far as space is concerned the concise size of this city makes the drama if any narrative set there considerably more dense, even on the lives of those who live there, especially on the 'Cidade Cristã' or central Macao, the almost exclusively Macanese and Portuguese centre until the mid 1980's.

Also set in Macao, 'Os Sapatinhos Bordados de Anui' (Anui's Tiny Embodied Shoes) discloses a third characteristic connected to the 'static': the use of ecphrasis. The insertion of a description of any kind is nothing new. In reality our ecphrastic tradition is quite long and some of the most notable examples of it are the ones on the Hellenistic romances.¹⁸ In this short story the young girl Anui was given for her birthday a large piece of silk to tailor a 'cabaia', or a kebaya, the traditional Chinese gown. The description of her body, a very short ecphrasis that I quote here, will operate as a kind of interlude between the happy fairy-tale environment of the first part and the tragic outcome of the second part in which she will be caught by a car, the very moment she leaves the shoe shop:

When the kebaya was finished, carefully tailored, Anui noticed that the mirror showed her slim body, with tiny hands and feet and a fresh and lovely face. She liked how she looked and she felt pretty.¹⁹

One might wonder now: how can this description be an example of Macao's immutability or, at least, its 'static' tendencies? In fact the Macao that we have in these texts is Deolinda's one. Each one of these short stories may be considered as a portrait, a representation of Deolinda's feminine attention to detail. In her brief narratives, we see her technique of halting the action to describe a character, a landscape or any particular detail she wants her readers to be aware of.

Quite similar to 'Aquela Mulher' (That Woman), the third short story mentioning Macao directly is 'Fome' (Hunger). Once more the narrator, a 'we' voice this time, will prepare the reader for the story's action itself by giving her opinion on 'life' and its meaning, bringing this concept to a confrontation with opponents like 'war' and 'death'. The action, quite succinct, is told mostly in short paragraphs where the first words summarize the events:

Deolinda da Conceição with Madam Sarmento Rodrigues, wife of the Minister of the Colonies.



LITERATURE

'An ironic smile shrunk the closed mouth of that poor woman, who once again nestled against her child's chest.

We got closer and we heard her story....

We learned her name, a name that meant nothing to us....

She was persecuted by a terrible enemy, a merciless enemy: the war....

Her life treated her like a cruel stepmother.'²⁰

In this particular short story, Macao is mentioned as 'terra de promessa' (promised land),²¹ therefore the salvation and refuge for many escaping the war in China. The writer's affection is again playing a considerable role, as she also was, somehow, a war refugee. The Macao that she presents us here is the last characteristic of 'static' Macao that I would like to mention: the tiny territory that could escape from war, famine and devastation incarnates that 'static' characteristic. That said, Macao means the 'static' itself, the atemporal secluded 'locus amoenus'.

The first aspect of the 'transit' Macao that I would like to refer to concerns one of the essences of its transition. One of the short stories that we can assume to be set in Macao although there is no direct, clear reference to it is named 'Sai Iong Cuai', which stands for 'Western Demon' in Cantonese, meaning 'European' or, more basically, 'Portuguese'. In this story, a scenario of greyness, rain and cold presents us with beggars that, having received toasted bread with jam from the 'white demons', exclaim 'Buda conserve estes sai iong cuai por muito tempo nestas paragens.'²² (Long may Buddha keep these white demons hereabouts!) As a matter of fact, these 'demons' have been staying (and stayed) in Macao for many many decades, long enough to bring more and more interracial love and marriages between westerners and locals. Deolinda da Conceição, as a Macanese, a mestiza herself, was not only a witness to the transition on Macao's society but simultaneously a piece of that progressive transition into a wide mixed community (and a wide mixed diaspora to come).

Deolinda da Conceição exhibits without restraint in her *Cheong-Sam – A Cabaia* her affection on the subject of interracial love, especially between an Asian woman and a European/Portuguese man. From the twenty-seven short stories that the Macanese writer left us, three deal with interracial love or, rather, with the conceived fruits of those relations. And from these three, one is clearly set in Macao, the above-mentioned

'O Calvário de Lin Fong', and the other two could be set in that city as well. They are 'A Esmola' (An Act of Charity)²³ and 'O Refúgio da Saudade' (The Refuge of Yearning). 'A Esmola', although there is no death, not even Japanese soldiers, can be considered one of the most dramatic stories of Deolinda's legacy. A crowded pier is where the drama evolves. A young mestizo boy is about to leave to carry on his studies in his father's country. He is preparing to leave with him although he is not proud of the situation. Eventually his Chinese mother arrives at the pier, crying heavily. The boy, pretending not to know his mother, gives her alms. The whole story is a picture of how interracial relations could be rather complex and uncomfortable from the children's perspective. The climax in the very end shows how desperate the Chinese mother was:



LITERATURA

‘When the woman managed to get near him, and before she could give vent to her sorrows, he felt in his waistcoat pocket, and pulling out a coin, dropped it in her hands, which were outstretched before his eyes as if in prayer. Then, trembling nervously, he moved quickly away, and strode feverishly up the gangplank and onto the ship. Down on the quay, with bewildered look, and wailing loudly, the woman kept repeating as she was racked by sobs:

“He gave me his charity, he gave me a dime, in return for the life I gave him!”²⁴

For the narrator the fact of giving an account on the complexity that back then any interracial relation represented is also programmatic. This is one of the characteristics that furnish these stories with such richness: the relations between two races described by Deolinda are a sign of her time, testimonies of a degree of complexity that nowadays in Macao is irrelevant in most of the cases. Anyway the example in this short story is quite complex: the man is European, which meant back then that he was twice dominant. The woman is Chinese, not even Macanese, therefore twice subjugated. In fact the narrator seems to support both

the mother and the boy, or, at least, she seems to give the reader the opportunity to immerse in the text with a kind of ‘motion parallax reading’, which also reveals Deolinda’s absolute understanding on this intricacy. João de Pina-Cabral points out that ‘during the colonial period,²⁵ when ethnic relations were marked by greater mutual elusiveness than today and were traced over class boundaries, the children of people with different ethnic belongings were obliged to make identity options that often involved traumatic experiences’.²⁶

As I mentioned above, ‘O Calvário de Lin Fong’ is the only story concerning an interracial love where there is a clear reference to Macao: ‘A tarde caía suavemente sobre *Ou Mun*’. (Evening was falling serenely over *Ou Mun*)²⁷ Lin Fong is a divided girl between her beloved yet departed-back-home Portuguese soldier and A-Cheoc, the supervisor of the factory where she worked, who insists on courting her and mocking her over her love for a ‘white demon’. In this case the narrator explores another kind of traumatic experience, another fraction of this Macao ‘in transition’: the western man as a heart breaker. The narrator provides us with the moment of his departure:

‘One evening, “he” came to tell her he was leaving unexpectedly, that he was required to return along with the other soldiers to his distant country, but he promised to come back to fetch her...

Lin Fong didn’t even shed a tear. The horror of her predicament had devastated her.’²⁸

The subject of this story, which also reminds me in a certain way of Yukio Mishima’s *The Sailor Who Fell From Grace With The Sea*, will have many examples through Portuguese literature. The topic of the woman from the colony who is left behind has been unveiled for the last ten years not only in literature but also in theatre and even Portuguese soap-operas, following the progressive healing of the scars and wounds carved by the Portuguese Colonial War (1961-74).

The male/female and western/Chinese conflicts, representing Macao ‘in transition’, have also been interestingly explored on the cover of the first edition of these short stories: Chinese elements were sketched on the ‘West side’ of the cover and ‘white demon’s’ element were pencilled in the ‘East side’ of the cover. The central character is a woman with both oriental and western attributes, wearing a *cabaia* and smoking a cigarette. The *chiaro-scuro* technique to paint her face clearly denotes a clash of cultures synthesized within the same person.



LITERATURE

The intersection of both 'static' and 'transit' in *Cheong-Sam – A Cabaia* may be observed as a literary reinterpretation of the Chinese Yin/Yang Philosophy, not only in the opposition between description and action, but also in the conflict between keeping traditions and changing them. In every short story the narrator grants us the balancing presence of the shadow (Yin) and the light (Yang), and their representations in single characters (A-Cheoc versus Lin Fong in 'O Calvário de Lin Fong' [The Suffering of Lin Fong]), in collective characters (the soldiers versus the refugees in 'Aquele Mulher' [That Woman]), in the opposition between the masculine world and the feminine one (A-Chung versus Chan Nui in 'Cheong-Sam', the first and longest short story of the collection), and in the relation between the western world and the Chinese one (the young architect versus the Chinese girl's family in 'O Refúgio da Saudade' [The Refuge of Yearning]).

In one sense, considering that, after a cultural shock, there is a progressive coexistence and then a gradual assimilation of values and behaviours, I believe that many 'transit' aspects regarding this collection of

stories eventually become 'static' ones. Interracial love, for example, was quite abnormal back then. Therefore we can consider it as an unstable 'transit'. From the moment that became fully accepted we could consider it as an intrinsic characteristic of Macao: its 'static' nature, a part of its 'local flavour'.

As we have seen Deolinda da Conceição provides us with a clear writing, full of rich elements. Her stories act as a mirror representing a permanent balancing in which East meets West and vice versa. They meet each other but they seldom fully understand each other. The coexistence of two or more cultures in Macao was for the writer a faithful picture of that land but also the representation of its complexity as a society 'in transition'. Nowadays there is an official discourse, both Chinese and Portuguese, classifying Macao as 'a confluence of cultures'. Despite the official views, that is the truth and that is also – I want to believe – what Deolinda da Conceição wanted Macao to become. Her texts gave us the 'static' of her time and the 'transit' that she witnessed, a transit that eventually became the contemporary 'static' Macao. **RC**

NOTES

- 1 Francis L. K. Hsu, *Under the Ancestors' Shadow: Chinese Culture and Personality*, p. 236.
- 2 Literally 'Christian City'.
- 3 'Cheong-Sam', 'Arroz e Lágrimas' (Rice and Tears), 'Vingança Desumana' (Inhuman Vengeance), 'Aquele Mulher' (That Woman), 'Sai Iong Cuai', 'O Desabrochar duma Vida Nova' (A New Life Blossoming), 'A Louca' (The Mad Woman), 'Cam-Sê!' and 'Fome' (Hunger).
- 4 Shanghai was 'legally' occupied by the Japanese according to the stipulation of the Treaty of Shimonoseki, in 1895. Their growing military and commercial influence in the city during the first decades of the twentieth century, till the end of the Second World War, is clear, but, as Stella Dong stated, brought plenty of prosperity to the city: 'As was often the case, China's loss was Shanghai's gain. It was as a result of the Treaty of Shimonoseki that Shanghai would enter its next and most spectacular economic phase, as the industrial metropolis of China, for after of the treaty's clauses was that Japanese be given the right to open factories in the treaty ports.' (Stella Dong, *Shanghai: The Rise and the Fall of a Decadent City*, p. 71) 'Fewer than four hundred Japanese had lived in Shanghai before 1890, but, stimulated by the Treaty of Shimonoseki, which brought industry to Shanghai, and by the even greater spur of the [First] World War boom, their colony grew to twenty thousand by 1920. The 1920s saw the greatest growth yet, and by 1930 their population far surpassed that of British, who up until then had been the treaty port's largest foreign group.' (Stella Dong, *Shanghai*, p. 211) Stella Dong finally mentions that by November 1937 'Shanghai foreign enclaves were

- now the "lonely island". The International Settlement and French Concession had become an oasis in a sea of conflict whose neutrality the Japanese grudgingly respected, at least for the time being.' (Stella Dong, *Shanghai*, p. 257)
- 5 'Ou Mun', literally 'bay's door' is the Cantonese word for Macau.
- 6 David Brookshaw, *Visions of China: Stories from Macau*, p. 47. ('A tarde caía suavemente sobre Ou Mun e aquela doce claridade que antecede o aparecimento das estrelas no céu azul, a bordejar o roxo dos crepúsculos orientais, deixava na alma de Lin Fong uma sensação acentuada de sofrimento que ela não sabia definir, mas que roubava aos seus dedos a agilidade com que costumava enrolar os panchões na sua pequena roda de madeira.' Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia* p. 23).
- 7 During the colonial period Lisbon was called 'metrópole'.
- 8 David Brookshaw, *Visions of China*, p. 48. ('Lembrava-se daquelas noites serenas e calmas quando passeava ao seu lado, ao longo da marginal, a observar as velas dos juncos que entravam, elegantes, no porto. Lembrava-se do seu falar, estranho a princípio, mas que ela se fora habituando a adivinhar, daqueles apertos de mão tão vigorosos que ele lhe dava, das vezes que se vira obrigada a esquivar-se aos seus abraços e aos seus beijos, coisas desconhecidas para ela até então.' Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 24).
- 9 David Bloch, *Aristotle On Memory and Recollection: Text, Translation, Interpretation and Reception in Western Scholasticism*, I, 450b, pp. 25-9.
- 10 Ibid., p. 33.
- 11 David Rose, *Consciousness: Philosophical, Psychological and Neural Theories*, p. 323.

LITERATURA

- 12 Ibid., p. 324.
- 13 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('Passava todos os dias essa mulher junto da minha porta, sorrindo, indecisa, sem se atrever a pedir um pãozinho que eu adivinhava seria bem recebido, pois os rapazes ofereciam aspecto de apetite instatisfeito e a rapariga denotava uma tristeza e debilidade que se deveriam atribuir certamente à escassez de alimentação.' Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 47).
- 14 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('O tempo foi correndo até que tornaram a desaparecer aqueles infelizes refugiados. Semanas mais tarde [...] vi-a na dobra do caminho. Vinha só, andando lentamente, a cabaia rota e suja, rosto tisonado pelo sol e os cabelos emaranhados. Olhou-me de longe e sorriu-se. Senti no coração o terror de ouvir da sua boca nova tragédia.' Ibid., p. 48).
- 15 Ibid., p. 49.
- 16 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('As forças nipónicas tinham entrado nas aldeias vizinhas e o pânico crescia com a sua aproximação daquele lugarejo onde uma centena de famílias, se tanto, vivia pacificamente [...]. A população, composta na sua maioria de camponeses, pouco conhecimento tinha do andamento da guerra [...] Estavam todos certos de que a sua pobreza e a sua pequenez seriam a melhor defesa, mas, ao primeiro tiro que lhes chegara aos ouvidos, debandaram aceleradamente, levando consigo quanto podiam [...]. Todos tinham saído, com exceção duma jovem mulher que, dentro de horas, seria outra vez mãe.' Ibid., p. 87).
- 17 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('... pouco depois, a natureza, seguindo o seu curso normal, fez brotar na Terra mais uma vida, na forma dum ser pequenino, repetindo-se esse mistério admirável da procriação. Os fracos vagidos atraíram o sentinela [...]. Levantaram-se todos, tranzendo uns chá para a mãe, outros um pequenino fogão improvisado num capacete de aço...' Ibid., p. 88).
- 18 Heliodorus of Emesa (3rd century AD) provides us, on his novel *Aethiopica: The Adventures of Theagenes and Chariclea* (5.14), one of the most beautiful examples of ecphrasis. It is the description of the engraved amethyst ring that Calasiris offers to the Merchant Nausicles as ransom for Charicleia (the female protagonist): 'All Indian and Ethiopian amethysts have this character, but the one which Calasiris now gave to Nausicles was even finer. An animated design was engraved upon it in intaglio. A young shephard was represented as pasturing his sheep. He was standing on a slightly raised rock to survey his flock and was directing them to their pasturages by the notes of his transverse flute. The sheep seemed to hearken and to regulate their pace by the pasturing signal of the pipes. One would imagine that their heavy fleeces were of gold; this effect was not produced artificially, but the native ruddiness of the amethyst tinted the backs of the sheep. The light frolicking of lambs was also represented. Some scampered up the rock in a troop, other gambolling friskily about the shepherd in a ring gave the rock the appearance of a rustic theater. Some wantoning in the flame of the amethyst as in the sun bounded over the rocks on the hips of their hooves. The rock was not counterfeit but real; at the edges of the stone the artist had marked off the space he desired, thinking it otiose to feign stone in stone. Such was the ring'.
- 19 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('Feita a cabaia, talhada primorosamente, Anui reparou que o espelho lhe mostrava um corpo delgado, mãos e pés minúsculos, rosto fresco e prazenteiro. Gostava da imagem e sentiu-se bonita.' Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 56).
- 20 My translation, reviewed by David Brookshaw. ('Um riso de ironia fez contrair a boca cerrada da pobre mulher, que voltou a aconchegar ao peito da criança. Aproximámo-nos e ouvimos-lhe a história [...]. Soubemos-lhe o nome, um nome que nada dizia [...] Persegui-a um inimigo terrível, um inimigo implacável – a guerra. [...] A vida fora para ela uma madrastra cruel.' Ibid., p. 118).
- 21 Ibid., p. 118.
- 22 Ibid., p. 61.
- 23 David Brookshaw, *Visions of China*, pp. 37-41. Another translation of this short story may be found on Pina-Cabral, *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macau*, pp. 160-3, under the name of 'Alms-giving'.
- 24 David Brookshaw, *Visions of China*, p. 41. ('Quando a mulher conseguiu aproximar-se dele, antes que desse largas às suas manifestações, introduziu os dedos numa algibeira do colete e, retirando dela uma moeda, fê-la cair nas mãos que se erguiam como que em prece ardente ante seus olhos. Depois, trémolo e nervoso, afastou-se rapidamente, subindo com passos febris a prancha que dava acesso ao barco'. Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 56).
- 25 1846-1967, according to Pina-Cabral.
- 26 João de Pina-Cabral, *Between China and Europe*, p. 160.
- 27 Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 23, David Brookshaw, *Visions of China*, p. 47.
- 28 David Brookshaw, *Visions of China*, p. 50. ('Uma noite, ele veio dizer-lhe que partia, inesperadamente, que fora obrigado a seguir com os outros soldados para a sua terra distante, mas prometeu voltar para a levar consigo. [...])
Lin Fong não tivera uma lágrima sequer. O horror da situação aniquilara-a completamente.' Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*, p. 25).

BIBLIOGRAPHY

- Bloch, David. *Aristotle On Memory and Recollection: Text, Translation, Interpretation and Reception in Western Scholasticism*. Leiden/Boston: Brill, 2007.
- Brookshaw, David. *Visions of China: Stories from Macau*. Providence, Rhode Island and Hong Kong: Gávea-Brown and Hong Kong University Press, 2002.
- Conceição, Deolinda da. *Cheong-Sam – A Cabaia*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1995.
- Dong, Stella. *Shanghai: The Rise and the Fall of a Decadent City*. New York: William Morrow, 2001.
- Heliodorus of Emesa. *An Ethiopian Romance*. Trans. by Moses Hadas. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1957.
- Hsu, Francis L.K. *Under the Ancestors' Shadow: Chinese Culture and Personality*. London: Routledge, 1949.
- Pina-Cabral, João de. *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macau*. London/New York: Continuum, 2002.
- Rose, David. *Consciousness: Philosophical, Psychological and Neural Theories*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RESUMOS

A Presença Americana em Macau. Alguns Aspectos da Percepção dos Chineses sobre os EUA

Antes de Hong Kong ter sido tomado pelos britânicos, Macau foi o ponto principal para as trocas económicas e culturais entre a China e o resto do mundo. O tema do papel de Macau na história das relações sino-europeias tem atraído estudiosos chineses e ocidentais. No entanto, como os EUA foram um interveniente mais tardio e com muito menos influência nas primeiras relações sino-ocidentais, não prestaram atenção suficiente a questões como o impacto dos EUA na China através de Macau e a percepção que os chineses de Macau tiveram dos americanos durante esse período de tempo. No entanto, essa situação alterou-se significativamente após a passagem de Macau de Portugal para a China. Uma vez que as grandes empresas americanas se juntaram com sucesso à corrida ao negócio dos casinos e estabeleceram uma forte posição em Macau, não podemos mais ignorar a questão relativa ao impacto dos americanos na economia de Macau, possivelmente também no seu desenvolvimento social e político, e o papel de Macau nas relações sino-americanas. Nem podemos ignorar a imagem dos EUA em Macau que se desenvolveu com base no passado. Assim, centralizando a nossa atenção no segundo ponto, neste artigo tentamos abordar aquelas questões através da descrição de alguns aspectos na percepção sobre os americanos entre os chineses de Macau, no passado e no presente.

[Autor: George Wei, pp. 6-16]

Macau e os Cules na Política dos EUA (1844-1874)

O interesse dos EUA pela China conduziu, em 1844, à assinatura do primeiro tratado sino-americano em Macau. Tal como a Grã-Bretanha, os americanos não reconheciam a soberania portuguesa no Estabelecimento. Somente quando foi assassinado o governador Amaral os EUA integraram uma coligação internacional para defender o território em prol do interesse comum. A política de neutralidade seguida por Portugal nas guerras do ópio e o fracasso do apoio britânico levou o governo português

a pedir auxílio a Washington para assinar e ratificar um tratado com a China.

Os apoios foram prometidos mas nunca se concretizaram. A aproximação política em relação à China levou o Congresso dos EUA a proibir em 1862, e à semelhança da Grã-Bretanha, a participação dos cidadãos e dos navios americanos no tráfico de cules. No entanto, o lucro auferido pelos armadores e a necessidade crescente de mão-de-obra barata levou os envolvidos neste negócio a procurar alternativas. Uma das opções foi embandeirar como portugueses os navios americanos. A denúncia partiu dos responsáveis portugueses no cabo da Boa Esperança e nos EUA, mas as autoridades de Washington e de Lisboa ignoraram ou desmentiram os factos. Em simultâneo, a diplomacia americana em Pequim denunciou os maus-tratos infligidos aos chineses engajados em Macau. A imprensa americana aderiu à campanha internacional, liderada pela Grã-Bretanha, e divulgou a elevada mortalidade dos chineses em alto-mar. Os diplomatas portugueses em Washington alertaram o governo de Lisboa para as proporções que esta polémica estava a assumir, facto que contribuiu para Andrade Corvo proibir a emigração chinesa com contrato em 1874. [Autor: Maria Teresa Lopes da Silva, pp. 17-30]

Ball e Perry: Uma Ideia de Macau (1850-1854)

A presença americana em Macau e na China acompanhou o processo de expansão das potências europeias, principalmente da Grã-Bretanha, na região da Ásia Oriental. A influência política, militar e económica que as potências ocidentais impuseram na China, após a I Guerra do Ópio, fez nascer a necessidade de construir um conhecimento mais consistente do Oriente que, progressivamente, se queria integrado no sistema económico mundial. Viajantes, militares, comerciantes e muitos outros foram deixando o seu testemunho, fruto da vivência recolhida na sua passagem pela China, onde Macau era uma paragem quase obrigatória. Os americanos Benjamim Lincoln Ball e Matthew Calbraith Perry passaram por Macau, entre 1850 e 1854,

e deixaram-nos duas obras de particular interesse. Nestes textos construíram uma ideia de Macau que, como muitos outros, forneceram imagens, sensações e sentimentos que ajudaram a produzir as representações que o Ocidente construiu sobre o Oriente.

[Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 31-45]

A Certidão de Nascimento do Nome de Macau

As origens de Macau e a etimologia do nome de Macau são dois dos temas mais apaixonantes de toda a história e historiografia de Macau. O estudo deste topónimo sempre mereceu o maior interesse dos historiadores e investigadores da presença portuguesa na Cidade de Santo Nome de Deus. A etimologia de Macau é tão controversa com a própria origem da sua existência multissecular. A carta autografada de Fernão Mendes Pinto, escrita de Macau aos 20 de Novembro de 1555 para o Pe. Baltazar Dias em Goa, acaba de vez por todas com as diversas variantes conhecidas sobre a origem nome da cidade. Por duas vezes, aparece a palavra “amaquão”. Correspondente ao chinês “Amagang/Yamagang”, esta é a grafia mais primitiva de todas as variantes do topónimo de Macau que apontam uma nasalização final. Trata-se da única missiva do tempo em que este rico mercador era também noviço jesuíta, revestindo-se, pois, de uma particular importância para os estudos biobibliográficos de Fernão Mendes Pinto, devendo ser considerada a “certidão de nascimento” do nome de Macau [Autores: Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, pp. 46-59]

Macau, Empório Mercantil. Potencialidades e Limitações (Séculos XVIII-XIX)

A localização de Macau, como confluência das principais rotas marítimas do mar do Sul da China, favorecia a actividade comercial. À importante rota transasiática que se fazia através do rio das Pérolas até Cantão somava-se o facto das baías de Macau oferecerem abrigo seguro, ao longo de todo o ano, aos navios que ali aportavam. Após vários avanços e recuos, quer no que diz respeito ao destino dos seus navios e negócio, quer no que

RESUMOS

se refere aos artigos ou produtos do seu interesse, os mercadores de Macau, sobretudo devido à escassez de capitais, acabariam por se interessar, especialmente, por três mercadorias chinesas de exportação: a seda, a porcelana e o chá. Estas iriam marcar, pela sua importância, o comércio directo da Europa com a China nos séculos XVIII e XIX, contribuindo para o desenvolvimento do comércio de Macau. Mas é sobretudo o ópio que vai caracterizar a actividade mercantil dos séculos XVIII e XIX. [Autor: Jorge de Abreu Arrimar, pp. 60-77]

Os Jesuítas e a Nobreza Cristã do Sul do Japão

A estratégia de evangelização dos jesuítas no Japão implicou, desde os inícios, uma atenção especial à aristocracia guerreira (*buke*), a única com poder de facto num país assolado pela guerra civil. A conquista dos *buke* para a causa missionária passava pelo aproveitamento das redes de parentesco que ligavam as linhagens dos guerreiros. Dependendo da conjuntura local e da querença dos guerreiros, os jesuítas foram bem ou mal sucedidos. Neste trabalho, partindo da leitura e análise do *corpus* documental jesuíta, procurámos ver a forma como estas ligações influíram no processo de missão do Japão. Resumidamente, estas ligações podiam resultar na expansão do cristianismo, no seu retrocesso ou, no reforço dos laços entre baptizados. [Autor: Madalena Ribeiro, pp. 79-89]

Manila nas Redes Marítimas do Clã Zheng

Na interacção entre os castelhanos e a potência marítima do clã Zheng é importante analisar o papel desempenhado pelo desenvolvimento do processo de migração para Manila. Os primeiros líderes da rede marítima informal que acabou por se agrupar em torno do clã Zheng surgiram em contacto directo com as comunidades chinesas de Manila e Macau; a sua actividade mercantil seria um ponto focal importante e teria benefícios significativos relativamente à interacção com as comunidades mercantis europeias rivais na Ásia Oriental. Não se deve também esquecer que as rebeliões chinesas em Manila estão indirecta ou directamente relacionadas com o processo de interacção. [Autor: Manel Ollé Rodríguez, pp. 90-103]

Weaver Suckin e o Comércio de Seda em Cantão entre 1750-1781

O comércio da seda na província de Cantão do século XVIII mostra uma faceta do comércio a que até agora tem sido dada pouca atenção. Foram feitos estudos sobre a produção, processamento e volume de seda manuseada em cada ano, mas pouco tem sido referido sobre os comerciantes de Cantão, tal como Weaver Suckin, que comprava, vendia e preparava os tecidos para exportação. Uma vez que o governo impunha restrições e quotas sobre os tipos e quantidades de seda que podia ser exportada, o comércio da seda era bastante diferente do comércio de chá, porcelana e outras mercadorias. Os tecelões de Cantão tinham de competir para conseguirem negócios com o estrangeiro, mas só podiam vender as quantidades que o governo permitisse. Consequentemente, os comerciantes de seda, como Weaver Suckin, não podiam contornar os lucros mais baixos com maior volume, como o faziam os mercadores de chá ou porcelana. Os volumes mais baixos comercializados tornavam mais difícil a obtenção do capital estrangeiro de investimento uma vez que os mercadores de seda não podiam atrair os seus patronos com maiores quantidades. O negócio dos mercadores de seda era, pois, muito diferente do de outros mercadores em Cantão e Macau, devendo ter-se em consideração este factor quando se estabelece a comparação entre eles e outros mercadores. [Autor: Paul A. Van Dyke, pp. 104-119]

Reexplorar o Império. As Viagens de Maria Ondina Braga a Macau e Outros Lugares

Maria Ondina Braga era uma professora, tradutora e escritora cujas viagens a levaram para muito longe da sua cidade natal no norte de Portugal. É difícil acreditar que, na década de 1960, esta mulher determinada conseguiu viajar sozinha, para estudar ou trabalhar, até sítios tão diferentes como Inverness, Paris, Luanda, Goa, Pequim e, é claro, Macau, e depois recriar as suas viagens em descrições intensas e ficções evocativas. É ainda mais difícil acreditar que a sua densa prosa quase foi esquecida pelos leitores portugueses. Este artigo concentra-se nas obras semi-autobiográficas de Maria

Ondina Braga *Estátua de Sal, Passagem do Cabo e Vidas Vencidas*, recorrendo a teorias e críticas associadas à literatura de viagens, em especial as narrativas de viagens no feminino, no sentido de determinar de que forma Maria Ondina Braga construía a sua própria identidade (como observadora discreta ou relacionando-se activamente com as pessoas e os lugares) relativamente às diversas paisagens que conheceu. Irá discutir, principalmente, a sua atitude em relação às viagens, bastante resumida na seguinte citação de *Estátua de Sal*: “Partir é esperança. Chegar, desencanto”. [Autor: Claire Williams, pp. 120-124]

Macau Estática e Macau em Transição nas Breves Histórias de uma Mulher Macaense

Poder-se-ia dizer que cada cultura, cada época, está em transição. Ininterruptamente, Macau, tal como muitas antigas colónias ou muitos antigos territórios europeus na Ásia, é um desses lugares especiais para o qual contribuíram várias culturas, todas igualmente em transição. A “transição” especial de Macau pode ser constatada no seio da sua comunidade macaense, em que as tradições culturais chinesas, portuguesas e malaias (em conjunto com a miscigenação) deram origem a uma forma distinta de exprimir o mundo. Condensada, na sua maior parte, num “microcosmo” contendo uma península minúscula e duas ilhas pequenas, a literatura de Macau, infelizmente configurada à escala de Macau, proporcionou-nos, apesar de tudo, um ou dois autores de ficção e poetas. No contexto macaense, Deolinda da Conceição possui um papel importante, não como escritora revolucionária mas antes como símbolo da consolidação da literatura feminina numa cidade extremamente conservadora. Nasceu em Macau em 1913 e trabalhou como jornalista e escritora. As suas histórias transmitiram, pois, o testemunho literário não apenas de tempos agitados mas também da condição das mulheres num mundo dominado pelos homens. A Macau de Deolinda da Conceição é estática, um local de rotinas, uma pérola do oriente, mas também uma cidade em transformação em conjunto com as Histórias de China e Portugal. [Autor: Gustavo Infante, pp. 125-132]

ABSTRACTS

The American Presence in Macao: Some Chinese Perceptions of the U.S.

Before Hong Kong was taken over by the British during the First Opium War, Macao served as the key spot for economic and cultural exchanges between China and the rest of the world. The topic of Macao's role in the history of Sino-European relations has attracted many Chinese and Western scholars. Yet, as the U.S. was a latecomer with much less influence in early Sino-Western relations, scholars have not paid enough attention to the issues such as the impact of the U.S. on China through Macao and the perception of the Americans among the Chinese of Macao during that period of time. This situation, however, has significantly changed since the handover of Macao from Portugal to China. As American giant enterprises have successfully joined the casino business race and have established their strong foothold in Macao, we could no longer ignore the issue regarding the impact of Americans on Macao's economy, possibly on Macao's social and political development as well, and the role of Macao in the Sino-American relations. Neither could we ignore the image of the U.S. in Macao which developed from the past. Thus, with a focus on the second point, this paper attempts to address the above issues through describing some highlights in the perception of the Americans among the Chinese in Macao both in the past and at the present.

[Author: George Wei, pp. 6-16]

Macao and the Coolies in American Politics (1844-1874)

The USA's interest in China led to the signing of the first Chinese-American treaty in Macao in 1844. Like the British, the Americans did not acknowledge Portuguese sovereignty in the enclave. Only when the governor Amaral was assassinated did the USA enter into an international coalition to defend the territory for the common interests. The policy of neutrality pursued by Portugal in the opium wars and the breakdown of the British support led the Portuguese

government to request help from Washington to sign and ratify a treaty with China. Aid was promised but was never forthcoming. The political ties with China led the US Congress to forbid participation of its citizens and ships in the traffic of coolies in 1862, following the example of Great Britain. However, the profits gained by the ship-owners and the growing need for cheap labour led the parties involved in this business to seek alternatives. One of the options was to sail the American ships under a Portuguese flag. This practice was denounced by Portuguese officials in the Cape of Good Hope and in the USA, but the Washington and Lisbon authorities ignored or denied the facts. Simultaneously, American diplomacy in Beijing denounced the mistreatment inflicted on the Chinese engaged in Macao. The American press joined an international campaign, led by Great Britain, and disclosed the high mortality of Chinese citizens at sea. Portuguese diplomats in Washington warned the Lisbon government which the proportions that this controversy was reaching, contributed to Andrade Corvo prohibiting Chinese contract emigration in 1874.

[Author: Maria Teresa Lopes da Silva, pp. 17-30]

Ball and Perry: An Idea of Macao (1850-1854)

The Americans in Macao and in China monitored the expansion of the European powers, especially Great Britain, in East Asia. The political, military and economic influences that the Western powers exercised over China, following the 1st Opium War (1839-1842), gave rise to the need to create more in-depth knowledge about the East, which in turn wanted progressively to integrate itself into the worldwide economic system. Travellers, soldiers, merchants and many others left their accounts of China, where Macao was practically a compulsory port of call. The Americans Benjamin Lincoln Ball and Matthew Calbraith Perry were in Macao from 1850 to 1854 and left two written works of particular interest. These texts built up an idea of Macao

and, like many others, supplied images, sensations and sentiments that helped to produce the representations that the West constructed about the East.

[Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 31-45]

The Birth Certificate of the Name of Macao

The origins of Macao and the etymology of the name of Macao are two of the most enrapturing topics of the whole history and historiography of Macao. The study of this name has always incited the greatest of interest of historians and researchers of the Portuguese presence in the Cidade de Santo Nome de Deus (City of the Holy Name of God). The etymology of Macao is as controversial as the origins of its centuries-old existence. The letter signed by Fernão Mendes Pinto, written in Macao on 20 November 1555 to Father Baltazar Dias in Goa, ends the argument once and for all about the differing versions regarding the origin of the name of the city. Twice, at the start and at the end, the word "amaquão" appears. This corresponds in Chinese to "Amagang/Yamagang", which is the earliest of all the variants of the name of Macao that suggests a nasal end. It is a unique missive from the time when this wealthy merchant was also a Jesuit novice, and hence takes on particular importance for the bibliographical studies of Fernão Mendes Pinto, and should be considered the "birth certificate" of the name of Macao.

[Authors: Jin Guo Ping and Wu Zhiliang, pp. 46-59]

Macao, a Trading Emporium: Potential and Limitations in the 18th and 19th Centuries

Macao's location, at the convergence of the main South China sea routes, facilitated trading. As a gateway to intercontinental trade in the crucial transasiatic route up the Pearl River to Canton, Macao attracted merchants from the four corners of the earth in search of China. Additionally, Macao's bays offered safe harbor throughout the year. Following several advances and retreats concerning ships and business procedures and products, Macao's merchants would

RESUMOS

eventually focus on three Chinese export goods: silk, porcelain and tea. Their prominence would have a fundamental impact on direct trading between Europe and China in the 18th and 19th centuries, and contribute to Macao's development. It was mostly opium, however, that would dominate trade over the same period. [Author: Jorge de Abreu Arrimar, pp. 60-77]

The Jesuits and Christian Nobility in the South of Japan

From the very start, the Jesuits' evangelisation strategy in Japan focussed special attention on the aristocratic soldiers (*buke*), the only de facto power in a country devastated by civil war. To win the *buke* round to the missionary cause, it was necessary to take advantage of the family networks that linked the lineage of the soldiers. Whether or not the Jesuits were successful depended on the local state of affairs and the wish of the soldiers. In this study, by reading and analysing the Jesuit documental corpus as the starting point, we aim to find out how these connections flowed into the missionary process in Japan. To sum up, these connections could serve to expand Christianity, shrink it, or to reinforce the ties among the baptised individuals.

[Author: Madalena Ribeiro, pp. 79-89]

Manila in the Zheng Clan Maritime Networks

In the interaction between the Castilians and the Zheng clan maritime power, it is important to analyze the role played by the development of the Chinese migratory process to Manila. The first leaders of the informal maritime network which ended up grouping itself around the Zheng Clan arose in direct contact with the Chinese communities of Manila and Macao; their trading activity would be an important focal point and have significant benefits with regard to interaction with rival European mercantile communities in East Asia. The Chinese rebellions in Manila are indirectly or directly related to the process of interaction.

[Author: Manel Ollé Rodríguez, pp. 90-103]

Weaver Suckin and the Canton Silk Trade 1750-1781

The silk trade in 18th century Canton shows a side of the commerce that so far has received little attention in the history books. Studies have been done on growing, processing, and the volume of silk handled each year, but little has been mentioned about the dealers in Canton, such as Weaver Suckin, who bought, sold, and prepared the fabrics for export. Because the government put restrictions and quotas on the types and quantities of silk that could be exported, the trade in silk was very different from that of tea, porcelain and other commodities. Canton weavers had to compete for foreign business but could only sell them quantities up to the amounts that the government would allow. Consequently silk dealers, like Weaver Suckin, could not offset lower profits with greater volume as merchants handling tea and porcelain could do. The lower volumes being handled made it more difficult to procure foreign investment capital, because silk dealers could not entice their patrons with greater quantities. The silk dealers' trade was thus very different from other merchants in Canton and Macao, and this needs to be considered when comparing them to others.

[Author: Paul A. Van Dyke, pp. 104-119]

Re-exploring the Empire: Maria Ondina Braga's Journeys to Macao and Other Places

Maria Ondina Braga (1932-2003) was a teacher, translator and writer whose voyages took her far away from her home city of Braga in the north of Portugal. It is hard to believe that in the 1960s this determined woman managed to travel alone, in order to study or work, to places as different as Inverness, Paris, Luanda, Goa, Beijing and, of course, Macao, and then recreated them in vivid descriptions and evocative fictions. It is even harder to believe that her dense prose is almost forgotten by Portuguese readers. This paper focuses on Braga's semi-autobiographical works *Estátua de Sal*, *Passagem do Cabo* and *Vidas Vencidas*, using theories and criticism associated with travel literature, particularly

women's travel narratives, Holland and Huggan (2000), Foster and Mills (2002), Sidonie Smith (2001), in order to see how Braga constructed her own identity (as discreet observer or actively engaging with people and places), in relation to the variety of landscapes through which she passed. Above all, it will discuss her attitude to travel, summed up succinctly in the following quote from *Estátua de Sal*: 'Partir é esperança. Chegar, desencanto.' [Author: Claire Williams, pp. 120-124]

Static Macao and Macao in Transition in the Short Stories of a Macanese Woman

One could say that every culture, every epoch, is in transition. Uninterruptedly. Macao, like many former European colonies or territories in Asia, is one of those special places to which more than one culture contributed, but all were in transition together. Macao's particular 'transition' may be seen within its Macanese community, in which Chinese, Portuguese and Malay cultural traditions (along with miscegenation) built a distinct way to express the world. Condensed, for the most part, into in a 'microcosmos' comprising a minute peninsula and two small islands, the literature of Macao, unfortunately set to Macao's scale, has nevertheless provided us with one or two fiction writers and poets. In the Macanese context Deolinda da Conceição has an important role, not as a revolutionary writer but rather as symbol of the consolidation of feminine literature in an extremely conservative city. Born in Macao in 1913, she worked as a journalist and a writer. Her stories thus give literary testimony not only to some troubled times, but also to the condition of women in a male-dominated world. Deolinda da Conceição's Macao is both static, a place of routines, an oriental pearl, but simultaneously a city changing together with the Histories of both China and Portugal.

[Autor: Gustavo Infante, pp.125-132]

AUTORES / AUTHORS

AMARO, Ana Maria
Farmácias e Ervanários Tradicionais
Chineses em Macau
澳门的药店与中国传统草药经营者
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 117-130

ANDRADE, Tonio
Did Zheng Chenggong Need a Drunk
German's Help to Capture the Dutch
Colony of Taiwan?
郑成功需要一个德国醉汉相助夺取台湾这个荷兰殖民地吗?
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 56-76

BAPTISTA, António Rodrigues
Luís Fróis em Macau
路易斯·弗洛伊斯在澳门
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 97-107

BLUSSÉ, Leonard
Andreas Everardus Van Braam Houckgeest,
or the Optimistic Adventures
of a Dutchman in China
荷兰人范巴澜的中国冒险旅程
N.º 28, Outubro/October, 2008,
pp. 86-95

BORAO, José Eugenio
The Fortress of Quelang (Jilong, Taiwan):
Past, Present and Future
鸡龙要塞 (台湾基隆): 过去, 现在与将来
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 60-77

BROOKSHAW, David
A Colonial Diaspora Between Empires.
The Macanese and the Fiction of Henrique
de Senna Fernandes
帝国之间的殖民散居族裔。土生葡人和飞历奇的小说
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 135-141

BROOKSHAW, David
Literatura de Macau. A pluralidade
na singularidade e a singularidade na
pluralidade
澳门文学: 在独特性中的多样性和在多样性中的独特性
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 131-136

CHEONG Pek Wan, Belinda
China in Portuguese and Spanish Historical
Cartography in the 16th and 17th Centuries

葡萄牙及西班牙历史地图中的中国
(十六至十七世纪)
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 95-110

DIAS, Alfredo Gomes
Origens da comunidade macaense
de Xangai (1850-1900)
上海的澳门土生社团之起源
(1850-1900)
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 36-49

ESPADINHA, Maria Antónia e SEABRA,
Leonor Diaz de
Para uma história das questões de saúde
em Macau no século XIX: Doenças,
epidemias, médicos e doentes
19世纪澳门卫生问题历史状况:
疾病、流行病、医生与病者
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 50-61

FERREIRA, Maria João Pacheco
Os têxteis bordados sino-portugueses
do Victoria & Albert Museum
在维多利亚与阿勒伯特博物馆现存的中
葡刺绣纺织品
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 108-134

HABERLAND, Detlef
François Caron and his *Description of Japan*
卡隆和他的《日本的描述》
N.º 28, Outubro/October, 2008,
pp. 70-85

JIN Guo Ping e WU Zhiliang
Nova tradução de *Teppoki* (Crónica
da Espingarda). Uma nova perspectiva
sobre as datas do descobrimento do Japão
《铁炮记》新译: 有关发现日本的
日期之新视角
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 6-24

KEITH, Matthew
“Taking up the Gun”: Early Modern
Japanese Firepower and the Siege of Hara
Castle
「拿起枪械」: 近代初期日本的火力
以及原城被围攻
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 77-95

KOSTER, G. L.
Hikayat Tanah Hitu: A Rare Local Source
of 16th and 17th century Moluccan History

《Hikayat Tanah Hitu》: 16至17世纪来
源于摩鹿加群岛的珍贵历史资料
N.º 28, Outubro/October, 2008,
pp. 132-142

LOUREIRO, Rui Manuel
Introdução / Introduction
介绍
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 6-11

LOUREIRO, Rui Manuel
Historical Notes on the Portuguese Fortress
of Malacca (1511-1641)
马六甲的葡萄牙炮台历史记录
(1511-1641)
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 78-96

LOURENÇO, Miguel Rodrigues
O lugar das Filipinas na memória da gesta
castelhana na Ásia nos inícios do século
XVII. Os casos de Bartolomé Leonardo
de Argensola e de Antonio de Morga
在热士达·卡斯德拉那17世纪初亚洲
回忆录中菲律宾的位置—巴尔多罗梅·
雷奥那多·德·阿尔任索拉和安东尼
奥·德·莫尔加之个案分析
N.º 28, Outubro/October, 2008, pp. 113-131

MONTEIRO, Anabela Nunes
Um naufrágio oportuno. O caso do barco
japonês nas costas de Macau em 1685
一个适时的海难: 1685年日本船只在
澳门海岸事件
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 6-20

MONTEIRO, Anabela Nunes
A visão de um europeu sobre a Revolta
dos Três Feudatários. Gabriel de Magalhães
e os apontamentos para a Carta Ânua
da China de 1674
欧洲人加皮耶尔·马加良斯对三个诸侯
反叛的看法及 1674 年中国年报的纪录
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 106-116

MURTEIRA, André
A captura do galeão *Santiago* em 1602
1602 年捕获大帆船“圣地亚哥”号
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 96-105

OLLÉ, Manel
A China de Domingo Fernández
de Navarrete

ÍNDICE N.ºs 25-28

闵明我（那瓦雷得）对中国的看法
N.º 28, Outubro/October, 2008,
pp. 42-54

PARKER, Geoffrey e SUBRAHAMANYAM,
Sanjay
Arms and the Asian. Revisiting European
Firearms and their Place in Early Modern
Asia
武器与亚洲人：欧洲枪炮以及它们在
近代初期亚洲的位置
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 12-42

PUGA, Rogério Miguel
City of Broken Promises enquanto romance
histórico
关于历史小说《绝望之城》
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 62-80

PUGA, Rogério Miguel
Macao in Samuel Purchas's *Hakluytus
Posthumus, or Purchas his Pilgrimes* (1625)
珀切斯著作《哈克路特遗作，或珀切斯
遊记》中的澳门
N.º 28, Outubro/October, 2008, pp.
16-41

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar
Armas e equipamentos de guerra
portugueses no Oriente nas primeiras
décadas de Quinhentos
十六世纪初葡萄牙在东方的战争武器
装备
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 43-55

SEABRA, Leonor Diaz de
A descrição da China de Fr. Jacinto
de Deus
雅森多·德·帝乌斯修士对中国的
描述
N.º 28, Outubro/October, 2008, pp. 55-69

SEABRA, Leonor Diaz de e ESPADINHA,
Maria Antónia
Para uma história das questões de saúde
em Macau no século XIX: Doenças,
epidemias, médicos e doentes
19世纪澳门卫生问题历史状况：
疾病、流行病、医生与病者
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 50-61

SENA, Tereza
Reflections on Robert Morrison's Life
in Macao and Literary Works: Towards
a Contextualized Approach

马礼逊的澳门生活及文学作品的
反思：基于语境方法
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 111-130

SOUZA, George Bryan
The Portuguese Crown and Brazil.
Tobacco Cultivation, Asia and the African
Slave Trade, and the Atlantic and Global
Economy, c. 1674 to 1776
葡萄牙王室和巴西：烟草的种植、
亚洲及非洲的奴隶买卖，以及1674至
1776年间大西洋和全球经济
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 81-94

SOUSA, Lúcio de
As questões militares no comércio entre
Macao e Nagasáqui em 1587
1587 年澳门与长崎贸易中的军事问题
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 25-41

SUBRAHAMANYAM, Sanjay e PARKER,
Geoffrey
Arms and the Asian. Revisiting European
Firearms and their Place in Early Modern
Asia
武器与亚洲人：欧洲枪炮以及它们在
近代初期亚洲的位置
N.º 26, Abril/April 2008, pp. 12-42

SUN Laichen
Chinese-style Firearms in Dai Viet
(Vietnam). The Archaeological Evidence
越南的中国式枪炮：聚焦考古证据
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 42-59

TEIXEIRA, Vítor Gomes
Fr. Paulo da Trindade, O. F. M., cronista
macaense
澳门编年学家，方济各会修士保罗·
达·特林达德
N.º 28, Outubro/October, 2008, pp. 6-15

VALADEZ, Mario Gómez
Between Linguistic Walls and the Third
Space. The *Jurubaças'* Identity and their
Role in Sino-Portuguese Negotiations after
the 1622 Dutch Attack
在语言障壁与第三空间之间：
一六二二年荷兰侵袭之后 jurubaças
家族在中葡谈判中的身份及角色
N.º 25, Janeiro/January 2008, pp. 21-35

VAN GOOR, Jurrien
The Bookkeeper and the Sultan. The First
Dutch Visit to Pontianak, 1778

一七七八年，荷兰首度派簿记员造访坤
甸苏丹
N.º 28, Outubro/October, 2008,
pp. 96-112

WU Zhiliang e JIN Guo Ping
Nova tradução de *Teppoki* (Crónica
da Espingarda). Uma nova perspectiva
sobre as datas do descobrimento do Japão
《铁炮记》新译：有关发现日本的
日期之新视角
N.º 27, Julho/July 2008, pp. 6-24



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura
Subscription Form

Aquisição de Publicações
Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento
Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereçar a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card

☐ Visa

☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 13 Janeiro/January 2005

Macau e o Comércio no Delta do Rio da Pérola
Macao and The Pearl River Delta Trade



N.º 14 Abril/April 2005

As Misericórdias na Ásia
The Holy Houses of Mercy in Asia



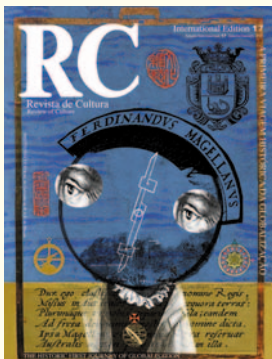
N.º 15 Julho/July 2005

Macau Património Mundial
Macao World Heritage



N.º 16 Outubro/October 2005

Memória e Identidade
Memory and Identity



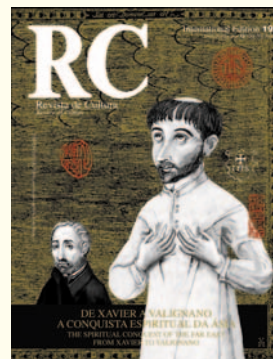
N.º 17 Janeiro/January 2006

A Primeira Viagem Histórica da Globalização
The Historic First Journey of Globalisation



N.º 18 Abril/April 2006

Relações Históricas Macau – Timor-Leste
Macao – East Timor Historic Relations



N.º 19 Julho/July 2006

De Xavier a Valignano. A Conquista Espiritual da Ásia
The Spiritual Conquest of the Far East. From Xavier to Valignano



N.º 20 Outubro/October 2006

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - I
European Travellers and the Asian Natural World - I



N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.